



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 15^a REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(4^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura)

**23/11/2022
QUARTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Esperidião Amin
Vice-Presidente: Senador Marcos do Val**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM**

15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

quarta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 62/2022 - Não Terminativo -	SENADOR NELSINHO TRAD	10
2	MSF 68/2022 - Não Terminativo -	SENADOR JULIO VENTURA	67
3	MSF 70/2022 - Não Terminativo -	SENADOR JAQUES WAGNER	113
4	MSF 76/2022 - Não Terminativo -	SENADOR CHICO RODRIGUES	201
5	MSF 78/2022 - Não Terminativo -	SENADOR NELSINHO TRAD	255
6	MSF 83/2022 - Não Terminativo -	SENADOR CHICO RODRIGUES	311

(22)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Esperidião Amin

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PP)

Renan Calheiros(MDB)(9)(50)(53)(77)(73)(85)	AL 3303-2261	1 VAGO(9)(50)(53)(52)(86)(89)	
Fernando Bezerra Coelho(MDB)(9)(50)(53)	PE 3303-2182 / 2184	2 VAGO(9)(50)(53)(80)(93)(66)	
Jarbas Vasconcelos(MDB)(9)(50)(53)	PE 3303-3522	3 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(8)(50)(53)	PB 3303-2252 / 2481
Nilda Gondim(MDB)(11)(51)(50)(53)	PB 3303-6490 / 6485	4 Flávio Bolsonaro(PL)(4)(35)(21)(51)(50)(53)(34)(40)	RJ 3303-1717 / 1718
Esperidião Amin(PP)(5)(17)(21)(42)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	5 VAGO(10)(42)	
VAGO(88)(81)(79)		6 Eliane Nogueira(PP)(61)(60)	PI 3303-6187 / 6188 / 7892

Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil(PODEMOS, PSDB)

Mara Gabrilli(PSDB)(7)(30)(31)(45)	SP 3303-2191	1 Plínio Valério(PSDB)(7)(28)(26)(33)(45)	AM 3303-2833 / 2835 / 2837
Roberto Rocha(PTB)(7)(45)	MA 3303-1437 / 1506 / 1438	2 Tasso Jereissati(PSDB)(13)(67)(68)(62)(45)	CE 3303-4502 / 4503 / 4517 / 4573
Flávio Arns(PODEMOS)(12)(39)(54)	PR 3303-6301	3 Soraya Thronicke(UNIÃO)(14)(39)(54)	MS 3303-1775
Marcos do Val(PODEMOS)(25)(19)(64)(44)(63)	ES 3303-6747 / 6753	4 Giordano(MDB)(25)(19)(27)(36)(44)(56)(58)	SP 3303-4177

Bloco Parlamentar PSD/Republicanos(PSD, REPUBLICANOS)

Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(2)(65)(69)(43)	RR 3303-5291 / 5292	1 Lucas Barreto(PSD)(2)(32)(43)	AP 3303-4851
Nelsinho Trad(PSD)(2)(29)(43)	MS 3303-6767 / 6768	2 Sérgio Petecão(PSD)(2)(29)(90)(91)(43)(74)(76)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Daniella Ribeiro(PSD)(47)(72)	PB 3303-6788 / 6790	3 Carlos Portinho(PL)(70)(71)	RJ 3303-6640 / 6613

Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, PTB)

Chico Rodrigues(UNIÃO)(3)(37)	RR 3303-2281	1 Marcos Rogério(PL)(3)	RO 3303-6148
Zequinha Marinho(PL)(3)	PA 3303-6623	2 Maria do Carmo Alves(PP)(3)	SE 3303-1306 / 4055 / 2878

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS, PSB, REDE)

Jaques Wagner(PT)(6)(16)(20)(46)	BA 3303-6390 / 6391	1 Fernando Collor(PTB)(6)(46)	AL 3303-5783 / 5787
Humberto Costa(PT)(6)(46)	PE 3303-6285 / 6286	2 Telmário Mota(PROS)(15)(6)(46)	RR 3303-6315

PDT(PDT)

Julio Ventura(PDT)(49)(82)(83)	CE 3303-6460 / 6399	1 Fabiano Contarato(PT)(57)(49)	ES 3303-9049
Randolfe Rodrigues(REDE)(24)(49)	AP 3303-6777 / 6568	2 Weverton(PDT)(49)(75)	MA 3303-4161 / 1655

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (4) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (5) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (6) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- (8) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- (9) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- (10) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (11) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (12) Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLDPSL).
- (13) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLDPSL).
- (14) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
- (15) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
- (16) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
- (17) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
- (18) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019).
- (19) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
- (20) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
- (21) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
- (22) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- (23) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
- (24) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
- (25) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).
- (26) Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
- (27) Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
- (28) Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
- (29) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
- (30) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
- (31) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB).
- (32) Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
- (33) Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB).
- (34) Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
- (35) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
- (36) Em 30.09.2020, o Senador Álvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
- (37) Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
- (38) Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
- (39) Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olímpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
- (40) Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
- (41) Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS).
- (42) Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
- (43) Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
- (44) Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
- (45) Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
- (46) Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
- (47) Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
- (48) Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
- (49) Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
- (50) Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).
- (51) Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
- (52) Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).
- (53) Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).
- (54) Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olímpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).
- (55) Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).
- (56) Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
- (57) Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).
- (58) Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPP).
- (59) Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
- (60) Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
- (61) Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
- (62) Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 73/2021-GLPSDB e Of. nº 31/2021-GLDEM).
- (63) Em 30.11.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 61/2021-GLPODEMOS).
- (64) Em 30.11.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 62/2021-GLPODEMOS).
- (65) Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
- (66) Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Márcio Bittar para compor a comissão (Of. 8/2022-GLMDB).
- (67) Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
- (68) Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2022-GLPSDB).
- (69) Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republican, para compor a Comissão (Ofício nº 1/2022-BLPSDREP).
- (70) Em 25.04.2022, o Senador Nelsinho Trad, Líder do Bloco Parlamentar PSD/Republican, cedeu 1 vaga de suplente ao Partido Liberal (Of. nº 9/2022-BLPSDREP).
- (71) Em 03.05.2022, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republican, em vaga cedida ao Partido Liberal, para compor a comissão (Of. 26/2022-GLPL).
- (72) Em 04.05.2022, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republican, para compor a comissão (Of. nº 16/2022-BLPSDREP).
- (73) Em 02.06.2022, o Senador Renan Calheiros licenciou-se até 1º.10.2022.
- (74) Em 06.07.2022, o Senador Sérgio Petecão licenciou-se até 03.11.2022.
- (75) Em 06.07.2022, o Senador Weverton licenciou-se até 03.11.2022.
- (76) Em 06.07.2022, a Senadora Maria das Vitorias foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republican, para compor a comissão (Of. nº 31/2022-BLPSDREP).
- (77) Em 13.07.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2022-GLMDB).

-
- (78) Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022..
- (79) Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022..
- (80) Em 26.08.2022, o Senador Ogári Pacheco foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, em vaga cedida pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para compor a comissão (Of. nº 45/2022-GLMDB).
- (81) Em 01.09.2022, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à Senadora Kátia Abreu, para compor a comissão (Of. nº 25/2022-GLDPP).
- (82) Em 08.09.2022, o Senador Cid Gomes licenciou-se até 03.01.2023.
- (83) Em 19.09.2022, o Senador Julio Ventura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 05/2022-GLPDT).
- (84) Em 20.09.2022, a Comissão reunida elegeu a Senadora Margareth Buzetti Presidente deste colegiado (Of. nº 32/2022-CRE).
- (85) Em 03.10.2022, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2022-GLMDB).
- (86) Em 03.10.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2022-GLMDB).
- (87) Vago em 06.10.2022, em razão do retorno do titular.
- (88) Vago em 06.10.2022, em razão do retorno do titular.
- (89) Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.
- (90) Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.
- (91) Em 09.11.2022, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 39/2022-BLPSD-REP).
- (92) Em 10.11.2022, a Comissão reunida elegeu o Senador Esperidião Amin e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 33/2022-CRE).
- (93) Vago em 11.11.2022, em razão do retorno do titular.

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-5919
E-MAIL: cre@senado.leg.br
[HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC](https://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC)
OL=54



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56^a LEGISLATURA**

Em 23 de novembro de 2022
(quarta-feira)
às 10h

PAUTA

15^a Reunião, Extraordinária - Semipresencial

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Indicação de autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Inclusão de relatórios (22/11/2022 16:55)
2. Idem (22/11/2022 17:47)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 62, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCO FARANI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 68, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Julio Ventura

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 70, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BENEDICTO FONSECA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 4**MENSAGEM (SF) N° 76, DE 2022****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO ALVES JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 5**MENSAGEM (SF) N° 78, DE 2022****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 6**MENSAGEM (SF) N° 83, DE 2022****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União

das Comores e na República de Seicheles.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

1

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MARCO FARANI

CPF.: 184.326.201-06

ID.: 9665 MRE

1955 Filho de José Farani e Maria Luiza Jorge Farani, Nasce em 9 de abril, em Alegre/ES

Dados Acadêmicos:

1977 Comunicação Social, na Universidade de Brasília (UnB)

1980 CPCD - IRBr (Curso de Preparação à Carreira Diplomática - Instituto Rio Branco)

2008 CAE - IRBr, Cinema e política: a política externa e a promoção do cinema brasileiro no mercado internacional

Cargos:

1980 Terceiro-secretário

1986 Segundo-secretário

1992 Primeiro-secretário, por merecimento

1998 Conselheiro, por merecimento

2008 Ministro de segunda classe, por merecimento

2017 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1981 Divisão de Imigração, assistente

1983 Divisão de Informação Comercial, assistente

1984 Secretaria de Assuntos Legislativos, assistente

1985 Gabinete Civil da Presidência da República - Assessor

1987 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor

1988 Missão do Brasil junto à ONU, em Nova York - Secretário

1991 Embaixada do Brasil em Toquio - Secretário

1994 Embaixada do Brasil em Pequim - Secretário

1996 Vice-Presidência da República - Assessor Especial do Vice-Presidente da República.

2003 Secretaria de Estado das Relações Exteriores

2007 Embaixada em Roma, Conselheiro em missão transitória

2007 Departamento Cultural, assessor

2008 Agência Brasileira de Cooperação, Diretor-Geral

2012 Consulado-Geral do Brasil em Toquio - Consul Geral

2018 Secretaria de Relações Internacionais da Presidência do Senado - Diretor

2019 Representação do Brasil junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres, representante do Brasil

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 62, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCO FARANI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 509

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **MARCO FARANI**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **MARCO FARANI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de setembro de 2022.

EM nº 00141/2022 MRE

Brasília, 5 de Agosto de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARCO FARANI**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **FERNANDO APPARICIO DA SILVA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de MARCO FARANI para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 536/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 13 de setembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCO FARANI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 13/09/2022, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791

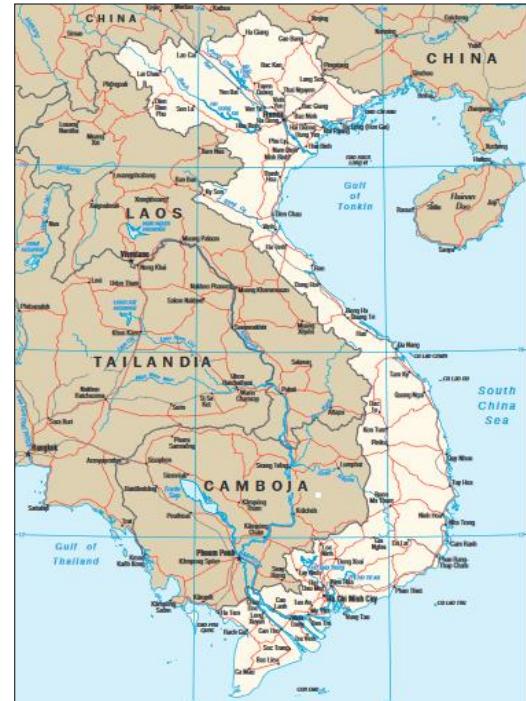


A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3622538** e o código CRC **BD8BCC45** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

VIETNÃ



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Julho de 2022

DADOS BÁSICOS SOBRE O VIETNÃ

Nome Oficial:	República Socialista do Vietnã
Gentílico:	Vietnamita
Capital:	Hanói
Área:	331.210 km ²
População:	99,2 milhões
Línguas oficiais:	Vietnamita (oficial)
Principais religiões:	Embora dados oficiais indiquem que cerca de 80% da população não têm religião, o budismo e o catolicismo são praticados.
Sistema de governo:	República socialista parlamentarista
Poder Legislativo:	Assembleia Nacional (<i>Quoc Hoi</i>); Parlamento unicameral composto por 500 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
Chefe de Estado:	Presidente Nguyen Xuan Phuc (desde abril de 2021)
Chefe de governo:	Primeiro-ministro Pham Minh Chính (desde abril de 2021)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Bùi Thanh Son (desde abril de 2021)
PIB nominal (est. 2022, FMI):	US\$ 415 bilhões
PIB PPP (est. 2022, FMI):	US\$ 1,25 trilhão
PIB <i>per capita</i> (est. 2022, FMI):	US\$ 4.190
PIB <i>PPP per capita</i> (est. 2022, FMI):	US\$ 12.600
Variação do PIB (FMI):	7,0% (2019); 2,9% (2020); 3,8% (2021); 6,0% (est. 2022)
IDH (2020, PNUD)	0,704 (117 ^a posição entre 189 países)
Comércio bilateral (2021)	US\$ 5,39 bilhões (+16,9%)
Saldo da balança comercial (2021)	Déficit de US\$ 153,7 milhões (deficitário desde 2016)
Total exportações brasileiras (2021)	US\$ 2,61 bilhões (+15,7%); 24º destino
Principais produtos exportados	Soja em grão e farelos de soja (43%); algodão (22%); milho (7,4%); couros (3,7%); e carne suína (3,7%)
Total importações brasileiras (2021)	US\$ 2,77 bilhões (+18,1%); 16 ^a origem
Principais produtos importados	Equipamentos de telecomunicações (34%); circuitos integrados (22%); calçados (5,5%); máquinas e aparelhos elétricos (3,2%); e fios têxteis (3,0%).
Ranking do Brasil no comércio exterior do Vietnã (2021)	15º fornecedor / 28º destino – 18º parceiro comercial
Investimentos do Vietnã no Brasil	Não há registros de investimentos no país.
Investimentos do Brasil no Vietnã	As empresas GEMA, Medevice 3S e JBS atuam no país, mas não há informações sobre valores investidos.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Finalizado diálogo exploratório em 2020.
Expectativa de vida (2019, PNUD):	75,3 anos
Alfabetização (2019):	95%
Índice de desemprego (2021, FMI):	2,7%
Unidade monetária:	Dong
Embaixador em Brasília:	Pham Thi Kim Hoa
Brasileiros no país:	A Embaixada em Hanói mantinha registro, até a pandemia da COVID-19, de 55 nacionais residentes no Vietnã.

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: Ministério da Economia)

Brasil-Vietnã	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 ¹
Intercâmbio	3.172,6	3.912,6	2.999,5	3.918,7	4.254,9	4.255,6	4.611,8	5.393,5	3.291,5
Exportações	1.592,1	2.124,0	1.398,7	1.732,6	1.934,1	1.934,1	2.264,2	2.619,9	1.761,7
Importações	1.580,5	1.788,6	1.600,8	2.186,1	2.320,8	2.321,5	2.347,6	2.773,6	1.529,8
Saldo	11,6	335,4	-202,1	-453,5	-386,7	-387,4	-83,4	-153,7	231,9

1. Dados até junho de 2022.

PERFIS BIOGRÁFICOS

NGUYEN XUAN PHUC

Presidente



Nasceu em 1954. Formou-se em Economia e Administração na Universidade Nacional de Economia em Hanói e na Universidade Nacional de Singapura. Em sua província natal, Quan Nam, exerceu diversas funções administrativas, governamentais e no Partido Comunista do Vietnã (PCV). Em 2001, tornou-se membro do Congresso Nacional do PCV e da Assembleia Nacional, onde integrou o Comitê de Economia e Orçamento.

Em 2007, ingressou no Comitê Central do PCV e no *Politburo*. Entre 2011 e 2016, exerceu a chefia do Escritório do Governo (cargo sob a autoridade do primeiro-ministro, equivalente a chefe da casa civil) e a função de vice-primeiro-ministro. Exerceu também o cargo de primeiro-ministro entre 2016 e 2021. Foi escolhido presidente no 13º Congresso do PCV, em janeiro de 2021, tendo sido confirmado pela Assembleia Nacional em abril de 2021.

Ao longo de sua trajetória política, tem-se concentrado em temas relacionados à gestão econômica e orçamentária do país. Em 2020, como primeiro-ministro, liderou o exitoso enfrentamento da pandemia de COVID-19, quando logrou manter níveis relativamente altos de crescimento e elevar o perfil internacional do país, por meio da presidência de turno da ASEAN.

PHAM MINH CHÍNH
Primeiro-ministro



Nasceu em 1958. Formou-se em Direito na *Hanoi University of Foreign Studies* e em Engenharia pela Universidade Técnica de Engenharia Civil de Bucareste, na Romênia, onde serviu na Embaixada do Vietnã entre 1991 e 1994.

Entre 1994 e 2010, exerceu diversos cargos no Ministério de Segurança Pública, entre os quais diretor-geral. Foi vice-ministro de Segurança Pública, entre 2010 e 2011. Foi secretário do Comitê do PCV na província de Quang Ninh (2011-2015) e vice-presidente da Comissão de Organização do Comitê Central do PCV, que passou a presidir em 2016.

Foi escolhido primeiro-ministro no 13º Congresso do PCV, em janeiro de 2021, e confirmado pela Assembleia Nacional em abril de 2021.

NGUYEN PHU TRONG
Secretário-geral do Partido Comunista do Vietnã



Nasceu em 1944. Bacharel em Literatura e Linguística pela Universidade de Hanói e doutor em Ciência Política pela Academia de Ciências Sociais da União Soviética. Em 1988, tornou-se membro da seção do PCV voltada a estudos teóricos, posição na qual se destacou como um dos principais formuladores políticos do país. Desde janeiro de 1994, integra o Comitê Central do PCV, havendo ingressado no *Politburo* do Partido em dezembro de 1997. Em 2002, foi eleito pela primeira vez para a Assembleia Nacional, instituição que veio a presidir entre 2006 e 2011.

Em janeiro de 2011, no 11º Congresso Nacional do PCV, ascendeu ao cargo de secretário-geral do Partido, o mais elevado na estrutura política vietnamita. Em janeiro de 2016, durante o 12º Congresso do PCV, tornou-se o primeiro secretário-geral a ser reconduzido ao cargo. Foi novamente reconduzido ao cargo em janeiro de 2021, no 13º Congresso do PCV.

Acumulou, entre 2018 e 2021, a Presidência da República por indicação do Legislativo, após o falecimento do então presidente Truong Dai Quang.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com o Vietnã foram estabelecidas em 1989. A Embaixada do Brasil em Hanói foi aberta em 1994 (a primeira de um país latino-americano), e a do Vietnã em Brasília foi inaugurada em 2000.

Diversas altas autoridades do Vietnã visitaram o Brasil: os presidentes Le Duc Anh (1995) e Tran Duc Luong (2004); o secretário-geral do PCV, Nong Duc Manh (2007); o vice-presidente Nguyen Thi Doan (2015); e os vice-primeiros-ministros Nguyen Thien Nhan (2010) e Vuong Dinh Hue (2018). Também estiveram no Brasil o ministro da Educação, Nguyen Thien Nhan (2018); o vice-ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (2011 e 2012); o vice-ministro da Indústria e Comércio, Tran Tuan Anh (2012). Em 2019, o vice-ministro de Comércio e Indústria, Tran Quoc Khan, esteve em Brasília para reunião do diálogo exploratório MERCOSUL-Vietnã.

Do lado brasileiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Hanói em 2008. Os chanceleres Celso Amorim (2008), Antonio Patriota (2012), Mauro Vieira (2015) e Aloysio Nunes Ferreira (2017 e 2018) visitaram o Vietnã. Outras altas autoridades brasileiras que visitaram o Vietnã foram o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias (2008) e a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina (2019).

O Brasil e o Vietnã contam com dois mecanismos regulares de diálogo: as reuniões de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (consultas políticas) e a Comissão Mista Bilateral. A sétima e mais recente reunião de consultas políticas ocorreu, por meio virtual, em novembro de 2020. A segunda e mais recente reunião da Comissão Mista realizou-se em Brasília em 2012.

Estão em vigor instrumentos sobre isenção de vistos para passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço; combate à fome e à pobreza; comércio; cooperação em esportes; em ciência e tecnologia; em saúde e ciências médicas; cooperação cultural; e entre as academias diplomáticas.

Assuntos consulares e COVID-19

A Embaixada em Hanói mantinha registro, até a pandemia da COVID-19, de 55 nacionais residentes no Vietnã. Diante das dificuldades de deslocamento, em 2020, o governo brasileiro organizou a repatriação, em voo fretado, por intermédio da Embaixada em Jacarta, de 45 brasileiros e uma vietnamita (mãe de criança brasileira e portadora de RNE) retidos no Vietnã.

No contexto da pandemia, a Assembleia Nacional do Vietnã realizou, em maio de 2021, doação de milhares de máscaras ao Congresso Nacional.

POLÍTICA INTERNA

No sistema político vietnamita, há a primazia, por preceito constitucional, do PCV. As duas instâncias centrais de poder são o Comitê Central do PCV, com cerca de 200 integrantes, e o *Politburo*, com 18 membros. Cabe ao Comitê Central do PCV escolher, entre os membros do *Politburo*, o secretário-geral do PCV, que tem papel importante no funcionamento do governo vietnamita.

O presidente da República (chefe de Estado) e o primeiro-ministro (chefe de governo) têm mandatos de cinco anos, renováveis uma vez. A Assembleia Nacional elege o presidente, que indica o primeiro-ministro.

O poder legislativo é unicameral, constituído pela Assembleia Nacional, com 500 assentos e mandatos de quatro anos. Na atual legislatura (2021-2025), 485 deputados pertencem ao PCV e 14 deputados são independentes. Os candidatos são previamente aprovados pela "Frente Patriótica", ligada ao PCV. As últimas eleições gerais ocorreram em maio de 2021.

Na Assembleia Nacional, 30% dos parlamentares são mulheres, percentual abaixo de meta de 35%, estabelecida para a representação feminina. Atualmente, a vice-presidência é exercida por uma mulher, Vo Thi Anh Xuan.

Governo atual

Em janeiro de 2021, realizou-se o 13º Congresso Nacional do PCV, reunião quinquenal com objetivo de formar o governo. Na ocasião, renovou-se, novamente, o mandato do secretário-geral, Nguyen Phu Trong.

Do mesmo modo, o 13º Congresso definiu, no âmbito do sistema de planejamento nacional, as diretrizes prioritárias do país para o próximo quinquênio (2021-2026). Em abril de 2021, a Assembleia Nacional confirmou a indicação de seu presidente, Vuong Dinh Hue, bem como do primeiro-ministro, Pham Minh Chinh, e do presidente, Nguyen Xuan Phuc.

POLÍTICA EXTERNA

Na esteira do processo de abertura econômica, iniciado em 1986, o Vietnã tem adotado estratégia de diversificação de parcerias em prol do desenvolvimento e de sua segurança nacional. Dessa forma, aproximou-se de Estados Unidos, Japão e países europeus, além de normalizar as relações com a China.

O país vem buscando intensificar sua integração às cadeias globais de valor, além de comprometer-se com a cooperação internacional e com os preceitos de economia de mercado.

O Vietnã mantém relações diplomáticas com 188 países-membros das Nações Unidas e integra mais de 70 organismos regionais e internacionais, com destaque para o sistema ONU e para a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Na ONU, o Vietnã ocupou assento não permanente no Conselho de Segurança nos biênios 2008-2009 e 2020-2021. O país aderiu ao FMI em 1993 e à OMC em 2007, após doze anos de negociações.

Segundo os três lemas oficiais da diplomacia vietnamita, acordados no 12º Congresso Nacional do PCV, em 2016, o Vietnã: i) “é parceiro e amigo confiável e membro responsável da comunidade internacional”; ii) “contribui de modo proativo e positivo para construir e influenciar mecanismos multilaterais”; e iii) “promove e aprofunda relações com parceiros, em particular parceiros estratégicos e países grandes com papel importante para o desenvolvimento e a segurança nacional”. O país também adota a “política dos quatro não’s”: não estabelecer alianças militares; não se alinhar com nenhum Estado contra outro; não permitir a instalação de bases estrangeiras; e não empregar a força ou a ameaça de uso da força nas relações internacionais. Busca, assim, manter equidistância entre as principais potências globais.

Estados Unidos

No caso dos Estados Unidos, as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1995 e evoluíram, desde então, para o nível de Parceria Estratégica, revertendo assim o clima de discórdia da Guerra do Vietnã, encerrada em 1975. Ao longo dos últimos vinte anos, a corrente de comércio Vietnã-EUA saltou de US\$ 400 milhões, em 2000, para US\$ 111 bilhões, em 2021, tendo o Vietnã registrado, naquele ano, seu maior superávit comercial, de US\$ 80 bilhões.

Japão

O Japão é um dos principais parceiros internacionais do país. A parceria

estratégica foi estabelecida em 2009 e elevada a Parceria Estratégica Estendida em 2014. Em 2011, o Japão tornou-se o primeiro país do G-7 a reconhecer o Vietnã como economia de mercado. Atualmente, é o maior provedor de assistência ao desenvolvimento ao Vietnã, seu segundo maior investidor e quarto maior parceiro comercial. Mais de 1.600 empresas japonesas atuam no país, nos mais diversos setores da economia vietnamita.

China

Em fevereiro de 1979, a China invadiu o Vietnã, pouco depois da invasão vietnamita ao Camboja. O país resistiu à invasão da China, que retrocedeu em março de 1979. Nos anos subsequentes, foram deslocados milhares de soldados chineses e vietnamitas para a fronteira comum.

Entre 1990 e 1991, com a dissolução da União Soviética e o fim da ocupação do Vietnã no Camboja, os países normalizaram suas relações. Em 1999 e 2000, os dois países assinaram três tratados, sobre fronteiras terrestres e direitos marítimos no Golfo de Tonquim. Persistem, contudo, disputas significativas por direitos sobre Mar do Sul da China (“Mar do Leste” para o Vietnã).

Na área comercial, os fluxos bilaterais saltaram de menos de US\$ 40 milhões (1991) para mais de US\$ 117 bilhões (2019). A China é o segundo maior destino das exportações vietnamitas (atrás dos EUA) e o seu maior fornecedor de bens. A China é ainda um dos principais investidores no Vietnã.

ASEAN

Além de contribuir para a integração regional, a ASEAN ocupa posição central na atuação diplomática do Vietnã, como plataforma para intensificar o processo de diversificação de seus relacionamentos políticos e comerciais. Como presidente de turno da Associação em 2020, o Vietnã foi o anfitrião (virtual) da 37ª Cúpula da ASEAN, cujo destaque foi a assinatura da Parceria Econômica Regional Ampla (RCEP, sigla em inglês), que reúne os dez países da ASEAN e a China, o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

O Vietnã adota, desde 1986, estratégia intitulada “renovação” (*doi moi*), com sistema político centralizado e abertura econômica ao exterior, semelhante à adotada pela China.

Entre 1989 e 2019, o PIB *per capita* aumentou vinte vezes, com o crescimento anual da economia em média de 6,7%. Em 2010, o país ascendeu à condição de economia de renda média, de acordo com o Banco Mundial. O governo vietnamita tem buscado conferir maior primazia à iniciativa privada como motor do crescimento, e promover reformas estruturais. Não obstante o acelerado crescimento, persistem desafios como a desigualdade social, questões ambientais, expansão da infraestrutura e formação da mão-de-obra.

Nos anos de 2020 e 2021, a despeito da pandemia da COVID-19, o PIB vietnamita cresceu 3% e 2,6%, respectivamente. Para 2022, o governo vietnamita projeta alta de 7% do PIB; já o Banco Mundial prevê crescimento de 5,5%.

Investimentos

Antes da pandemia, em 2019, o Vietnã havia recebido o recorde histórico de US\$ 20,4 bilhões em investimentos estrangeiros diretos (IED). No primeiro semestre de 2022, o país já recebeu US\$ 14 bilhões em IED. O estoque acumulado de IED é de US\$ 428 bilhões, segundo o Ministério de Planejamento e Investimento do Vietnã.

O IED tem contribuído muito para a expansão do setor manufatureiro. À medida que aumentam os salários e os custos de operação na China, o Vietnã desponta como receptor de investimentos. A atração de IED é favorecida pela estabilidade política e social do país, sua localização estratégica e sua consistência na promoção comercial. Cerca de 70% das exportações vietnamitas originam-se em plantas de empresas estrangeiras.

Singapura é o principal investidor estrangeiro no país com estoque acumulado de US\$ 62,5 bilhões. Os investimentos singapurenses no Vietnã totalizaram US\$ 9 bilhões em 2020 e US\$ 7 bilhões em 2021.

Na última década, tem-se observado crescente fluxo de investimentos diretos do Vietnã no exterior. O estoque subiu de US\$ 8,8 bilhões em 2010 para US\$ 20,7 bilhões em 2020, tendo como destinos principais Laos, Rússia,

Camboja, Venezuela, Peru, Argélia, Tanzânia, Moçambique e EUA.

Comércio exterior

Em 2021, o país recuperou o volume de seu comércio exterior e de suas exportações, alcançando recordes históricos. O comércio exterior totalizou US\$ 668,5 bilhões (crescimento de 22,6%), com exportações de US\$ 336,3 bilhões (aumento de 18,6%) e importações de US\$ 332,2 bilhões. As indústrias de transformação e manufatureira representam mais de 85% do total da pauta de exportações do Vietnã. Em 2021, as exportações de computadores e componentes eletrônicos ultrapassaram os US\$ 100 bilhões.

Os maiores parceiros comerciais do Vietnã, em 2021, foram a China (US\$ 165 bilhões), os EUA (US\$ 111 bilhões), a Coreia do Sul (US\$ 78 bilhões) e o Japão (US\$ 42 bilhões). Os principais destinos das exportações vietnamitas também são os EUA (US\$ 96 bilhões), a China (US\$ 56 bilhões), a Coreia do Sul (US\$ 20 bilhões) e o Japão (US\$ 19 bilhões). Da mesma forma, os principais países de origem das importações vietnamitas, em 2021, foram a China (US\$ 109 bilhões), a Coreia do Sul (US\$ 59 bilhões), o Japão (US\$ 22 bilhões) e os EUA (US\$ 15 bilhões).

Nos últimos anos, o Vietnã firmou dez acordos regionais e bilaterais de livre comércio e está finalizando outros seis. Somente nos últimos dois anos, a título de exemplo, entraram em vigor o Acordo Progressivo e Abrangente para a Parceria Transpacífico (CPTPP), além dos acordos de livre comércio com a União Europeia e o Reino Unido. O Vietnã conta, igualmente, com acordos de livre comércio bilaterais com o Chile, o Japão e a União Econômica Eurasiática.

Por meio da ASEAN, o Vietnã integra os seguintes instrumentos regionais de livre comércio: o Acordo de Livre Comércio da ASEAN e acordos da Associação com a Austrália, a China, a Coreia do Sul, a Índia, o Japão e a Nova Zelândia. O Vietnã foi, ainda, um dos signatários da Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP). Em vigor desde 1º de janeiro de 2022, a RCEP conformou a maior área de livre comércio do mundo, abrangendo população de 2,3 bilhões de pessoas e PIB conjunto de US\$ 26,2 trilhões.

Brasil: comércio e investimentos

O governo vietnamita tem interesse no aprofundamento dos vínculos econômico-comerciais com o Brasil. Entre 2018 e 2020, o Vietnã foi o principal parceiro comercial do Brasil na ASEAN. Em 2021, os fluxos comerciais do Brasil com o Vietnã superaram aqueles com parceiros tradicionais como

Colômbia, Arábia Saudita, Peru, Uruguai ou Portugal. O Brasil é o maior parceiro do Vietnã na América Latina, seguido por México, Argentina e Chile.

Mesmo em 2020, a despeito do primeiro ano da pandemia da COVID-19, o intercâmbio bilateral expandiu-se e superou US\$ 4,6 bilhões, o melhor resultado até então. Em 2021, o comércio bilateral alcançou US\$ 5,39 bilhões (+17%), novo recorde histórico, tendo o Brasil exportado US\$ 2,61 bilhões (+15,7%) e importado US\$ 2,77 bilhões (+18%), com resultado final deficitário em US\$ 153,7 milhões.

No primeiro semestre de 2022, a corrente bilateral de comércio totalizou US\$ 3,29 bilhões (+31,5%), com exportações de US\$ 1,76 bilhão (+43,4%) e importações de US\$ 1,52 bilhão (+20%). O saldo comercial, no primeiro semestre deste ano, foi positivo para o Brasil em US\$ 231,9 milhões.

Em 2021, os principais produtos exportados para o Vietnã foram algodão (22%); farelos de soja e outros alimentos para animais (22%); soja em grão (21%); milho (7,4%); couros (3,7%); carne suína (3,7%); e madeira parcialmente trabalhada (3,3%). A pauta de importação, em 2021, foi composta por aparelhos telefônicos (34%); circuitos integrados (22%); calçados (5,5%); e máquinas e aparelhos elétricos (3,2%).

Em relação aos investimentos, há amplo espaço para expansão. Atualmente, ao menos três empresas brasileiras estão em operação no Vietnã. O escritório brasileiro de arquitetura GEMA atua há mais de quatro anos na cidade de Ho Chi Minh. A empresa Medevice 3S, *joint venture* coreano-brasileira também sediada em Ho Chi Minh, fabrica preservativos. Já a empresa JBS instalou, em 2014, nos arredores de Ho Chi Minh, unidade de distribuição, produção e acabamento de couros, base para exportações para a Ásia e os EUA. Não há, contudo, registro de investimento vietnamita no Brasil.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

111 a.C. a 938	Domínio chinês sobre a maior parte do atual Vietnã.
939 a 1858	Período monárquico vietnamita (de 1527 a 1802, o poder foi descentralizado em mais de uma dinastia).
1858	Início da dominação colonial francesa sobre a Indochina.
1930	Fundação do Partido Comunista da Indochina (PCI)
1941	Invasão japonesa
1945	Proclamação da Independência da República Democrática do Vietnã
1946	Início da guerra de independência contra os franceses.
1954	Batalha de Dien Bien Phu. Derrota francesa. Acordos de Genebra; divisão do Vietnã em Norte e Sul.
1963	Guerrilhas comunistas no Sul derrotam unidades do Exército sul-vietnamita. Queda e assassinato do presidente sul-vietnamita, Ngo Dinh Diem.
1964	Incidente de Tonquim. Bombardeios dos EUA no Vietnã do Norte.
1965	200.000 soldados dos EUA chegam ao Vietnã do Sul.
1968	Ofensiva militar comunista no Sul (Ofensiva do Tet)
1969	Morte de Ho Chi Minh Início da redução de tropas estadunidenses no Vietnã (“vietnamização”)
1970	Início das conversações de paz entre EUA e Vietnã do Norte, em Paris
1973	Acordo de cessar-fogo em Paris. Retirada das tropas dos EUA.
1975	Queda de Saigon. Tropas norte-vietnamitas ocupam o Sul.
1976	Proclamação da República Socialista do Vietnã.
1979	Tropas do Vietnã invadem o Camboja e derrubam o regime do Khmer Vermelho. Conflito na fronteira entre China e Vietnã.
1986	Início da política de abertura econômica inspirada no modelo chinês, conhecida como <i>Doi Moi</i> (Renovação)
1989	Retirada das tropas vietnamitas do Camboja
1992	Nova Constituição permite algumas liberdades econômicas
1994	Fim do embargo econômico de 30 anos dos EUA ao Vietnã
1995	Restabelecimento de relações diplomáticas entre o Vietnã e os EUA

	Ingresso do Vietnã na ASEAN
2000	Visita do presidente dos EUA, Bill Clinton, ao Vietnã
2005	Visita do primeiro-ministro Phan Van Khai aos EUA
2007	Entrada do Vietnã na OMC (janeiro)
	Eleição do Vietnã como membro não permanente do CSNU (mandato 2008-2009)
2007	Presidente Nguyen Minh Triet realiza primeira visita de Chefe de Estado aos EUA desde o fim da Guerra do Vietnã, em 1975 (junho).
2010	Vietnã exerce a presidência de turno anual da ASEAN.
	Inscrição da Cidadela Thang Long na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO
2011	China e Vietnã assinam acordo sobre as disputas do Mar do Sul da China, que inclui troca de informações e um fórum de duas reuniões ao ano (outubro).
2012	O Parlamento aprova a criação de dispositivo de voto de confiança anual aos principais líderes eleitos do país (novembro).
2013	Assembleia Nacional aprova revisão constitucional (novembro).
2016	12º Congresso do Partido Comunista do Vietnã reconduz Nguyen Phu Trong à Secretaria-Geral do Partido, cargo que concentra maior poder e autoridade no sistema político do país.
2018	Com o falecimento do presidente Tran, o secretário-geral do PCV, Nguyen Phu Truong, é eleito pelo Legislativo para acumular a presidência.
2020	Vietnã exerce a presidência de turno da ASEAN, marcada pela assinatura da RCEP em novembro.
2021	Realização do 13º Congresso Nacional do PCV, que renova, uma vez mais, o mandato do secretário-geral, Nguyen Phu Trong (janeiro).
	A Assembleia Nacional confirma a indicação de seu presidente, Vuong Dinh Hue, bem como do primeiro-ministro, Pham Minh Chinh, e do presidente, Nguyen Xuan Phuc (abril).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1989	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Vietnã (maio)
1993	Visita do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Le Mai (outubro)
1994	Visita da primeira missão empresarial brasileira ao Vietnã (abril) Visita do vice-primeiro-ministro Phan Van Khai (junho) Instalação da Embaixada em Hanói (setembro)
1995	Visita do presidente do Vietnã, Le Duc Anh (outubro)
1997	Abertura do Consulado-Geral do Vietnã em São Paulo
1998	I Primeira Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (maio)
1999	Criação do Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã (abril)
2000	Abertura da Embaixada residente do Vietnã em Brasília (outubro)
2003	Visita de missão político-empresarial brasileira chefiada pelo deputado federal Aldo Rebelo, líder do Governo na Câmara (outubro) II Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (outubro) Visita do ministro da Defesa do Vietnã, Pham Van Tra (novembro)
2004	Visita do vice-presidente da Comissão Parlamentar de Rel. Ext. do Vietnã (janeiro) Visita ao Brasil do vice-ministro Le Van Bang e III Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (outubro) Visita ao Brasil do presidente do Vietnã, Tran Duc Luong (novembro) Realização, em São Paulo, do 1º “Fórum Empresarial Brasil-Vietnã” (novembro)
2005	Recriação do Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã
2006	Visita do presidente da Assembleia Nacional do Vietnã, Nguyen Van An (março)
2007	Visita do secretário-geral do Partido Comunista, Nong Duc Manh (maio) Missão chefiada pelo secretário-executivo do MDIC, Ivan Ramalho (outubro) IV Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (novembro)
2008	Visita a Hanói do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (fevereiro) Visita do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias (março) Visita ao Vietnã do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, senador Heráclito Fortes

	(março)
	Visita oficial ao Vietnã do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (julho)
	Visita do vice-primeiro-ministro e chanceler, Pham Gia Khiem, a Brasília, por ocasião da I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN (novembro)
	Visita do vice-ministro do Comércio e Indústria do Vietnã, Do Huu Hao, para a reunião de instalação da COMISTA e para Conferência Internacional sobre Biocombustíveis (novembro)
2009	Visita do vice-ministro da Indústria e do Comércio Exterior do Vietnã, Do Huu Hao para I Reunião da Comissão Mista Brasil-Vietnã (maio)
2009	Visita do ministro da Cultura, Esportes e Turismo, Hoang Tuan Anh, para participar da celebração dos 20 anos de relações, em Brasília (outubro)
2010	Visita a Brasília do vice-chanceler, atual titular da pasta, Pham Binh Minh, para chefiar a delegação vietnamita à V Reunião de Consultas Políticas (maio)
2010	Criação da Associação de Amizade Vietnã-Brasil, seção da Organização das Associações de Amizade do Vietnã (junho)
2010	Participação do vice-primeiro-ministro e ministro da Educação do Vietnã, Nguyen Thien Nhan, na 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em Brasília (julho)
2011	Visita do vice-ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (junho)
2012	Visita do vice-ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (abril)
2012	Criação da Associação de Amizade Brasil-Vietnã (AbraViet) em Brasília (maio)
2012	Visita do vice-ministro da Indústria e Comércio, Tran Tuan Anh, chefiando a delegação vietnamita à II Reunião da Comissão Mista (abril)
2012	Participação do vice-primeiro-ministro Nguyen Thien Nhan na Rio+20 (junho).
2012	Visita a Hanói do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota (julho)
2012	Visita do vice-ministro-permanente das Finanças do Vietnã, Nguyen Cong Nghiеп (novembro)
2013	Missão de inspeção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério da Pesca e Aquicultura ao Vietnã (março)
2013	Visita ao Vietnã do presidente do PC do B, Renato Rabelo, quando

	manteve encontro com o secretário-geral do Partido Comunista, Nguyen Phu Trong (abril)
	Visita ao Brasil do diretor do Departamento de Informação ao Estrangeiro do PCV (julho)
2015	Visita da vice-presidente vietnamita, Nguyen Thi Doan (maio)
	Visita do ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira (julho)
2017	Visita do vice-ministro das Relações Exteriores, Ha Kim Ngoc, ao Brasil e realização da VI Reunião de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (junho)
	Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (setembro)
	Reinstalação do Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã (setembro)
2018	Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (maio)
	Visita do vice-primeiro-ministro Vuong Dinh Hue (julho)
2019	Visita da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina (maio)
	Visita do vice-ministro de Comércio e Indústria, Tran Quoc Khan (novembro)
	Missão da Apex-Brasil a Hanói e Ho Chi Minh (novembro)
2020	VII Reunião de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum, realizada virtualmente (novembro).

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República Socialista do Vietnã Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	10/10/1995	10/10/1995	18/10/1995
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	24/10/2003	20/09/2005	03/01/2006
Acordo, por troca de Notas, para fortalecer as Relações Comerciais	16/11/2004	15/12/2015	06/01/2005
Acordo, por troca de Notas, sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos	16/11/2004	12/05/2005	06/01/2005
Acordo de Cooperação em Saúde e Ciências Médicas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã.	29/05/2007	29/05/2007	15/06/2007
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível	27/02/2008	27/02/2008	-
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	10/07/2008	01/02/2012	13/07/2015
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e o Ministério da Cultura, Esportes e Turismo da República Socialista do Vietnã	10/07/2008	10/07/2008	28/08/2008

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Socialista do Vietnã sobre a Luta contra a Fome e a Pobreza	10/07/2008	10/07/2008	06/08/2008
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e da República Socialista do Vietnã	10/07/2008	10/07/2008	06/08/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Oficiais ou de Serviço	24/11/2008	07/07/2009	18/06/2009
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Vietnã sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	12/05/2018	12/05/2018	12/06/2018
Acordo sobre Transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	11/09/2017	Em ratificação pela outra parte	-
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	02/07/2018	Tramitação Congresso Nacional	-

EMBAIXADA DO BRASIL EM HANÓI
RELATÓRIO DE GESTÃO (2018 - 2022)
EMBAIXADOR FERNANDO APPARICIO DA SILVA

Ao assumir a chefia da embaixada em Hanói em 28 de dezembro de 2018, herdei um precioso legado. O esforço exitoso de meus antecessores imediatos, na abertura de canais de comunicação com o Governo e a sociedade locais, facilitou o meu trabalho. A pandemia de Covid-19 singularizou a minha missão, impossibilitando atividades, mas, com o apoio inestimável dos colaboradores brasileiros e vietnamitas, acredito ter cumprido com espírito de missão as tarefas de representação, informação, negociação e assistência a brasileiros, que incumbem a um embaixador.

A. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2. A República Socialista do Vietnã foi instituída em 1976 como resultado da incorporação, no ano anterior, da República do Vietnã (Vietnã do Sul), derrotada na Guerra do Vietnã, à República Democrática do Vietnã (Vietnã do Norte). Sob um regime político de partido único, o país é governado pelo Partido Comunista do Vietnã (PCV), – a parte norte desde 1954 e a totalidade do país desde 1975.

3. O Vietnã abrigou uma economia socialista, nos moldes da extinta URSS, até 1986, quando o VI Congresso Nacional do PCV inaugurou uma política de renovação econômica conhecida como Doi Moi (renovação, em vietnamita). Inspirada na experiência da China, a Doi Moi liberalizou a economia vietnamita com o objetivo de transformá-la numa “economia de mercado com orientação socialista”, expressão consagrada até a presente data para designar o regime econômico do Vietnã. Com um PIB nominal de cerca de US\$ 360 bilhões em 2021, numa população de cem milhões de habitantes, o Vietnã ainda apresenta uma renda per capita baixa, mas a economia vietnamita quintuplicou desde 1990 e, nos últimos quinze anos, cresceu a uma taxa média de 7% ao ano. Em janeiro de 2021, o 13º Congresso Nacional do PCV avaliou positivamente os trinta e cinco anos da Doi Moi, estabelecendo a meta de elevar o Vietnã à condição de economia de renda média em 2030 e de economia de renda alta em 2045, ano em que os vietnamitas celebrarão o centenário da independência do país.

4. Na esteira da Doi Moi, o comércio exterior do Vietnã deu um salto impressionante, correspondendo atualmente ao dobro do PIB nominal vietnamita, o que pode representar uma vulnerabilidade em momento de recessão e queda da demanda global. Nesse processo, um conjunto expressivo de acordos de livre comércio associa o Vietnã a 52 países: (i) aos nove demais países membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); (ii) à China, Japão e República da Coreia, na Ásia; (iii) à Austrália e Nova Zelândia, no Pacífico; (iv) aos 27 Estados membros da União Europeia e ao Reino Unido, na Europa; (v) ao Canadá, México, Peru, Chile e Cuba, nas Américas; e (vi) à Rússia, Belarus, Cazaquistão, Quirquistão e Armênia, na Eurásia. Ressaltam, nos últimos três anos, a entrada em vigor do tratado de livre comércio com a União Europeia, o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP) e a Parceria

Regional Econômica Abrangente (RCEP). Reunindo, ao lado de quatro países da ASEAN (Vietnã, Singapura, Malásia e Brunei), Japão, Austrália, Nova Zelândia e quatro países das Américas (Canadá, México, Peru e Chile), o CPTPP é herdeiro da Parceria Transpacífica (TPP), iniciativa dos EUA, que, em janeiro de 2017, dela se retirou. Mais abrangente em seu escopo e ambiciosa em seus propósitos, a RCEP congrega os dez países da ASEAN, Austrália, Nova Zelândia, e, pela primeira vez reunidos num mesmo tratado de livre comércio, Japão, República da Coreia e China.

5. Em paralelo à expansão do comércio exterior, o Vietnã recebeu um intenso fluxo de investimentos externos diretos, registrando em junho de 2022, um estoque de capital externo de US\$ 428 bilhões, cifra superior ao PIB nominal do país. Com o objetivo de atrair investimentos, foram criadas zonas econômicas especiais, distribuídas ao longo da costa, tendo prosperado aquelas situadas nas proximidades dos dois maiores centros urbanos vietnamitas, quais sejam Hanói e a Cidade de Ho Chi Minh (antiga Saigon). Multinacionais das grandes economias da região foram atraídas pelo baixo custo da mão-de-obra para produzir e exportar. A sul-coreana Samsung responde por um quarto das exportações vietnamitas. Mais recentemente, o PCV adotou nova estratégia para atração de investimentos, a qual privilegia investimentos intensivos em alta tecnologia e pouco poluentes do ponto de vista ambiental. O pano de fundo é o ingresso do país na quarta revolução industrial, objetivo que está na origem de políticas específicas que vêm sendo concebidas e adotadas. O Vietnã precisa investir na formação de mão-de-obra qualificada de modo a poder participar com bens e insumos de maior valor agregado nas cadeias globais de valor que os macro acordos de comércio, como o CPTPP e a RCEP, devem encorajar.

6. O acelerado crescimento econômico criou condições para a expansão de empresas estatais e a consolidação de grandes conglomerados privados. Fortalecidas no plano doméstico, essas empresas e conglomerados deram início a um fluxo de investimentos diretos no exterior que, embora ainda modesto, vem crescendo. A estatal Viettel é a empresa dominante no mercado de telecomunicações de importantes países em desenvolvimento, como Moçambique e Peru. O conglomerado privado Vingroup, quarto maior fornecedor de automóveis no Vietnã, atua em países europeus e nos Estados Unidos. Em março de 2022, a Vinfast, braço automobilístico do grupo, anunciou um investimento de US\$ 4 bilhões em fábrica que produzirá carros elétricos na Carolina do Norte, EUA, decisão que, em seu twitter oficial, o presidente Joe Biden celebrou como exemplo da estratégia econômica de criação de empregos que está sendo implementada por sua Administração.

7. Em paralelo à “Doi Moi”, a opção por uma política externa não-alinhada expandiu a atuação diplomática do Vietnã. A consolidação dessa política levou ao estabelecimento de “relações especiais”, de “parcerias estratégicas completas”, de “parcerias estratégicas simples” e de “parcerias abrangentes” com trinta países. Brasil e Vietnã estabeleceram uma parceria abrangente em 2008.

Pandemia de COVID-19

8. Em 2020, o êxito das medidas de rastreamento de contatos, distanciamento social e controle de fronteiras, elevou o Vietnã à condição de um dos casos de maior sucesso na contenção da Covid-19. Até maio de 2021, haviam sido contabilizados apenas 35 óbitos. A chegada da variante delta, no entanto, levou à explosão de casos. Grande parte do país foi submetido a um regime de

“lockdown” e, em poucos meses, o número de óbitos alcançou 25 mil. Teve então início um amplo programa de vacinação. A par das vacinas diretamente adquiridas pelo governo, um grande empenho diplomático permitiu receber em doação – seja por meio do consórcio COVAX da Organização Mundial da Saúde (OMS), seja por meio de canais bilaterais diretos - vacinas da Alemanha, Argentina, Austrália, China, Cuba, Estados Unidos, França, Hungria, Itália, Japão, Polônia, Reino Unido, República Tcheca e Rússia. Teve início também a pesquisa de imunizantes nacionais, alguns dos quais logo atingiram a fase avançada de ensaios clínicos. O ritmo de vacinação progrediu rapidamente e o Vietnã começava a viver uma situação de relativa normalidade quando, em fins de 2021, foi surpreendido com a variante ômicron, que se alastrou rapidamente. Seja por tratar-se de uma variante menos letal, seja porque a vacinação em massa havia criado a imunidade necessária para enfrentar a nova onda, não foram adotadas medidas restritivas severas de distanciamento social. Desde então, o quotidiano da população encontra-se em seu ritmo normal.

B. ASSUNTOS POLÍTICOS

Política Interna

9. O principal marco ocorrido no período da minha gestão foi a realização, em janeiro de 2021, do 13º Congresso Nacional do Partido Comunista do Vietnã (PCV). Os congressos nacionais são eventos quinquenais nos quais são definidas as novas lideranças do país nos cinco anos seguintes e estabelecidas novas metas sociais e econômicas. O 13º Congresso confirmou a prevalência da orientação doutrinária tradicional, fiel aos princípios fundadores do Partido, tendência esta que passou a predominar a partir de 2018 na sequência de uma longa supremacia das lideranças reformistas entre 2011 e aquele ano.

Política externa

10. Em janeiro de 2021, o relatório político emanado do 13º Congresso Nacional do PCV preconizou que o país continuará a pautar-se, em suas relações internacionais, pelos princípios de independência, autossuficiência, multilateralismo e diversificação de parcerias. No contexto desses princípios, as relações exteriores vietnamitas caracterizam-se pelo não-alinhamento. “No enemies, no allies” (“nem inimigos, nem aliados”) sendo um de seus moteis principais, o Vietnã não abriga nem permite a presença de tropas estrangeiras em seu território e não se aliará a outro país para atacar um terceiro.

11. Em que pese ao tom de continuidade, o relatório político emanado do congresso nacional do PCV inovou ao atribuir relevância sem precedentes à diplomacia vietnamita, que passou a ser descrita como a “linha de frente” na promoção de objetivos de defesa e desenvolvimento nacional. Essa novidade traduz a percepção de que o “prestígio” (termo utilizado em discursos oficiais) angariado pelo Vietnã em sua busca por maior protagonismo internacional rende dividendos concretos ao país e que a projeção de uma imagem internacional positiva, que consolide o Vietnã como “parceiro confiável” (expressão empregada recorrentemente pelas lideranças vietnamitas), contribui para a atração de oportunidades econômicas, entre outras. Exemplo desse protagonismo foi a decisão de pleitear mandato não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biênio 2020-2021, para o qual o Vietnã foi eleito com número recorde de votos. O Vietnã lançou candidaturas e foi eleito para outros importantes órgãos das Nações Unidas (Conselho de Direitos

Humanos e à Comissão de Direito Internacional da ONU, por exemplo), e incrementou sua participação em operações de paz. Em 2020, foi altamente exitosa, como evidenciou o número recorde de documentos aprovados, a presidência *pro tempore* vietnamita da ASEAN.

12. Em suas manifestações, autoridades vietnamitas expressam preocupação com os desafios relacionados com o rearranjo de forças geopolíticas e a competição global entre China e Estados Unidos. No Mar do Sul da China (Mar do Leste, conforme a definição oficial vietnamita), um dos cenários em que a disputa estratégica entre Washington e Pequim se manifesta de forma crescente, o Vietnã tem evitado tomar partido de um dos lados, apesar de possuir litígios de soberania e de direitos marítimos com a China e de adotar uma postura abertamente crítica em relação às pretensões chinesas. O Vietnã defende que os litígios no Mar do Sul da China devam ser resolvidos com base no Direito Internacional e, em particular, no que dispõe a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982.

Relações bilaterais

13. Em janeiro de 1973, em seguida aos Acordos de Paz de Paris, que determinaram a retirada das tropas dos Estados Unidos do território vietnamita e selaram o fim da Guerra do Vietnã, vários países, que ainda não o haviam feito, estabeleceram relações diplomáticas com a então República Democrática do Vietnã (rebatizada de República Socialista do Vietnã em 1976). O Brasil estabeleceu relações com o Vietnã tardivamente, em 1989. Cinco anos depois, abriu a embaixada em Hanói.

14. Em abril de 2019, o vice-presidente da Assembleia Nacional, Uong Chu Luu, visitou o Brasil. No mês de maio seguinte, a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, cumpriu intensa agenda oficial em Hanói, tendo sua viagem se revestido de especial valor simbólico por ter coincidido com a comemoração do 30º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Vietnã. A ministra brasileira foi a convidada de honra da cerimônia especial que as autoridades vietnamitas promoveram para celebrar a data. Numa deferência especial, que nem sempre é reservada a autoridades em nível ministerial, o então primeiro-ministro, Nguyen Xuan Phuc (hoje presidente da República), a recebeu no Palácio de Governo.

15. O então vice-primeiro-ministro e chanceler Pham Binh Minh planejava visitar o Brasil em novembro de 2019, como parte de programa que incluía sua participação no Fórum da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), que teria lugar em Santiago do Chile. À luz do cancelamento do evento na capital chilena, a viagem ao Brasil foi adiada para 2020, mas não pôde concretizar-se em razão do advento da pandemia de Covid-19. Prevista para realizar-se em abril de 2020, missão chefiada pelo então ministro da Construção Civil, Pham Hong Ha, foi cancelada também em decorrência da pandemia.

16. Brasil e Vietnã contam com dois mecanismos regulares de diálogo: as Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (Consultas Políticas) e a Comissão Mista. As Consultas Políticas foram estabelecidas em 1995 e a Comissão Mista, em 2008. Em novembro de 2020, realizou-se a VII Reunião de Consultas Políticas. A delegação vietnamita foi chefiada pelo então vice-ministro de Negócios Estrangeiros (hoje ministro dos Negócios Estrangeiros) Bui Thanh Son e a delegação

brasileira, pela Secretaria de Negociações Bilaterais da Ásia, Pacífico e Rússia, embaixadora Márcia Donner Abreu.

17. No ensejo das consultas, o vice-ministro vietnamita suscitou a eventual celebração de memorando para cooperação entre academias diplomáticas e reiterou o interesse do Vietnã em realizar a III Reunião da Comissão Mista (a II e última reunião foi realizada em 2012), que contribuiria para identificar formas para ampliar os fluxos de comércio e investimentos. Por sua vez, a chefe da delegação brasileira recordou a proposta brasileira de Acordo para Cooperação e Facilitação de Investimentos.

18. O vice-ministro observou também que a reunião da Comista constituiria oportunidade para examinar o andamento das negociações sobre o acordo de cooperação técnica e o acordo para cooperação em matéria de educação. Os dois acordos estiveram prestes a ser assinados quando da visita do então vice-primeiro-ministro Vung Dinh Hue, hoje presidente da Assembleia Nacional, ao Brasil em julho de 2018, não o tendo sido em atendimento à solicitação feita na última hora pelo chefe da delegação vietnamita. Com relação ao acordo sobre cooperação em matéria de educação, a parte brasileira manifestou, na ocasião, que já teria sido atingida redação apropriada para permitir a respectiva assinatura.

19. Entre 2015 e 2018, três visitas ao Vietnã de Chefes de Estado brasileiros foram canceladas, por razões de força maior. Antes disso, em 2013, o secretário-geral do Partido Comunista teve sua visita ao Brasil cancelada.

C. PROMOÇÃO COMERCIAL

20. O fluxo total do comércio entre o Brasil e o Vietnã totalizou, entre 2017 e 2021, os seguintes valores (fonte: COMEX STAT):

2017: US\$ 3.919.069.298,00;

2018: US\$ 4.255.586.100,00;

2019: US\$ 4.573.679.806,00;

2020: US\$ 4.611.871.875,00;

2021: US\$ 5.393.515.986,00.

21. As estatísticas brasileiras e vietnamitas são discrepantes, o que decorreria da diferença de metodologias de aferição do comércio exterior. Segundo as estatísticas brasileiras, o intercâmbio comercial entre o Vietnã e o Brasil apresentou um pequeno déficit desfavorável ao Brasil de US\$ 154 milhões em 2021 (exportações brasileiras: US\$ 2.619.901.660; exportações vietnamitas: US\$ 2.773.614.326,00). Já segundo as estatísticas vietnamitas, o intercâmbio comercial entre o Vietnã e o Brasil foi de US\$ 6.345.919.530,00 no mesmo ano, com um expressivo superávit favorável ao

Brasil de US\$ 1,3 bilhão (exportações brasileiras: US\$ 4.075.285.839,00; exportações vietnamitas: US\$ 2.770.633.691,00).

22. A pauta comercial é indiscutivelmente desequilibrada em sua composição: o Brasil exporta produtos de base (commodities agrícolas e minérios), ao passo que o Vietnã é exportador de produtos industrializados. De acordo com as estatísticas brasileiras, com valores superiores a US\$ 500 milhões, os principais produtos exportados pelo Brasil para o Vietnã em 2021 foram farelos de soja e outros alimentos para animais (US\$ 579 milhões), algodão bruto (US\$ 570 milhões) e soja (US\$ 554 milhões). No mesmo ano, com valores também superiores a US\$ 500 milhões, os principais produtos exportados do Vietnã para o Brasil foram equipamentos de telecomunicações (US\$ 945 milhões) e peças e equipamentos eletrônicos (US\$ 617 milhões).

23. O Setor Promoção Comercial (SECOM) prestou com eficiência a assistência de rotina no fornecimento de informações sobre exportadores brasileiros a importadores vietnamitas e no auxílio em casos de diferendos comerciais, incluindo aqueles relacionados com recebimentos, liberação de cargas e encaminhamento de reclamações, assim como acompanhamento de casos de fraudes comerciais, informando empresas e autoridades sobre eventuais suspeitas. No exercício de suas atividades rotineiras, manteve contato regular com a Câmara de Comércio e Indústria do Vietnã (VCCI), com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MARD) e com o Ministério da Indústria e Comércio (MOIT).

24. Em novembro de 2019, com o objetivo de proceder a uma análise preliminar de campo sobre os potenciais no setor de alimentos e bebidas, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) enviou missão de inteligência comercial ao Vietnã. Na sequência dessa missão, o SECOM deu apoio à finalização dos estudos realizados pela missão e contratou empresa especializada para a elaboração de estudos de mercado sobre a) vinhos e suco de uva; b) queijos e laticínios; e c) fórmulas infantis. Em parceria com a ApexBrasil, o SECOM organizou, em 2020, 2021 e 2022, três edições anuais da Rodada de Negócios Brasil-Vietnã. Em formato misto (presencial e virtual), nas edições de 2020 e 2022, e virtual, em razão da pandemia de Covid 19, na edição de 2021, as Rodadas contribuíram para facilitar os contatos entre produtores e exportadores brasileiros do setor de alimentos e bebidas e importadores e distribuidores vietnamitas e para promover a marca Brasil junto à comunidade empresarial do Vietnã. Realizada em 7 de julho corrente, a edição de 2022 foi particularmente exitosa, com a inclusão de amostras para degustação. A repercussão positiva das Rodadas recomenda que lhe seja dada continuidade nos próximos anos, eventualmente com foco em outros setores, para além do setor de alimentos e bebidas.

25. Durante a minha missão, o SECOM manteve uma interlocução permanente com a Associação Brasileira de Produtores de Algodão (ABRAPA), dando apoio a missões, auxiliando na organização de reunião com Associação de Fiações do Vietnã (VCOSA) e facilitando o intercâmbio entre as duas associações.

26. Em janeiro de 2021, no marco do projeto setorial “Cotton Brazil”, a ABRAPA promoveu o “Cotton Day”, dirigido especificamente ao Vietnã, e, em junho do mesmo ano, também com o apoio do SECOM, promoveu o evento “Cotton Brazil Harvest 20/21 Roundtable”. Em coordenação com a Adidância Agrícola, o SECOM está envolvido na preparação e realização de

missão que a ABRAPA, ultrapassados os constrangimentos criados pela pandemia de Covid-19 e que impediram missões e reuniões presenciais, planeja enviar ao Vietnã em novembro do corrente ano.

27. Em maio de 2022, o SECOM deu apoio a missão da Embraer, que, no contexto da estratégia de aumentar presença no mercado vietnamita, apresentou, em voo de demonstração, o F2-190 Tech Shark Profit Hunter.

28. No mesmo mês, o SECOM recebeu missão da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que veio conhecer “in loco” a produção cafeeira do Vietnã. Em parceria com a AdidânciA Agrícola, deu apoio à participação da Associação Brasileira de Reciclagem Animal (ABRA) na “Oitava Exposição Internacional de Pecuária, Laticínios, Processamento de Carne e Aquicultura do Vietnã”, a ILDEX Vietnã 2022, a realizar-se na Cidade de Ho Chi Minh nos dias 4 e 5 de agosto do corrente ano.

29. Entre outras iniciativas a destacar durante a minha missão, o SECOM concluiu a nova edição do guia “Como Exportar: Vietnã”, elaborado por empresa especializada especialmente licitada para esse fim.

D. PROMOÇÃO DO AGRONEGÓCIO

30. O Setor de Promoção do Agronegócio foi instituído em 2020 como apêndice do Setor Comercial. Contando com a mesma chefia e auxiliares locais lotados no SECOM, o setor trabalhou em estreita coordenação com a AdidânciA Agrícola e pôde contar com o valioso apoio técnico dos adidos designados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O primeiro adido apresentou-se em 2018 e encerrou sua missão em dezembro de 2021; o segundo assumiu funções em fevereiro de 2022.

31. O Vietnã é o sexto país de destino dos produtos do agronegócio brasileiro. Entre 2019 e 2021, apesar dos impactos negativos da pandemia de COVID-19, o Brasil ampliou as exportações de produtos do agronegócio ao Vietnã. 34 novas plantas de produção de carne suína e de frango foram habilitadas para exportação entre 2019 e julho de 2022, além de ampliação de habilitação para novos produtos de quatro outras plantas. A participação do algodão brasileiro no mercado vietnamita subiu de 12% na safra 2018/2019 para 21% na safra 2019/2020 (298 mil toneladas) e se expandiu ainda mais em 2020/2021, chegando a 408 mil toneladas. Atrás apenas dos EUA, o Brasil já constitui o segundo fornecedor de algodão para o Vietnã, país com uma das mais importantes indústrias têxteis do mundo. Outros produtos extremamente relevantes da pauta exportadora brasileira são soja, milho e farinhas animais.

32. Marco durante a minha missão foi a referida visita ao Vietnã, em maio de 2019, da ministra Tereza Cristina e sua reunião com seu homólogo, ministro da Agricultura e Desenvolvimento Agrário, Nguyen Xuan Cuong, o que permitiu estreitar laços e criar oportunidades de negócios nesse setor.

Carne bovina

33. Em 2015, o Vietnã suspendeu o credenciamento de empresas exportadoras brasileiras de produtos cárneos (carne bovina, suína e de aves). Em novembro de 2016, como resultado de visita do então ministro Blairo Maggi, do MAPA, ao Vietnã, empresas brasileiras exportadoras de carne suína e de aves voltaram a ser credenciadas pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Vietnã. No caso da carne bovina, contudo, permanecem paralisadas as negociações para o reconhecimento dos certificados sanitários internacionais (CSIs), que são pré-requisito para a exportação do produto.

34. O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Vietnã adota “modus operandi” baseado na reciprocidade, ou seja, o Vietnã abrirá mercados agrícolas para outros países desde que esses países abram seus mercados para produtos agrícolas-florestais-pesqueiros vietnamitas.

E. ASSUNTOS CULTURAIS

35. A promoção da vertente brasileira da língua portuguesa constituindo um dos principais eixos de atuação do Setor Cultural da embaixada, procurei, durante a minha gestão, dar prosseguimento e explorar novas possibilidades de cooperação e parceria com a Universidade de Hanói, principal instituição universitária vietnamita especializada no ensino de línguas estrangeiras e única que abriga um Departamento de Português, cuja graduação conta com aproximadamente 300 alunos.

36. Há vários anos, com poucos intervalos, o Departamento de Português tem contado com o apoio de um leitor brasileiro. O contrato da última leitora tendo-se encerrado em julho de 2020, empenhei-me para incluir a Universidade entre as instituições estrangeiras aptas a receber um leitor no edital lançado pela CAPES em 2021. O novo leitor deve apresentar-se na Universidade no segundo semestre de 2022.

37. Em 2020, a embaixada inaugurou e mural-mosaico de cerâmica, com 25 metros de comprimento, que, utilizando técnica tradicional do famoso vilarejo de Bat Trang, retrata elementos do patrimônio arquitetônico, cultural e natural do Brasil. O mural-mosaico deveria ser originalmente instalado ao longo de uma avenida da capital vietnamita, mas, em virtude de replanejamento urbano que poderia levar a seu desmonte no médio prazo, a embaixada optou por transferi-lo para a Universidade, onde se tornou uma referência no respectivo campus e cenário de fotos publicadas pelos alunos em redes sociais.

38. No ensejo do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (5 de maio), que o Departamento de Português celebra anualmente, a embaixada tem contribuído com filmes, comidas típicas e fotos. Em 2019, obteve junto ao secretariado da CPLP os documentários do programa “CPLP Audiovisual - Série DocTV”, exibidos para os alunos na data. Em 2021, com vistas a prestigiar a primeira tradução de obra de Machado de Assis para o idioma vietnamita, realizou, em conjunto com o Departamento de Português da Universidade, “webinar” sobre o escritor brasileiro. Em maio de 2022, promoveu dois outros “webinars”, um sobre Jorge Amado, o mais conhecido escritor brasileiro no Vietnã, e outro sobre o bicentenário da Independência do Brasil, que teve a participação do renomado historiador brasileiro José Murilo de Carvalho. No segundo semestre de 2022, a embaixada promoverá um concurso de redação, destinado aos alunos do Departamento de Português e cuja temática será a Independência do Brasil.

39. Em janeiro de 2022, a embaixada lançou uma série de pequenos vídeos sobre os pontos de contato entre as culinárias brasileira e vietnamita. Em maio seguinte, promoveu a Semana do Cinema Brasileiro, em Hanói. Previsto inicialmente para ser realizado em 2020, o evento foi, em duas ocasiões, adiado, em razão da pandemia de Covid-19. Em novembro, deverá ser replicado na Cidade de Ho Chi Minh.

40. Em junho daquele ano, a embaixada patrocinou a apresentação de grupo de samba de roda baseado na Cidade de Ho Chi Minh no Festival Internacional de Hue, antiga capital imperial do Vietnã e coração da cultura vietnamita. Realizado a cada dois anos (em 2020 foi cancelado, em razão da pandemia de Covid-19), o festival tem por objetivo promover o diálogo entre a cultura vietnamita e outras culturas de forte expressão. Desde 2014, o Brasil não se fazia representar no evento. Participei pessoalmente da cerimônia de abertura, atendendo a convite dos organizadores, e presenciei a apresentação no grupo brasileiro.

41. Em setembro de 2022, com a exibição dos documentários “Brasil Orgânico”, de Kátia Klock e Lícia Brancher, e “Ser Tão Velho Cerrado”, de André D’Elia, está prevista a participação do Brasil no festival de cinema “The Time is Now”, projeto da iniciativa “EULAT 4 Culture”, da Secretaria-Geral Ibero-Americana, cujo objetivo é a promoção dos valores inerentes à Europa e América Latina.

42. No segundo semestre de 2022, deverá ser lançado o Dicionário Português-Vietnamita-Português, projeto de iniciativa da Associação de Amizade e Cooperação Brasil-Vietnã (VBFCA), entidade subordinada à União Vietnamita das Organizações de Amizade (VUJO), cuja missão é promover a chamada “people-to-people diplomacy”, importante vertente das relações exteriores do Vietnã. Com vistas a viabilizar a iniciativa, a VBFCA contou com doações dos empresários vietnamitas de seu Clube de Negócios. A Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA) contribuiu com uma doação que foi fundamental para a conclusão do projeto.

43. Entre outras iniciativas, a embaixada tem participado, com estande próprio, do festival gastronômico que o Ministério de Negócios Estrangeiros do Vietnã realiza todos os anos em Hanói.

44. Com o mesmo objetivo de divulgar aspectos da cultura brasileira, a embaixada fez publicar em órgãos da imprensa escrita artigos sobre o carnaval brasileiro, em 2020, e sobre o Dia da Independência, em 2021. À historiadora Lucia Pereira Bastos, da UERJ, a embaixada encomendou artigo sobre o bicentenário da Independência do Brasil, que fará publicar na imprensa vietnamita na semana do Sete de Setembro.

F. COOPERAÇÃO

45. Em junho de 2019, participei da cerimônia de encerramento de projeto de cooperação financiado pelo Fundo Índia-Brasil-África do Sul (Fundo IBAS) e que, envolvendo a Faculdade de Medicina e Farmácia de Hai Phong, consistiu na criação de plataforma eletrônica com conteúdo - cursos de medicina na área de doenças não transmissíveis – destinado a postos de saúde localizados nas províncias do norte do Vietnã. O projeto foi reconhecido como prova inegável de que a cooperação Sul-Sul possui fundamentos e métodos que representam um avanço em relação

à cooperação tradicional Norte-Sul que os países desenvolvidos prestam aos países em desenvolvimento.

46. Em julho de 2019, a embaixada intermediou os contatos de missão do Ministério das Finanças do Vietnã, enviada ao Brasil para conhecer a experiência brasileira em métodos públicos de gestão financeira e tributária.

47. Em fevereiro de 2020, o ministro da Construção do Vietnã manifestou interesse em visitar o Brasil com o objetivo de recolher subsídios com vistas ao aperfeiçoamento da Lei de Construção do Vietnã, que seria considerado pela Assembleia Nacional no mês de maio seguinte. Em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a embaixada deu início à organização da missão, que acabou cancelada em decorrência das manifestações iniciais da pandemia de COVID-19.

48. Em julho de 2021, a embaixada submeteu à chancelaria vietnamita minuta atualizada do acordo de cooperação técnica, que, como referido anteriormente, esteve prestes a ser assinado em julho de 2018, quando da visita do então vice-primeiro-ministro Vung Dinh Hue ao Brasil. A chancelaria vietnamita confirmou que a visita bilateral de uma alta autoridade brasileira ou vietnamita constituirá ocasião para se concluir a consideração do assunto e, como possíveis áreas de cooperação a serem exploradas, adiantou o interesse do Vietnã na cooperação em “construção e desenvolvimento urbano” e “segurança e defesa”.

49. Em dezembro de 2021, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Vietnã propôs ao governo brasileiro a elaboração de Memorando de Entendimento sobre Florestas, cujo foco seria o manejo e governança de áreas florestais. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento avaliou como positiva a oportunidade de iniciar negociações sobre o documento, manifestando especial interesse em trabalhar bilateralmente em tecnologias e sistemas sustentáveis de produção para o setor agropecuário e de baixa emissão de carbono, como aqueles contidos no chamado “Plano ABC+” (Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária).

G. ASSUNTOS CONSULARES E ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS

50. Em 2020 e 2021, a assistência consular foi justamente dominada pela pandemia. Houve dois momentos críticos:

- (i) em abril de 2020, quando, diante do cancelamento *sine die* dos voos internacionais, muitos brasileiros se viram retidos no país, o que levou à repatriação de 46 deles, em voo fretado pelo governo brasileiro e que, além da Indonésia, embarcou passageiros no Vietnã e na Tailândia; e
- (ii) a partir de julho de 2021 até o mês de setembro seguinte, quando o surto da variante Delta, iniciado em abril na Cidade de Ho Chi Minh, rapidamente se espalhou pelo país, submetendo metade das províncias vietnamitas e as principais cidades a um regime de “lockdown”.

51. Naquele primeiro momento, um amplo esforço de assistência consular, que envolveu toda a embaixada, foi necessário para divulgar a informação sobre o voo junto à comunidade brasileira e fazer chegar a Hanói, de onde o voo partiria, os brasileiros que haviam manifestado interesse em embarcar e que não moravam na capital.

53. No segundo caso, a gravidade do surto convenceu muitos brasileiros a partirem do Vietnã. Em razão do cancelamento dos voos domésticos e do fechamento das conexões rodoviárias, foi necessária a atuação emergencial da embaixada para obtenção, junto a diferentes repartições, das autorizações que permitissem o deslocamento excepcional, por via terrestre, de cidadãos brasileiros (em alguns casos, de famílias inteiras) diretamente de suas residências, onde quer que estivessem no país, até os aeroportos de Ho Chi Minh ou de Hanói, de onde voos internacionais haviam sido pontualmente autorizados a retomar as atividades. Nessa operação, a embaixada deu apoio a cerca de 45 brasileiros que se encontravam nessa situação e que puderam embarcar para o Brasil.

54. A comunidade brasileira é composta por um segmento expressivo de aeronautas (pilotos), de alguns poucos empresários, de funcionários de empresas brasileiras instaladas na Cidade de Ho Chi Minh e de esportistas (jogadores de futebol). Em 2020 e 2021, em razão da pandemia, a comunidade reduziu-se a cerca de 300 integrantes. O turismo internacional praticamente inexistiu nesses dois anos. Houve consequentemente uma queda no total de atendimentos consulares relacionados com registro civil, atos notariais, emissão de passaportes e concessão de vistos. Com o fim da Covid-19, há um movimento de retorno de brasileiros, o que faz prever que o contingente da comunidade retornará ao patamar prévio à pandemia de 500-600 residentes. Nota-se uma paulatina retomada do turismo internacional. Concretamente, foram 1821 atendimentos em 2019; 994 em 2020; e 819 em 2021. No primeiro semestre de 2022, registrou-se um total de 537 atendimentos.

H. CONCLUSÃO

55. As relações entre o Brasil e o Vietnã conheceram inegáveis avanços desde a abertura da embaixada brasileira em 1994, principalmente nos últimos quinze anos, mas muito se pode ainda realizar para fazer avançá-las e dar concretude à “parceria abrangente” que os dois países estabeleceram em 2008.

56. Sob esse pano de fundo, o estreitamento das relações bilaterais envolve ações em diferentes frentes. O Vietnã possui uma cultura política de tradição confucionista, que valoriza a senioridade e as relações pessoais em igual nível hierárquico. Encontros bilaterais e, em particular, as visitas ministeriais, cuja realização ficou prejudicada, nos últimos dois anos, em decorrência da pandemia de Covid-19, têm particular importância e potencial para a abertura e exploração de novas agendas.

57. Por ocasião de uma visita de alto nível, seja de uma autoridade brasileira ao Vietnã, seja de uma autoridade vietnamita ao Brasil, poderão vir a ser celebrados acordos que abririam importantes fronteiras nas relações bilaterais, como o acordo sobre cooperação técnica e o acordo em matéria de educação. Manejo florestal, cooperação em saúde e transformação digital são temas de interesse do Vietnã que poderiam dar igualmente origem à celebração de documentos bilaterais. O Vietnã reagiu favoravelmente à minuta de acordo, submetida pelo Brasil em dezembro de 2021,

que permitirá a dependentes de funcionários do Corpo Diplomático exercerem atividades remuneradas.

58. A diplomacia parlamentar sendo uma vertente importante das relações exteriores do Vietnã, a visita de uma alta autoridade ou de uma delegação do Congresso Nacional brasileiro teria efeito muito positivo nas relações bilaterais.

59. O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Vietnã cresceu de US\$ 300 milhões em 2000 para US\$ 3,8 bilhões em 2015 e US\$ 5,4 bilhões em 2021 segundo as estatísticas oficiais brasileiras (US\$ 6,3 bilhões, segundo as vietnamitas), mas há um grande potencial que iniciativas como as Rodadas de Negócios que a embaixada promove em parceria com a ApexBrasil, participação em feiras, negociações agrícolas e a celebração de um acordo de livre comércio Vietnã-Mercosul poderão ajudar a explorar.

60. Já sendo o Vietnã o sexto principal destino das exportações agrícolas brasileiras, o agronegócio brasileiro almeja ter acesso a novos mercados vietnamitas estratégicos ou ampliar o acesso existente. Com esse objetivo, as negociações devem ter em mente a posição do Vietnã baseada no princípio de que os interesses devem ser atendidos de forma equilibrada, ou seja, os pleitos brasileiros deverão estar atrelados à abertura do mercado brasileiro para produtos agroflorestais-pesqueiros de interesse estratégico para o Vietnã.

61. Os vietnamitas têm grande interesse pela cultura brasileira, o que reforça a importância de que a embaixada, em coordenação com o Instituto Guimarães Rosa, do Itamaraty, explore nichos que permitam a execução de uma programação cultural realista, ou seja, intensa mas que pressuponha orçamentos factíveis. O estreitamento da parceria e cooperação entre a embaixada e o Departamento de Português da Universidade de Hanói é particularmente crucial tendo em vista a promoção da vertente brasileira da língua portuguesa e, por seu intermédio, da cultura brasileira no Vietnã.

62. Com diferentes países, independentemente de afinidades político-ideológicas, o Vietnã desenvolveu um sólido acervo de relações, estabelecidas sob a égide uma política externa de vocação universalista, em que a geração de prosperidade por meio de comércio e investimentos é uma faceta fundamental, mas que atribui centralidade à dimensão político-diplomática da atuação externa. Sob essa perspectiva, o Vietnã reserva um papel de carro-chefe à sua diplomacia, por entender que a projeção de uma imagem positiva do país como parceiro confiável no plano internacional favorece a atração de oportunidades que contribuem para a promoção de seus interesses nacionais.

63. Os últimos acontecimentos mundiais estão pondo à prova os fundamentos que nortearam a chamada “globalização” e o mundo unipolar que emergiu nos anos 1990, e, nesse cenário, o Vietnã, na condição de país com elevado grau de independência estratégica e situado numa região – a Ásia do Pacífico – que se consolida como o novo eixo da geopolítica mundial, nutre expectativas ambiciosas sobre suas relações com o Brasil, condizentes com a percepção que as autoridades vietnamitas dele têm como país importante da América Latina e ator de peso no cenário internacional, conforme pessoalmente ouvi em várias oportunidades durante a minha missão.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM HANÓI

Candidato: Embaixador Marco Farani

PERFIL DO CANDIDATO**Ministro de primeira classe Marco Farani**

Nascido em Alegre, no Espírito Santo, em 1955, o ministro de primeira classe Marco Farani é formado em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB).

Ingressou no Instituto Rio Branco em 1980. Trabalhou nas Divisões de Imigração e de Informação Comercial. Fora do Itamaraty, trabalhou na Presidência da República (1985-1987), no Ministério das Comunicações (1987), na Vice-Presidência da República (1996-2003) e no Senado Federal (2003-2004). Foi, ainda, diretor da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência do Senado Federal (2018-2019).

No exterior, serviu na Missão do Brasil junto às Nações Unidas (1988-1991), na Embaixada em Tóquio (1992-1994), na Embaixada em Pequim (1994-1996), no Consulado-Geral em Tóquio (2012-2018), onde foi cônsul-geral, e chefiou a Representação Permanente do Brasil junto a Organismos Internacionais sediados em Londres (2019-2022).

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a política externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma embaixada capaz de promover os interesses do Brasil e dos brasileiros no Vietnã, gerando maximização de benefícios concretos para o país, por meio de atuação diplomática de alto padrão.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos baseia-se no PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com insumos para o planejamento e a execução com excelência da Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com o Vietnã, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro que resida/visite o país asiático.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Consolidar a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado vietnamita e a parceria política com o Vietnã, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem do Brasil no Vietnã e no entorno regional
3. Oferecer serviços consulares com qualidade e rapidez para a comunidade brasileira
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais
5. Fortalecer as relações bilaterais e com blocos regionais, em especial a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), da qual o Vietnã é membro
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no Vietnã
7. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Incrementar e diversificar o comércio do agronegócio com o Vietnã

- *Organização de reuniões de alto nível, ministerial e/ou de Secretários-Executivos e assemelhados, inclusive no campo sanitário, em diálogo com suas contrapartes vietnamitas;*
- *Realização de gestões contínuas, junto ao governo do Vietnã, para viabilizar visitas técnicas, presenciais ou virtuais, a estabelecimentos brasileiros, com vistas à habilitação para exportar ao mercado vietnamita;*
- *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos do agronegócio, em particular industrializados e de valor agregado, bem como de importadores adequados;*
- *Realização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de expansão no mercado vietnamita, como carnes, cafés especiais, cachaça, assim como maquinário agrícola, dentre outros;*

- *Palestras dirigidas e diálogo com associações empresariais do agronegócio brasileiro;*
 - *Interlocução com os principais importadores vietnamitas de produtos do agronegócio e outros atores locais relevantes;*
 - *Trabalho em apoio às empresas brasileiras que mantêm representação comercial permanente no Vietnã, assim como ações de fomento à presença, no mercado local, das empresas brasileiras, em consulta com entidades setoriais brasileiras;*
 - *Avaliação do atual dimensionamento da adidânciaria agrícola da Embaixada e propor alterações, caso necessário;*
- 2) Promover maior abertura do mercado vietnamita para a exportação de carnes bovina, suína e de aves, bem como a implementação de sistema de certificação eletrônica para esses e outros produtos de origem animal e vegetal**
- *Apoio técnico, organizacional e logístico às negociações entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e as autoridades sanitárias e fitossanitárias vietnamitas;*
 - *Manutenção de diálogo permanente com o governo vietnamita e suas autoridades competentes no campo dos produtos do agronegócio brasileiro.*
- 3) Promover a exportação de produtos brasileiros de maior valor agregado ao mercado vietnamita**
- *Apoio à realização de missões empresariais, de parte a parte;*
 - *Realização de eventos de promoção comercial de produtos da indústria nacional, como aviação civil, produtos de defesa, autopeças, máquinas e equipamentos do setor agrícola, bem como produtos da agroindústria, em consulta junto a associações setoriais e à ApexBrasil;*
 - *Atividades de inteligência comercial, para identificação de novos nichos e oportunidades de exportação de bens industrializados;*
 - *Avaliação do atual dimensionamento do Setor Comercial da Embaixada e fomento às atividades de promoção comercial.*
- 4) Estimular investimentos vietnamitas no Brasil**
- *Ações de promoção de oportunidades de investimentos no Brasil, notadamente ao amparo do Programa de Parceria de Investimentos (PPI);*
 - *Diálogo com altos executivos, com interesse por investimentos setoriais específicos;*
 - *Ações de apoio entre empresas brasileiras e vietnamitas para a realização de joint ventures;*
 - *Gestões junto ao governo vietnamita sobre possível negociação de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), visando a estimular a agenda de investimentos.*
- 5) Fomentar a aproximação entre o Brasil e a ASEAN e entre o MERCOSUL e a ASEAN**
- *Acompanhamento e participação nas iniciativas brasileiras na qualidade de parceiro de diálogo setorial da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN);*

- *Elaboração de informações regulares sobre oportunidades de negócios no âmbito da ASEAN;*
- *Elaboração de subsídios sobre as perspectivas de inclusão da ASEAN nos debates nacionais e do MERCOSUL sobre ampliação de acordos comerciais extrazona;*
- *Ações de fomento e participação em diálogos com Embaixadores do MERCOSUL e da ASEAN residentes em Hanói, de interesse compartilhado.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) Índice de promoção do comércio do agronegócio

(Nº de gestões realizadas junto a entidades setoriais, reuniões de alinhamento com a ApexBrasil, ações aprovadas e realizadas durante a gestão / Nº de gestões realizadas, reuniões de alinhamento com a ApexBrasil, ações aprovadas e realizadas na gestão anterior) x 100.

Resultados estão relacionados a decisões empresariais.

2) Índice de abertura do mercado vietnamita para exportação de carnes

(Nº de gestões realizadas junto a autoridades sanitárias e fitossanitárias vietnamitas para habilitação de exportadores brasileiros / Nº de gestões junto a autoridades sanitárias e fitossanitárias vietnamitas para habilitação de exportadores brasileiros realizadas na gestão anterior) x 100.

Resultados estão relacionados a decisões do governo vietnamita.

3) Índice de acesso ao mercado vietnamita de produtos de maior valor agregado

(Nº de gestões junto ao governo do Vietnã e junto a importadores locais com vistas a estimular a exportação de produtos de maior valor agregado ao Vietnã durante a gestão + número de atendimentos a empresas brasileiras exportadoras e vietnamitas importadoras/ Nº de gestões junto ao governo vietnamita e junto a importadores locais com vistas a estimular a exportação de produtos de maior valor agregado ao Vietnã + número de atendimentos a empresas brasileiras exportadoras e vietnamitas importadoras, caso aplicável, durante a gestão anterior) x 100.

Resultados estão relacionados a decisões empresariais.

4) Índice de investimentos externos vietnamitas no Brasil

(Número de gestões junto a empresas locais e ao governo vietnamita (no caso de estatais), articulação com a ApexBrasil e realização de atividades de promoção de investimentos no Brasil durante a gestão/ Número de gestões junto a empresas locais e ao governo vietnamita (no caso de estatais), articulação com a ApexBrasil e realização de atividades de promoção de investimentos no Brasil durante a gestão anterior) x 100.

Resultados estão relacionados a decisões empresariais.

5) Número de reuniões, gestões e outras ações sobre cooperação econômico-comercial entre o Brasil e a ASEAN e entre o MERCOSUL e a ASEAN durante a gestão.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Contribuir para o fortalecimento do diálogo bilateral entre Brasil e Vietnã, por meio da retomada dos mecanismos diplomáticos de alto nível, concomitantemente ao adensamento de visitas oficiais de lado a lado**
 - *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Vietnã e vice-versa, especialmente aquelas do mais alto nível, incluindo a troca de visitas entre os Chefes de Estado dos dois países, as quais possuem elevado potencial para incrementar as relações bilaterais;*
 - *Apoio substantivo e protocolar à realização de reuniões dos mecanismos bilaterais de diálogo: Mecanismo de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum e Comissão Mista bilateral;*
 - *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e vietnamitas, em formato presencial ou virtual;*
 - *Apoio a visitas de autoridades brasileiras ao Vietnã e de autoridades vietnamitas ao Brasil, inclusive representantes do Legislativo, do Judiciário e de entes federativos.*
- 2. Conservar a interlocução entre as duas chancelarias**
 - *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o governo vietnamita, por meio do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Vietnã;*
 - *Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Vietnã, quando cabível;*
- 3. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa vietnamita**
 - *Elaboração regular de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa vietnamita, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, comércio e investimentos, inovação e tecnologia, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros;*
 - *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos;*
 - *Realização de visitas/reuniões/encontros/eventos envolvendo observadores e atores políticos locais com participação da Embaixada.*
- 4. Incrementar o diálogo parlamentar bilateral**
 - *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros e vietnamitas;*
 - *Apoio a iniciativas/projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e vietnamitas;*

- Apoiar atividades do Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã da Câmara dos Deputados

5. Intensificar a paradiplomacia bilateral e a cooperação entre entidades subnacionais brasileiras e vietnamitas

- Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre representantes de entes federados brasileiros e vietnamitas;
- Apoio à negociação de acordos de irmanação entre regiões e municípios brasileiros e vietnamitas;
- Apoio a demais iniciativas/projetos conjuntos entre entidades subnacionais brasileiras e vietnamitas.

6. Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral e MERCOSUL-Vietnã

- Gestões, junto ao governo vietnamita, para negociação de acordos de interesse brasileiro;
- Informar e analisar propostas do governo vietnamita para a abertura de negociação de acordos bilaterais ou no âmbito do MERCOSUL, uma vez que foi finalizado, em 2020, o diálogo exploratório MERCOSUL-Vietnã;
- Subsídios ao diálogo com o Congresso Nacional sobre a importância de análise de acordos bilaterais já assinados e ainda não ratificados pelo lado brasileiro. Em caso de impossibilidade de ratificação em razão de legislação superveniente, subsidiar gestões com vistas a reabrir negociações, sempre que o tema seja de interesse brasileiro;
- Subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros sobre a importância da mais pronta resposta possível a propostas realizadas pelo lado vietnamita.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Índice de realização de reuniões em mecanismos bilaterais

(Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas durante a gestão / Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas na gestão anterior) x 100

2) Índice de interlocução com a chancelaria vietnamita

(Número de gestões junto à chancelaria vietnamita, durante a gestão/Número de gestões junto à chancelaria vietnamita, na gestão anterior) x 100

3) Número de telegramas do posto sobre temas de política interna e externa vietnamita, bem como sobre outros assuntos de interesse para a Política Externa Brasileira, por ano

4) Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e vietnamitas

5) Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e vietnamitas

6) Número de acordos concluídos durante a gestão

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1. Contribuir para a maior aproximação do Brasil com a ASEAN, no âmbito da parceria de diálogo setorial com a Associação**
 - *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o governo vietnamita sobre a ASEAN;*
 - *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre os interesses e oportunidades brasileiras junto à ASEAN;*
 - *Prestação de apoio a processos de negociação de cooperação técnica entre o Brasil e o Vietnã, nas áreas prioritárias da parceria de diálogo setorial com a ASEAN;*
- 2. Contribuir para a atuação do Brasil em organismos multilaterais que contam com o Vietnã entre seus membros**
 - *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação do Vietnã em dossiês regionais e internacionais, inclusive como subsídio para a participação brasileira no Conselho de Segurança da ONU no biênio 2022-2023;*
 - *Elaboração de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelo Vietnã em foros multilaterais, como a ONU e seus órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial do Comércio, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, a ASEAN e outros;*
 - *Diálogo com representantes governamentais vietnamitas sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais.*
- 3. Contribuir para o fortalecimento do diálogo Brasil-Vietnã em fóruns multilaterais, como forma de alavancar a cooperação bilateral com o Vietnã**
 - *Realizações de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e reuniões de cúpula;*
 - *Manutenção de foros de diálogos multilaterais, como aqueles entre os embaixadores dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Hanói.*
- 4. Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais que contam com o Vietnã entre seus membros.**
 - *Realização de gestões para buscar o apoio do governo do Vietnã a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de expedientes telegráficos e gestões do posto sobre o tema ASEAN por ano**
- 2) Número de expedientes telegráficos do posto sobre temas multilaterais por ano**
- 3) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais**
- 4) Índice de apoio vietnamita a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais**
(Nº de indicações positivas de apoio vietnamita a candidaturas brasileiras a organismos multilaterais no ano / Nº de solicitações brasileiras apresentadas à parte vietnamita para apoio a candidaturas a organismos multilaterais no ano) x 100

IV - Promoção da imagem do Brasil, da cultura brasileira e do turismo e da marca Brasil**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1. Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade vietnamita e diversificar as referências culturais brasileiras para além de manifestações já consagradas**
 - *Apoio à difusão do português e da cultura brasileira por meio do leitorado já existente na Universidade de Hanói e de eventual criação de outro leitorado na cidade de Ho Chi Minh;*
 - *Apoio à organização regular de Festival de Cinema Brasileiro e à inserção brasileira em outros festivais de cinema;*
 - *Promoção de eventos de música e dança brasileira, clássica e popular, e apoio a festivais que contem com a participação de músicos brasileiros;*
 - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em língua vietnamita, em especial ao público infanto-juvenil, diversificando as referências sobre o país;*
 - *Fomento à criação de atividades culturais que envolvam a língua portuguesa, como concurso de tradução;*
 - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);*
 - *Fomento à ida de artistas brasileiros conhecidos no Vietnã para realizarem apresentações;*
 - *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira junto ao público local;*
 - *Avaliação da conveniência de incentivo à criação de programa de rádio para a difusão da cultura brasileira.*
- 2. Promover a indústria cultural e criativa brasileira**
 - *Diversificar as ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação e criação conjunta;*

- *Apoio à divulgação de design e arquitetura nacional, já realizada por escritório de brasileiro radicado no país.*

3. Promover o Brasil como destino turístico de viajantes vietnamitas

- *Participação brasileira em grandes feiras de turismo no Vietnã, em cooperação com a EMBRATUR;*
- *Apoio a estudos de mapeamento de destinos turísticos de interesse para turistas vietnamitas no Brasil, tornando sua divulgação mais efetiva;*
- *Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissivo do Vietnã;*

4. Intensificar a promoção da imagem do Brasil

- *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial para divulgação de produtos brasileiros (vide item I.i.3), bem como com atividades culturais especiais.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Índice de realização de eventos de cinema, música, dança e literatura brasileiros**
(Número de eventos organizados pelo posto na gestão / Número de eventos na gestão anterior) x 100
Possível criação de Centro de Cultura Brasileira depende de decisões fora da alçada da Missão.
- 2) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 3) Número de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 4) Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa**
Número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões realizadas durante a gestão

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Promover a cooperação com o Vietnã em áreas já identificadas e prospectar novas oportunidades de cooperação em meio ambiente, desenvolvimento sustentável, energias renováveis (biocombustíveis), bem como na área de manejo florestal sustentável**
 - *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de*

biocombustíveis (etanol), de energias limpas, de eficiência energética, e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;

- *Realização de reunião bilateral para tratar de possibilidades de cooperação em meio ambiente, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento de energias renováveis;*
- *Apoio à negociação sobre o tema no âmbito do “Center of International Cooperation (CIC)”;*
- *Participação brasileira em eventos no Vietnã ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável;*
- *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
- *Apoio a diálogo entre especialistas vietnamitas e brasileiros para troca de experiências em matéria de conservação, monitoramento e combate ao desmatamento ilegal de florestas;*

2. Fortalecer diálogo com o governo vietnamita sobre a implementação do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris

- *Elaboração de materiais de registro e análise sobre os desdobramentos do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e dos compromissos assumidos pelo Vietnã no Acordo de Paris e na implementação do Protocolo de Quioto;*
- *Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima no Vietnã (aumento da frequência e duração das secas em regiões determinadas; aumento dos índices pluviométricos, enchentes e alagamento);*
- *Incentivo ao estabelecimento de diálogo entre negociadores vietnamitas e brasileiros sobre a implementação do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris, além de estímulo à coordenação de posições antes de grandes eventos internacionais relacionados ao clima.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de realização de reuniões e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão**
- 2) **Número de expedientes telegráficos do posto sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano**

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Promover a cooperação técnica com o Vietnã em áreas já identificadas e prospectar novas oportunidades de cooperação técnica, como, por exemplo, agricultura, saúde, tecnologia, dentre outros**
- *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação técnica em agricultura, saúde e tecnologia, assim como prospectar a possibilidade de novas áreas para cooperação;*

- *Apoio à negociação de acordo de cooperação técnica.*

2. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de reuniões e gestões bilaterais sobre cooperação técnica realizadas durante a gestão e eventual identificação de novas áreas para cooperação.**

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a variante brasileira da língua portuguesa

- *Apoio à difusão da variante brasileira da língua portuguesa e da difusão da cultura brasileira, por meio da manutenção de leitorado brasileiro na Universidade de Hanói e da eventual criação de novo leitorado na cidade de Ho Chi Minh.*
- *Promover o engajamento dos leitores no apoio à produção de material didático para o ensino da variante brasileira do português para estrangeiros (incluindo a modalidade de ensino à distância) e ações de estímulo ao seu uso como língua de herança por parte da diáspora brasileira;*

2. Ampliar o diálogo com o Vietnã para o desenvolvimento, produção e aquisição de vacinas, medicamentos e equipamentos médicos, com especial ênfase no enfrentamento de novas pandemias

- *Monitoramento dos avanços realizados pelo Vietnã em matéria de desenvolvimento de vacinas, medicamentos e equipamento médico em geral e, sobretudo, no contexto de enfrentamento de pandemias;*
- *Apoio à interlocução construtiva do governo vietnamita com autoridades sanitárias brasileiras;*
- *Identificação de outras possibilidades de cooperação no combate a pandemias, como importação de medicamentos e equipamentos de proteção individual;*
- *Apoio a entes federativos e autoridades brasileiras que venham a buscar informações sobre o tema ou que manifestem interesse em cooperar com parceiros vietnamitas para a aquisição ou produção de vacinas, medicamentos e material médico-hospitalar.*

3. Contribuir para o fortalecimento da cooperação bilateral em defesa

- *Incentivo ao contato e à interlocução entre autoridades de defesa dos dois países;*
- *Divulgação, junto aos setores interessados do governo vietnamita, de informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil;*
- *Elaboração, para o governo brasileiro, de materiais de registro e análise sobre a atuação e o funcionamento do setor de defesa vietnamita;*
- *Prestação de apoio a processos de negociação de eventuais acordos ou memorandos de entendimento sobre o setor de defesa entre Brasil e Vietnã, quando cabível;*

- *Avaliação da necessidade de criar adidânci a de defesa específica para o Vietnã, com adido de defesa residente.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de ações realizadas em conjunto com os leitores e de produção de material com a variante brasileira do português.
- 2) Número de reuniões, gestões e outras ações do posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão
- 3) Número de contatos com autoridades de Defesa do Vietnã e de reuniões bilaterais em matéria de Defesa durante a gestão e número de reuniões, gestões e outras ações do posto sobre negociações de acordos em matéria de Defesa
- 4) **Índice de realização de ações de promoção de produtos de Defesa**
Número de contatos com autoridades de Defesa da Vietnã e ações de promoção de produtos de Defesa durante a gestão

VIII - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Atualizar o mapeamento da comunidade brasileira no Vietnã**
2. **Ampliar o apoio à comunidade brasileira residente no Vietnã**
 - *Ampliação de canais de apoio consular e ampliação da difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, seja por meio do portal consular do Itamaraty, seja no quadro de campanhas de promoção ao turismo.*
 - *Avaliação da criação de Conselho de Cidadãos Brasileiros no Vietnã, caso haja efetivo interesse e disposição dos brasileiros residentes.*
3. **Implantar sistema e-consular, de modo a permitir maior agilidade na prestação dos serviços consulares**
 - *Otimização do atendimento ao público, por meio da implantação do sistema e-consular, que permitirá a oferta de serviços consulares digitais ao cidadão, além de aferir o nível de satisfação do consulente com o atendimento.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

Índice de reclamações do consulente

(Nº de reclamações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano por meio de canal de ouvidoria / Nº de manifestações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano anterior por meio de canal de ouvidoria) x 100

Duração do atendimento no guichê

Somatório do tempo total de atendimento em guichês / total de chamadas para atendimento



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

RELATÓRIO N° , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 62, de 2022, da Presidência da República (nº 509, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor MARCO FARANI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.*

Relator: Senador NELSINHO TRAD

Chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Senhor MARCO FARANI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata. Também foram juntados o Relatório de Gestão do Chefe de Posto ao final da missão (em atendimento ao item IV do art. 383, do Regimento Interno e à Decisão do Plenário da CRE, de 14/05/2015) e o Planejamento Estratégico para o posto de destino (Ato nº 1/2021-CRE, aprovado em 06/07/2021).

SF/22963.19880-72



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

O indicado é filho de José Farani e Maria Luiz Jorge Farani, e nasceu em 9 de abril de 1955, em Alegre/ES. Em 1977, concluiu o curso de Comunicação Social na Universidade de Brasília (UnB). No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1980) e o Curso de Altos Estudos (1998), ocasião em que defendeu a tese “Cinema e política: a política externa e a promoção do cinema brasileiro no mercado internacional”.

Iniciou sua carreira em 1980, como Terceiro-Secretário. Em 1986, tornou-se Segundo-Secretário; em 1992, chegou a Primeiro-Secretário; em 1998, a Conselheiro; em 2008, a Ministro de Segunda Classe. E em 2017, a Ministro de Primeira Classe. Todas as promoções por merecimento.

No Brasil, o diplomata serviu no Gabinete Civil da Presidência da República (de 1985 a 1987); como Assessor Especial do Vice-Presidente da República (entre 1996 e 2003); Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação (de 2008 a 2012); e Diretor da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência do Senado (entre 2018 e 2019).

No exterior, serviu na Missão do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU, de 1988 a 1991); na Embaixada do Brasil em Tóquio (de 1991 a 1994); na Embaixada do Brasil em Pequim (de 1994 a 1996); como Conselheiro na Embaixada em Roma, em 2007; Cônsul-Geral em Tóquio, de 2012 a 2018; e Representante do Brasil na Representação do Brasil junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres (de 2019 até o presente).

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Socialista do Vietnã.

As relações diplomáticas com o Vietnã foram estabelecidas em 1989. A Embaixada do Brasil em Hanói foi aberta em 1994 (a primeira de um país latino-americano), e a do Vietnã em Brasília foi inaugurada em 2000.

O Brasil e o Vietnã contam com dois mecanismos regulares de diálogo: as reuniões de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (consultas políticas) e a Comissão Mista Bilateral. A sétima e mais recente reunião de consultas políticas ocorreu, por meio virtual, em novembro de 2020.

SF/22963.19880-72



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Estão em vigor instrumentos sobre isenção de vistos para passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço; combate à fome e à pobreza; comércio; cooperação em esportes; em ciência e tecnologia; em saúde e ciências médicas; cooperação cultural; e entre as academias diplomáticas.

Na esteira do processo de abertura econômica, iniciado em 1986, o Vietnã tem adotado estratégia de diversificação de parcerias em prol do desenvolvimento e de sua segurança nacional. Dessa forma, aproximou-se de Estados Unidos, Japão e países europeus, além de normalizar as relações com a China.

O país vem buscando intensificar sua integração às cadeias globais de valor, além de comprometer-se com a cooperação internacional e com os preceitos de economia de mercado.

O Vietnã mantém relações diplomáticas com 188 países-membros das Nações Unidas e integra mais de 70 organismos regionais e internacionais, com destaque para o sistema ONU e para a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Na ONU, o Vietnã ocupou assento não permanente no Conselho de Segurança nos biênios 2008-2009 e 2020-2021. O país aderiu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1993 e à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2007.

O governo vietnamita tem interesse no aprofundamento dos vínculos econômico-comerciais com o Brasil. Entre 2018 e 2020, o Vietnã foi o principal parceiro comercial do Brasil na ASEAN. Em 2021, os fluxos comerciais do Brasil com o Vietnã superaram aqueles com parceiros tradicionais como Colômbia, Arábia Saudita, Peru, Uruguai ou Portugal. O Brasil é o maior parceiro do Vietnã na América Latina, seguido por México, Argentina e Chile.

Mesmo em 2020, a despeito do primeiro ano da pandemia da COVID-19, o intercâmbio bilateral expandiu-se e superou US\$ 4,6 bilhões, o melhor resultado até então. Em 2021, o comércio bilateral alcançou US\$ 5,39 bilhões (+17%), novo recorde histórico, tendo o Brasil exportado US\$ 2,61 bilhões (+15,7%) e importado US\$ 2,77 bilhões (+18%), com resultado final deficitário em US\$ 153,7 milhões.

No primeiro semestre de 2022, a corrente bilateral de comércio totalizou US\$ 3,29 bilhões (+31,5%), com exportações de US\$ 1,76 bilhão

SF/22963.19880-72



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

(+43,4%) e importações de US\$ 1,52 bilhão (+20%). O saldo comercial, no primeiro semestre deste ano, foi positivo para o Brasil em US\$ 231,9 milhões.

SF/22963.19880-72

Em relação aos investimentos, há amplo espaço para expansão. Atualmente, ao menos três empresas brasileiras estão em operação no Vietnã. O escritório brasileiro de arquitetura GEMA atua há mais de quatro anos na cidade de Ho Chi Minh. A empresa Medevice 3S, *joint venture* coreano-brasileira também sediada em Ho Chi Minh, fabrica preservativos. Já a empresa JBS instalou, em 2014, nos arredores de Ho Chi Minh, unidade de distribuição, produção e acabamento de couros, base para exportações para a Ásia e os EUA. Não há, contudo, registro de investimento vietnamita no Brasil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
15 de Novembro de 1889

2

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO

CPF.: 251.592.166-34

ID.: 7548 MRE

1956 Filho de Geraldo Sardinha Pinto e Déa Lúcia da Silveira Pinto, nasce em 19 de abril, em Belo Horizonte/MG

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr
 1980 Direito pela Universidade do Distrito Federal
 1983 CAD - IRBr
 1998 CAE - IRBr, "O Escritório Financeiro em Nova York e seu Papel na Execução Orçamentária e Financeira do Itamaraty no Exterior"

Cargos:

1979 Terceiro-Secretário.
 1981 Segundo-Secretário
 1987 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1994 Conselheiro, por merecimento
 2000 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2009 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1979 Divisão da América Central e Setentrional, assistente
 1982 Embaixada em Roma, Segundo-Secretário
 1983 Representação Permanente junto à FAO, Roma, Segundo-Secretário
 1984 XVIII Sessão do Grupo Intergovernamental de Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, FAO, Roma, Chefe de delegação
 1984 XV Sessão do Subgrupo de Estatística, FAO, Roma, Chefe de delegação
 1984 Reunião de Peritos sobre Preços Indicativos de Fibras Duras, FAO, Roma, Chefe de delegação
 1984 XIX Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Fibras Duras, FAO, Roma, Chefe de delegação
 1984 XXII Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Grãos, FAO, Roma, Chefe de delegação
 1985 XI Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Carnes, FAO, Roma, Chefe de delegação
 1986 Embaixada em La Paz, Segundo e Primeiro-Secretário
 1988 Embaixada em Manágua, Conselheiro comissionado
 1990 Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, assessor
 1991 Secretaria-Geral de Controle, Coordenador-Executivo, substituto
 1991 Secretaria-Geral Executiva, Coordenador-Executivo, substituto e Chefe de Gabinete, substituto
 1992 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Chefe de Gabinete
 1993 Divisão de Pagamentos do Pessoal, Chefe substituto e Chefe
 1994 Escritório Financeiro em Nova York, Conselheiro
 1997 Embaixada em Ottawa, Conselheiro
 1999 Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe
 2002 Escritório Financeiro em Nova York, Ministro-Conselheiro
 2006 Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Chefe de Gabinete
 2006 Departamento de Promoção Comercial, Diretor
 2009 Embaixada em Argel, Embaixador
 2013 Embaixada em Tel Aviv, Embaixador
 2016 Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos
 2019- Embaixada junto à Santa Sé, Embaixador

2019- Embaixada junto à Ordem Soberana e Militar de Malta, cumulativa, Embaixador

Condecorações:

- | | |
|------|--|
| 1982 | Ordem da Águia Azteca, México, Insígnia |
| 1985 | Ordem ao Mérito da República Italiana, Itália, Cavaleiro |
| 1988 | Ordem Nacional do Condor dos Andes, Bolívia, Oficial |
| 1992 | Medalha de Honra da Inconfidência, Minas Gerais, Brasil |
| 1994 | Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial |
| 1994 | Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Cavaleiro |
| 2007 | Real Ordem ao Mérito, Noruega, Grande Oficial |
| 2008 | Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Comendador |
| 2013 | Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil |
| 2022 | Ordem Pia (ou Ordem de Pio IX), Grã-Cruz, Santa Sé |

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 68, DE 2022

(nº 399/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 399

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de julho de 2022.

EM nº 00124/2022 MRE

Brasília, 18 de Julho de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Guatemala, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. A atual ocupante do cargo, **VERA CÍNTIA ÁLVAREZ**, deverá ser removida no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.
3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 434/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 22 de julho de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 22/07/2022, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3515977** e o código CRC **FC1EE104** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.006125/2022-57

SEI nº 3515977

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

Ministério das Relações Exteriores

Secretaria das Américas
Departamento de Caribe, América Central e do Norte
Divisão de México e de América Central

GUATEMALA



OSTENSIVO

Julho de 2022

PERFIS BIOGRÁFICOS

ALEJANDRO GIAMMATTEI – PRESIDENTE



Alejandro Giammattei Falla nasceu em 9 de março de 1956, na Cidade da Guatemala. É médico cirurgião, formado pela Universidade de São Carlos da Guatemala. Exerceu diversos cargos públicos, como Coordenador-Geral de Eleições do Tribunal Superior Eleitoral (1985 a 1991) e Diretor do Sistema Penitenciário (2002-2007). Entre 2007 e 2018 dedicou-se a atividades empresariais. Candidatou-se duas vezes à prefeitura da Cidade da Guatemala (1999 e 2003) e concorreu três vezes ao cargo de presidente (2007, 2011 e 2015), sem sucesso. Foi eleito presidente em 2019, em segundo turno, pelo recém-criado Partido Vamos. O presidente Giammattei sofre de esclerose múltipla.

MARIO BÚCARO FLORES – CHANCELER



Mario Búcaro Flores tem 44 anos e é diplomata de carreira. Foi nomeado ministro das Relações Exteriores da Guatemala em 1º de fevereiro de 2022. Anteriormente, foi embaixador em Israel (2018-2020) e no México (2020-2022). Atuou também como representante da Guatemala no Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe (OPANAL), tanto como membro permanente do Conselho quanto na vice-presidência da XXVII Conferência Geral de OPANAL.

Na iniciativa privada, trabalhou por dez anos na rede de televisão CBN, onde chegou a exercer a função de diretor regional (2012-2018). É mediador internacional especializado em resolução de conflitos e controvérsias internacionais, Búcaro tem ainda significativa carreira acadêmica na Guatemala. Declara-se cristão, já realizou trabalho missionário no Brasil e se apresenta como "um amigo do Brasil".

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Guatemala estabeleceram relações diplomáticas formais em 1906 com a atribuição da cumulatividade da representação do Brasil na Guatemala à Legação do Brasil no México. A Guatemala foi o primeiro país da América Central a receber uma representação diplomática brasileira permanente, em 1937, quando foi criada a Legação do Brasil na Guatemala, com ação cumulativa nos demais países do istmo centro-americano: Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá.

Na primeira década do século XXI, as relações do Brasil com a América Central passaram por período de intensa aproximação, seguida, na década seguinte, de gradual retraimento que se prolongou até 2018. A relativa perda de densidade decorreu, em larga medida, do quadro geral de constrangimento orçamentário no Brasil, que repercutiu no cancelamento de grandes projetos brasileiros na região (como o da hidrelétrica de Tumarín na Nicarágua), bem como da desistência do Brasil de tornar-se sócio do Banco Centro-Americano de Integração (BCIE).

O relacionamento Brasil-Guatemala também se ressentiu do relativo retraimento do diálogo com a América Central registrado entre 2010 e 2018. Nesse período, a cooperação

técnica e a coordenação em foros multilaterais mantiveram-se como elementos de continuidade do diálogo bilateral.

No plano político, a ativação do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, em maio de 2018, sinalizou a disposição dos dois países em retomar e aprofundar o diálogo regular. Em 25 de fevereiro de 2019, o então presidente guatemalteco Jimmy Morales encontrou-se com o vice-presidente Hamilton Mourão, à margem da reunião do Grupo de Lima em Bogotá. Na ocasião, o mandatário guatemalteco agradeceu a cooperação do Brasil para o melhoramento genético do rebanho bovino de seu país por meio da importação de embriões e sêmen bovino procedentes do Brasil desde 2018.

As relações bilaterais ganharam ímpeto com a visita oficial do ministro Ernesto Araújo à Guatemala em fevereiro de 2020, a primeira de um chanceler brasileiro a esse país desde 2008. A aproximação teve como pano de fundo o engajamento de ambos os países no Grupo de Lima. Na visita foram ressaltadas a convergência de visões e valores entre Brasil e Guatemala e as preocupações comuns em temas de segurança, como o combate à criminalidade organizada.

O diálogo entre os dois países manteve-se fluido e frutífero na gestão do ministro Carlos França. Em encontro com o chanceler guatemalteco Pedro Brolo à margem da 76^a AGNU, o chanceler brasileiro agradeceu o apoio unilateral da Guatemala à candidatura do Dr. Rodrigo Mudrovitsch para a Corte Interamericana de Direitos Humanos e convidou delegação guatemalteca a conhecer a experiência brasileira na área de vacinas, em particular na Fiocruz. O ministro Brolo expressou interesse da Guatemala nas redes regionais de combate a incêndios florestais.

As relações bilaterais mantiveram perfil elevado após a substituição de Pedro Brolo por Mario Búcaro na chancelaria guatemalteca em fevereiro de 2022. Em conversa telefônica com o ministro França, o ministro Búcaro externou grande afeição pelo Brasil, saudou a fluidez do relacionamento bilateral e agradeceu o apoio brasileiro no combate aos incêndios florestais na Guatemala. O chanceler brasileiro salientou os valores compartilhados entre ambos os governos e recordou a visita da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, para representar o mandatário brasileiro no Congresso Ibero-Americano pela Vida e Pela Família, celebrado na Guatemala em março de 2022. Os chanceleres transmitiram convites mútuos para a realização de visitas oficiais.

Convite ao Sr. presidente da República para visita à Guatemala

A boa fase das relações bilaterais traduziu-se em convite formulado pelo presidente Giammattei (29/5/2020) para que o Presidente Bolsonaro visite a Guatemala em “data a ser definida pelos canais diplomáticos”. O convite foi aceito pelo mandatário brasileiro em 10/8/2020, mas ainda não foi possível definir a data da visita. Em chamada telefônica realizada em 22/11/2021, o presidente Giammattei reiterou o convite e sugeriu a data de 09/03/22, por ocasião do Congresso Ibero-Americano pela Vida e pela Família. O presidente Bolsonaro não pôde comparecer e indicou a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, para representá-lo no evento.

Comércio Bilateral

No ano de 2021, o fluxo de comércio registrou crescimento de 36,9% e alcançou a cifra de USD 420 milhões. As exportações para a Guatemala totalizaram USD 352 milhões enquanto as importações somaram USD 64 milhões. O superávit em favor do Brasil foi de USD 288 milhões. O Brasil absorveu 1,6% das exportações da Guatemala e ocupou a nona posição entre os principais fornecedores do país. Há significativo espaço para o crescimento das exportações brasileiras, que também se beneficiariam de eventual avanço nas negociações de um acordo MERCOSUL-Guatemala.

A pauta exportadora brasileira é composta de máquinas, eletrodomésticos, veículos, milho e produtos da indústria química. O Brasil importa principalmente borracha natural, alumínio de reciclagem e produtos de vidro.

Acordo MERCOSUL-Guatemala

A aproximação entre o MERCOSUL e o Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), principal bloco de integração comercial da América Central, vinha sendo buscada desde 2008. No entanto, diante dos obstáculos à negociação de acordo comercial Mercosul-SICA, o Brasil apresentou à Guatemala, em outubro de 2018, sugestão de negociação de acordo MERCOSUL-Guatemala.

Em outubro de 2020, o ministro da Economia guatemalteco indicou aos embaixadores dos países do MERCOSUL haver resistência do setor empresarial do país à negociação do acordo. Em junho de 2021, a Guatemala comunicou sua decisão de recusar a proposta. No momento, o Brasil procura retomar o diálogo com autoridades guatemaltecas.

Promoção do Etanol

A Guatemala manifestou, no contexto de sua política de combate aos efeitos da mudança climática nos setores de energia e transporte, interesse em conhecer a experiência brasileira de implementação da mistura de etanol na gasolina. O Itamaraty, a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA) e o Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA), apoiados pelo Ministério de Energia e Minas da Guatemala, organizaram, no período de 3 a 5/5/2022, o seminário *Mobilidade Sustentável: Diálogo sobre Etanol*, que envolveu autoridades e representantes do setor privado de ambos os países e recebeu ampla cobertura dos meios de imprensa locais.

Os participantes do evento sublinharam a sustentabilidade do etanol como combustível, sua importância para a segurança energética, seu potencial para incrementar a pauta exportadora guatemalteca e a necessidade de que os dois países avancem nesse tema de interesse comum. A iniciativa evidenciou o potencial de cooperação entre o Brasil e a Guatemala em biocombustíveis.

Cooperação Técnica e Humanitária

A cooperação técnica figura entre os principais componentes da relação bilateral. O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Guatemala está amparado no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, assinado em 16 de junho de 1976. O documento foi atualizado e nova versão, assinada em 25 de julho de 2019, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

O atual programa bilateral de cooperação técnica conta com três projetos em execução (nas áreas de saúde e trabalho) e cinco iniciativas em fase de assinatura (sobre manejo de incêndios florestais, avaliação da conservação de ecossistemas florestais, repartição dos benefícios do uso da biodiversidade, produção de açúcar, e processamento de alimentos – cacau, leite e carne), elaboradas por ocasião da IV Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Guatemala, realizada em outubro de 2018. Há ainda uma iniciativa em negociação, em matéria de segurança pública.

Brasil e Guatemala também participam de projetos de cooperação trilateral (com o Japão, sobre polícia comunitária, com participação da Polícia Militar de São Paulo e do Ministério da Justiça e Segurança Pública), regional e multilateral.

Nos últimos anos, o Brasil prestou ajuda humanitária à Guatemala em 2012 (doação de 2.180 toneladas de arroz), 2015 (doação de 3 mil toneladas de feijão e 1 mil toneladas de arroz), 2018 (doação de vacinas antirrábicas), 2020 (doação financeira para locação de avião cisterna para combate a incêndios florestais e para aquisição de itens básicos de higiene para

as vítimas do furacão Eta) e 2021 (uso de horas de voo remanescentes do aluguel de aeronave anti-incêndios para combater incêndios florestais).

Cooperação em Matéria de Defesa

Em 1995 foi instituída a Missão de Cooperação Militar Brasil-Guatemala. Desde 1996, o Brasil envia militares para o Comando Superior de Educação do Exército da Guatemala (COSEDE). As Forças Armadas da Guatemala celebraram, em 2015, 20 anos do programa de cooperação militar Brasil-Guatemala. Em cerimônia oficial, o representante do vice-ministro de Defesa ressaltou que a totalidade dos atuais oficiais superiores das Forças Armadas da Guatemala foram, em algum momento, alunos de oficiais brasileiros. Brasil e Guatemala também possuem um Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, firmado em 2006 e em vigor desde 2009.

POLÍTICA INTERNA

A Guatemala é uma república unitária, cujo presidente é eleito para mandato de 4 anos, sem direito à reeleição. O Congresso da República é o órgão unicameral do Poder Legislativo, composto de 160 deputados com mandatos de 4 anos com reeleição. O sistema político-partidário do país apresenta-se consideravelmente fragmentado (26 partidos). A Corte Suprema de Justiça, principal órgão do judiciário, é integrada por 13 magistrados eleitos pelo Congresso para mandatos de cinco anos. As questões constitucionais são definidas pela Corte de Constitucionalidade, integrada por cinco magistrados também escolhidos para mandatos de cinco anos.

A Guatemala desempenha, na América Central, papel importante. Com estimados 17 milhões de habitantes, o país é também o de maior “densidade histórica”, o antigo centro da administração colonial, o mais populoso e, em decorrência dessa característica, possui a maior economia da região. As mudanças históricas que se processam na América Central são, muitas vezes, amplificadas na Guatemala.

A Guatemala enfrentou longa guerra civil entre 1960 e 1996, quando foram assinados acordos de paz entre guerrilheiros e o governo, com anistia geral concedida a ambos os lados. Desde então, o país tem vivido dentro da institucionalidade democrática, com a realização de eleições regulares a cada quatro anos. Jamais logrou, todavia, cumprir totalmente os acordos de paz de 1996, principalmente aqueles relativos às questões sociais que deram origem à revolta interna, ligadas à enorme porcentagem de pobres e miseráveis entre as populações rurais de origem indígena. O país apresenta elevados índices de pobreza e de violência, bem como crises de governabilidade recorrentes.

Em 2006, foi estabelecida no país, por acordo firmado com a ONU, a Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG), órgão independente, de caráter internacional, com o objetivo de apoiar a investigação de crimes cometidos por “aparatos clandestinos e corpos ilegais de segurança”. A atuação da CICIG resultou na prisão de três ex-presidentes e outros expoentes da política local.

O comediante Jimmy Morales foi eleito presidente para o mandato 2016-2020 com base na promessa de manter a atuação da CICIG e combater práticas da política tradicional guatemalteca. Não obstante, sua presidência foi marcada por constantes embates com a direção da CICIG, que o levaram à decisão de não renovar o mandato da missão.

Nas eleições de 2019, Alejandro Giammattei foi eleito presidente da Guatemala para o período 2020-2024 pelo Partido “Vamos por uma Guatemala Diferente” (Vamos). Giammattei tem perfil conservador e elegeu-se com discurso com ênfase no combate à corrupção e às “maras” (quadrilhas envolvidas em ampla rede de atividades criminosas). No entanto, além dos problemas econômicos causados pela pandemia de covid-19, o presidente enfrenta crises múltiplas relacionadas a fluxos migratórios, temas orçamentários, relações com o Congresso e

o Poder Judiciário, acusações de corrupção e conflitos graves de terra (sobretudo na localidade de Chirijox).

Em 2021 os EUA tentaram retomar o diálogo sobre corrupção na política guatemalteca, gerando reação do presidente Giammattei, que acusou Washington de ingerência em temas internos. Havia denúncias de que agentes públicos – sobretudo magistrados e promotores – que no passado desempenharam papel no combate à corrupção ao lado da CICIG têm sido alvo de ataques e assédio permanente.

Em visita da vice-presidente do EUA, Kamala Harris, à Guatemala, em junho de 2021, os dois países anunciaram a criação da “Força Tarefa contra a Corrupção”, com participação dos Departamentos de Justiça, do Tesouro e de Estado norte-americanos. Nesse contexto, promotores e especialistas americanos, residentes na Guatemala, trabalhariam para capacitar os membros do Judiciário local, principalmente a Procuradoria Especial contra a Impunidade. Harris manifestou a importância de que a Procuradoria Especial contra a Impunidade e seu mais ativo procurador de justiça, Juan Francisco Sandoval, dessem continuidade à luta contra a corrupção.

Em 1º de julho de 2021 os EUA divulgaram lista com 20 guatemaltecos que sofreriam sanções econômicas, dos quais 10 integrantes do Poder Judiciário. A iniciativa teve como base a Lei de Compromisso Melhorado para o Triângulo Norte, também conhecida como Lista Engel, instrumento dos EUA para o combate à corrupção na América Central. De acordo com a lei, aprovada em dezembro de 2020, os EUA podem aplicar sanções (perda de visto, impedimento de ingressar nos EUA, proibição de operação financeira com entidades norte-americanas) a cidadãos guatemaltecos (e da América Central) envolvidos em crimes de corrupção em contratos de governo, suborno, extorsão, lavagem de dinheiro e intimidação contra investigadores.

Os desentendimentos com os Estados Unidos em relação aos objetivos da cooperação bilateral de combate à corrupção vieram à tona em um dos episódios mais polêmicos do governo de Giammattei. Em 25 de julho de 2021, a procuradora-geral Consuelo Porras, aliada do mandatário guatemalteco, demitiu o titular da Procuradoria Especial Contra a Impunidade, Juan Francisco Sandoval. A justificativa foi a falta de confiança na relação entre os dois procuradores. A demissão repercutiu fortemente na sociedade local, na comunidade de doadores internacionais, na ONU, em países europeus e, particularmente, nos EUA, onde a demissão foi alvo de crítica do Secretário de Estado Antony Blinken e resultou na interrupção da “Força Tarefa contra a Corrupção”.

Na sequência da demissão do procurador Sandoval, 18 promotores foram removidos ou renunciaram ao cargo na Procuradoria Especial contra a Impunidade. Tornaram-se frequentes relatos de pressão, ameaça e intimidação aos membros do órgão. O governo Giammattei foi acusado de iniciar uma cruzada para desestruturar o Poder Judiciário do país, seja por meio da manutenção de aliados políticos nas altas cortes, mesmo após o fim do decurso de seus mandatos, seja mediante o desmonte dos órgãos de controle e fiscalização do Poder Executivo.

Francisco Sandoval deixou o país imediatamente rumo a El Salvador, escoltado pelo procurador de direitos humanos e acompanhado pelo embaixador da Suécia. Em entrevista à rede de TV estrangeira, afirmou que três investigações em curso na Procuradoria Especial apresentavam potencial para envolver o presidente Giammattei. A primeira, referente à descoberta de USD 70 milhões em efetivo que pertenciam ao ex-ministro da Construção, Infraestrutura e Moradia. O valor seria destinado ao pagamento de uma contribuição por sua recondução ao cargo em janeiro de 2020 pelo então presidente-eleito Giammattei. A segunda investigação referia-se a possível delação premiada de ex-funcionário de Giammattei que se encontrava na prisão. Por fim, encontrava-se sob investigação suposta entrega de dólares na residência do presidente Giammattei, por empresários russos, em abril de 2021. Giammattei qualificou de calúnia a denúncia.

No dia 29 de julho de 2021, houve protestos em todos o país, reivindicando a renúncia do presidente Giammattei e da procuradora-geral Consuelo Porras. As manifestações ganharam adesão de empresas, universidades, etnias indígenas e agentes de saúde. Nos dias 6 e 7 de agosto, registraram-se paralisações em nível nacional.

Em 20 de setembro de 2021, a procuradora-geral Consuelo Porras foi incluída na Lista Engel por obstruir investigações penais em casos de corrupção. O presidente Giammattei reagiu fortemente por meio do Twitter, acusando os EUA de não ter evidências que sustentassem a sanção.

Os protestos e conflitos continuaram em todo o país, demonstrando o descontentamento generalizado da população com a corrupção e outros problemas econômicos e sociais. Em Izabal, foi decretado estado de sítio por um mês em 25/10/2021, para conter protestos que ocorriam em torno de projeto minerador na região. No mesmo mês, militares da reserva bloquearam rodovias em pontos estratégicos do país, reivindicando pagamento de indenização pelos serviços prestados durante a guerra civil. O grupo não foi recebido pelo presidente do Congresso e invadiu a sede do parlamento.

Em janeiro de 2022 ocorreram 283 protestos em todo o país, enquanto o ano todo de 2021 registrou 1.656 manifestações. Os motivos continuaram a ser de natureza variada: má gestão dos serviços públicos, falta de segurança, exploração de recursos naturais, corrupção, problemas agrários.

Em outro episódio de pressão do Executivo sobre o Judiciário, a juíza Erika Aifán foi penalizada com a retirada de sua imunidade em janeiro de 2022. A magistrada é titular da primeira instância penal de narcoatividade e delitos contra o meio ambiente e denunciou ser vítima de processos sem base legal. Em 21/3, a juíza apresentou renúncia em razão de perseguições e ameaças à sua integridade física e de seus familiares. A magistrada dirigiu-se à Costa Rica, de onde pediu exílio nos EUA.

Em 7/04/2022, o Parlamento Europeu (PE) adotou resolução sobre as violações de direitos humanos na Guatemala e manifestou preocupação com a deterioração do Estado de Direito no país, principalmente com ações judiciais iniciadas na Corte Suprema de Justiça e no Ministério Público contra juízes, advogados e promotores independentes, que investigam estruturas criminosas vinculadas a alguns funcionários de Estado e empresários. O ministro das Relações Exteriores, Mario Búcaro, em sua conta de *Twitter*, expressou “total rechaço à resolução do PE”.

O governo da Guatemala enviou nota verbal às embaixadas e organismos internacionais sediados na Guatemala, em abril de 2022, advertindo que “a Carta Magna assinala que a soberania tem raízes no povo, que a delega para seu exercício, aos órgãos do legislativo, executivo e judiciário”; reiterando que a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas “estabelece que não se emita pronunciamento em assuntos internos de cada país”; e instando a “absterem-se de impulsivar iniciativas não solicitadas e que podem provocar confusão na sociedade guatemalteca”.

A procuradora-geral Consuelo Porras foi reeleita para mais um mandato como chefe do Ministério Público da Guatemala em 16/5/2022. A recondução de Porras ocasionou novas críticas dos EUA e da União Europeia.

Eleições de 2023

Em janeiro de 2023 tem início a campanha eleitoral na Guatemala para a eleição de presidente, deputados, membros do PARLACEN e prefeitos do país, os quais tomarão posse em 2024. A Constituição não permite a reeleição do presidente. O quadro de candidatos que já começam a se posicionar ainda é incerto, mas com o controle das Altas Cortes e do TSE exercido por Giammattei, é provável que “candidaturas indesejáveis” sejam impedidas de concorrer. Após o final de seu mandato, Giammattei ganhará um assento no PARLACEN e manterá sua imunidade penal.

Narcotráfico

Segundo a ONG de investigação criminal “InSight Crime”, o narcotráfico na Guatemala é atualmente dominado por grupos pequenos, formados por membros da força pública, políticos e criminosos, que lutam para controlar uma grande variedade de rotas marítimas e terrestres desde Honduras, mediante as quais chegam centenas de toneladas da droga provenientes da Venezuela e da Colômbia. O tráfico de cocaína continua a ser o pilar da economia criminosa.

As dinâmicas do narcotráfico são facilitadas por corrupção nas instituições guatemaltecas, que têm formado uma relação simbiótica com a criminalidade nas zonas fronteiriças. Nos últimos anos, fortaleceu-se uma aliança entre setores da elite, grupos do crime organizado e uma parte da institucionalidade pública e política para manter a corrupção e a impunidade.

A sociedade civil fortaleceu-se na capital e nas zonas metropolitanas durante os últimos anos devido à influência da Comissão Internacional Contra a Impunidade na Guatemala e o fortalecimento da Procuradoria Especial contra a Impunidade, mas o fenômeno não chegou ao interior do país. A Guatemala possui um sistema forte de investigação criminal, mas as instituições de combate à corrupção são incipientes e encontram-se debilitadas depois da interrupção do trabalho da CICIG. Além disso, a separação de poderes muitas vezes é desrespeitada, sobretudo por interferência do Executivo no Legislativo e sua influência sobre ações do Judiciário.

Combate à pandemia de covid-19

Com o início da pandemia de covid-19 em fevereiro de 2020, as autoridades locais impuseram, de março a agosto, controle rigoroso da mobilidade e fechamento das atividades do setor público. No mesmo ano, o ministro da Saúde foi demitido em meio a controvérsias em torno da aquisição das vacinas russas Sputnik. A Guatemala distribuiu também vacinas doadas pelos EUA e pela Espanha. Foram também recebidas cerca de 1 milhão de doses pelo mecanismo COVAX. No total, foram recebidos pelo país 25 milhões de doses, entre compradas e doadas.

O processo de vacinação decorreu de forma lenta em razão das dificuldades logísticas para distribuir e armazenar vacinas em condições de resfriamento. Atualmente, a taxa de vacinação pode ser considerada adequada na capital do país e em alguns grandes centros urbanos. As populações rurais por razões culturais e pela desconfiança em relação aos agentes do Estado se recusaram, em grande parte, a serem vacinadas.

Em julho de 2022, a Guatemala passou a enfrentar a quinta onda de contágios causada pelas variantes Ômicron, com a porcentagem de 40% de testes realizados positivos. As autoridades locais salientam o caráter endêmico da pandemia e sustentam que a população deve aprender a conviver com o risco de contágio.

POLÍTICA EXTERNA

Relação com os EUA

A influência exercida pelos EUA desempenha papel dominante na definição das prioridades da política exterior guatemalteca. O país é o principal parceiro comercial e a maior fonte de investimentos estrangeiros na Guatemala. Em 2018 os EUA abrigavam aproximadamente 1,3 milhão de residentes de origem guatemalteca, responsáveis pela maior parte das remessas internacionais recebidas pelo país. A presença norte-americana é igualmente relevante na cooperação técnica, em matéria de segurança – combate ao narcotráfico – e no acordo de comércio CAFTA-DR (*Dominican Republic-Central America Free Trade Agreement*). Os laços com os EUA também explicam a decisão guatemalteca de

reconhecer Jerusalém como capital de Israel e de anunciar, em março de 2018, a mudança da Embaixada da Guatemala para aquela cidade.

A Guatemala era considerada o sócio menos problemático e mais confiável no Triângulo Norte. Nos últimos 5 anos, porém, houve distanciamento entre os dois países em razão da ineficácia do governo em estabelecer bons níveis de governança e combater a corrupção nas três esferas de poder.

Em mais um episódio de afastamento entre os dois países, em novembro de 2021 os EUA excluíram a Guatemala da lista dos países convidados para a Cúpula da Democracia, realizada em 9 e 10/12/2021. Entre os países excluídos estavam também Nicarágua, Venezuela, Bolívia, Cuba, el Salvador, Honduras e Haiti. A Presidência guatemalteca minimizou a situação, afirmando ser a Cúpula uma atividade própria do governo dos EUA e que as relações bilaterais seguem em boas condições.

Em dezembro 2021, Giammattei afirmou à imprensa que a Guatemala é o “último aliado dos EUA na América Central” e que a cooperação bilateral tem sido fundamental para os avanços no combate ao crime transnacional. Na primeira quinzena de janeiro de 2022, a vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, chamou por telefone o presidente Giammattei e lhe pediu para garantir que “os atores corruptos prestem contas”, sublinhando que “a corrupção mina a confiança do povo e solapa a capacidade de governar de forma efetiva e responsável”. No mesmo mês, porta-voz do Departamento de Estado dos EUA manifestou preocupação com a retirada da imunidade da juíza Erika Aifán.

Em abril de 2022, o Departamento de Estado dos EUA divulgou o “2021 Country Reports on Human Rights Practices: Guatemala”, que apresenta quadro preocupante sobre a situação de direitos humanos no país, em especial em relação ao sistema judiciário e a perseguição a defensores de direitos humanos e jornalistas no país. O relatório aponta práticas de prisões arbitrárias, represálias por motivos políticos, falta de independência do poder Judiciário e graves restrições à liberdade de expressão.

Em entrevista publicada em 26/05/2022, o presidente Giammattei afirmou que a administração Biden pune “um dos últimos governos na região que apoia os EUA, a Guatemala”. Biden estaria, segundo Giammattei, tentando desestabilizar seu governo, além de procurar introduzir na Guatemala o “multiculturalismo” que a administração norte americana e seus aliados domésticos impulsionam nos EUA. Criticou o que chamou de “indigenismo” da USAID. Disse que os EUA querem fazer na Guatemala o mesmo que teriam feito no Chile, referindo-se às atuais tentativas da esquerda chilena de mudar a Constituição e transformar o país num “Estado Plurinacional”. A razão para tal oposição do governo dos EUA seria o fato de Giammattei opor-se à legalização do aborto, enquanto Biden seria a favor. Além disso, teria desagradado os EUA a expulsão da Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG).

Em 17/5/2022, o presidente Alejandro Giammattei declarou que não participaria da Cúpula das Américas (Los Angeles, 6 a 10/6/2022), afirmando: “não me convidaram para a Cúpula. De todos os modos, mandei dizer que não irei. (...) Este país pode ser pequeno, mas enquanto eu for presidente, sua soberania será respeitada”. A declaração veio após a reação de desagrado dos EUA após a reeleição de Consuelo Porras, aliada de Giammattei, para o cargo de procuradora-geral da República.

Relação com Taiwan

Outro elemento importante das relações externas da Guatemala é o reconhecimento diplomático de Taiwan, sobretudo em face do avanço do reconhecimento da China continental entre os países da região. Em janeiro de 2017, a presidente de Taiwan, Tsai Ing-Wen, realizou visita oficial à Guatemala, ocasião em que avaliou novos investimentos em infraestrutura, com o objetivo de concluir a ampliação da "Estrada para o Atlântico", que já teve vários trechos duplicados por intermédio da cooperação taiwanesa. As relações com os EUA e

Taiwan ilustram a centralidade da cooperação internacional para a formulação da política externa da Guatemala.

Crise Migratória

No período de 12 meses, concluído em 30 de setembro 2021, a Guatemala superou todos os recordes anteriores quanto ao número de migrantes de sua nacionalidade apreendidos na fronteira entre o México e os EUA. De acordo com a Patrulha de Controle das Fronteiras dos EUA (CBP, na sigla em inglês), 283 mil guatemaltecos foram apreendidos em 2021. Os guatemaltecos só foram superados em número pelos migrantes do México e de Honduras. As cifras refletem acentuada piora nas condições de vida da população, após a pandemia e as tormentas tropicais Eta e Iota, que atingiram a região em novembro de 2020.

Estima-se que, para cada migrante detido na fronteira, dois logram chegar aos EUA. Até recentemente, a Guatemala reconhecia a existência de aproximadamente 3 milhões de guatemaltecos nos EUA.

A fim de diminuir o fluxo migratório, a vice-presidente Kamala Harris e o presidente Giammattei anunciam, em junho de 2021, programa de estímulo econômico para a criação de 2,5 milhões empregos em 10 anos. A USAID comprometeu-se em apoiar com USD 30 milhões em 3 anos, sobretudo em projetos de empreendedorismo para jovens.

Integração regional: SICA, CAFTA-DR, Triângulo Norte e outros

Na América Central concentra-se a maior parte da atuação diplomática da Guatemala em função dos processos de integração econômico-comercial, física e político-institucional. A Guatemala é membro das principais instituições do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA): o Mercado Comum Centro-Americanano, o Banco Centro-Americanano de Integração Econômica (BCIE), o Parlamento Centro-Americanano (PARLACEN) e a Corte Centro-Americanana de Justiça (CCJ).

O SICA busca viabilizar inserção internacional mais favorável para os países da região. Entre seus logros, contam-se a consolidação do comércio intrarregional; a capacidade de atuar em bloco em foros internacionais; os acordos de livre movimentação de pessoas na região; e a coordenação em matéria da segurança. O Acordo de Associação com a União Europeia e a criação de união aduaneira regional (Guatemala-Honduras e El Salvador) são importantes marcos que demonstram a importância da coordenação dos países centro-americanos no SICA.

A Guatemala mantém, ainda, o *status* de país-observador na Aliança do Pacífico (AP) e tem revelado interesse em tornar-se membro pleno. O país firmou, em 2012, na qualidade de membro do SICA, Acordo de Associação e Integração com a União Europeia (UE), que passou a vigorar, em caráter provisório, em 2013. A Guatemala também firmou TLCs com Taiwan, Peru, Chile e Colômbia, além de acordo de alcance parcial com o Equador.

Diferendo com Belize

A Guatemala mantém diferendo territorial com Belize, por meio do qual reivindica área de 12.272 km² – mais da metade do território belizenho (22.966 km²). A reivindicação tem raízes no tratado entre a Guatemala e o Reino Unido de 1859, pelo qual a Guatemala reconhecia a soberania britânica sobre o território belizenho, em troca de pagamento que o Reino Unido jamais efetuou. Em 1991, ao reconhecer a independência de Belize, a Guatemala manifestou não-reconhecimento das fronteiras definidas com a Grã-Bretanha.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) tem fomentado, desde o ano 2000, o diálogo entre Guatemala e Belize. Em 2003, estabeleceu Escritório na "Zona de Adjacência" – faixa de um quilômetro para cada lado da "Linha de Adjacência", correspondente aos limites provisórios entre os dois países. No mesmo ano criou o "Grupo de Amigos de Belize e Guatemala", que prevê apoio político, operacional e financeiro ao processo. O Brasil faz parte

do Grupo de Amigos e efetuou contribuições ao subfundo Belize-Guatemala do Fundo de Paz da OEA; a mais recente no valor de US\$ 25.000, em 2009. Em 2008, os dois países decidiram submeter a disputa à Corte Internacional de Justiça (CIJ), sujeita à aprovação em referendos simultâneos nos dois países. As consultas não ocorreram, devido ao agravamento das tensões em 2012. Os dois países decidiram, então, adotar medidas para reforçar a confiança mútua. Em 2014, foi criada a Comissão Conjunta Belize-Guatemala, e, com o apoio da OEA, foi decidida a elaboração de um "Mapa do Caminho e Plano de Ação".

A Comissão e as medidas de confiança têm produzido alguns resultados. Em dezembro de 2014, os dois países assinaram 13 acordos. Na ocasião, o presidente da Guatemala disse que seu país "não constitui, nem constituirá jamais, uma ameaça para Belize".

Em maio de 2015, os chanceleres de Guatemala e Belize assinaram, na presença do Secretário-Geral da OEA, o "Protocolo ao Acordo Especial entre Guatemala e Belize para Submeter a Reivindicação Territorial, Insular e Marítima da Guatemala à Corte Internacional de Justiça". A assinatura do Protocolo facilitou o processo, ao eliminar a exigência de simultaneidade para a realização da consulta popular nos dois países. Os esforços negociadores têm sido, contudo, frequentemente perturbados por incidentes na região fronteiriça, que ilustram o delicado equilíbrio das negociações e o elevado potencial de irritantes, inclusive em razão do número cada vez maior de nacionais guatemaltecos vivendo no lado belízio da Zona de Adjacência.

A Guatemala deu importante passo com a realização, em 15 de abril de 2018, de referendo do qual participaram 1,7 milhão de guatemaltecos, em que 96% votaram a favor de que o país submeta a disputa à jurisdição da Corte Internacional de Justiça (CIJ). O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) brasileiro enviou representante na condição de observador. No dia 8 de maio de 2019, a população de Belize votou, em referendo, favoravelmente (55%) à submissão da disputa à CIJ.

ECONOMIA

A Guatemala possui a maior economia da América Central. É também um dos países mais desiguais da América Latina, com elevados índices de pobreza entre as populações rurais e indígenas. Em 2020 o PIB sofreu queda de 1,5%, registrando valor de US\$ 80,4 bilhões. A taxa de inflação nesse ano foi de 4,85%. Os furacões Eta e Iota prejudicaram o desempenho econômico do país naquele ano sobretudo em razão dos danos que causou à infraestrutura. As agências internacionais ressaltam a estabilidade macroeconômica como sua característica central da Guatemala nas últimas décadas. Desde 2000, o país tem registrado taxas de crescimento médio em torno de 3,5%. Nesse período, o índice inflacionário situou-se na média abaixo de 6%.

Em 2021 a Guatemala registrou o melhor desempenho macroeconômico em 40 anos, registrando crescimento de 7,5% do PIB, que chegou a USD 86,26 bilhões. Fator chave para o resultado positivo foram as remessas de familiares migrantes, que aumentaram de USD 11,34 bilhões em 2020 para USD 15,30 bilhões em 2021, crescimento de 16%. As remessas representaram 17,73% do PIB da Guatemala e seu total superou as exportações do país (USD 13,59 bilhões). As reservas monetárias internacionais aumentaram de USD 18,9 bilhões para USD 20,94 bilhões. A dívida pública registrou pequeno aumento e alcançou USD 11,68 bilhões, 13,52% do PIB. O gasto público, um dos menores do mundo, reduziu-se de USD 12,55 bilhões em 2020 para USD 9,7 bilhões em 2021. O país recebeu investimento estrangeiro superior às expectativas do governo, da ordem de USD 3 bilhões. Foram criados 100 mil novos empregos formais e o número de guatemaltecos filiados ao sistema de seguridade social da Guatemala cresceu 7,8%.

Apesar do desempenho econômico favorável em 2021, com crescimento do consumo privado e construção, o êxito macroeconômico nos últimos anos não tem sido suficiente para impulsionar os indicadores socioeconômicos. O governo implementou dez programas sociais para diminuir o impacto da pandemia de covid-19 sobre a economia das famílias. Entre eles, destacam-se o “Bono Família”, que beneficiou 2,79 milhões de famílias; o “Bono de Protección del Empleo”, que apoiou 190 mil trabalhadores; o “Piso Digno” para melhorar a situação de famílias pobres ou extremamente pobres; e a distribuição de 200 mil kits “Junto Saldremos Adelante” com alimentos para famílias vulneráveis.

Em julho de 2021, o FMI publicou avaliação da situação econômica do país na qual destaca a estabilidade macroeconômica, o crescimento econômico com o aumento das remessas de imigrantes e o aumento da confiança de investidores. O choque da pandemia sobre a atividade econômica foi considerado relativamente limitado, em razão da rápida reabertura da economia, das políticas de apoio governamental (sem precedentes até então) e da resiliência das exportações. O relatório alertou, porém, que os indicadores de pobreza e desnutrição deterioraram-se em decorrência da pandemia e da destruição causada pelos furacões Eta e Iota, em novembro de 2020.

A carência de investimentos externos constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico do país e limita sobremaneira as perspectivas de crescimento da Guatemala. O governo procura atrair capital estrangeiro por meio de programas e incentivos, com pouco êxito. A insegurança jurídica e a situação de segurança pública são apontadas como as principais responsáveis pela pouca capacidade de atrair IED. O país enfrenta várias demandas arbitrais internacionais de empresas estrangeiras que investiram no país mas não puderam levar a cabo suas operações em função de oposição de comunidades locais ou entraves regulatórios. Além de afastar outros potenciais investidores, tais contendas oneram pesadamente as contas públicas.

O Congresso guatemalteco aprovou em 23 de novembro de 2021 o primeiro projeto de parceria público-privada da história do país, para a reforma da autoestrada Escuintla-Puerto Quetzal. A empresa Marhnos Guatemala ganhou a concessão e investirá USD 125 milhões pelo período de 25 anos, gerando 1.700 empregos diretos. A expectativa do governo é de que a parceria estimule investimentos adicionais de empresas de logística, hotelaria e restaurantes.

Em 2022, as perspectivas macroeconômicas se mantêm favoráveis, mas com projeção de menor crescimento do PIB. O Banco da Guatemala estima que a economia crescerá entre 3,5% e 5,5%. O aumento da inflação desde o início do ano levou o governo a adotar medidas setoriais, como a aprovação de subsídios para a compra de diesel e gasolina. A inflação registrada em maio de 2022 foi de 5,82% no período de um ano.

Em 16/6/2022, o governo anunciou o “Programa Nacional de Emergência”, que terá custo total de USD 876 milhões em subsídios para combustíveis, energia elétrica e gás, entre outras áreas.

Comércio exterior (2020-2021)

A corrente de comércio exterior da Guatemala em 2020 registrou valor de USD 29,77 bilhões: redução de 4,8% em relação a 2019. As exportações totalizaram USD 11,56 bilhões: incremento de 3,5%. As importações foram de USD 18,21 bilhões: diminuição de 8,4%. O déficit comercial foi de USD 6,65 bilhões em 2020.

Em 2021 a corrente de comércio alcançou USD 40,20 bilhões: crescimento de 35%. O valor total das exportações foi de USD 13,59 bilhões: incremento de USD 17,56 milhões em relação a 2020. O total das importações foi de USD 26,61 bilhões: aumento de 46,13%. O déficit comercial em 2021 foi de USD 13,02 bilhões.

A pauta exportadora da Guatemala em 2021 foi composta principalmente de vestuário (11,6%), café (6,8%), óleos comestíveis (6,7%), banana (6,1%), ferro e aço (4,4%), plásticos (3,97%), cardamomo (3,83%), açúcar (3,74%), papel e cartão (2,73%) e bebidas, líquidos

alcoólicos e vinagres (2,68%). Os principais destinos das exportações guatemaltecas foram América Central (33,2%), EUA (31,3%), UE (9,5%), México (4,4%) e China (2,5%).

Os principais produtos importados pela Guatemala em 2021 foram combustíveis (15,03%), máquinas elétricas e partes (7,78%), veículos e materiais de transporte (7,48%), máquinas mecânicas e partes (7,44%), plásticos (6,35%), ferro e aço (4,96%), produtos farmacêuticos (3,46%) papel e cartão (3,04%), cereais (2,65%) e preparação de alimentos diversos (1,99%). As importações tiveram origem principalmente nos EUA (34%), China (13,9%), América Central (11,6%), México (2,8%) e UE (6,0%). O Brasil exportou USD 420 milhões (1,6% da pauta exportadora) e ocupou a nona posição entre os principais fornecedores da Guatemala.

Remessas do Exterior

O influxo de dólares americanos para a economia guatemalteca encontra-se diretamente associado ao fenômeno migratório. Em 2021 as remessas de familiares migrantes alcançaram a cifra recorde de USD 15,30 bilhões, valor correspondente a 17,73% do PIB da Guatemala. As remessas contribuem para manter a estabilidade macroeconômica do país, equilibrando o balanço de pagamentos e viabilizando as importações. Em contrapartida, também concorrem para prolongar e aprofundar a subordinação de grande parte da capacidade de produção e consumo da economia ao recebimento de recursos dos emigrados, uma vez que seis de cada dez lares guatemaltecos dependem das remessas. Para 27% das famílias, os recursos que recebem representam 50% da renda.

MAPA DA GUATEMALA



GUATEMALA – DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Guatemala
CAPITAL	Cidade da Guatemala
TERRITÓRIO	108.889 km ²
POPULAÇÃO (2020, Banco Mundial)	18,713 milhões
IDIOMAS	Espanhol (oficial), 23 línguas indígenas faladas por cerca de 40% da população.
RELIGIÕES	Católica (47%), Protestantes (40%); outras ou nenhuma (13%)
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Alejandro Giammattei (desde janeiro de 2020)
CHANCELER	Mario Búcaro (desde fevereiro de 2022)
PIB nominal (2020, Banco Mundial)	US\$ 83,4 bilhões
PIB PPP (2020, Banco Mundial)	US\$ 163 bilhões
PIB nominal per capita (2020, Banco Mundial)	US\$ 4.542
PIB PPP per capita (2020, Banco Mundial)	US\$ 8.894
VARIAÇÃO DO PIB (2020, Banco Mundial)	-1,5 (2020); 3,9 (2019) -3,3 (2018); 3,1 (2017); 2,7 (2016); 4,1 (2015)
IDH (PNUD, 2019)	0,66 (128º)
EXPECTATIVA DE VIDA (Banco Mundial, 2019)	74 anos
ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2016)	89%
UNIDADE MONETÁRIA	Quetzal
EMBAIXADORA NA GUATEMALA	Vera Cíntia Álvarez (desde 2019)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Arturo Duarte (desde 2021)
COMUNIDADE BRASILEIRA (est.)	400 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil Guatemala	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 jan-jun
Intercâmbio total	252,8	234,1	298,0	266,8	313,8	304,6	417,2	211,4
Exportações	224,3	194,9	266,6	226,9	281,3	256,1	352,9	181,8
Importações	28,5	39,2	31,4	39,9	32,5	48,5	64,3	29,6
Saldo	195,8	155,7	235,2	187,1	247,8	207,6	288,6	152,2

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2022	A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, representou o Senhor PR no Congresso Ibero-Americano pela Vida e pela Família (Guatemala, 9 de março).
2021	Reunião entre o ministro Carlos Alberto França e o chanceler guatemalteco Pedro Brolo à margem da Assembleia Geral da ONU (NY, 20 de setembro).
2021	Reunião entre o ministro Carlos Alberto França e o chanceler guatemalteco Pedro Brolo à margem da posse do presidente do Equador (Quito, 24 de maio).
2020	O governo brasileiro doou à Guatemala, por meio da ABC, US\$ 25 mil, em caráter de cooperação humanitária, no contexto dos danos causados pelo furacão Eta.
2020	Visita do ministro Ernesto Araújo à Guatemala (Cidade da Guatemala, 19 de fevereiro).
2018	O presidente Michel Temer visita a Guatemala por ocasião da XXVI Cúpula Ibero-Americana (novembro), e mantém encontro com o presidente Jimmy Morales.
2018	I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas.
2016	III Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Guatemala.
2014	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Guatemala, Luís Fernando Carrera Castro, ao Brasil (Brasília, 25 de agosto).
2013	A Guatemala anuncia a adoção do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T).
2013	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Guatemala, Luís Fernando Carrera Castro, ao Brasil (Brasília, 15 de abril).
2011	Participação do Brasil na Conferência Internacional de Apoio à Estratégia de Segurança da América Central (Cidade da Guatemala, 22 e 23 de junho).
2008	Visita do presidente Álvaro Colom ao Brasil.
2005	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guatemala, a primeira de um mandatário brasileiro.
1953	A Legação do Brasil na Guatemala é elevada à categoria de Embaixada.
1906	O presidente Afonso Pena assina Decreto criando as Legações do Brasil em Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá.

EMBAIXADA DO BRASIL NA GUATEMALA
RELATÓRIO DE GESTÃO (2019 - 2022)
EMBAIXADORA VERA CINTIA ALVAREZ

Transmito, a seguir, relatório simplificado da gestão da Embaixadora Vera Cintia Alvarez à frente da Embaixada do Brasil na Guatemala, abrangendo o período de fevereiro de 2019 a junho de 2022.

2. Traço em resumo a seguir o complexo panorama político e econômico da Guatemala que serviu de cenário para a atuação da Embaixada do Brasil durante o período de fevereiro de 2019, quando cheguei ao país, até junho de 2022. Como é sabido, as positivas e estáveis condições macroeconômicas da Guatemala sempre foram tidas como a melhor garantia de continuidade política e predomínio de uma elite descendente das poucas famílias, proprietárias dos meios financeiros, da produção agrícola e industrial do país. A Guatemala, traumatizada pelo chamado "conflito civil", de 1960 a 1996, nunca logrou cumprir totalmente os compromissos estabelecidos nos acordos de paz, firmados em 1996 para por fim à guerra interna, principalmente aqueles relativos às demandas da enorme porcentagem de pobres e miseráveis entre as populações rurais de origem indígena.

3. Alguns temas fundamentais conformaram a realidade do país nesses três últimos anos, tendo como pano de fundo a história traumática do conflito civil e dos acordos de paz e seus desdobramentos no presente; e a pandemia global da Covid-19:

Os desafios da campanha de vacinação contra o Covid-19

4. Com a irrupção da pandemia em 2020, as autoridades locais impuseram, de março a agosto daquele ano, rígido controle da mobilidade e "lockdown" das atividades do setor público. Nesse período, diversos Ministros da Saúde foram demitidos em meio às controvérsias em torno da aquisição das vacinas russas Sputnik, que foram pagas em 50% antecipadamente e demoraram excessivamente a serem entregues, obrigando a renegociação do contrato e a redução do número de doses adquiridas inicialmente. A Guatemala distribuiu também vacinas doadas pelos EUA, de 8,5 milhões de doses, e pela Espanha, de 600 mil doses. Foram recebidas também cerca de 1 milhão de doses pelo mecanismo Covax Facility. Entre vacinas compradas e doadas, o país teve à sua disposição um total de 25 milhões de doses.

5. Com população de aproximadamente 17 milhões, o processo de vacinação se mostrou lento e difícil em razão das dificuldades logísticas para distribuir e armazenar as vacinas em condições de resfriamento. Atualmente, a taxa de vacinação pode ser considerada adequada na capital do país e nos principais centros urbanos. As populações rurais, por razões culturais e pela desconfiança em relação aos agentes do Estado se recusaram, em grande parte, a serem vacinadas. Acabaram sobrando vacinas, muitas das quais foram perdidas por conta da expiração do prazo de validade.

6. A Guatemala enfrentou uma quinta onda de contágios causada pelas variantes do vírus "Omicron", com a porcentagem de 40% de testes realizados positivos. A postura das autoridades

locais é a de que a pandemia é algo endêmico e a população deve aprender a conviver com o risco de contágio.

O aumento da inflação e da pobreza da população

7. Segundo os dados do Sistema de Informação em Segurança Alimentar do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), na Guatemala são 3,5 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda. Os dados oficiais também admitem que 46% das crianças de 0 a 5 anos do país sofrem desnutrição crônica. A pandemia e o conflito na Ucrânia exacerbaram as dificuldades enfrentadas com o aumento dos preços de combustíveis e alimentos. A Guatemala também é um país extremamente vulnerável a fenômenos climáticos extremos, com furacões e chuvas torrenciais que paralisam o trânsito em eixos rodoviários essenciais, com grandes danos às populações vulneráveis.

Percepção de aumento da corrupção institucional

8. A expulsão em 2019 da "Comissão Internacional Contra a Impunidade na Guatemala" (CICIG), órgão independente instituído pelo Governo nacional e pelas Nações Unidas para fortalecer as instituições judiciais da Guatemala, resultou em atitudes revanchistas contra os operadores de justiça que trabalharam com a entidade internacional. Sucedem-se denúncias de corrupção envolvendo altos funcionários do Estado e há a percepção de que o controle das instâncias fiscalizadora pelo Executivo tem travado investigações e incrementado a perseguição à operadores de justiça independentes.

Proeminência do narcotráfico

9. A presença no Congresso e nas Prefeituras das áreas de fronteira com o México de envolvidos com o narcotráfico é denunciada com regularidade nos jornais do país. Em áreas distantes da capital, há relatos de tentativas das forças de segurança de interceptar aviões com carregamentos de drogas, que pousam em pistas clandestinas, mas que são barradas pelas populações locais.

Panorama pré-eleitoral volátil.

10. A situação política na Guatemala é instável. O atual mandatário enfrenta grande impopularidade. A situação eleitoral em 2023 ainda é uma incógnita, com vários atores se movimentando, com grande possibilidade de que alguns sejam impedidos de concorrer em virtude de decisões enviesadas do Tribunal Supremo Eleitoral, controlado pelo Executivo.

I- Política Interna

11. Em seu relatório de gestão, o meu antecessor na Chefia do Posto, afirmava que "era impossível tentar compreender o cenário político da Guatemala sem entender o papel da "Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala" (CICIG). Assumi a Embaixada na Guatemala em fevereiro de 2019 e pude acompanhar os últimos capítulos da expulsão da CICIG do país sob a Presidência de Jimmy Morales. Em 2019, transcorriam as campanhas para as eleições presidenciais que redundariam na vitória do Presidente Alejandro Giammattei. A campanha eleitoral se iniciou com a presença de três candidatas mulheres que estavam à frente nas pesquisas. A primeira era Thelma Aldana, poderosa Procuradora Geral que colocou o Ministério Público à serviço da CICIG e produziu elementos de

prova contundentes de diversos crimes, especialmente de corrupção, que envolveram as elites políticas e econômicas locais. Thelma Aldana foi impedida de concorrer pelo Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), que lhe negou a "autorização de ausência de encargos" (finiquito), em razão de supostas irregularidades na contratação de aluguel de instalação do Ministério Público. A segunda candidata era Zuri Rios, filha do General Rios Mont que tomou o poder em 1982 e 1983, tendo sido condenado pelos crimes de genocídio contra o povo Ixchil. A Constituição da Guatemala veda a candidatura de parentes de até quarto grau de atores políticos que tenham chegado ao poder a partir de rupturas institucionais. A Corte de Constitucionalidade (CC) ratificou o preceito constitucional e impediu a sua participação no pleito. A candidata tem se movimentado para superar o óbice constitucional e logrou entendimento preliminar da Corte Interamericana de Justiça de que o dispositivo constitucional violaria o direito de eleger e ser eleita. A atual composição da CC, na qual figura como juiz o companheiro de chapa da ex-candidata, tem mostrado sinais de que a participação de Zuri Rios no pleito de 2023 será autorizada. A terceira candidata, Sandra Torres, ex-esposa do Presidente Álvaro Colon (2008-2012), época em que ocupou a presidência do Conselho de Coesão Social, encarregado de direcionar investimentos sociais para a erradicação da extrema pobreza. Nessa posição, Torres angariou apoios importantes nas zonas rurais do país e o seu partido "União Nacional da Esperança" (UNE) foi uma das forças políticas mais estruturadas do país. Sandra Torres chegou em primeiro lugar no primeiro turno na campanha eleitoral de 2019, mas perdeu no segundo turno para o Presidente Giammattei. A UNE enfrenta atualmente a possibilidade de ter seu registro eleitoral cassado pelo TSE em razão de investigações sobre supostas violações da lei eleitoral e financiamentos ilícitos de campanha. Sandra Torres poderá eventualmente se apresentar como candidata às eleições de 2023 ao amparo de outra agremiação política.

12. A vitória de Giammattei em 2019 foi sobretudo um voto "anti-Sandra Torres", considerada pelos setores urbanos como populista e demagógica. Giammattei assume as rédeas do país em 14 de janeiro de 2020 e três meses depois irrompe a pandemia. O mandatário submeteu o país de março a agosto de 2020 a estritas restrições de mobilidade e o Executivo e órgão públicos só retornaram ao trabalho presencial em agosto.

13. Giammattei havia permanecido preso por 10 meses, em 2010, quando exercia o cargo de Diretor do Sistema Penitenciário da Guatemala, acusado pela CICIG e pelo Ministério Público de ser responsável por diversos assassinatos de reclusos na Granja Penal de Pavón. Posteriormente, as acusações foram rechaçadas pela Justiça. Giammattei sequer cogitou reinstituir a CICIG como parcela considerável da população considerava necessário (72% da população em abril de 2019 segundo a empresa Pró-Datos). O mandatário decidiu criar a "Comissão Presidencial Contra a Corrupção", que se mostrou débil em investigar casos envolvendo figurões da administração pública.

14. Ao longo de seu mandato, Giammattei acumulou diversas denúncias que o envolviam pessoalmente ou seus funcionários próximos. A mais célebre das quais foi a chamada "alfombra russa", na qual houve suposto de pagamento de propina por empresários russos interessados em obter concessão de exploração de níquel, contra a vontade das comunidades locais, e em um terminal portuário para o escoamento de minerais. Houve testemunhas e fotos da passagem da comitiva russa pelo país, acompanhados pelo então Ministro da Economia, Antonio Malouf.

15. Ações de Giammattei contrárias aos funcionários do Ministério Público que haviam trabalhado com a CICIG e continuavam à frente de investigações importantes no MP provocaram reações da comunidade internacional, sobretudo das autoridades norte-americanas, europeias e

canadenses, que se reúnem no G-13 dos países doadores da Guatemala. As Nações Unidas, o Conselho de Direitos Humanos em Genebra e a OEA publicaram notas de repúdio, argumentando haver esforço continuado para destruir a independência judicial no país.

16. O apelo ao respeito à soberania da Guatemala tem sido o escudo com o qual Giammattei procura resguardar o seu mandato. Essa preocupação com os preceitos de não ingerência nos assuntos internos do país alcançou seu clímax em reunião convocada pelo Chanceler Mario Búcaro para recomendar aos embaixadores sediados na Guatemala a consultar a Chancelaria ao enviar relatos sobre a situação política no país.

II-Política Externa

17. A política externa da Guatemala tradicionalmente orbita em torno dos EUA. Maior parceiro comercial e de investimentos, além de desenvolver forte atuação na cooperação para o desenvolvimento, através da USAID e outras agências norte-americanas. A doação de 8,5 milhões de vacinas pelos EUA durante a pandemia foi fundamental para mitigar a escassez a vacinas nos grandes centros urbanos do país.

18. Essa relação estreita tem sido esgarçada, no entanto, desde a assunção da administração Biden em 2021. Ao contrário da administração Trump, que via com certa indiferença as questões internas de corrupção e de debilitamento da independência judicial na Guatemala, o diagnóstico da administração Biden sobre as causas estruturais da migração guatemalteca para os EUA estariam na corrupção, na violência contra populações vulneráveis, na impunidade e na falta de oportunidades para a população jovem, derivada em parte pelo escoamento de recursos públicos para o atendimento de demandas clientelistas. Com a migração irregular para os EUA adquirindo o perfil de ameaça à segurança nacional, as pressões se intensificaram nos últimos tempos com a crescente troca de mensagens críticas pelos canais oficiais. O Presidente Giammattei chegou a comentar que os EUA não valorizam a Guatemala como o seu "último aliado estratégico" no Triângulo Norte de América Central. Apontou que os EUA não tem levado em conta a convergência da Guatemala em temas como as relações mantidas com Taiwan, o apoio à Israel (a Guatemala foi o primeiro país, após os EUA, a transferir sua Embaixada para Jerusalém), além da postura crítica em relação à Rússia no conflito em curso na Ucrânia. O Presidente Giammattei tem reiteradamente se queixado de que os EUA não respeitam a soberania do país. O mandatário tem procurado se aproximar de setores conservadores republicanos na esperança de que as eleições de meio de mandato nos EUA ou talvez a volta de Trump em 2024 possa representar um recuo na estratégia norte-americana marcada por pressões constantes e críticas contundentes sobre a condução dos assuntos internos no país. A aproximação com os setores conservadores norte-americanos empreendida por Giammattei resultou também na adesão do país ao Consenso de Genebra e na declaração da Guatemala como "capital pró-vida" Ibero-americana, em cerimônia da qual participou a Ministra das Mulheres, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, em visita oficial à Guatemala durante a cerimônia. O evento contou também com a presença também de Valerie Hube, Presidente do "Institute of Women's Health", ex-funcionária da administração Trump encarregada da agenda de combate ao aborto. Giammattei declarou recentemente que Biden não gosta dele pois ele, Giammattei, é um presidente "anti-aborto". O mandatário guatemalteco concedeu recentemente entrevistas a meios de comunicação conservadores norte-americanos, nas quais fez acusações de que a USAID estaria promovendo uma agenda "indigenista" na Guatemala, incentivando a reivindicação de um Estado Plurinacional no país e

confrontando a Constituição da Guatemala. Chegou a declarar que os EUA estavam aliados aos ativistas indígenas para "derrocá-lo".

19. Em segundo lugar nas prioridades da política externa guatemalteca figuram os países que compõem o "Triângulo Norte" da América Central. Junto com El Salvador e Honduras, a Guatemala procura obter dos EUA condições especiais de tratamento, seja no que diz respeito aos seus nacionais (estima-se que 3 milhões de guatemaltecos vivam atualmente nos EUA, quase 20% da população do país), seja no sentido de captar recursos para evitar a imigração de seus jovens pela falta de oportunidades. No início da gestão Biden, a visita da Vice-Presidente Kamala Harris à Guatemala sinalizava que os EUA consideravam o país como interlocutor privilegiado para a implementação de suas novas ações de apoio ao Triângulo Norte. Os países da América Central são em seu conjunto o segundo maior parceiro comercial da Guatemala. Como país membro do Sistema de Integração Centro-Americanano (SICA), desenvolve forte atuação no organismo.

20. A Guatemala é um dos 13 países membros da ONU que mantém relações diplomáticas com Taiwan. A cooperação taiwanesa no país é muito atuante em várias áreas, inclusive financiando a contratação de escritórios de relações públicas para atuarem em favor Guatemala nos EUA. Nos últimos tempos, surgem vozes, especialmente no setor privado, que questionam a postura guatemalteca, pois a República Popular da China já é segundo parceiro comercial individual do país, tendo superado o México. Essa postura não é ecoada pelos círculos governamentais, que apreciam a generosidade da cooperação taiwanesa.

21. Após a transferência da Embaixada da Guatemala para Jerusalém, Israel intensificou sua presença no país, atuando em várias áreas como por exemplo, a criação de centros agrícolas com técnicas israelenses, envio de bolsistas para estudarem no país e cooperação em segurança. Registre-se que o atual Chanceler Mario Búcaro, que é pastor evangélico, foi o primeiro embaixador da Guatemala em Jerusalém e mantém fortes vínculos com o país.

22. Outro tema de importância na agenda de política externa da Guatemala é a questão fronteiriça com Belize. Após consulta às populações guatemaltecas e belizenhas, a resolução do diferindo ficou a cargo da Corte Internacional de Justiça (CIG). O processo está em curso na Haia, com a Guatemala já tendo apresentado a sua memória dos fatos e Belize sua contra-mémoria. Até o final do ano, a Guatemala deverá apresentar sua réplica e Belize, no próximo ano, a tréplica. Após a fase escrita, será iniciada a fase de audiências orais e finalmente será proferida a sentença da CIJ. Caso se sagre vencedora na disputa, a Guatemala acrescentaria o equivalente de 11% ao seu território de 104 mil quilômetros quadrados. Caso Belize venha a perder, seu território se reduziria em 50%.

III- Relações Brasil-Guatemala

23. As relações Brasil-Guatemala são centenárias. Em 1830, o governo Imperial já cogitava instalar uma Embaixada na Cidade da Guatemala, então capital da República Federal de Centro América. A Guatemala foi dos primeiros países a reconhecer a República no Brasil em 1890. Apesar desse longo relacionamento, o primeiro enviado residente só se instalou em 1906.

24. As relações bilaterais que sempre foram cordiais, corretas e discretas, ganharam novo ímpeto com a visita do então Chanceler Ernesto Araújo a Guatemala em fevereiro de 2020. Tratou-se da primeira visita oficial de Chanceler brasileiro à Guatemala desde 2008. Na ocasião, foi apresentada

carta convite do Presidente Jair Bolsonaro para que Giammattei fizesse visita oficial ao Brasil. Em momento posterior, Giammattei enviou carta ao mandatário brasileiro convidando-o também a visitar o país. Em diversos momentos, visitas do Presidente Bolsonaro foram cogitadas, gerando grande expectativa, mas em razão de incompatibilidade de agendas, acabaram não se realizando. O Brasil apresentou também proposta de negociações comerciais entre o Mercosul e a Guatemala. A iniciativa não prosperou, pois o lado guatemalteco considerou não haver condições adequadas no momento para a negociação.

25. A aproximação entre o então Chanceler brasileiro e o então Chanceler Pedro Brolo foi erigida em torno do engajamento de ambos os países no Grupo de Lima. Na ocasião da visita, às vésperas da XVIII Reunião do Grupo de Lima em Ottawa, foram ressaltadas a convergência de visões e valores entre ambos os países e as preocupações comuns na área de segurança e combate ao crime organizado. O Chanceler Araújo enalteceu o perfil conservador do Presidente Giammattei e assinalou a convergência de valores com o Presidente Bolsonaro. Durante almoço na Residência oferecido aos Ministros dos dois países, o Presidente Giammattei telefonou para solicitar ao Ministro Araújo cooperação brasileira para criar um centro de instrução do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) do Rio de Janeiro na Guatemala.

26. Após a visita do Chanceler Araújo, sucederam-se conversas entre ambos chanceleres à margem de encontros internacionais e em conversas virtuais. Foram tratados temas como combate ao narcotráfico, à corrupção e à lavagem de dinheiro em esforço de ação conjunta com os países da região para o enfrentamento ao crime organizado. O governo guatemalteco manifestou inclusive o interesse em dispor de contingente militar ou policial brasileiro capaz de realizar operações de interceptação aérea na Guatemala, o que é vedado pela Constituição brasileira. Os esforços convergiram para a cooperação brasileira em matéria de segurança por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Atualmente está em negociação o projeto de cooperação de "Intercâmbio de Experiências na Luta contra o Crime e Cursos Táticos Operacionais e Estratégicos em Inteligência", que substitui o escopo inicial focado no BOPE do Rio de Janeiro, amplia e diversifica os participantes brasileiros no projeto.

27. Após a posse do Ministro Carlos França, o diálogo com o Chanceler Pedro Brolo continuou fluído e frutífero. Em encontro entre ambos os Chanceleres à margem da 76ª AGNU, o Chanceler França convidou delegação da Guatemala para conhecer a experiência brasileira na área de vacinas, em particular, a atuação da Fiocruz. O Chanceler Brolo expressou interesse da Guatemala nas redes regionais de combate a incêndios florestais. O Chanceler guatemalteco solicitou o apoio à sua candidatura ao cargo de Secretário Geral da SEGIB, que acabou sendo derrotada na primeira rodada de negociações. Brolo indicou também sua disposição de retirar a candidatura guatemalteca à OPANAL e confirmar o apoio ao candidato brasileiro, Embaixador Flávio Bonzanini. França, por sua vez, agradeceu efusivamente o apoio guatemalteco à candidatura do Dr. Rodrigo Mudrovitsch para a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

28. Com a substituição do Chanceler Pedro Brolo na chefia do Ministério das Relações Exteriores da Guatemala pelo Chanceler Mario Búcaro, as relações bilaterais continuaram a apresentar alto perfil. Em conversa telefônica com o Ministro França, Búcaro externou grande afeição pelo Brasil e saudou a relação bilateral. O Ministro Búcaro, que é vinculado a igrejas evangélicas, já fez trabalho voluntário no Brasil e se apresenta como "um amigo do Brasil". Na ocasião, o Ministro França salientou os valores compartilhados entre ambos os Presidentes e recordou a visita recente da Ministra

Damares Alves, para representar o mandatário brasileiro no Congresso Ibero-Americanano pela Vida e Pela Família. Búcaro agradeceu o apoio brasileiro ao combate aos incêndios florestais na Guatemala. Foram efetuados convites mútuos para que sejam realizadas visitas oficiais.

29. Além da cooperação técnica e educacional brasileira e o apoio firme da Chancelaria guatemalteca às candidaturas brasileiras, as relações bilaterais contam também com a vertente militar, em que a colaboração na formação e instrução de militares remonta a 1955, quando cadetes da "Escuela Politécnica" concluíram seus estudos na Academia Militar das Agulhas Negras. Hoje, há 4 instrutores do Exército Brasileiro no Comando Superior de Educación del Ejercito da Guatemala, que dão continuidade ao trabalho iniciado há 27 anos. Neste período, 65 instrutores brasileiros deixaram sua marca no exército da Guatemala de tal forma que na atualidade praticamente todos os oficiais superiores guatemaltecos, em algum momento de suas carreiras, foram treinados por um oficial brasileiro. A estes se devem somar um grande número de cadetes formados na AMAN e na AFA, além de oficiais guatemaltecos que cursaram a EASO ou a ECME.

IV- Cooperação Técnica Brasileira

30. Atualmente, um dos principais eixos do relacionamento bilateral é a cooperação técnica e educacional. Nesses quatro últimos anos, com as restrições impostas pela pandemia e as mudanças constantes nas chefias da Secretaría de Planificación y Programación de la Presidencia (SEGEPLAN), muitos dos projetos aprovados na IV Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Cooperação Técnica de outubro de 2018 ficaram em compasso de espera, mas o projeto de "Capacitación Técnica para el Fortalecimiento Institucional do Instituto Nacional de Bosques INAB- em Prevenção, Extinção e Investigación de Incêndios" já recebeu "opinião favorável" da SEGEPLAN e está pronto para a assinatura pelo lado brasileiro.

31. Além desse projeto já em fase de entrada em execução, os seguintes projetos encontram-se em fase de espera de opinião técnica da SEGEPLAN ou de parecer técnico e jurídico das instituições brasileiras executoras:

- Intercâmbio de Conhecimentos para Controle e Monitoramento da Cadeia Produtiva de Manejo de Recursos Florestais;
- Apoio à Implementação da Normativa de Acesso ao Patrimônio Genético e Aos Conhecimentos Tradicionais Associados e Repartição de Benefícios Decorrentes de sua Utilização;
- Transferência de Tecnologia para Processamento de Produtos Derivados do Cacau, Leite e Carne";
- Implementação de Boas Práticas de Qualidade, Ambientais e de Segurança do Trabalho na Fabricação de Açúcar e Álcool, Derivado do Cultivo de Cana de Açúcar;
- Fortalecimento do Programa de Alimentação Escolar no Marco da Lei de Alimentação Escolar na Guatemala.

32. Em negociação atualmente, encontra-se o Projeto "Intercâmbio de Experiências na Luta contra o Crime e Cursos Táticos, Operacionais e Estratégicos", com a participação da Secretaria de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e o Ministério de Gobernación da Guatemala. Trata-se de projeto originalmente solicitado pelo Presidente Giammattei ao então Ministro Araújo durante sua visita. A ABC já encaminhou às autoridades da SEGEPLAN o documento técnico do projeto com as modificações realizadas em consultas mútuas.

33. Destaca-se ainda o projeto "Polícia Comunitária Fase 2" que conta com a participação da cooperação japonesa por meio da JICA. O documento do projeto de cooperação trilateral (PCT) já assinado pela parte brasileira já foi encaminhado e aguarda assinatura do Diretor da JICA da Guatemala. A primeira fase do projeto mostrou resultados muito auspiciosos, mas a fase 2 enfrentará desafios adicionais, pois será implementado em territórios muito maiores, nos quais impera uma criminalidade mais agressiva e a criação de laços de confiança entre as populações locais e os policiais representará maiores desafios.

34. A cooperação prestada pela ABC foi muito apreciada na ajuda às populações vulneráveis afetadas pelos furacões Eta e Iota, em novembro de 2020, por meio da doação de US\$ 20 mil para a compra de alimentos e produtos de higiene. Em maio de 2020, a ABC autorizou a contratação de horas de voo para o combate aos incêndios florestais em Petén, no valor de US\$ 63 mil. Em ambas as ocasiões, a cooperação brasileira foi objeto de efusivos agradecimentos do Chanceler Pedro Brolo e demais autoridades locais.

V- Relações Comerciais Bilaterais.

35. O valor do intercâmbio comercial entre Brasil e Guatemala em 2021 foi de US\$ 469.60 milhões mostrando um incremento de 40,59% em relação ao ano 2020 (US\$ 334.01 milhões). Esse resultado é o maior já alcançado na corrente de comércio bilateral. O valor das exportações guatemaltecas ao Brasil foi de US\$ 50.09 milhões, representando um incremento de 23,71% em relação a 2020. O valor das importações guatemaltecas provenientes do Brasil foi de US\$ 419.51 milhões, representando um incremento de 42,92% em relação ao ano anterior. O Brasil gerou um saldo comercial positivo com valor de US\$ 369.42 milhões, registrando um incremento de 46% em relação ao ano 2020.

36. Em termos de composição da pauta das importações da Guatemala provenientes do Brasil em 2021, as máquinas mecânicas para uso eletrotécnico constituíram o principal produto de importação com um valor de US\$ 84.56 milhões, representando 20,16% da pauta das importações; veículos e material de transporte com US\$ 52.59 milhões, 12,53%; semente de gergelim com US\$ 45.86 milhões, 10,93%; manufaturas de madeira com US\$ 34.68 milhões, 8,27%; produtos da indústria química com US\$ 121.67 milhões, 5,16%; plásticos com US\$ 19.26 milhões, 4,59%; milho com US\$ 18.11 milhões, 4,32%; produtos farmacêuticos com US\$ 12,41 milhões, 2,96%; papel e cartão com US\$ 10.81 milhões, 2,58%; móveis para casa, escritório, médico-cirúrgico com US\$ 9.02 milhões, 2,15%. Esses produtos representam 73,64% da pauta das importações guatemaltecas provenientes do Brasil em 2021.

37. A composição da pauta exportadora da Guatemala para o Brasil apresenta como o principal produto de exportação a borracha natural com um valor de US\$ 22.37 milhões, representando 44,66% da pauta das exportações; Alumínio de reciclagem com US\$ 12.90 milhões, 25,76%; produtos da indústria química com US\$ 3.44 milhões, 6,86%; semente de gergelim US\$ 2.67 milhões, 5,32%; chumbo com US\$ 1,27 milhões, 2,53%. Esses produtos representam 85,14% da pauta das exportações guatemaltecas ao Brasil em 2021.

38. A recriação do SECOM da Embaixada em 2018 revelou-se decisão acertada. Verifica-se número crescente de consultas de empresas médias e pequenas brasileiras sobre as oportunidades de negócio na Guatemala. Em 2021, foi possível preparar o primeiro "Guia Como Exportar para a

Guatemala", que tem se revelado extremamente útil para os interessados em explorar os potenciais do mercado local.

39. A embaixada organizou o seminário "Ethanol Talks Guatemala", o primeiro realizado nas Américas. O evento foi extremamente exitoso em procurar superar os mitos e desconfianças em relação à adição do etanol na gasolina na Guatemala, que é país produtor e exportador de etanol, mas não o utiliza na mistura da gasolina. O Seminário contou com a presença do Ministro das Energias e Minas (MEM), Alberto Pimentel, e obteve ampla cobertura de imprensa, com 51 menções em meios de imprensa local. O processo de introdução do etanol na gasolina no país encontra-se bem encaminhado, mas existem ainda resistências a serem vencidas dos importadores de combustíveis. O MEM e o Ministério do Meio Ambiente buscam usar a utilização da mistura obrigatória de etanol na gasolina como meio de atender as obrigações contraídas junto ao Acordo de Paris sobre mitigação de emissões de gases estufa.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL NA
GUATEMALA**

Candidato: Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto

PERFIL DO CANDIDATO

Nascido em 19/04/1956, em Belo Horizonte, o embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto ingressou na carreira diplomática em 1979. Concluiu o Curso de Altos Estudos (CAE) em 1998, com a tese "O Escritório Financeiro em Nova York e a Execução Orçamentária e Financeira do Itamaraty no Exterior".

No Brasil, atuou em diversas áreas do Itamaraty. Foi assistente da Divisão da América Central e Setentrional (1979-1982), assessor da Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal (1990-1991) e coordenador executivo, substituto, da Secretaria-Geral de Controle (1991), chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (1992-1993), chefe da Divisão de Pagamentos do Pessoal (1993-1994), chefe da Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (1999-2003) e chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior (2006). Foi, ainda, diretor do Departamento de Promoção Comercial (2006-2009), subsecretário-geral para as Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos (2017), presidente da Comissão de Ética do Ministério das Relações Exteriores (2017-2019), e subsecretário-geral para Ásia e Pacífico (2017-2019).

No exterior, serviu na Embaixada em Roma (1982-1983), na Representação Permanente junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês) (1983-1985), na Embaixada em La Paz (1986-1988), na Embaixada em Manágua (1988-1990), no Escritório Financeiro em Nova York (1994-1997), na Embaixada em Ottawa (1997-1999) e novamente no Escritório Financeiro em Nova York, já como ministro-conselheiro (2002-2006). Como embaixador, esteve à frente da Embaixada em Argel (2009-2013) e da Embaixada em Tel Aviv (2013-2016). É atualmente embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta. É, ainda, membro do Comitê de Contribuições das Nações Unidas, eleito pela Assembleia-Geral da Organização.

Sua trajetória diplomática demonstra sua capacidade para defesa e promoção dos interesses brasileiros como embaixador na Guatemala.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência e integridade na realização de tarefas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como embaixada capaz de promover os interesses do Brasil e dos brasileiros na Guatemala, gerando maximização de benefícios concretos para o país, por meio de atuação diplomática de alto padrão.

MISSÃO DO POSTO

Tendo em conta as necessidades de desenvolvimento nacional e da defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior, propor e executar ações, em coordenação com outros órgãos governamentais brasileiros, bem como com instituições brasileiras da sociedade civil, com vistas à

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

promoção das diretrizes da política externa brasileira nas relações bilaterais com a Guatemala, em cooperação com parceiros locais e internacionais, em prol do progresso dos povos e da prevalência dos direitos humanos.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência e integridade na realização de tarefas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Fortalecer as relações bilaterais com a Guatemala;
2. Incrementar as parcerias políticas com a Guatemala e com os demais países da América Central;
3. Ampliar a cooperação brasileira com a Guatemala;
4. Intensificar a promoção de bens e serviços brasileiros na Guatemala;
5. Promover assistência consular qualificada à luz dos desafios locais;
6. Ampliar a influência do Brasil nas tratativas com autoridades nacionais, agências de cooperação internacionais com sede no país, e com demais membros da comunidade internacional;
7. Promover a imagem, o turismo e a cultura brasileiros na Guatemala;
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

I - Promoção de Comércio e Investimentos**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Promover as exportações brasileiras para a Guatemala, uma vez que há grande interesse dos importadores guatemaltecos no mercado brasileiro. Em 2021, a pauta de exportações brasileiras para a Guatemala registrou aumento de 40% em relação ao ano anterior;
2. Prestar assistência aos empresários brasileiros com negócios ou interesses na Guatemala;
3. Atender às consultas recebidas, tanto por parte de empresas brasileiras, quanto guatemaltecas, sobre oportunidades de negócios;
4. Manter a Secretaria de Estado e órgãos brasileiros informados sobre a evolução da situação econômico-financeira da Guatemala;
5. Prestar assistência a empresas guatemaltecas em seus contatos com exportadores brasileiros. Contribuir para a solução de eventuais problemas surgidos entre empresas dos dois países, zelando pelo bom nome dos empresários brasileiros e do ambiente de negócios no Brasil;
6. Defender os interesses de produtores brasileiros quanto ao acesso ao mercado guatemalteco, sobretudo à luz da proibição de importação de carne bovina brasileira, por Decreto Presidencial aprovado em 1946, que também proibiu a entrada de carne dos demais países da América Latina, em razão de surto de aftosa no México;
7. Coadjuvar os esforços da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-BRASIL), União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e do Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA) para introduzir a mistura obrigatória do etanol na gasolina, na Guatemala. O país é importante produtor e exportador de etanol, mas não o utiliza em sua frota automotiva.
8. Coadjuvar os esforços do Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA) para facilitar o acesso ao mercado guatemalteco de máquinas e equipamentos brasileiros para as usinas açucareiras da Guatemala;
9. Promover as exportações de cachaça brasileira, produto com mercado promissor no país;
10. Promover as exportações de vinhos brasileiros, que já têm aceitação no mercado local;
11. Estimular a cooperação bilateral na defesa do mercado internacional do café. A Guatemala se retirou da Organização Internacional do Café e tem manifestado interesse em articular ações conjuntas para a estabilização dos preços mundiais que sofreram forte queda antes da pandemia;
12. Continuar a prospectar a possibilidade de instalação de Câmara de Comércio Brasil-Guatemala.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Quantidade de informações e serviços prestados pelo Setor de Promoção Comercial da Embaixada;
2. Número de encontros e reuniões com empresas, associações comerciais e grêmios empresariais;
3. Número de visitas de delegações de empresas, associações comerciais e grêmios empresariais brasileiros à Guatemala, bem como de delegações congêneres guatemaltecas ao Brasil;

4. Número de eventos de promoção comercial e de investimentos organizados ou com participação da Embaixada;
5. Número de consultas atendidas sobre promoção comercial e solução de pendências comerciais;
6. Número de documentos preparados pela Embaixada sobre a situação econômica da Guatemala e de estudos de inteligência comercial;
7. Número de oportunidades comerciais e de investimentos identificados;
8. Número de seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras organizados ou com participação da Embaixada.

II - Relações Políticas Bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Manter a Secretaria de Estado informada sobre os acontecimentos políticos e sociais da Guatemala, buscando transmitir um quadro sempre atualizado da realidade do país;
2. Defender e/ou promover os interesses do Brasil junto ao governo local, ao setor privado e à sociedade em geral;
3. Manter as boas relações e contatos permanentes com as principais autoridades da Guatemala;
4. Promover visitas de autoridades brasileiras à Guatemala e de autoridades guatemaltecas ao Brasil, para ampliar o conhecimento mútuo e o aprofundamento da relação bilateral;
5. Trabalhar em conjunto com o corpo diplomático acreditado na Guatemala, em temas de interesse comum.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de comunicações trocadas com a Secretaria de Estado a respeito de temas da relação bilateral;
2. Relatos de gestões feitas junto à Chancelaria local e a outras entidades públicas, assim como no âmbito privado;
3. Número de Notas trocadas com a Chancelaria guatemalteca;
4. Número de visitas de autoridades de ambos os países.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DO CANDIDATO

1. Realizar gestões junto às autoridades guatemaltecas em defesa de candidaturas brasileiras em organismos internacionais;
2. Acompanhar a atuação das agências internacionais na Guatemala;
3. Coordenar posições com o governo local em temas de interesse do governo brasileiro;
4. Acompanhar a atuação da Guatemala junto ao Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e identificar interesses brasileiros em discussão naquele foro regional.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de expedientes enviados à Secretaria de Estado sobre temas regionais ou multilaterais;
2. Número de gestões (por nota verbal ou pessoais) em favor de candidatos brasileiros;
3. Número de candidaturas brasileiras apoiadas pelo governo local;
4. Número de reuniões com a Chancelaria local para identificar temas de interesse do Brasil discutidos no SICA.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Fortalecer a imagem do Brasil no campo da música, cinema, literatura, artes plásticas e em outras manifestações culturais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1. Número de eventos e atividades culturais para a promoção da cultura e da imagem do Brasil;
2. Número de parcerias com meios de comunicação locais para promover a cultura brasileira e o turismo guatemalteco no Brasil;
3. Número de contatos e reuniões com atores públicos e privados ligados a atividades culturais na Guatemala;
4. Número de participantes, ouvintes, assistentes ou beneficiados pelas atividades culturais ou de promoção da imagem e do turismo no Brasil, realizadas pela Embaixada.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente**i) METAS PRIORITÁRIAS NA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Promover a cooperação com a Guatemala na área do desenvolvimento sustentável e da proteção do meio ambiente;
2. Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental;
3. Dar prosseguimento à cooperação brasileira no combate aos incêndios florestais na Guatemala;
4. Dar seguimento às negociações de novos projetos de cooperação nessa área.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
2. Número de projetos de cooperação desenvolvidos nas áreas desenvolvimento sustentável de proteção do meio ambiente.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Identificar projetos desenvolvidos no país, capazes de despertar interesse de empresas brasileiras em parcerias com empresas locais que desenvolvam projetos de ciência e tecnologia;
2. Estimular a cooperação na área agrícola, com o apoio da EMBRAPA e da UNICA, para aumentar a produtividade das principais culturas do país, como, por exemplo, a cana-de-açúcar e o café.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões e contatos com autoridades locais, setor privado e organizações da sociedade civil para a promoção de parcerias e ações conjuntas de cooperação em ciência, tecnologia e inovação;
2. Número de projetos de cooperação desenvolvidos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a difusão do idioma português, em sua variante brasileira;
2. Buscar expandir os cursos de português como língua estrangeira no Núcleo de Estudos Brasileiros (NEB) da Embaixada do Brasil, com a possível contratação de novo professor para o NEB;
3. Dar continuidade à participação da Embaixada em eventos de divulgação das bolsas de estudo brasileiras, no âmbito dos Programas PEC-G e PEC-PG, que já formaram centenas de guatemaltecos em centros de ensino brasileiros e fortaleceram a presença do país na sociedade local;
4. Estimular a cooperação educacional, buscando novas formas de concessão de bolsas de estudo para guatemaltecos;
5. Estimular os projetos em curso na área de segurança e defesa, para uma maior interação e conhecimento mútuo das necessidades de apoio e cooperação nessas áreas;
6. Apoiar os esforços da EMBRAER na Guatemala para a venda de aviões Super Tucano A-29 e sistemas de controle aéreo, incluindo formação e treinamento de oficiais guatemaltecos na operação de equipamentos de defesa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de alunos guatemaltecos matriculados em cursos de português nos seus diferentes níveis;
2. Número de estudantes guatemaltecos enviados ao Brasil para graduação e pós-graduação em universidades brasileiras;
3. Número de contatos e reuniões entre autoridades de defesa e segurança de ambos os países;
4. Número de visitas da EMBRAER e contatos com as autoridades locais;
5. Número de projetos de cooperação desenvolvidos nas áreas de educação, cultura, saúde e defesa.

VIII - Cooperação para a promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades**i) METAS PRIORITÁRIAS PARA A GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Identificar, estimular e acompanhar projetos de cooperação bilateral/trilateral na Guatemala, que propiciem oportunidades de capacitação prestada pelo Brasil;
2. Identificar oportunidades de cooperação que atendam aos interesses socioeconômicos e de combate às desigualdades na Guatemala;
3. Estimular a retomada dos projetos em execução, parcialmente interrompidos pela pandemia ou por dificuldades locais;
4. Avaliar, juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a possibilidade de abertura de novos nichos de cooperação bilateral.

ii) INDICADORES PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de projetos iniciados, retomados e concluídos, com impacto no desenvolvimento socioeconômico e no combate às desigualdades na Guatemala;
2. Número de reuniões do Grupo de Trabalho Bilateral de Cooperação Técnica;
3. Número de comunicações com a Secretaria de Estado sobre temas de cooperação.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Prestar assistência consular aos cidadãos brasileiros residentes ou em trânsito pela Guatemala;
2. Aperfeiçoar, sempre que necessário, o atendimento no setor consular da Embaixada;
3. Manter o apoio à comunidade brasileira residente no interior do país;
4. Estreitar o apoio à Casa do Migrante da Guatemala, que acolhe cidadãos brasileiros retidos pelas autoridades locais em razão de migração irregular;
5. Organizar o apoio e o atendimento consular aos estudantes guatemaltecos que recebem bolsas de estudo para universidades brasileiras;
6. Atender cidadãos guatemaltecos e outros estrangeiros que viajam ao Brasil a turismo, estudo ou negócios.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de atendimentos ao público, referentes a passaportes, vistos, registros civis, procurações, entre outras demandas da área consular;
2. Número de repatriações e auxílios brasileiros;
3. Número de eleitores cadastrados para participar das eleições brasileiras;
4. Número de visitas a brasileiros encarcerados ou detidos por migração irregular.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Julio Ventura

RELATÓRIO N° , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF)
nº 68, de 2022, da Presidência da República (nº
399/2022, na origem), que *submete à apreciação*
do Senado Federal, de conformidade com o art.
52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39,
combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29
de dezembro de 2006, a indicação do Senhor
HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO,
Ministro de Primeira Classe da Carreira de
Diplomata do Ministério das Relações Exteriores,
para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na
República da Guatemala.

Relator: Senador **JULIO VENTURA**

Chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata. Também foram juntados o Relatório de Gestão do Chefe de Posto ao final da missão (em atendimento ao item IV do art. 383, do Regimento Interno e à Decisão do

SF/22511.40931-59

Plenário da CRE, de 14/05/2015) e o Planejamento Estratégico para o posto de destino (Ato nº 1/2021-CRE, aprovado em 06/07/2021).

O indicado é filho de Geraldo Sardinha Pinto e Déa Lúcia da Silveira Pinto, e nasceu em 19 de abril de 1956, em Belo Horizonte/MG.

Em 1980, concluiu o curso de Direito pela Universidade do Distrito Federal.

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1979); de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1983); e de Altos Estudos (1998), ocasião em que defendeu a tese “O Escritório Financeiro em Nova York e seu Papel na Execução Orçamentária e Financeira do Itamaraty no Exterior”.

Iniciou sua carreira em 1979, como Terceiro-Secretário. Em 1981, tornou-se Segundo-Secretário; em 1987, chegou a Primeiro-Secretário; em 1994, a Conselheiro; em 2000, a Ministro de Segunda Classe. E em 2009, a Ministro de Primeira Classe. Todas as promoções por merecimento.

No Brasil, o diplomata serviu na Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal (1990); foi Chefe de Gabinete na Secretaria-Geral Executiva (1991); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (1992); Chefe da Divisão de Pagamentos do Pessoal (1993); Chefe da Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (de 1999 a 2002); Diretor do Departamento de Promoção Comercial (de 2006 a 2009); e Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos (de 2016 a 2019).

No exterior, serviu na Embaixada em La Paz, como Segundo e Primeiro-Secretário, entre 1986 e 1988; na Embaixada em Manágua, como Conselheiro, de 1988 a 1990; no Escritório Financeiro em Nova York, de 1994 a 1997 e de 2002 a 2006; na Embaixada em Ottawa, como Conselheiro, de 1997 a 1999; como Embaixador em Argel, de 2009 a 2013; como Embaixador em Tel Aviv, entre 2013 e 2016; e como Embaixador junto à Santa Sé, cumulativamente junto à Ordem Soberana e Militar de Malta, de 2019 até o presente.

O ilustre diplomata também integrou e chefou diversas delegações brasileiras em missões junto à FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), em Roma.



SF/22511.40931-59

Em sua profícua carreira, o diplomata fez jus a numerosas condecorações oriundas do Brasil, Itália, Bolívia, Noruega, Países Baixos e Santa Sé.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Guatemala.

Brasil e Guatemala estabeleceram relações diplomáticas formais em 1906 com a atribuição da cumulatividade da representação do Brasil na Guatemala à Legação do Brasil no México. A Guatemala foi o primeiro país da América Central a receber uma representação diplomática brasileira permanente, em 1937, quando foi criada a Legação do Brasil na Guatemala, com ação cumulativa nos demais países do istmo centro-americano: Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá.

Na primeira década do século XXI, as relações do Brasil com a América Central passaram por período de intensa aproximação, seguida, na década seguinte, de gradual retraimento que se prolongou até 2018. A relativa perda de densidade decorreu, em larga medida, do quadro geral de constrangimento orçamentário no Brasil, que repercutiu no cancelamento de grandes projetos brasileiros na região (como o da hidrelétrica de Tumarín na Nicarágua), bem como da desistência do Brasil de tornar-se sócio do Banco Centro-Americano de Integração (BCIE).

No plano político, a ativação do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, em maio de 2018, sinalizou a disposição dos dois países em retomar e aprofundar o diálogo regular.

No ano de 2021, o fluxo de comércio registrou crescimento de 36,9% e alcançou a cifra de USD 420 milhões. As exportações para a Guatemala totalizaram USD 352 milhões enquanto as importações somaram USD 64 milhões. O superávit em favor do Brasil foi de USD 288 milhões. O Brasil absorveu 1,6% das exportações da Guatemala e ocupou a nona posição entre os principais fornecedores do país. Há significativo espaço para o crescimento das exportações brasileiras, que também se beneficiariam de eventual avanço nas negociações de um acordo MERCOSUL-Guatemala.

A cooperação técnica figura entre os principais componentes da relação bilateral. O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Guatemala está amparado no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, assinado

SF/22511.40931-59



em 16 de junho de 1976. O documento foi atualizado e nova versão, assinada em 25 de julho de 2019, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

A influência exercida pelos EUA desempenha papel dominante na definição das prioridades da política exterior guatemalteca. O país é o principal parceiro comercial e a maior fonte de investimentos estrangeiros na Guatemala. Em 2018 os EUA abrigavam aproximadamente 1,3 milhão de residentes de origem guatemalteca, responsáveis pela maior parte das remessas internacionais recebidas pela Guatemala.

A Guatemala era considerada o sócio menos problemático e mais confiável no Triângulo Norte. Nos últimos 5 anos, porém, houve distanciamento entre os dois países em razão da ineficácia do governo em estabelecer bons níveis de governança e combater a corrupção nas três esferas de poder.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator


SF/22511.40931-59

3

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE BENEDICTO FONSECA FILHO

CPF.: 239.968.891-00

ID.: 1905 MRE

1963 Nascido no Rio de Janeiro/RJ, filho de Benedicto Fonseca e Célia Pedrosa Fonseca,
em 31 de março

Dados Acadêmicos:

1985 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1986 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, 1986
1991 Relações Internacionais, Universidade de Paris I, Sorbonne, viagem prêmio, 1991
1995 CAD - IRBr
2010 CAE - IRBr

Cargos:

1987 Terceiro-secretário
1993 Segundo-secretário
2001 Primeiro-secretário, por merecimento
2005 Conselheiro, por merecimento
2007 Ministro de segunda classe, por merecimento
2010 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1988 Divisão de Comércio Internacional, assistente
1988 Embaixada em Washington, missão transitória (estágio)
1989-91 Divisão de Política Comercial, assistente
1992-95 Embaixada em Buenos Aires, terceiro e segundo-secretário
1993 Embaixada em Acra, missão transitória
1996-99 Embaixada em Tel Aviv, segundo-secretário
1999 Divisão do Meio Ambiente, assistente e subchefe
2001 Embaixada em Praia, missão transitória
2004-07 Missão junto às Nações Unidas em Nova York, primeiro-secretário e conselheiro
2007-10 Gabinete do Ministro de Estado, assessor e subchefe
2011-18 Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos, Diretor
2019- Consulado-geral em Boston, Cônsul-geral

Condecorações

Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Comendador

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

Légion D'Honneur, França, Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 70, DE 2022

(nº 478/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BENEDICTO FONSECA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 478

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **BENEDICTO FONSECA FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **BENEDICTO FONSECA FILHO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de agosto de 2022.

EM nº 00136/2022 MRE

Brasília, 4 de Agosto de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **BENEDICTO FONSECA FILHO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino de Lesoto e na República de Maurício, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **BENEDICTO FONSECA FILHO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 498/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 24 de agosto de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **BENEDITO FONSECA FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 24/08/2022, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



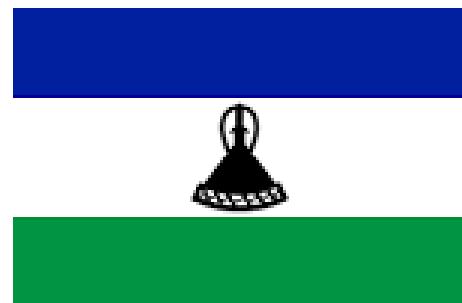
A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3584425** e o código CRC **368C5A0A** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REINO DO LESOTO



Maço Básico

OSTENSIVO
Agosto de 2022

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1970. Devido ao regime de *apartheid* na África do Sul, a Embaixada do Brasil em Moçambique respondeu pelo relacionamento bilateral com o Lesoto até 1997, quando a cumulatividade foi transferida para a Embaixada em Pretória. Os temas relativos ao Brasil são tratados pela Embaixada do Lesoto em Washington.

Houve, à margem da Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Doha, 29/11/2008), encontro entre o então Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e o então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Lesoto, Mohlabi Kenneth Tseko, ocasião em que se tratou das possibilidades de cooperação no campo da agricultura. O então MNE lesotiano afirmou que seu país busca a autossuficiência alimentar e gostaria de contar com a cooperação brasileira, particularmente no que concerne à irrigação e à seleção de sementes, para melhora da produtividade. O governo do Lesoto manifestou interesse, também, no estabelecimento de um mecanismo de cooperação para a formação acadêmica de diplomatas.

A única visita de Chanceler do Lesoto ao Brasil teve lugar em 2010, quando ocorreu assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, em vigor desde 2015.

Os temas de interesse do Lesoto, no que se refere à cooperação, são: agricultura; segurança alimentar; saúde; funcionamento e gestão de programas sociais; merenda escolar; e, recentemente, cooperação esportiva.

O Ministro do Desenvolvimento Social do Lesoto, Molahlehi Letlotlo, realizou missão a Brasília em outubro de 2015, para encontro com sua contraparte brasileira, bem como para conhecer programas sociais do governo brasileiro. No mês seguinte, o então Embaixador não residente do país, Eliachim Molapi Sebatane, visitou a capital federal, onde manteve encontros com diferentes setores do Ministério das Relações Exteriores para avaliações preliminares sobre eventuais projetos de cooperação. O Embaixador também participou de inauguração de Consulado Honorário do Lesoto na cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo.

Os contatos entre a Embaixada do Brasil em Pretória e autoridades do país têm-se concentrado em gestões para candidaturas no âmbito multilateral. O Reino do Lesoto tem sistematicamente apoiado candidaturas brasileiras.

Em setembro de 2021, foi realizada visita de estudos virtual sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferecida ao governo do Lesoto. Na ocasião, o secretário de educação básica do Ministério de Educação do Lesoto, Dira Khama, afirmou que o modelo atual de alimentação escolar em seu país já é inspirado no exemplo brasileiro, a partir de visita técnica realizada em 2013.

COMÉRCIO BILATERAL

O comércio bilateral atingiu seu auge em 2005 (US\$ 1,3 milhão) e nova elevação em 2017 (US\$ 1 milhão), tendo registrado US\$ 55 mil em 2021. As exportações brasileiras costumam corresponder a virtualmente a totalidade das trocas bilaterais.

Os principais produtos exportados para o Brasil são couros, peles e calçados. Já os produtos brasileiros importados pelo Lesoto são, principalmente, máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

POLÍTICA INTERNA

O Lesoto é um país cercado pela África do Sul. Possui terreno montanhoso, que em todos os pontos supera mil metros de altitude. Protetorado britânico desde 1868, então denominado Basutolândia, o Lesoto tornou-se independente em 1966.

A Constituição previa um monarca, Moshoeshoe II, “um símbolo vivo da unidade nacional”, mas com poderes limitados, e uma Assembleia Nacional baseada no sufrágio universal. O premiê seria automaticamente o líder do partido mais votado. O então Rei exilou-se em 1990, dois anos depois de ter seus poderes suspensos por uma junta militar, mas regressou ao país e reassumiu o trono em 1995 – vindo a falecer no ano seguinte, em um acidente de automóvel. Seu filho, o atual monarca, Letsie III, tornou-se então chefe de Estado do Lesoto.

Em 22/09/1998, militares sul-africanos interviveram no país para viabilizar o governo do então PM Pakalitha Mosisili, vencedor nas eleições de maio 1998. A intervenção da África do Sul, feita a pedido do premiê do Lesoto, foi realizada como uma missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC - (“Operação Boleas”), da qual participaram também forças de Botsuana. O ato foi legitimado pelo Memorando de Entendimento de 1994 da SADC, pelo qual África do Sul, Botsuana e Zimbábue foram indicados como garantes da democracia no Lesoto. A Operação Boleas foi encerrada em 19/10/1998. As últimas tropas sul-africanas e botsuanas deixaram o Lesoto em maio de 1999.

Em junho de 2017, houve eleições – pela terceira vez em cinco anos. Formou-se governo de coalizão de quatro partidos, liderado pelo Primeiro-Ministro Tom Thabane. De acordo com as recomendações para as principais reformas de governo e segurança, feitas pela SADC, o governo do Lesoto comprometeu-se a empreender consultas multilaterais para instruir as reformas.

O ano de 2018 foi marcado por maior estabilidade, o que permitiu importantes avanços no plano político. Após sucessivos adiamentos, a equipe de facilitadores da SADC logrou promover diálogo nacional na capital Maseru, no final de novembro, com a participação de representantes do governo, líderes da oposição no exílio e entidades da sociedade civil. O encontro logrou promover discussão inicial sobre reformas constitucionais, no setor de segurança e em outros aspectos da organização institucional do país, em linha com as recomendações feitas pela SADC em 2016.

Após a renúncia de Thabane, em maio de 2019, nova coalizão de governo do país indicou o nome do então Ministro das Finanças, Moeketsi Majoro, como Primeiro-Ministro, o que foi aceito pelo Rei Letsie III. Majoro foi empossado em 20 de maio de 2020. Em seu discurso, indicou que priorizará o combate ao desemprego, à pobreza e à fome no país. Assinalou que, em seu mandato, buscará implementar novo estilo de liderança para restaurar a confiança da população do país no governo. A chegada de Moeketsi ao poder marca importante renovação geracional na liderança do Lesoto. O Lesoto deverá realizar novas eleições parlamentares em outubro de 2022.

EDUCAÇÃO

O Lesoto é um dos países com a maior taxa de alfabetização na África Subsaariana, de 76% da população adulta – 70% masculina e 88% feminina.

ECONOMIA

O Lesoto possui economia fortemente ligada à África do Sul. Mais de 80% de sua população dedica-se à agricultura de subsistência. As remessas de divisas dos trabalhadores empregados na indústria mineira sul-africana – que, em 1990, foram responsáveis por 67% do PIB – vêm diminuindo sistematicamente desde então, sendo hoje inferiores a 30% do PIB. Atualmente, a maior parte das receitas do Estado provém da arrecadação de gravames aduaneiros decorrentes da participação na União Aduaneira da África Meridional (SACU); no entanto, as receitas da SACU são voláteis.

Ao longo da última década, a economia lesotiana tornou-se cada vez mais dependente de dois setores-chave, que juntos constituem quase 45% do PIB: mineração e indústria têxtil e de vestuário, esta última empregando aproximadamente 50 mil pessoas. A agricultura intensiva em mão-de-obra continua desempenhando papel importante. É a principal fonte de renda na zona rural, onde vive a maior parte da população (cerca de três quartos). A maior parcela das terras no Lesoto é propícia à pecuária: as montanhas são utilizadas como pasto no verão e as planícies, no inverno. Contudo, a produtividade vem diminuindo devido à seca, ao roubo de gado, à deterioração dos pastos e ao êxodo rural. O governo também ocupa papel-chave na economia, em virtude da dimensão do funcionalismo público e dos programas de desenvolvimento de infraestrutura.

A indústria, com participação atual na economia de 39%, e os serviços, com 55%, vêm liderando o crescimento econômico desde o fim dos anos 1980, embora a renda cresça mais lentamente devido ao declínio na taxa dos rendimentos dos migrantes, que ainda desempenham importante papel na economia de muitas famílias. A construção civil, principalmente o Projeto Hídrico para as Áreas Montanhosas de Lesoto (LHWP), também impulsiona o crescimento.

O Reino tem melhorado sua posição no ranking dos países com ambiente favorável aos negócios, elaborado pelo Banco Mundial, passando da 144^a posição em 2007 para a 122^a em 2020. As maiores deficiências do país estão relacionadas a procedimentos burocráticos, proteção a investimentos e à propriedade intelectual, e garantia da execução dos contratos.

Entretanto, as altas taxas de incidência de HIV têm levado à queda da produtividade, ameaçando a economia do país como um todo. Em 2006, o governo emendou o Código do Trabalho para proteger trabalhadores portadores do vírus contra demissões, assim como tornar obrigatórios programas educativos de prevenção nas fábricas.

CONTEXTO ATUAL

A economia do Lesoto, após um período de forte crescimento no início da década de 2010, tem passado, nos últimos anos, por recessões e estagnação. O PIB per capita do país reduziu-se de US\$ 1.287, em 2011, para US\$ 875, em 2020, e US\$ 1,035, em 2021.

Em paralelo à prolongada crise econômica, o preço dos alimentos vem registrando forte alta. Entre 2018 e 2019, segundo o PMA, houve um decréscimo de 76% na produção de alimentos no país, em função de diminuição das chuvas.

O setor agrícola no país ainda é caracterizado por culturas de subsistência, com baixa intensidade tecnológica, muito dependente do regime de chuvas e vulnerável a intempéries. Apenas 0,05% das terras cultivadas no país fariam uso de irrigação, por exemplo. Apesar de melhora nas chuvas ao longo de 2020 e início de 2021, o quadro de segurança alimentar ainda se mantém preocupante em função da pandemia de Covid-19 e dos rígidos confinamentos aplicados no país, que acabaram por desarticular a economia local. Segundo estimativas do PMA, cerca de

661 mil pessoas estariam em situação de insegurança alimentar (cerca de um terço da população total do Lesoto, de pouco mais de 2 milhões de habitantes).

A projeção de crescimento do PIB do Lesoto para o período entre 2022-24 é de 2.1% ao ano em média, impulsionado pela mineração e exportação de têxteis.

COMÉRCIO EXTERIOR

A capacidade exportadora do Lesoto, tradicionalmente, limitava-se ao mercado da África do Sul. Nos últimos anos, porém, o país perseguiu estratégia de desenvolvimento e erradicação da pobreza baseada nas exportações. Como país de menor desenvolvimento relativo, o Lesoto passou a beneficiar-se de acordos preferenciais de comércio com Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), União Europeia (regulação “Everything But Arms”, EBA), Japão e Estados Unidos (lei AGOA). Ainda assim, 90% das importações lesotianas provêm da circundante África do Sul. O Lesoto produz menos de 20% de sua demanda por alimentos, e a atividade agrícola é vulnerável a variações climáticas.

O país exporta principalmente produtos da indústria têxtil (40%), diamantes (20%), água, lã e tabaco, sobretudo para países da SADC, Estados Unidos e União Europeia. As importações concentram-se em derivados de petróleo, material de construção, veículos, máquinas e remédios, provenientes especialmente de países asiáticos. O país tem-se beneficiado, ainda, da política de transferência de receitas aduaneiras da SACU, cuja soma ascende a cerca de 36% do PIB.

Em março de 2018, o Lesoto assinou o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA), mas ainda não ratificou o instrumento. Por conta da grande influência da economia sul-africana no comércio exterior lesotiano, o impacto da AfCFTA deverá estar fortemente vinculado às eventuais transformações provocadas pelo Acordo na África do Sul. O maior desafio na implementação do diploma para o Lesoto pode ser eventual impacto para a indústria têxtil do país, a qual pode sentir os efeitos da competição de outros países do continente.

ENERGIA

O principal recurso natural do Lesoto é a água. O Projeto Hídrico para as Áreas Montanhosas de Lesoto impulsionou a venda desse recurso para a África do Sul, principalmente desde 1998, com a conclusão da primeira fase do projeto, e tem gerado impacto positivo no crescimento econômico do país, com o pagamento de “royalties” pela África do Sul. O projeto pretende também tornar o Lesoto autossuficiente em energia elétrica, com a entrada em funcionamento da usina hidrelétrica subterrânea de Muela (200 MW) e de outras centrais. Antes, toda a energia elétrica do país era fornecida pela estatal sul-africana ESKOM.

INDÚSTRIA

O maior dinamismo foi alcançado pela indústria têxtil e de confecções. Beneficiando-se do acesso isento de impostos ao mercado norte-americano, mediante mecanismos do AGOA (desde 1998), a economia lesotiana atraiu capitais externos.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Letsie III
Rei

Nascido em 1963, assumiu o trono quando seu pai, Moshoeshoe II, foi forçado ao exílio, em 1990. Moshoeshoe II retornou ao trono brevemente em 1995, mas morreu em 1996, vítima de acidente automobilístico. Letsie III reassumiu o trono, atuando como Chefe de Estado desde então. Foi educado no Ampleforth College, Reino Unido. Formou-se em Direito, pela Universidade Nacional do Lesoto. Estudou também nas Universidades de Bristol e Cambridge. É casado e tem três filhos.



Moeketsi Majoro
Primeiro-Ministro

Com 58 anos, o Primeiro-Ministro apresenta perfil técnico. Graduou-se em Economia pela Universidade Nacional do Lesoto e realizou, em seguida, estudos de mestrado e doutorado na Washington State University, nos Estados Unidos. Em 2004, assumiu o cargo de "Principal Secretary" (equivalente a Vice-Ministro) do Ministério das Finanças, que ocupou até 2008. Entre 2008 e 2012, ocupou o posto de Diretor Executivo e Diretor Executivo alternativo do FMI, em nome do Grupo Africano 1. Foi Ministro do Planejamento entre 2013 e 2015. Em 2017, elegeu-se para o Parlamento e foi nomeado Ministro das Finanças, posto que vinha ocupando até maio de 2020.



**Matsepo Ramakoae
Ministra dos Negócios Estrangeiros e
das Relações Internacionais**

Com 66 anos, possui extensa carreira no serviço público do Lesoto, tendo sido analista na autoridade tributária local, Diretora no Ministério do Meio Ambiente e no Ministério da Polícia, entre outros, inclusive como parlamentar. No cargo de “Principal Secretary” (Vice-Ministra) do Ministério da Defesa, teve a atribuição de consolidar a supervisão civil das Forças Armadas do Lesoto, após tentativa de golpe militar em 1998. Bacharelou-se em Administração pela Universidade Nacional do Lesoto e realizou estudos de pós-graduação na Universidade da Haia, em Políticas Públicas e Análise.

MAPA DO LESOTO

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino do Lesoto
CAPITAL	Maseru
ÁREA	30.344 km ² (aproximadamente a área do Estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (est. 2021)	2,15 milhões
IDIOMAS	Inglês, Sesoto, Xhosa, Zulu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãs (87%); tradicionais (7.7%); outros (1.1%); sem religião (0.2%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Letsie III
CHEFE DE GOVERNO	PM Moeketsi Majoro (desde maio de 2020)
CHANCELER	Matsepo Ramakoae (desde maio de 2020)
PIB	US\$ 2,2 bilhões (2021)
PIB PPP	US\$ 5,7 bilhões (2021)
PIB PPP per capita	US\$ 2.682,20 (2021)
IDH	0,527 (165º no mundo)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	76%
EXPECTATIVA DE VIDA	54 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Loti (unidade), Maloti (plural).

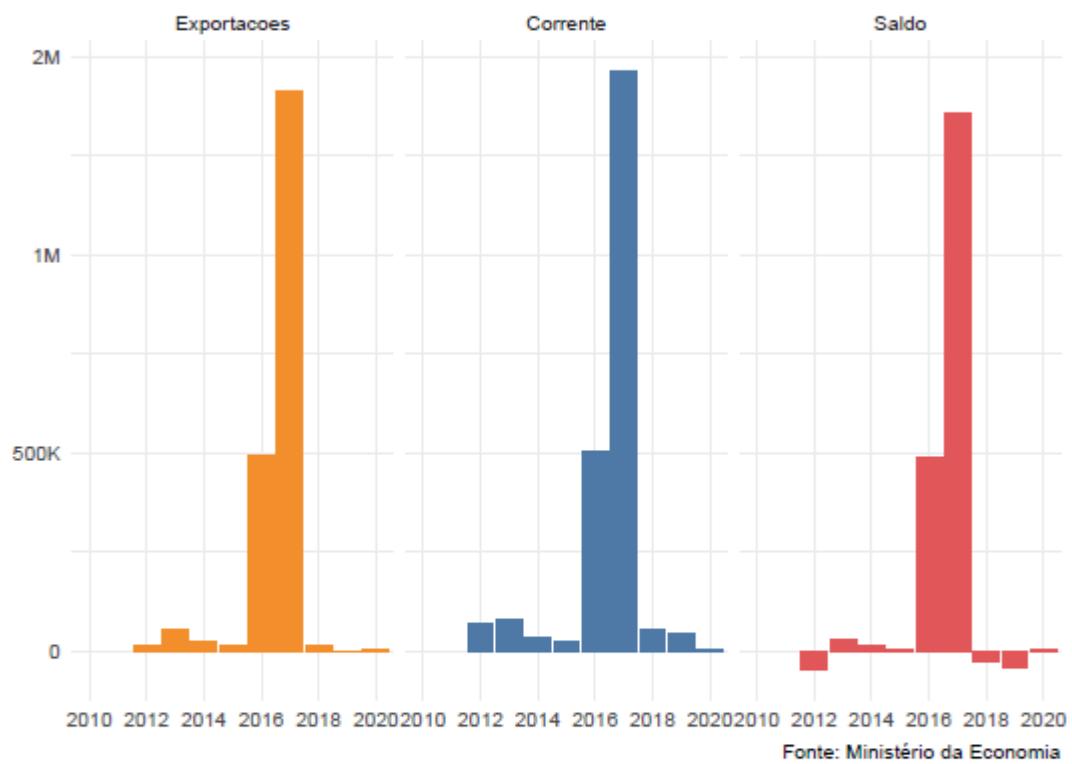
DADOS DE COMÉRCIO

Brasil-Lesoto, Dados Comerciais

1 Dados anuais

1.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Lesoto, Fluxo de Comércio até 2020

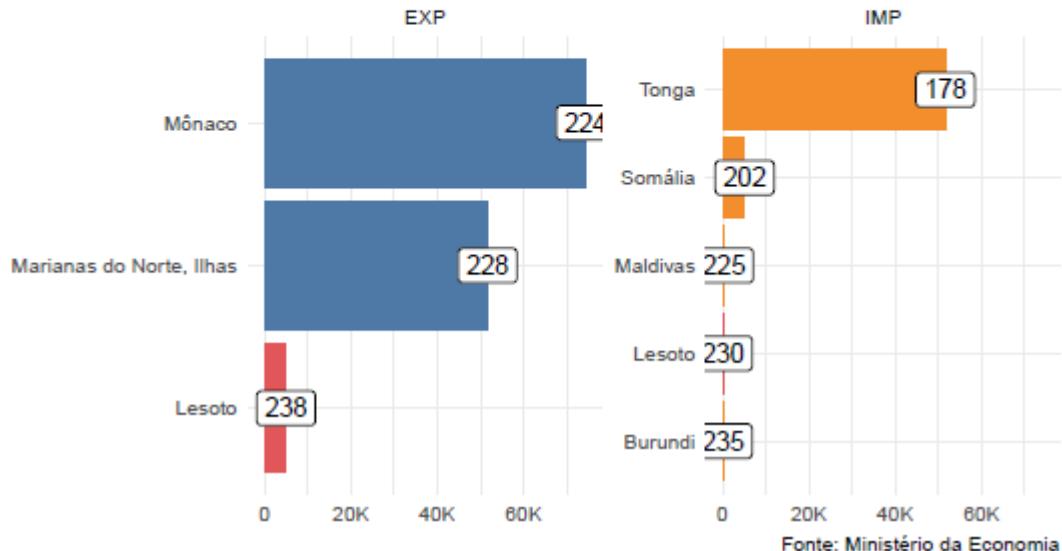


	2020	2019	2018	2017	2016
Exportações	5K (372.9%)	1K (-92.2%)	13K (-99.0%)	1M (185.4%)	494K (3 403.8%)
Importações	71 (-99.8%)	43K (9.8%)	39K (-24.0%)	51K (584.5%)	8K (-8.2%)
Saldo	5K (-88%)	-42K (-264%)	-26K (-102%)	1M (179%)	487K (8 115%)
Corrente	5K (-88.5%)	44K (-16.4%)	53K (-96.4%)	1M (191.4%)	502K (2 151.3%)

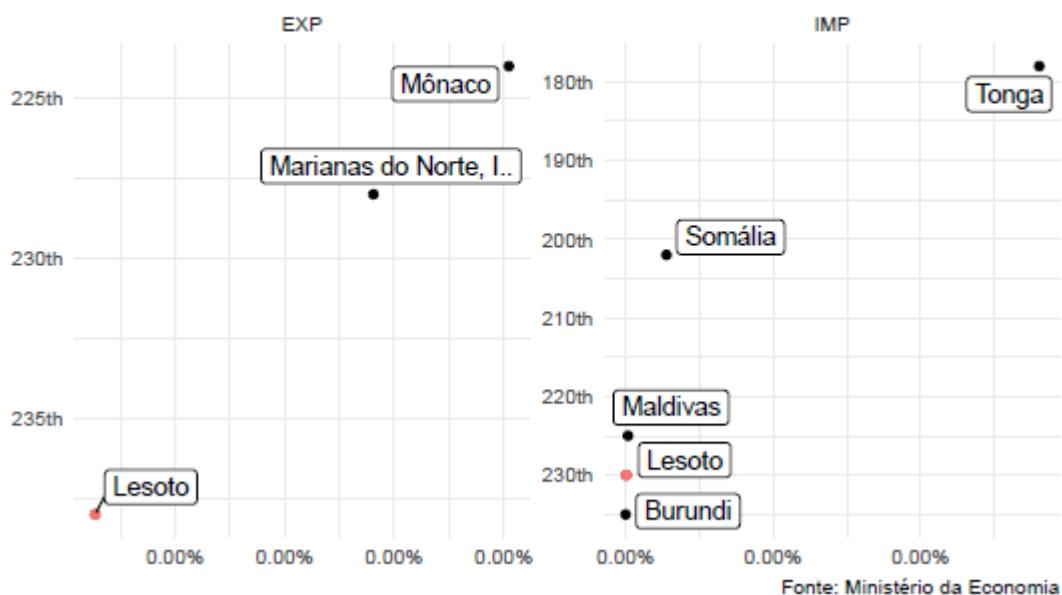
	2015	2014	2013	2012	2011
Exportações	14K (-41.9%)	24K (-55.3%)	54K (361.0%)	12K (NA)	NA (NA)
Importações	8K (-0.7%)	8K (-65.6%)	24K (-59.6%)	59K (26.9%)	47K (-53.6%)
Saldo	6K (-63%)	16K (-47%)	30K (-36%)	-47K (NA)	NA (NA)
Corrente	22K (-31.5%)	33K (-58.4%)	78K (10.3%)	71K (NA)	NA (NA)

1.2 Destinos de exportações e origens de importações

Brasil-Lesoto, parceiros comerciais próximos em 2020



Brasil-Lesoto, ranking e proporção de comércio, em 2020



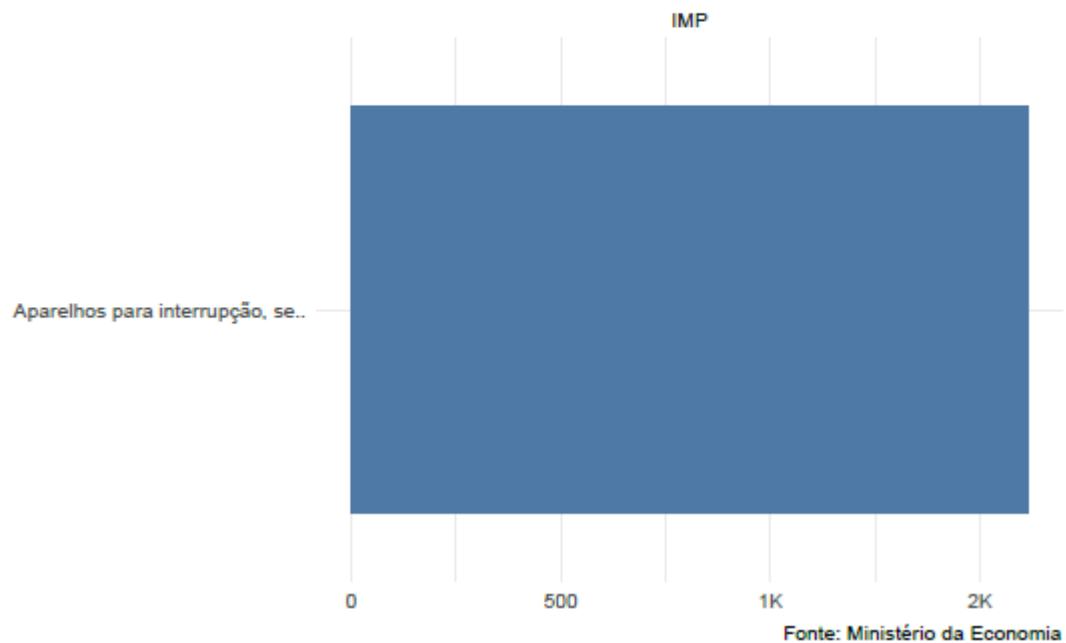
Brasil-Lesoto, Dados Comerciais

Dados Anuais				
Direção	País	Valor	Variação	Proporção
2020	EXP	74.40K	41,18%	0,00%
	Mônaco	51.68K	19 040,37%	0,00%
	Marianas do Norte, Ilhas	4.98K	372,91%	0,00%
	Lesoto	51.58K	133,50%	0,00%
2019	IMP	5.09K	-88,06%	0,00%
	Somália	298.00	-5,10%	0,00%
	Maldivas	71.00	-99,83%	0,00%
	Burundi	5.00	-98,18%	0,00%
	Pitcairn	195.48K	-19,88%	0,00%
2018	EXP	52.70K	-85,63%	0,00%
	Mônaco	1.05K	-92,21%	0,00%
	Lesoto	270.00	-97,96%	0,00%
	Marianas do Norte, Ilhas	42.91K	9,80%	0,00%
2017	IMP	42.64K	797,73%	0,00%
	Tonga	22.09K	653,15%	0,00%
	Maldivas	314.00	-31,44%	0,00%
	Pitcairn	13.50K	-99,04%	0,00%
2016	EXP	366.87K	-45,12%	0,00%
	Mônaco	243.98K	370,70%	0,00%
	Lesoto	13.22K	17 288,16%	0,00%
	Marianas do Norte, Ilhas	1.03K	NA	0,00%
2015	IMP	39.08K	-24,02%	0,00%
	Somália	4.75K	1 792,43%	0,00%
	Maldivas	458.00	2 762,50%	0,00%
	Burundi	274.00	-96,34%	0,00%
2014	EXP	1.41M	185,38%	0,00%
	Mônaco	668.46K	119,97%	0,00%
	Pitcairn	51.83K	14 218,51%	0,00%
	IMP	51.43K	584,55%	0,00%
2013	Lesoto	2.93K	-6,08%	0,00%
	Tonga	251.00	-98,24%	0,00%
	Somália	16.00	-99,94%	0,00%
	Maldivas	NA	NA	NA

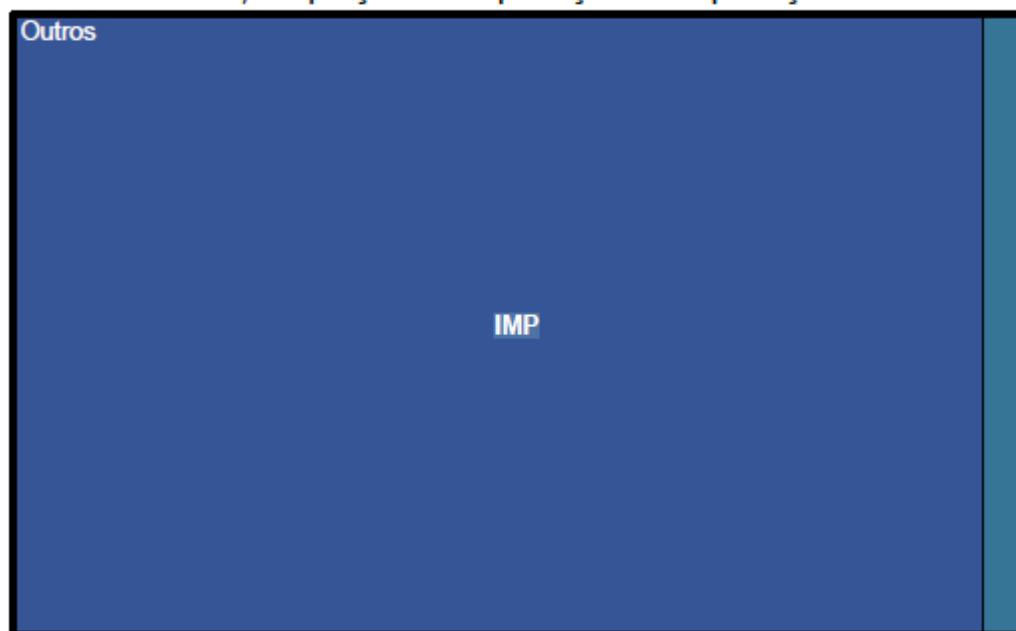
Brasil-Lesoto, Dados Comerciais

1.3 Produtos comercializados

Brasil-Lesoto, pauta comercial, 2020



Brasil-Lesoto, Proporção de Exportações e Importações em 2020



Brasil-Lesoto, Dados Comerciais

Dados Anuais						
			Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção
2020	EXP	Calçado com sola exterior de borracha, plástico, c..	6403	4.15K	-63,3%	83,5%
		Malas e maletas, incluídas as de toucador e as mal..	4202	822.00	-61,1%	16,5%
	IMP	Aparelhos para interrupção, seccionamento, proteç..	8536	71.00	-95,6%	100,0%
2019		Aparelhos para interrupção, seccionamento, proteç..	8536	1.62K	-78,7%	3,8%
2018	EXP	Calçado com sola exterior de borracha, plástico, c..	6403	11.31K	-47,8%	83,8%
		Malas e maletas, incluídas as de toucador e as mal..	4202	2.11K	-70,8%	15,7%
	IMP	Aparelhos para interrupção, seccionamento, proteç..	8536	7.58K	-73,2%	19,4%
2017	EXP	Calçado com sola exterior de borracha, plástico, c..	6403	21.65K	-5,9%	1,5%
		Malas e maletas, incluídas as de toucador e as mal..	4202	7.23K	0,1%	0,5%
	IMP	Aparelhos para interrupção, seccionamento, proteç..	8536	28.29K	500,7%	55,0%

1.4 Classificações do Comércio

Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



Brasil-Lesoto, Dados Comerciais

2020				
Direção	Classificação ISIC		Valor	%
EXP	Indústria de Transformação		5.0K	100,0%
IMP	Indústria de Transformação		71.0	100,0%
Direção	Classificação Fator Agregado		Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS		5.0K	100,0%
IMP	PRODUTOS MANUFATURADOS		71.0	100,0%
Direção	Classificação CGCE		Valor	%
EXP	BENS DE CONSUMO (BC)		5.0K	100,0%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)		71.0	100,0%
Direção	Classificação CUCI		Valor	%
EXP	OBRAS DIVERSAS		5.0K	100,0%
IMP	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE		71.0	100,0%

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1970 – Estabelecimento de relações diplomáticas.
- 1991 – Abertura de Consulado Honorário do Lesoto em São Paulo.
- 1997 – Transferência da cumulatividade de Maputo para Pretória.
- 2008 – Encontro entre chanceleres dos dois países à margem da Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Doha), ocasião em que trataram das possibilidades de cooperação no campo da agricultura.
- 2009 – O Lesoto envia ao Brasil proposta de acordo de cooperação técnica, científica, cultural e econômica.
- 2010 – Visita de Chanceler do Lesoto ao Brasil e assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica.
- 2015 – Visita de Ministro do Desenvolvimento Social do Lesoto ao Brasil; no mesmo ano, visita do Embaixador não residente do Lesoto ao Brasil.

CRONOLOGIA DO PAÍS

- 1868 – O “pai da nação”, o Rei Moshoeshoe I, em meio ao conflito generalizado entre tribos da região e os africânderes, de origem holandesa, solicita ao Império Britânico o status de protetorado para a região conhecida como Basutolândia.
- 1966 – O Reino do Lesoto torna-se independente em 4 de outubro.
- 1970 – O PM Chefe Jonathan anula as eleições, suspende a Constituição, extingue o Parlamento e exila os líderes da oposição.
- 1986 – Chefe Jonathan é deposto por golpe militar; instalada junta militar que governa o país em regime de exceção.
- 1988 – Os poderes do monarca são suspensos.
- 1990 – O Rei Moshoeshoe II é exilado.
- 1991 – A atividade política é permitida e nova constituição, muito similar à de 1966, é promulgada.
- 1995 – Em janeiro, o Rei Moshoeshoe II regressa de seu exílio no Reino Unido e reassume o trono.
- 1996 – O soberano falece em acidente de automóvel nas montanhas do Lesoto. Seguindo recomendação do Conselho de Chefes, o rei Letsie III, que reinou durante a ausência de seu pai, reassume a coroa.
- 1997 – Disputas entre facções dentro do Partido do Congresso da Basutolândia Congress Party (BCP) levam o partido, em junho, a uma cisão que dá origem ao Congresso do Lesoto para a Democracia (LCD).
- 1998 – Em 22/set, forças sul-africanas invadem o país, com o intuito de viabilizar o Governo do partido vencedor nas eleições de maio, do PM Pakalitha Mosisili. A intervenção militar sul-africana, precedida de pedido do PM, é realizada como operação da SADC (“Operação Boleas”), da qual participam também forças de Botsuana. A Operação Boleas é encerrada em 19/out.
- 2009 – Crise entre governo e oposição derivada da distribuição de assentos parlamentares das eleições de 2007 é objeto de mediação do Conselho Cristão de Igrejas do Lesoto.

2012 – Coalizão liderada pelo partido Convenção de todo o Basoto vence eleições parlamentares do país. Tom Thabane é o novo Primeiro-Ministro.

2014 – Alegando "ameaça iminente de golpe de Estado", Tom Thabane suspende atividades do Parlamento. Militares ameaçam derrubar o Primeiro-Ministro, que é forçado a deixar o país e se asilar na África do Sul.

2014 – SADC envia o então Vice-Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, para mediar a crise no país, o que resulta na reabertura do Parlamento e no retorno ao poder do Primeiro-Ministro Thabane, mediante compromisso de antecipação das eleições gerais para o início de 2015.

2015 – Eleições antecipadas são realizadas, dando a vitória ao Democratic Congress. O Primeiro-Ministro Pakalitha Mosisili retorna ao poder.

2017 - Eleições, pela terceira vez em cinco anos. Governo de coalizão de quatro partidos, liderado por Thabane.

2017 – Missão Preventiva da SADC no Reino do Lesoto (SAPMIL), com vistas a manter a ordem local, após o assassinato do General Khoantle Motšomotšothe, que exercia o cargo das Forças de Defesa do Lesoto.

2020 – Tom Thabane renuncia e é substituído pelo atual PM Moeketsi Majoro.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ÁFRICA DO SUL



Maço básico

OSTENSIVO
Agosto de 2022

RELAÇÕES BILATERAIS

DIÁLOGO POLÍTICO DE ALTO NÍVEL

Brasil e África do Sul mantêm desde 2010 “parceria estratégica”, nível de relacionamento igualado apenas com Angola em todo o continente africano. Na pauta da relação bilateral sobressaem temas de defesa, segurança, energia nuclear, investimentos, cooperação e acesso a mercados.

Os dois países têm importante histórico de encontros bilaterais. Mais recentemente, no ano de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro encontrou-se com o Presidente Cyril Ramaphosa em três oportunidades. Em janeiro, reuniram-se à margem do Fórum Econômico Mundial em Davos; em junho, na Cúpula do G20 em Osaka; e, em novembro, à margem da Cúpula dos BRICS em Brasília. Na cerimônia de posse do segundo mandato do Presidente Ramaphosa, o então Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo e Silva, representou o Presidente Jair Bolsonaro.

Em julho de 2019, o então Chanceler Ernesto Araújo e a Ministra de Relações Internacionais e Cooperação sul-africana, Naledi Pandor, mantiveram reunião bilateral à margem do BRICS, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, em dezembro, o então Ministro Ernesto Araújo manteve videoconferência com a Ministra Pandor, ocasião em que puderam repassar a agenda bilateral em temas como defesa, comércio, coordenação em foros internacionais, entre outros.

Já em julho de 2021, realizou-se reunião entre o Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA), Embaixador Kenneth Félix Haczynski da Nóbrega, e a Vice Diretora-Geral para Américas e Europa da chancelaria sul-africana, Embaixadora Maud Dlomo. Na ocasião, foram discutidas oportunidades de cooperação identificadas em reuniões prévias dos seguintes grupos de trabalho: energia e assuntos ambientais; defesa; arte, cultura, educação superior e cooperação entre academias diplomáticas; relações econômicas e comerciais; agricultura; ciência, tecnologia e comunicações; esporte e turismo; justiça e serviços correcionais; saúde; e cooperação técnica para o desenvolvimento.

COOPERAÇÃO EM DEFESA E EM ENERGIA NUCLEAR

A cooperação na área de defesa entre Brasil e África do Sul tem como marco conceitual o Acordo-Quadro sobre Cooperação em Assuntos de Defesa, assinado na Cidade do Cabo, em 04/06/2003, e em vigor no plano internacional desde 20/08/2013. O acordo, no entanto, não foi promulgado no Brasil em razão de incompatibilidade com a nova Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Para solucionar a questão, em 2016, o Brasil propôs emenda, por troca de Notas, ao Acordo. Em dezembro de 2018, a Chancelaria sul-africana encaminhou Nota Verbal indicando aceitação do texto. Nova proposta de emenda por mecanismo convencional foi encaminhada ao lado sul-africano em 28/10/2019, à qual até o momento não houve reação. Estão sendo negociados, ainda, acordo para proteção mútua de informação classificada e a emenda ao Acordo de cooperação em matéria de defesa.

Iniciativas concretas

Em 2006, teve início o projeto “A-Darter”, para desenvolvimento conjunto de tecnologia missilística, conduzido pelo grupo estatal sul-africano Denel e pelas empresas brasileiras Avibrás e Mectron. O míssil, em fase final de testes, deverá permitir o domínio de tecnologias e a independência no ciclo de desenvolvimento e produção de mísseis ar-ar. Já foram concluídas as negociações do acordo bilateral sobre mísseis ar-ar, que constituirá a base legal internacional para produção e venda desses armamentos.

Está em fase final de negociação o Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear. O instrumento contribuiria para o fornecimento de molibdênio-99 (utilizado em exames diagnósticos na detecção de câncer) ao Brasil de modo seguro, previsível e contínuo; e o aprendizado de técnicas científicas e modelos organizacionais.

Os exercícios navais bienais Ibsamar (Índia, Brasil e África do Sul), realizados em águas sul-africanas, têm sido importantes para a troca de experiências entre as três marinhas nacionais e contribuem, com outros exercícios internacionais, para a navegação do Atlântico Sul.

Cabe destacar que há grande potencial para reforçar o comércio de produtos de Defesa entre os dois países. Em outubro de 2021, foi realizado, em formato de seminário virtual, o I Diálogo da Indústria de Defesa Brasil-África do Sul, que teve o propósito de aproximar os representantes da base industrial de defesa do Brasil e da África do Sul e, inspirado na bem-sucedida experiência de cooperação representada pelo desenvolvimento do míssil ar-ar A-Darter, impulsionar iniciativas conjuntas mutuamente benéficas.

COOPERAÇÃO JURÍDICA

Encontram-se em estados avançados de negociação o Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal e o Tratado de Extradição.

Em dezembro de 2020, o Ministério Público Federal e a *National Prosecuting Authority* (NPA) da África do Sul assinaram Memorando de Entendimento de modo a abrir caminho para a cooperação entre as duas instituições, com intercâmbio de informações e troca de experiências.

Em outubro de 2021, o Brasil deu início a negociações de um Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre Brasil e África do Sul, ora em análise das autoridades sul-africanas. O tema assume importância diante do crescente número de brasileiros presos na África do Sul e de sul-africanos, no Brasil.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O "Acordo Bilateral sobre Cooperação Científica e Tecnológica", assinado em 2003, expirou seu prazo de vigência, após ser renovado automaticamente por mais cinco anos, em 2013. Com a expiração do acordo, a África do Sul passou a ser o único país do BRICS com o qual o Brasil não possui acordo bilateral específico em Ciência e Tecnologia.

Em abril de 2019, o governo brasileiro apresentou proposta de novo texto adicionando o elemento de “Inovação” à cooperação e atualizando as disposições para refletir o atual dinamismo na área e aguarda contraproposta oficial da África do Sul. As

negociações do acordo já se encontram encerradas, e o instrumento deverá ser assinado em breve por canais diplomáticos.

A cooperação em temas relacionados às Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs) constitui também objeto de interesse da África do Sul no relacionamento com o Brasil.

Citam-se ainda como temas que são objeto da cooperação em ciência e tecnologia: incubação cruzada de *startups* na área de agritech; acordo de cooperação científica e tecnológica entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a *National Research Foundation* (NRF), da África do Sul; diplomacia da inovação, entre outros.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

As ações de cooperação técnica entre o Brasil e a África do Sul são amparadas pelo Acordo de Cooperação Técnica vigente desde setembro de 2003. Atualmente, não há projetos de cooperação em execução no âmbito da cooperação técnica bilateral. Entretanto, registram-se demandas sul-africanas nas áreas de meio ambiente, saúde e agricultura.

Em 2021, foi retomada iniciativa na área de meio ambiente, de parceria entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), pelo lado brasileiro, e o *South African National Parks* (SANParks), vinculado ao Ministério dos Assuntos Ambientais, da África do Sul. O objetivo desta cooperação é a troca de experiências sobre a concessão de áreas destinadas a parques nacionais e a gestão de infraestruturas de visitação dessas unidades de conservação.

Na área ambiental, cabe registrar que, em novembro de 2021, o Ministro do Meio-Ambiente, Joaquim Leite, e sua homóloga sul-africana, Barbara Creecy, assinaram o Plano de Implementação para o período 2021-2026 do Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente entre Brasil e África do Sul.

Cabe citar, ainda, o recente diálogo entre a Agência Brasileira de Cooperação e o *African Renaissance Fund*, em reunião realizada em agosto de 2021, em que foram levantados temas com potencial de colaboração, como meio ambiente, bioenergia, entre outros.

COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E TEMAS PRIORITÁRIOS EM AGRICULTURA

Em setembro de 2020, a África do Sul enviou proposta de acordo em agricultura que prevê amplo marco institucional para a cooperação bilateral. Sob esse arcabouço, pretende-se promover iniciativas de cooperação técnica com o Brasil em diversas áreas, tais como agricultura familiar, educação rural, mecanização de pequenos produtores e aprofundamento de relações entre o "Agricultural Research Council" (ARC) e as instituições brasileiras de pesquisa agropecuária. No entanto, ainda não se encerrou a etapa negociadora desse acordo.

De parte do Brasil, os temas prioritários na agenda agrícola são i) a retirada das salvaguardas (relacionadas à febre aftosa) atualmente em vigor contra as importações de carne com osso e miudezas de bovinos do Brasil para a África do Sul; ii) o estabelecimento de certificado sanitário para subprodutos de origem animal; iii) a atualização do certificado sanitário para "pet food"; iv) a atualização do certificado

sanitário existente para carne de aves; e v) a elaboração de certificado sanitário para exportação (do Brasil) de sêmen e embriões bovinos.

Para a África do Sul, são prioritários os seguintes temas: i) exportações de material genético bovino e ovino; ii) exportações de gordura e carne de avestruz; iii) e acordo de cooperação bilateral em agricultura.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL

Existe potencial inexplorado na cooperação em matéria de ensino superior entre Brasil e África do Sul, haja vista a baixa procura de estudantes sul-africanos por vagas em universidades brasileiras, a despeito da existência de acordo assinado na área.

No que se refere à língua portuguesa, cabe ressaltar que há a possibilidade de estudantes sul-africanos prestarem o exame Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), exigido para o ingresso nas instituições de ensino superior brasileiras, no Instituto Guimarães Rosa em Pretória (antigo Centro Cultural Brasil-África do Sul), a fim de se prepararem para acompanhar o curso acadêmico em instituição de ensino superior brasileira.

O Brasil conta com dois leitorados na África do Sul, um na Universidade da Cidade do Cabo e outro na Universidade de Pretória. Os leitores são professores universitários que atuam em instituições estrangeiras de ensino superior, promovendo a língua e a cultura brasileiras, numa parceria entre o Itamaraty e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo dados do Ministério da Economia, em 2021 o Brasil exportou US\$ 1,18 bilhão para o mercado sul-africano e importou US\$ 1 bilhão desse país, totalizando corrente comercial bilateral de US\$ 2,18 bilhões. O saldo comercial foi superavitário para o Brasil em US\$ 183,7 milhões. Em comparação a 2020, as exportações tiveram aumento de 20%, enquanto as importações subiram 63,9%.

O principal produto exportado pelo Brasil para a África do Sul segue sendo carnes de aves e suas miudezas. Em dezembro de 2018, a *South African Poultry Association* (SAPA) formalizou pedido de elevação de tarifas de importação de alguns cortes de carne de frango, de 12% e 37% para 82%, em linha com sua tarifa consolidada na OMC.

Ademais, a autoridade sul-africana aplicou, em fevereiro de 2022, direito antidumping provisório, ainda em vigor. O valor do direito provisório para o Brasil foi de 265,1%, como regra geral. Dez das treze empresas brasileiras afetadas enviaram informações para a investigação e tiveram tarifas mais baixas aplicadas, variando de 6% a 30,5%.

O assunto foi objeto de diversas gestões da Embaixada do Brasil em Pretória junto ao governo local. Ademais, o então Ministro Ernesto Araújo encaminhou, em junho de 2019, carta à Ministra Naledi Pandor, à luz da sensibilidade do tema. Em janeiro de 2022, a Embaixada do Brasil em Pretória protocolou manifestação oficial do Governo Brasileiro junto à International Trade Administration Commission (ITAC), autoridade investigadora da África do Sul.

No campo dos investimentos, nos últimos anos, três grandes empreendimentos sul-africanos foram realizados no Brasil: o megaprojeto de extração, transporte e exportação de minério de ferro da Minas-Rio, pela empresa Anglo American; a compra de 30% da editora Abril pelo grupo sul-africano Naspers (antes da venda do controle acionário da Abril ao grupo Legion Holdings); e a concessão do aeroporto de Guarulhos para consórcio integrado pela *Airports Company of South Africa* (ACSA), juntamente com o grupo brasileiro INVEPAR, cujos sócios são a Previ (BB), Petros (Petrobrás), Funcen (CEF) e OAS.

Do lado brasileiro, destaca-se a presença na África do Sul da gaúcha Marcopolo, fabricante de ônibus, e da catarinense WEG, que produz motores elétricos, com fábricas e distribuidoras instaladas em diversas cidades daquele país. Em outubro de 2016, concluiu-se a aquisição da SAB Miller pela AB Inbev, um negócio da ordem de US\$ 109 bilhões. No setor cimenteiro, a Camargo Corrêa adquiriu a empresa sul-africana *Natal Portland Cement* em 2012.

A Embraer inaugurou, em meados de 2018, centro de treinamento regional em Joanesburgo, com dois simuladores de jatos da companhia e capacidade para treinar até dois mil operadores por ano, em parceria com a companhia aérea sul-africana *Air-Link*. O investimento alcançou cerca de US\$ 12 milhões.

Há, ademais, presença no mercado sul-africano de O Boticário, Tramontina, Intercement e Wyda.

Em novembro de 2020, a Embaixada em Pretória celebrou convênio com a *Brazil-South Africa Chamber of Commerce (BSA Chamber)*, primeira câmara de comércio bilateral entre Brasil e África do Sul, que poderá ter papel importante nas relações comerciais e de investimento entre Brasil e África do Sul e coadjuvar em muitos momentos a ação da Embaixada em Pretória.

POLÍTICA INTERNA

A África do Sul é uma república parlamentarista *sui generis*, já que o Presidente, não obstante acumular as funções de Chefe de estado e de governo, é eleito pela Assembleia Nacional e, em princípio, é o líder do partido mais votado. A Constituição do país estabelece limite de dois mandatos consecutivos (de cinco anos cada) para a permanência no poder. As últimas eleições gerais sul-africanas ocorreram em maio de 2019.

O regime do *apartheid*, que chegou ao fim em 1994, impôs à África do Sul cenário de profundos contrastes e desafios sociais. Em um país com infraestrutura e economia superiores às de vários países africanos, cerca de um quinto da população encontra-se abaixo da linha de pobreza, com aumento da desigualdade.

As eleições ocorridas em maio de 2019 marcaram o 25º aniversário do primeiro pleito democrático realizado na África do Sul e foram apontadas por analistas e políticos como as mais importantes desde 1994. Elas mantiveram no poder o Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês), força hegemônica no quadro político sul-africano nos últimos 25 anos.

O quadro econômico e social impacta o cenário político, com uma década de baixo crescimento econômico, insuficiente para atender aos anseios da grande maioria

dos sul-africanos. A taxa oficial de desemprego permanece em patamar elevado (cerca de 35%).

Embora os últimos levantamentos eleitorais antes do pleito de 2019 tenham indicado que o *Democratic Alliance* (DA) seguiria sendo a segunda maior força política na África do Sul, pela primeira vez, desde 1994, o partido obteve redução em sua votação, com 20,76% dos votos.

O *Freedom Front Plus* (FF+) obteve 2,38% dos votos nas eleições de 2019, o maior crescimento relativo entre todos os partidos, elegendo bancada de dez deputados.

O discurso em favor de mudanças profundas na economia sul-africana é o principal motor do *Economic Freedom Fighters* (EFF), que cresce junto à grande parcela de jovens desempregados nas periferias de centros urbanos. O partido, liderado por Julius Malema, obteve resultado notável no pleito de 2019, com 10,79% dos votos válidos, tornando-se a terceira força política na África do Sul.

Observa-se que o partido islamista *Al-Jama-ah*, criado em 2007, obteve, nas eleições de 2019, um representante no Parlamento pela primeira vez.

ECONOMIA

A África do Sul é a segunda maior economia da África, após a Nigéria. O país tem sistema bancário maduro, arcabouço regulatório abrangente, indústrias estabelecidas e infraestrutura desenvolvida. Apesar de ter perdido valor no contexto da disputa comercial entre Estados Unidos e China, a moeda local, o rand, é relativamente estável. Além disso, apesar de certos entraves e desafios, a África do Sul reúne características que recomendam atenção como polo atrativo de negócios.

A inclusão da população à margem do desenvolvimento econômico é o principal desafio do governo sul-africano desde a transição democrática. O país vem enfrentando quadro de crescimento econômico lento, acompanhado de alto desemprego, o que gera impactos negativos na promoção do desenvolvimento econômico socialmente inclusivo. Os principais limitadores do potencial econômico sul-africano são: (i) a escassez no fornecimento de energia elétrica; e (ii) a queda nos preços das *commodities*, sobretudo minérios, responsáveis por mais de 60% das receitas de exportações sul-africanas na última década.

Com a continuada deterioração dos principais indicadores econômicos – em particular os números relacionados ao desemprego, ao crescimento econômico e ao descontrole da relação dívida/ PIB (cuja proporção se aproxima de 60%) – especialistas convergem quanto à urgência de reformas estruturais.

O déficit fiscal é um dos desafios fundamentais a serem enfrentados pelo governo sul-africano nos próximos anos.

IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Com vistas à mitigação do impacto econômico e social da quarentena, o Presidente Cyril Ramaphosa anunciou pacote de medidas que inclui o dispêndio de 500 bilhões de rands (cerca de US\$ 25 bilhões), aproximadamente 10% do PIB sul-africano.

Trata-se do maior pacote de estímulo econômico da história da África do Sul e tem o objetivo de: i) oferecer os meios adequados para as medidas sanitárias a serem adotadas no combate à pandemia; ii) aliviar a fome e as dificuldades sociais; iii) amparar empresas e trabalhadores; e iv) apoiar a reabertura gradual da economia.

O tema dos benefícios sociais ganha importância à luz dos dados publicados em dezembro de 2021 sobre a evolução do desemprego no país, que atinge 34,9%. Incluídas as pessoas que desistiram de procurar empregos, o índice atinge 46,6%. Todos os setores econômicos pesquisados registraram perdas.

O PIB sul-africano caiu 1,5% no terceiro trimestre de 2021 e, diante de pressões inflacionárias, o Banco Central elevou a taxa de juros a 3,5%.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Cyril Ramaphosa
Presidente da República

Líder do sindicato dos mineiros (NUM), pilar do que viria a ser a principal central sindical do país (COSATU), eleger-se Secretário-Geral do Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês) em 1991. Preterido na escolha para a Vice-Presidência em 1997, migrou para a iniciativa privada. Retornou à cena política por indicação de Jacob Zuma, de quem foi Vice-Presidente a partir de 2014. Com a renúncia de Zuma, assumiu a Presidência em fevereiro de 2018. Nas eleições nacionais e provinciais de maio de 2019, foi confirmado como Presidente da África do Sul para novo mandato de cinco anos.



Naledi Pandor
Ministra de Relações Internacionais e Cooperação

Quadro respeitado no ANC, integra a executiva do partido. Exilou-se em Botsuana nos anos 1970, onde concluiu o ensino secundário. Graduou-se em História e Inglês pela Universidade de Botsuana, e tem mestrado em Educação pela Universidade de Londres e em Linguística pela Universidade de Stellenbosch. Membro do Parlamento sul-africano desde 1994, Pandor integra o gabinete ministerial sul-africano desde 2004. Com a assunção de Ramaphosa em fevereiro de 2018, tornou-se Ministra de Educação Superior e Treinamento, pasta com a qual é identificada em razão de sua atuação acadêmica, mas que deixou para comandar o Ministério de Relações Internacionais e Cooperação.



Vusumuzi Wellington Mavimbela
Embaixador em Brasília

De 1976 a 1993, desempenhou diferentes funções no Congresso Nacional Africano (partido no poder desde o fim do apartheid, em 1994), dentro e fora da África do Sul. De 1994 a 1999, foi Conselheiro político e Conselheiro em Assuntos de Inteligência e Segurança do então Vice-Presidente Thabo Mbeki. De 2005 a 2008, atuou na iniciativa privada, retornando à vida política em 2009, quando assumiu a Chefia de Gabinete do

então Presidente Jacob Zuma. Foi Embaixador da África do Sul no Zimbábue (2011-2016) e no Egito (2016-2020).

MAPA DA ÁFRICA DO SUL



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da África do Sul
GENTÍLICO	Sul-africano
CAPITAL	Pretória (administrativa); Cidade do Cabo (legislativa); Bloemfontein (judiciária)
ÁREA	1.219.090 km ²
POPULAÇÃO	56,46 milhões
IDIOMAS	11 oficiais (inglês, afrikaans, ndebele, sepedi, sesoto, setsuana, siswati, tsonga, venda, xhosa, zulu)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (68%); Tradicionais (28,5%); Islamismo (2%); Hinduísmo (1,5%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Assembleia Nacional e Conselho Nacional de Províncias)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Cyril Ramaphosa (desde 15/02/2018, reeleito em 22/05/2019)
MINISTRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO	Naledi Pandor (desde 29/05/2019)
IDH	0,699/113º no mundo
PIB (2021)	US\$ 419,95 bilhões (Banco Mundial)
PIB PPP (2021)	US\$ 865,8 bilhões (Banco Mundial)
PIB PER CAPITA (2021)	US\$ 14.420,20 (Banco Mundial)
EXPECTATIVA DE VIDA	64,8 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Rand
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Vusumuzi Wellington Mavimbela

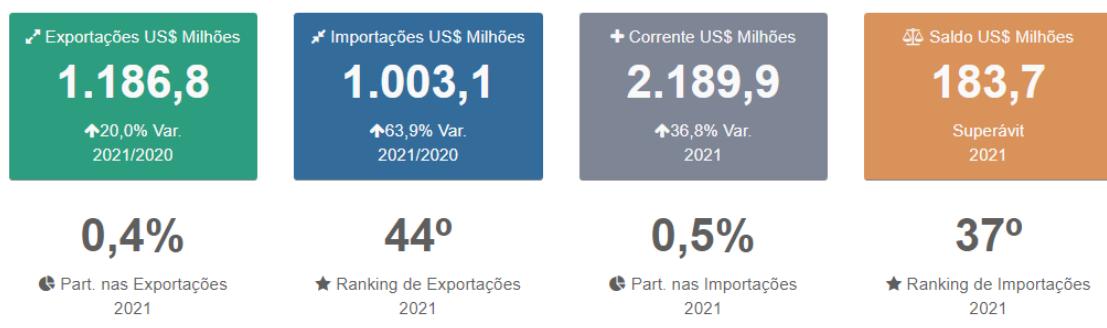
COMÉRCIO BILATERAL EM 2021

Balança comercial do Brasil com a África do Sul em 2021

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: África do Sul

Jan-Abr / 2022

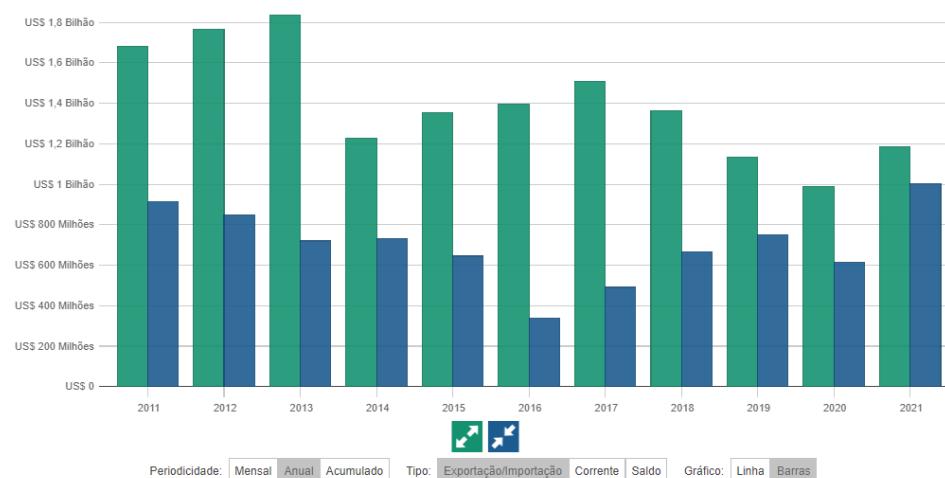
2021



Série histórica - Parceiro: África do Sul

Total

ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas



Periodicidade: Mensal Anual Acumulado

Tipo: Exportação/Importação Corrente Saldo

Gráfico: Linha Barras

*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

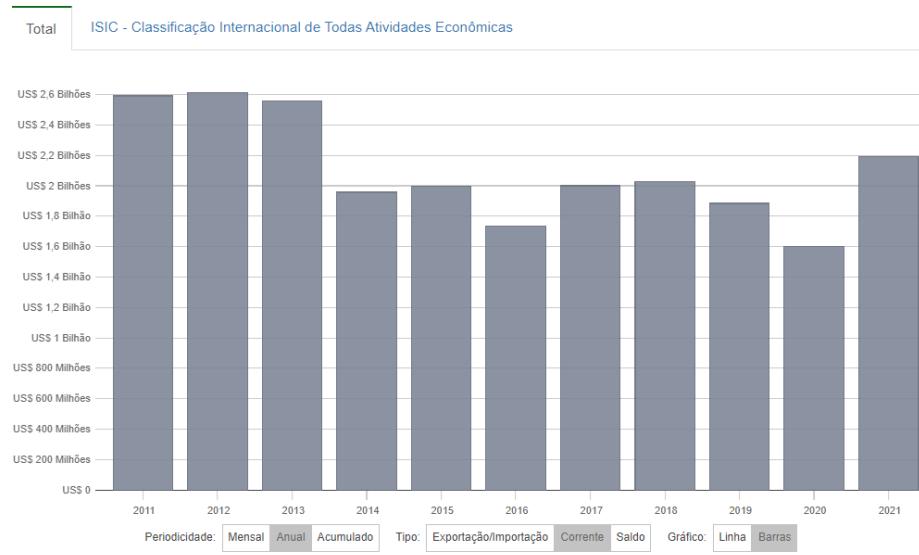
Saldo comercial do Brasil com a África do Sul em 2021

Série histórica - Parceiro: África do Sul



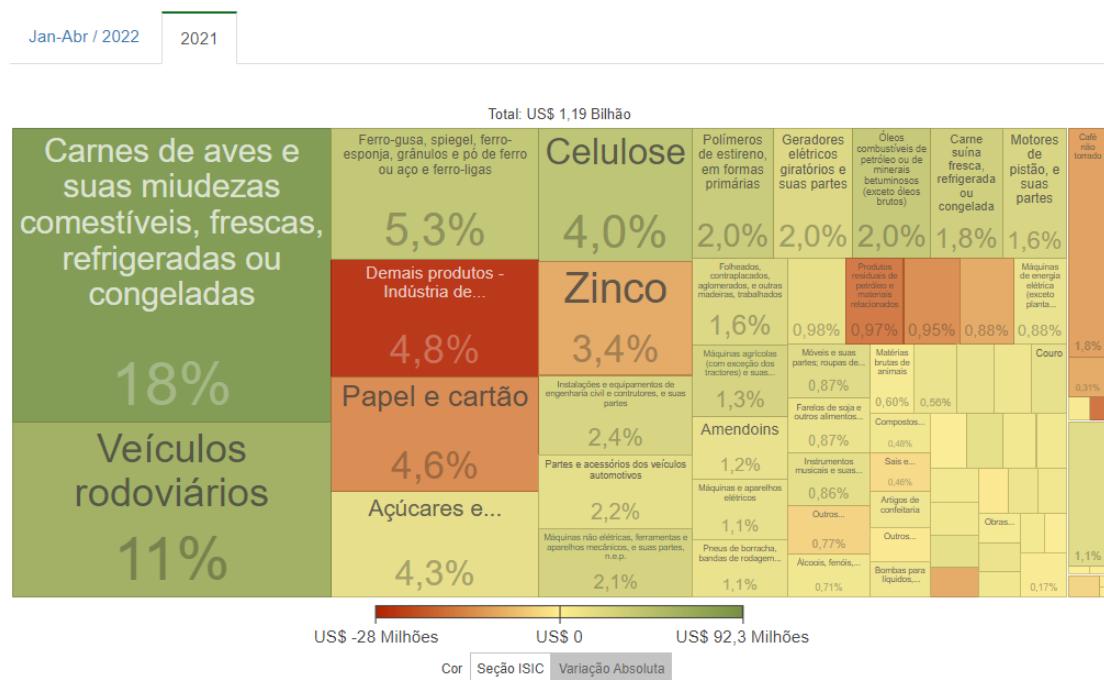
Corrente de comércio do Brasil com a África do Sul em 2021

Série histórica - Parceiro: África do Sul



Produtos exportados pelo Brasil a África do Sul em 2021

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: África do Sul



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

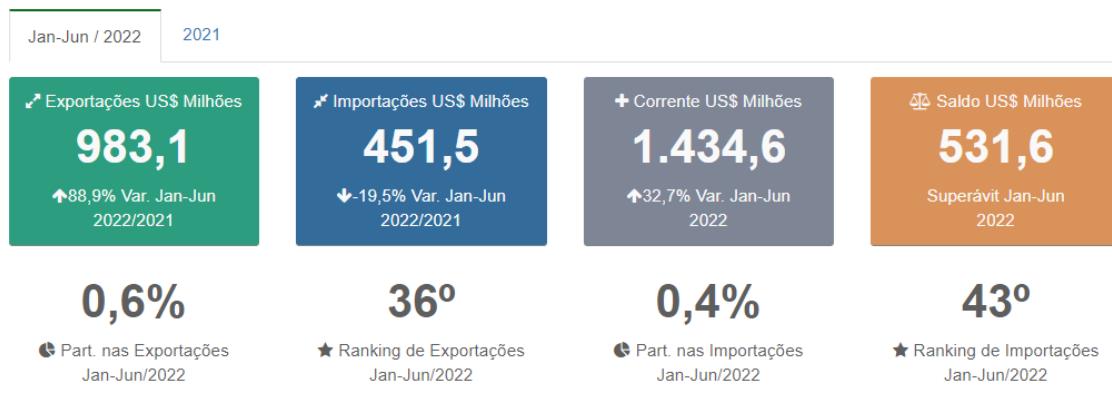
Produtos importados pelo Brasil da África do Sul em 2021

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: África do Sul

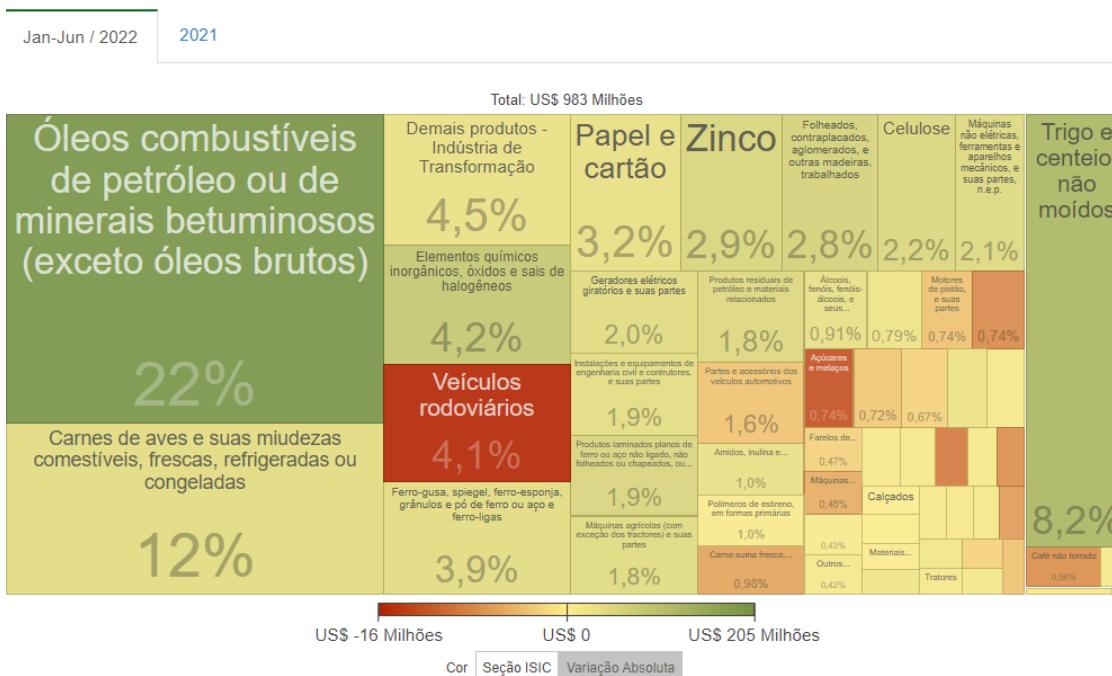


*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Balança comercial do Brasil com a África do Sul de janeiro a junho de 2022

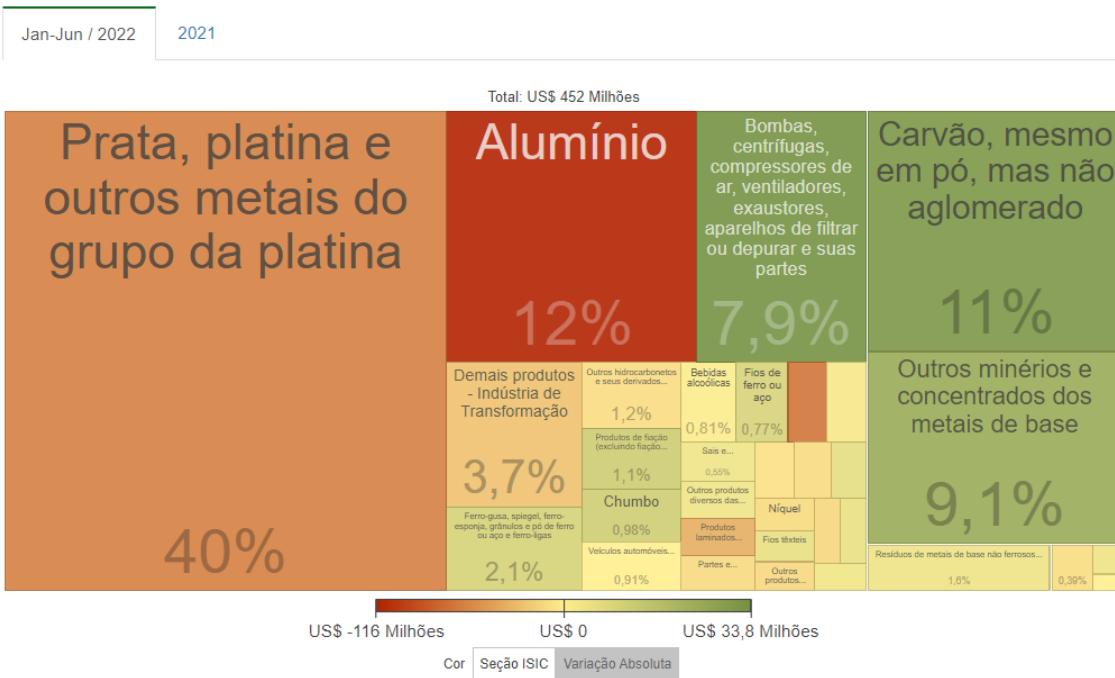


Produtos exportados pelo Brasil a África do Sul de janeiro a junho de 2022



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

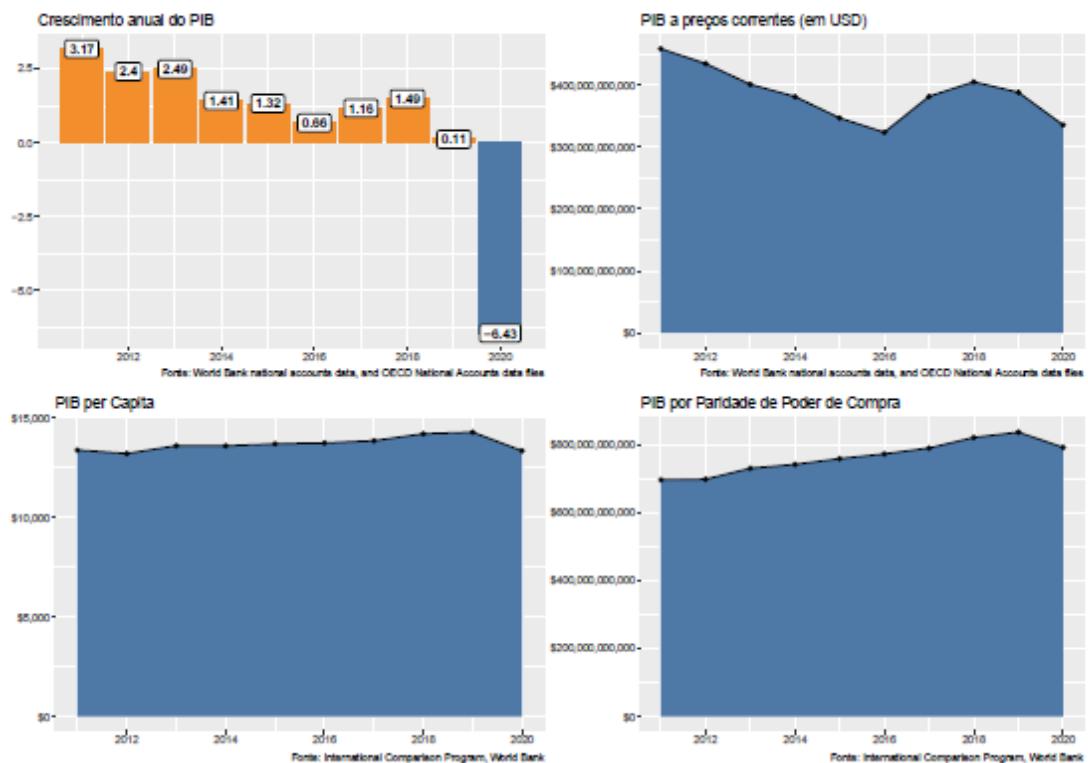
Produtos importados pelo Brasil da África do Sul de janeiro a junho de 2022



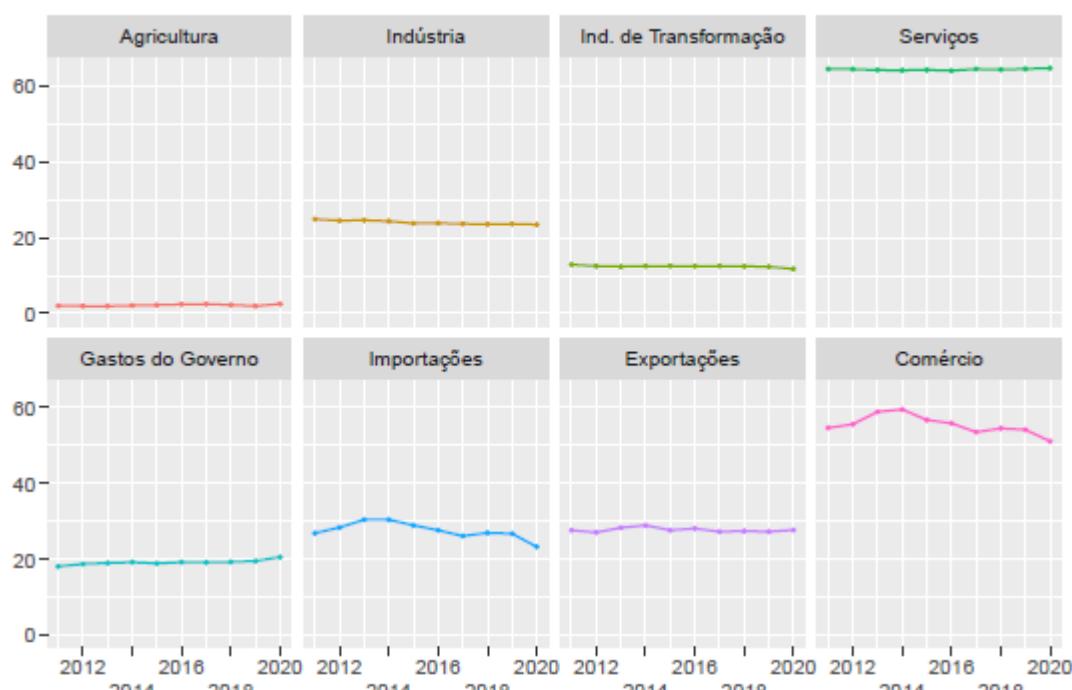
*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

DADOS ECONÔMICOS

Produto Interno Bruto

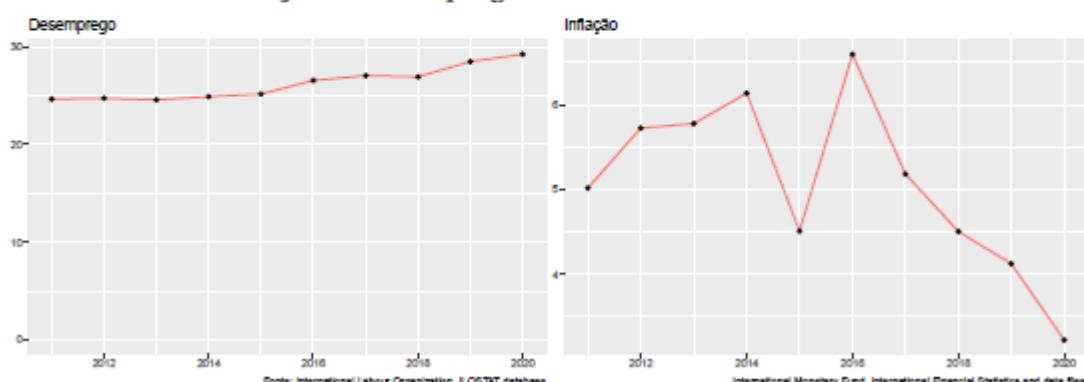


Estrutura da Economia em Proporção do PIB



Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

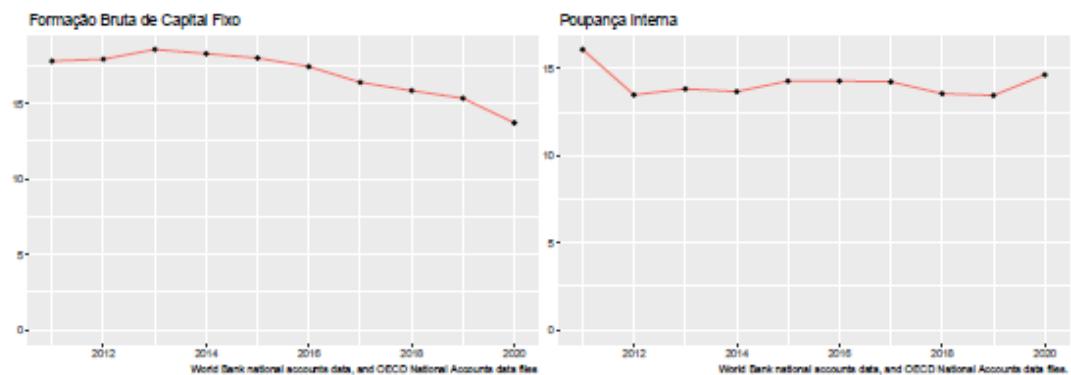
Indicadores de Inflação e Desemprego



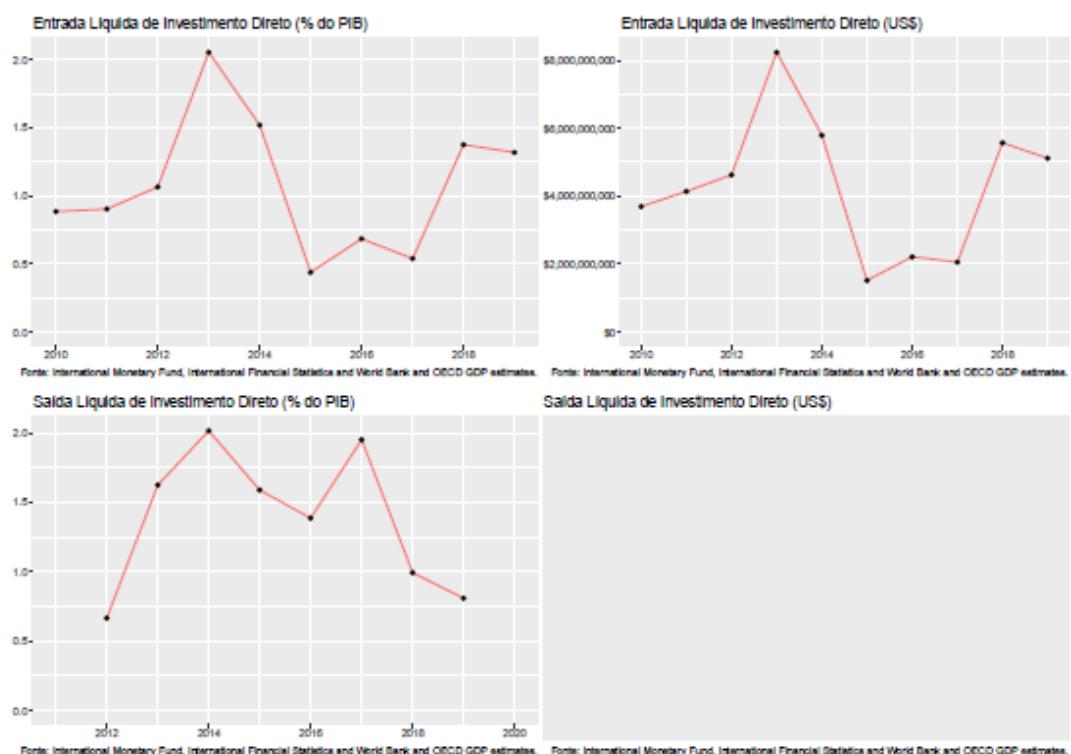
Fonte: International Labour Organization, ILOSTAT database

International Monetary Fund, International Financial Statistics and data files

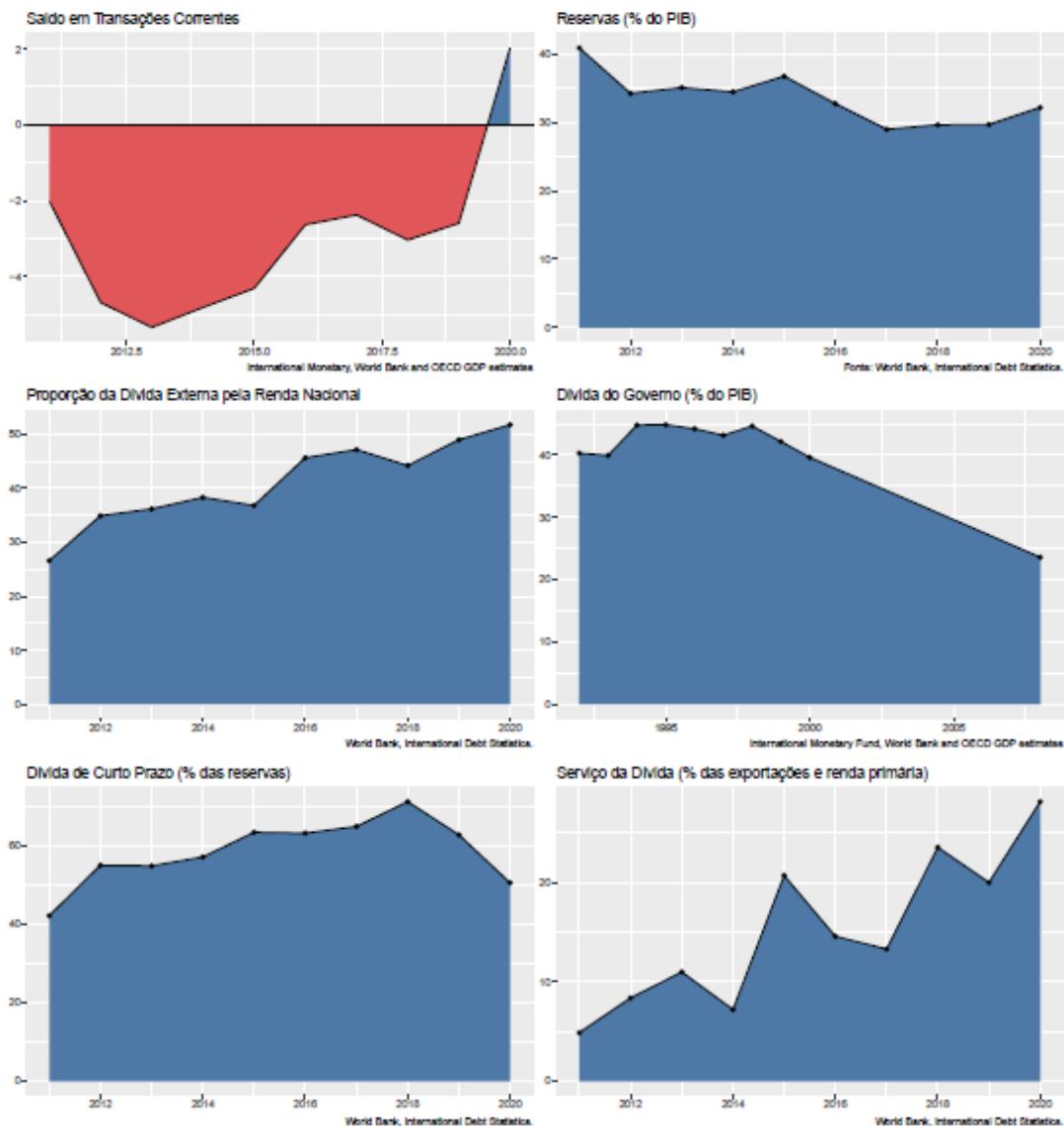
Indicadores de Investimento



Fluxo de Investimentos



Indicadores de Solvência Externa





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MAURÍCIO



Maço básico

OSTENSIVO
Agosto de 2022

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República de Maurício foram estabelecidas em 1974. Os contatos entre os dois países vêm-se intensificando nos últimos anos, como exemplifica a conclusão da negociação de Acordo de Serviços Aéreos, que aguarda oportunidade para assinatura. O acordo reveste-se de importante simbolismo, pois deverá constituir o primeiro instrumento a ser firmado entre os dois países.

Dois dos principais temas de diálogo são o setor açucareiro e a produção de etanol, para cuja produção autoridades mauricianas têm manifestado interesse em receber cooperação do Brasil.

Intensificaram-se, ademais, os contatos entre os adidos policial e de inteligência com suas contrapartes mauricianas, em contexto de crescente cooperação para o combate de ilícitos transnacionais.

Maurício é membro observador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) desde julho de 2006. É justamente no âmbito da promoção e fortalecimento da língua portuguesa que se deu importante projeto de cooperação bilateral: a criação, em 2011, de programa de leitorado na Universidade de Maurício. Não obstante ter sido bem sucedida, a iniciativa foi suspensa em 2015 por restrições orçamentárias brasileiras.

O contínuo diálogo entre os governos de Brasil e Maurício poderá ser importante elemento em eventual aquisição de aviões da Embraer pela estatal mauriciana de aviação, a Air Mauritus.

No campo multilateral, o país tem atendido pedidos de apoio a candidaturas brasileiras, como no caso da eleição do Brasil ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2022-2023.

Atualmente, o Brasil apoia o pleito de Maurício na Corte Internacional de Justiça sobre a descolonização do arquipélago de Chagos. O Brasil votou favoravelmente na Assembleia Geral da ONU à solicitação de parecer à CIJ e participou dos procedimentos da Corte. O engajamento brasileiro foi objeto de agradecimento por parte do Primeiro-Ministro Pravind Jungnauth, por meio de cartas endereçadas ao Senhor Presidente da República.

Até o início da pandemia de Covid-19, vinha aumentando o número de turistas brasileiros que viajavam a Maurício.

Comércio bilateral

A corrente de comércio bilateral, no ano de 2021, correspondeu a US\$ 53 milhões, sendo que, desse total, mais de US\$ 52 milhões foram de exportações brasileiras, em sua grande maioria de açúcares de cana ou de beterraba, calçados e demais produtos da indústria de transformação. As importações feitas pelo Brasil concentraram-se em vestuários, como casacos masculinos ou infantis, capas, jaquetas, etc.

O mercado de Maurício é atrativo e apresenta oportunidades relevantes para os produtos brasileiros. O país conta com o segundo maior índice de desenvolvimento humano da África (atrás apenas de Seicheles) e a maior renda per capita do continente, além de ter sido considerado o melhor destino para negócios e investimentos na região.

A expressiva indústria de turismo do país é um dos principais motores da economia local e demandante de amplo leque de importações (Maurício é um dos

maiores importadores de xampu na África, por exemplo). Setores como alimentos e bebidas, cosméticos, têxteis e máquinas e equipamentos agrícolas, entre outros, podem oferecer oportunidades para produtores brasileiros.

POLÍTICA INTERNA

Colônia do Reino Unido desde 1810, Maurício tornou-se independente em 1968. A monarca britânica manteve-se como Chefe de Estado até 1992, ano em que o país se proclamou como república dentro da *Commonwealth* britânica. O sistema de governo é parlamentar, em que o Presidente é eleito pela Assembleia Nacional, e o Primeiro-Ministro, indicado pelo partido majoritário.

Maurício é uma democracia multipartidária, com liberdade religiosa e de expressão, e tem reconhecida estabilidade política. Na região, costuma figurar nas primeiras posições nos índices de governabilidade e desenvolvimento humano. Ocupa atualmente, por exemplo, a primeira colocação no Índice Ibrahim de Governança Africana, e o 20º lugar (entre 167 países) no índice de democracia da *Economist Intelligence Unit*. São notáveis, ainda, a alta taxa de alfabetização (uma das maiores do mundo em desenvolvimento) e as baixas taxas de infecção por HIV/AIDS.

A população de Maurício é multiétnica, fato que remete tanto à sua colonização diversificada (o território recebeu exploradores de Portugal, Holanda, França e Reino Unido) como às levas de migrantes que desembarcaram no seu território (em especial indianos, que chegam de forma maciça a partir de meados do século XIX). É o único país da África com maioria hindu (48,5% da população), com ampla representação política. Desde a independência, o país teve um único Chefe de Governo não hindu, Paul Berenger (2003-2005).

Nas eleições-gerais de novembro de 2019, o Primeiro-Ministro Pravind Jugnauth foi reconduzido ao cargo, e Prithvirajsing Roopun foi escolhido, pela Assembleia Nacional, para o cargo de Presidente da República. O resultado do pleito refletiu vitória da *Mauritian Alliance*, coalizão formada pelos partidos *Militant Socialist Movement*, *Muvman Liberater* e *Plateforme Militante*, a qual ganhou 42 dos 70 assentos do Parlamento.

ECONOMIA

Maurício é tido como país com uma das economias mais abertas do mundo. Tem uma população de 1,3 milhão de pessoas e um PIB ppp de US\$ 26 bilhões, o que confere ao país uma renda per capita ppp de cerca de US\$ 21 mil. A taxa de desemprego tem se reduzido ao longo dos últimos anos, sendo atualmente de cerca de 7%. A inflação também é mantida sob controle. Apresenta elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os setores industriais, financeiros e de turismo avançam progressivamente, e os benefícios convertem-se em distribuição de renda cada vez mais equitativa, com melhorias em indicadores de desenvolvimento humano. A agricultura, por sua vez, ainda se reveste de importância para o país, em particular para o setor exportador, e está fortemente baseada no cultivo da cana-de-açúcar (90% da área cultivada).

No que concerne ao *Global Competitiveness Report* de 2019, a ilha ocupa a 52ª posição, a melhor colocação da África Subsaariana. O país conta com programa de

incentivos a startups atuantes em todas as áreas, destacando-se os campos de fintech, agritech e serviços.

As exportações respondem por parcela majoritária do PIB nacional, embora sua participação venha em declínio desde a crise financeira de 2008. A pauta comercial apresenta grande diversificação, de produtos agrícolas a serviços financeiros e tecnologias de informação e comunicação. Esse bom desempenho explica-se, em grande parte, pelo *status preferencial* de que gozam as vendas do país em um grande número de mercados.

O país insular apresenta-se como o mais bem colocado do continente africano no índice de prontidão do governo para inteligência artificial da *Oxford Insights*, na 45^a posição.

Maurício conta com robusto arcabouço legal na área de tecnologias digitais, no qual se destacam sua estratégia de digitalização, resumida no documento *Digital Mauritius 2030 Strategic Plan*, preparado pelo Ministério de Tecnologia da Informação, Comunicação e Inovação, assim como a estratégia para transformação digital do governo para o período 2018-2022. O país também conta com política específica para dados abertos, lei sobre crimes cibernéticos e lei sobre proteção de dados pessoais.

Embora sejam limitadas as oportunidades comerciais e de negócios para empresas brasileiras em Maurício, há potencialidades a serem exploradas no exemplo mauriciano em termos de produção de políticas e instrumentos legais para a área de inteligência artificial.

O investimento estrangeiro no setor bancário é significativo. Cada vez mais empresas "offshore" estabelecem-se em Maurício, mormente para promover intercâmbio comercial com a Índia, a África do Sul e a China.

O país conta, ademais, com uma rede de infraestrutura relativamente avançada. Figura na 46^a posição (entre 131 países) da classificação sobre qualidade de infraestrutura do Banco Mundial.

Maurício assinou, no início de 2018, o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA).

PERFIS BIOGRÁFICOS

Prithvirajsing Roopun
Presidente da República

Nascido em 1959, foi membro do Parlamento de Maurício de maio de 2010 a novembro de 2019. Exerceu também, nesse período, o cargo de Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico, de dezembro de 2014 a janeiro de 2017. Neste mês, assumiu o Ministério de Artes e Cultura, no qual permaneceu até dezembro de 2019, quando foi eleito, pela Assembleia Nacional, Presidente da República.



Pravind Jugnauth
Primeiro-Ministro

Nascido em 1961, é filho do ex-Primeiro-Ministro Anerood Jugnauth (que ocupou a primatura em três ocasiões – 1982-1995; 2000-2003; 2014-2017). Formou-se em Direito na Universidade de Buckingham, na Inglaterra. Ingressou oficialmente no Militant Socialist Movement em 1990. Foi Ministro da Agricultura e da Tecnologia, Comunicação e Inovação. É também membro da Assembleia Nacional desde maio de

2009. Assumiu o posto de Primeiro-Ministro em janeiro de 2017, sucedendo seu pai, e foi reeleito em novembro de 2019.



Alan Ganoo
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascido em 1951, graduou-se em Direito no King's College, em Londres. Ganoo foi Ministro da Justiça (1991-1993), Ministro da Habitação (1996-1997), Ministro dos Serviços Públicos (2000-2005), Ministro Interino das Pescas (2004 a 2005) e Ministro dos Transportes Terrestres e Ferroviários Ligeiros (2019-2021).

MAPA DE MAURÍCIO



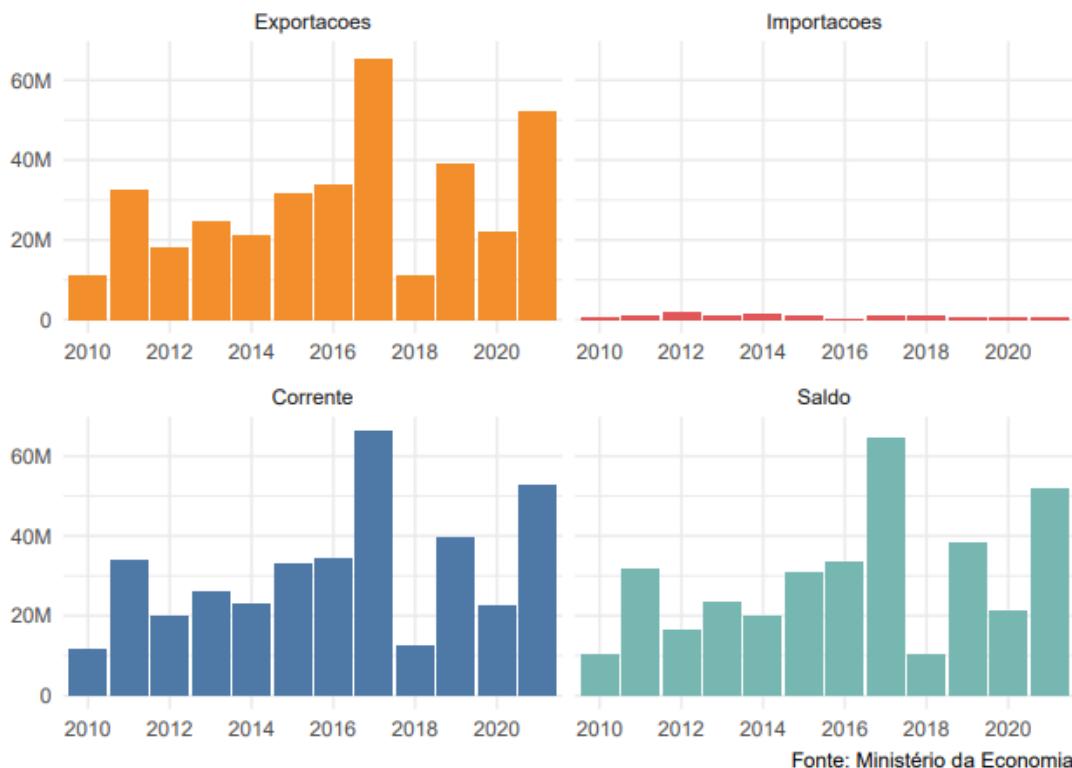
DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Maurício
GENTÍLICO	Mauriciano
CAPITAL	Port Louis
ÁREA	2.040 km ²
POPULAÇÃO	1,37 milhão
IDIOMAS	A língua oficial é o inglês, sendo o francês e o creole bastante difundidos.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Hinduista (52%), católica romana (23%), muçulmana (17%).
SISTEMA POLÍTICO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO	Prithvirajsing Roopun (desde dezembro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Pravind Jugnauth (desde janeiro de 2017, reeleito em novembro de 2019)

MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES	Alan Ganoo (desde fevereiro de 2021)
PIB nominal	US\$ 10,92 bilhões (2020)
PIB PPP	US\$ 26 bilhões (2020)
PIB PPP <i>per capita</i>	US\$ 20.500 (2020)
IDH	0,804 (66º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA	74 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	91,3%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	7%
UNIDADE MONETÁRIA	Rúpia Mauriciana

DADOS ECONÔMICOS

Brasil–Maurício, Fluxo de Comércio agregado até Novembro



	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	52M (137.60%)	22M (-43.65%)	39M (245.75%)	11M (-82.78%)	66M (93.17%)
Importacoes	566K (0.14%)	565K (-20.62%)	712K (-39.87%)	1M (27.80%)	927K (119.04%)
Saldo	52M (141.2%)	21M (-44.1%)	38M (279.2%)	10M (-84.4%)	65M (92.8%)
Corrente	53M (134.2%)	23M (-43.2%)	40M (218.6%)	12M (-81.2%)	66M (93.5%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	34M (6.30%)	32M (49.32%)	21M (-13.04%)	25M (34.89%)	18M (-44.42%)
Importacoes	423K (-60.49%)	1M (-27.33%)	1M (13.44%)	1M (-28.01%)	2M (84.51%)
Saldo	34M (8.6%)	31M (55.0%)	20M (-14.5%)	23M (41.8%)	16M (-48.4%)
Corrente	34M (4.1%)	33M (44.4%)	23M (-11.7%)	26M (29.2%)	20M (-40.7%)

Brasil-Maurício, Dados Comerciais

Dados Agregados até Novembro						
		Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari-ação
2021	EXP		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	38.86M	233,5%
			Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..	1602	1.92M	9,2%
			Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	1.61M	10,3%
			Outros móveis e suas partes	9403	1.49M	117,5%
			Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miud..	1601	1.28M	26,5%
	IMP		Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, ..	9018	107.71K	63,5%
			Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	78.53K	-56,3%
			T-shirts e camisolas interiores, de malha	6109	73.19K	61,7%
			Camisas de uso masculino	6205	65.22K	-48,9%
			Camisas de malha, de uso masculino	6105	61.51K	38,5%
2020	EXP		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	11.65M	-55,3%
			Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..	1602	1.76M	29,6%
			Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	1.46M	-15,2%
			Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miud..	1601	1.01M	-25,0%
			Outros móveis e suas partes	9403	684.14K	-34,8%
	IMP		Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	179.90K	32
			Camisas de uso masculino	6205	127.76K	-40,9%
			Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, ..	9018	65.87K	-57,4%
			T-shirts e camisolas interiores, de malha	6109	45.25K	-51,9%
			Camisas de malha, de uso masculino	6105	44.40K	-34,1%
2019	EXP		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	26.06M	69
						738,0%
			Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	1.72M	-1,9%
			Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..	1602	1.36M	-20,8%
			Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miud..	1601	1.35M	2,1%
	IMP		Outros móveis e suas partes	9403	1.05M	245,9%
			Camisas de uso masculino	6205	216.25K	62,3%
			Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, ..	9018	154.54K	-43,8%
			T-shirts e camisolas interiores, de malha	6109	94.17K	19,8%
			Camisas de malha, de uso masculino	6105	67.34K	99,4%
2018	EXP		Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	1.75M	30,9%
			Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..	1602	1.72M	-19,5%
			Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miud..	1601	1.32M	-13,7%
			Outros móveis e suas partes	9403	303.60K	-29,8%
			Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	37.31K	-99,9%
	IMP					0,3%
			Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, ..	9018	274.87K	71,6%
			Camisas de uso masculino	6205	133.28K	-76,4%
			T-shirts e camisolas interiores, de malha	6109	78.63K	94,6%
			Camisas de malha, de uso masculino	6105	33.77K	7,5%
			Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	548.00	-14,1%

1.4 Classificações do Comércio

Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



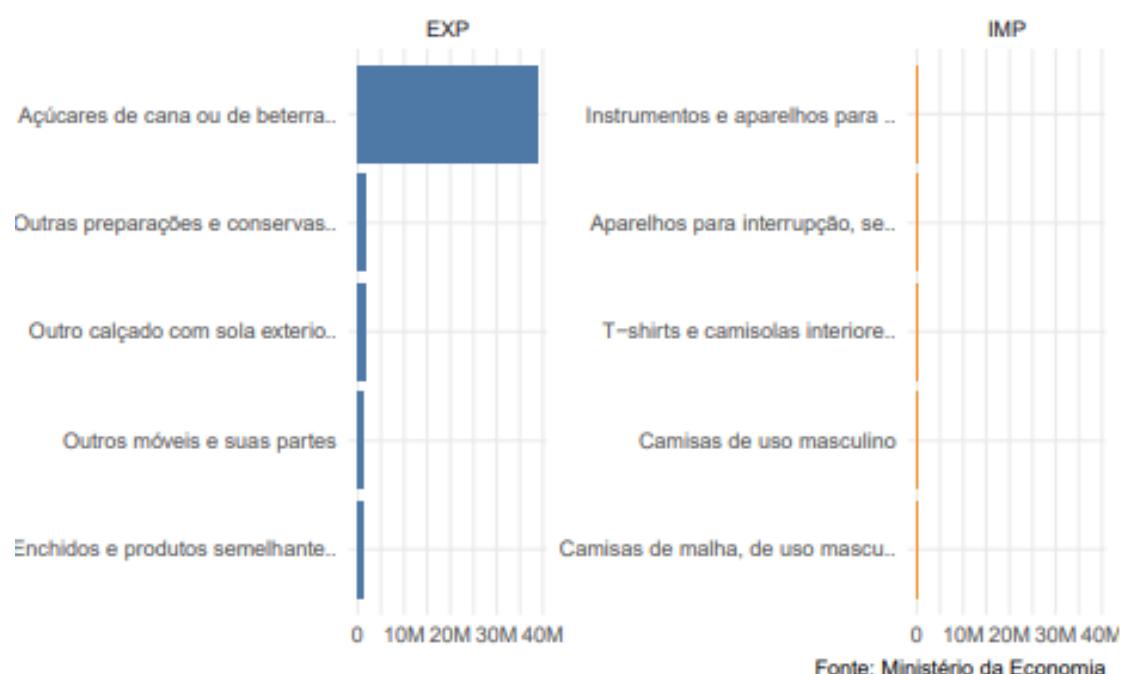
Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



Brasil-Maurício, pauta comercial, 2021 até Novembro



Fonte: Ministério da Economia

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974 – Brasil e Maurício estabelecem relações diplomáticas.

2011 – Visita do Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico de Maurício ao Brasil.

2012 – Visita do Vice-Primeiro-Ministro de Maurício ao Brasil.

2013 – Visita do então Ministro do Esporte a Maurício.

CRONOLOGIA DO PAÍS

1498 - Exploradores portugueses chegam a Maurício, durante viagem de Vasco da Gama ao redor do Cabo da Boa Esperança.

1598 – Holanda reivindica posse da ilha desabitada e a batiza em homenagem a seu Chefe de Estado, Maurício, Príncipe de Orange e Conde de Nassau.

1715 – França reivindica soberania sobre a ilha, e a renomeia Ile de France.

1810 - Forças britânicas derrotam a França e tomam controle de Maurício.

1820 – Trabalhadores indianos começam a chegar a Maurício como mão-de-obra para as plantações de cana-de-açúcar.

1968 – Independência nacional. A rainha Elizabeth II mantém-se como Chefe de Estado.

1982 – Anerood Jugnauth é eleito Primeiro-Ministro, cargo que ocupará até 1995.

1992 – Adoção do regime republicano.

1995 – Navin Ramgoolam é eleito Primeiro-Ministro.

2000 – Maurício ocupa assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas pela primeira vez.

2000 – Anerood Jugnauth volta ao cargo de Primeiro-Ministro.

2003 – Anerood Jugnauth é eleito Presidente da República; o novo Primeiro-Ministro é Paul Berenger, o primeiro Chefe de Governo não-hindu da ilha.

2005 – Navin Ramgoolam volta a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro.

2008 – Anerood Jugnauth é reeleito Presidente da República.

2012 – Anerood Jugnauth renuncia ao cargo; Rajkeswur Purryag torna-se o novo Presidente.

2014 – Anerood Jugnauth volta a assumir o cargo de Primeiro-Ministro.

2015 - Rajkeswur Purryag renuncia à Presidência e é substituído por Ameenah Gurib-Fakim, primeira mulher a ser eleita para o cargo na história do país.

2017 – Pravind Jugnauth sucede seu pai como Primeiro-Ministro de Maurício.

2018 – Ameenah Gurib-Fakim renuncia à Presidência, que passa a ser exercida pelo então Vice-Presidente, Paramasivum Vyapoory.

2019 – Pravind Jugnauth é reconduzido ao cargo de Primeiro-Ministro, e Prithvirajsing Roopun é eleito Presidente pela Assembleia Nacional.

EMBAIXADA DO BRASIL EM PRETÓRIA
RELATÓRIO DE GESTÃO (2020 - 2022)
EMBAIXADOR SÉRGIO FRANÇA DANESE

Transmito, a seguir, relatório simplificado da gestão do Embaixador Sérgio França Danese à frente da Embaixada do Brasil em Pretória, 12 de dezembro de 2020 até 10 de janeiro de 2022.

2. Assumi a embaixada em 12/12/2020, em um momento de relativa tranquilidade no quadro da pandemia do Covid-19, que na África do Sul levou a uma política estrita de isolamento social, iniciada de forma muito rígida em março de 2020. Essa política não foi mais exitosa pelas imensas dificuldades que o governo sul-africano teve para iniciar a vacinação, que apenas agora assume contornos mais claros de bom encaminhamento. Essa tranquilidade relativa, em dezembro de 2020, contudo, não escondia a preocupação com a queda acentuada da atividade econômica e do nível de emprego, em razão da pandemia.

3. Assumi também em plena efervescência do processo político-judicial encarnado pela Comissão Zondo, cuja primeira parte do relatório foi divulgada em 5 de janeiro de 2022, que, no âmbito do judiciário, sul-africano investiga supostas alegações de corrupção envolvendo agentes públicos e empresas privadas ao longo de mais de quinze anos - no que aqui se convencionou chamar de processo de "captura do Estado" -, muitas das quais envolveriam o ex-presidente Jacob Zuma, apeado do poder pelo partido governista - ANC - em 2018, para dar lugar ao atual presidente, mas ainda com uma base de apoio importante dentro do ANC e em especial entre a população Zulu, a maior minoria sul-africana. O país sofrera muito com os impactos sobre as atividades econômicas da pandemia da Covid-19 e medidas adotadas para contê-la, amargando uma queda do PIB, em 2020, de 7%, além de aumento da taxa de desemprego já assustadora que estruturalmente afeta o país há anos - hoje oficialmente em 35% da população economicamente ativa. Danos sensíveis foram observados em setores particularmente atingidos pelas restrições à mobilidade e ao consumo de bebidas alcoólicas, em particular duas áreas com grande participação no emprego e renda no país: a indústria de turismo e a cadeia vitivinícola. As ações adotadas pelo governo para mitigar tais efeitos adversos da pandemia, entretanto, foram relativamente bem-sucedidas, ainda que insuficientes para neutralizá-los, e não tiveram o impacto fiscal desastroso que se antecipou, preparando, no momento da minha chegada, o caminho para uma retomada relativamente robusta da atividade econômica e portanto uma ansiosa diminuição da pressão social e política em 2021.

3. Essa boa perspectiva, entretanto, foi revertida pela ocorrência de novas ondas da pandemia e decorrentes medidas restritivas, ainda que menos drásticas do que as inicialmente adotadas em 2020. A persistência do cenário pandêmico no mundo e no país determinaram uma revisão para baixo das estimativas relativamente positivas com que o ano se iniciara.

4. Minha chegada coincidiu com o final de duas importantes plataformas que a África do Sul instrumentalizou para a sua política externa, em especial a sua política africana - o assento não-permanente no Conselho de Segurança da ONU (2019-2020) e a presidência pro-tempore da União Africana (2020), que o país concluiu conseguindo acelerar a entrada em vigor da Zona de Livre Comércio do Continente.

5. Na administração das relações bilaterais, , insisti sempre na necessidade de avançarmos concretamente em temas pendentes ou de bom potencial na área da cooperação bilateral e na finalização de uma série de acordos que se encontravam em diferentes estágios de negociação. Nos meses à sua frente, procurei conduzir o posto com esse espírito e com a ideia de concretizar iniciativas pertinentes no campo bilateral e lançar novas iniciativas, abarcando áreas como biocombustíveis, agritech, cooperação espacial, cooperação na área de defesa, cooperação na área ambiental, com destaque para a área de parques nacionais e áreas de preservação, e cooperação na área de formação e treinamento diplomáticos (sendo a África do Sul o único membro do BRICS com o qual não tínhamos um memorando de entendimento entre as academias diplomáticas).

6. No período, a embaixada também insistiu no seguimento da conferência telefônica que tiveram os dois chanceleres em 18/12/2020, apenas seis dias após a minha chegada, e na qual se estendeu convite para que a chanceler sul-africana visite o Brasil e se assumiu o compromisso de realizar-se na ocasião nova sessão, em nível ministerial, da Comissão Mista, para a qual se faria, em preparação, reunião de altos funcionários. Com isso, foi possível traçar um caminho de seguimento desses compromissos, o que levou à realização, em julho de 2021, de reuniões de 9 grupos de trabalho temáticos, preparatória à reunião de altos funcionários que ocorreu em 28 de julho, para que, a partir desta, se gerasse substância suficiente para uma comissão mista com o objetivo de obter vários resultados concretos e avanços em matérias pendentes. Em 19 de agosto, de forma complementar, realizou-se reunião entre a ABC e sua contraparte local, o "African Renaissance Fund", para intensificar os contatos institucionais. O tema da importância das relações bilaterais e o convite para a ministra Pandor visitar o Brasil foi igualmente reforçado em ligação e em encontro mantidos entre o chanceler brasileiro e a chanceler sul-africana. Apesar de os temas de interesse mútuo terem sido bem alinhavados nas reuniões preparatórias, a visita ainda não se concretizou, em razão da persistência da pandemia, entre outros motivos. Embora com as limitações da pandemia, tive a oportunidade de reunir-me com expressivo número de interlocutores da embaixada nas áreas governamental - incluindo a área militar -, empresarial, acadêmica, jornalística, cultural e política (incluindo dois ex-presidentes sul-africanos), além de vários contatos com os principais colegas chefes de missão em Pretória. Visitei também várias empresas brasileiras que aqui operam e empresas sul-africanas da área de defesa.

7. A demora na apresentação de minhas cartas credenciais implicou, entretanto, segundo a rígida prática local, a impossibilidade de contatos meus com interlocutores eleitos - e o são todos os membros do gabinete - nos primeiros meses de minha missão. Não insisti nesses contatos ao tomar conhecimento, em fins de maio último, da minha designação para outro posto, mas não creio que a

ausência desses encontros, nessa etapa inicial, tenha prejudicado minha missão, uma vez que se manteve intensa interlocução com as áreas operacionais dos diferentes ministérios com os quais o posto interagi, enquanto as conversas dos dois chanceleres, no início do período e em 10 de setembro último, e de altos funcionários, em julho último, pautaram a agenda convenientemente, a meu ver. Essa demora também impediu avançar na minha acreditação junto a Mauricio e Lesoto, que foi suspensa ao ser eu designado para a chefia da embaixada em Lima, no início de agosto último.

8. A seguir, detalho alguns pontos mais específicos sobre as diferentes áreas de atuação da embaixada durante a minha gestão, brevemente mencionadas nesta introdução.

POLÍTICA INTERNA

9. Ao longo de minha gestão, pude acompanhar e relatar o processo de contínuo fortalecimento do presidente Ramaphosa e de seu grupo de aliados dentro do Congresso Nacional Africano - ANC, partido ainda hegemonic na vida política local. Esse movimento alterou profundamente o equilíbrio de poder que vinha marcando o partido desde sua conferência interna de 2017, quando, embora vitorioso, Ramaphosa teve de compartilhar a liderança do ANC com quadros associados à facção liderada pelo ex-presidente Zuma, em particular o Secretário-Geral Ace Magashule. Calcado em forte demanda popular por responsabilização de lideranças envolvidas em episódios de corrupção, Ramaphosa e seu grupo obtiveram a suspensão de Magashule de seu cargo, em função de seguidas denúncias de corrupção. Em julho, o próprio ex-presidente Zuma foi finalmente preso por sua recusa em testemunhar perante a comissão Zondo.

10. Cada vez mais isolados dentro da agremiação, partidários do ex-presidente Zuma deram início, em meados de julho, à onda de saques e violência, mencionada acima, inédita em sua magnitude e que somente foi superada após amplo engajamento das Forças Armadas locais. Os atos de violência resultaram em mais de 330 mortes e em torno de 3.400 indivíduos presos. Até o momento, não há clareza sobre o que exatamente ocorreu durante as manifestações de violência - e dificilmente se saberá no curto prazo.

11. O final de 2021 também foi marcado por desdobramentos na questão fundiária, que constitui um dos temas mais sensíveis no quadro político sul-africano. A promulgação do "Native Lands Act", de 1913, destinou apenas 8% das terras do país à população negra e 92% aos brancos. O episódio é comumente chamado de "a grande espoliação" ("the great dispossession"), ou o "pecado original" da África do Sul. Apesar da democratização, registraram-se poucos avanços na questão fundiária nos últimos 26 anos. A minoria branca segue controlando a maior parte das terras e parcela relevante da população que ainda reside no campo segue sob o arranjo de propriedade comunal.

12. Em 7 de dezembro último, o parlamento sul-africano rejeitou a proposta de emenda constitucional sobre expropriação sem compensação, tema que vem sendo discutido desde o final de

2017, quando, como resultado de conferência interna, o partido governista do Congresso Nacional Africano (ANC) adotou como política oficial buscar emendar a constituição de modo a permitir a "expropriação de terras sem compensação".

POLÍTICA EXTERNA E TEMAS MULTILATERAIS

13. A África do Sul manteve as principais linhas que têm marcado a política externa do governo Ramaphosa, em particular, a adoção de postura mais pragmática, voltada para a obtenção de resultados econômicos relevantes. A África do Sul segue dando elevada prioridade ao multilateralismo, visto como plataforma para o avanço de suas agendas, em particular no que diz respeito à integração econômica, bem como à promoção da paz e da estabilidade em sua região e no continente. Essas foram as principais linhas que guiaram a Presidência de turno sul-africana da União Africana (2020), bem como o mandato do país no Conselho de Segurança (2019-2020). Registraram-se, como resultados concretos obtidos, a ampliação do diálogo entre o CSNU e a UA em temas de paz e segurança e maior coordenação entre os países africanos no órgão. No plano comercial, a presidência da UA igualmente buscou garantir a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio continental, em janeiro passado.

14. Apesar de uma política externa ativa, nota-se, como mencionado na introdução, um retraimento na atuação externa do país nos últimos meses. Além de restrições orçamentárias, que levaram ao fechamento de 10 postos no exterior, dentre os quais a embaixada em Lima, houve graves denúncias de corrupção na chancelaria sul-africana, que levaram à demissão do Diretor-Geral (número 3 na chancelaria), Kgabo Mahoai.

15. Dois temas dominaram a agenda externa sul-africana durante minha gestão: o acesso a vacinas contra a Covid-19 e a situação de segurança em Cabo Delgado. Sobre o primeiro tema, a África do Sul e, em particular, o presidente Cyril Ramaphosa, vêm sendo reconhecidos como "porta-vozes" das demandas de países em desenvolvimento, o que garantiu convites para a participação na cúpula do G7, no Reino Unido, em junho, e de cúpula promovida pela França, em maio, sobre financiamento ao desenvolvimento.

16. A defesa de maior acesso a vacinas vem dando resultados concretos. Destaco a obtenção de financiamentos para a produção local de vacinas; o estabelecimento de "hub" para transferência de tecnologia e fabricação de vacina com tecnologia de RNA mensageiro; o licenciamento para que uma empresa farmacêutica sul-africana produza vacinas da Janssen, entre outros.

17. No que diz respeito à questão de Moçambique, a atuação sul-africana tem sido marcada pela defesa de solução regional, no âmbito da SADC, para a contenção de foco insurgente em Cabo Delgado. A questão de Cabo Delgado, bem como a superação das consequências negativas, para

países da região, da onda de saques e violência ocorrida em julho neste país deverão constituir os principais desafios externos da África do Sul.

BRICS, IBAS e G-20

18. O pertencimento ao BRICS é muito valorizado pelo governo sul-africano, na medida em que evidenciaria maior peso relativo do país na política internacional. Em termos de relacionamento bilateral, a participação no agrupamento garante maior acesso do Brasil às instâncias decisórias e órgãos de governo sul-africanos. Durante minha gestão, busquei valorizar o pertencimento de ambos os países ao BRICS, ressaltando a maior identidade entre eles, comparada aos demais integrantes do bloco, e as perspectivas de uma real cooperação horizontal entre os dois países.

19. As atividades do IBAS, em comparação ao BRICS, têm muito menor repercussão na África do Sul. Registro que o governo sul-africano tem manifestado interesse na revitalização do grupo, por meio, especialmente, da organização de reunião de cúpula. De forma semelhante, a participação no G-20 é tema no qual o governo sul-africano busca coordenação com o Brasil, como país em desenvolvimento com posições próximas em diversos assuntos.

ECONOMIA SUL-AFRICANA E ACORDO MERCOSUL-SACU

20. A economia sul-africana vivia, já antes da pandemia, dificuldades significativas, em contexto de baixo crescimento e de níveis elevados de desemprego. Tal situação foi, evidentemente, agravada pela pandemia, que provocou queda de 7% do PIB em 2020, com impacto significativo sobre a população mais pobre. A taxa de desemprego, nesse contexto, passou a 35% da população economicamente ativa, chegando a mais de 45% entre os jovens. Embora o processo de retomada econômica tenha dado margem para algum otimismo no último trimestre de 2020, o ritmo dessa recuperação reduziu-se ao longo de 2021, sofrendo particularmente com os efeitos da terceira onda de Covid-19 e das manifestações violentas ocorridas após a prisão do ex-presidente Jacob Zuma, em junho passado. Do lado fiscal, embora as dificuldades do governo sejam grandes, o saldo positivo na balança comercial impulsionado pela alta dos preços internacionais das commodities e o consequente aumento da arrecadação de impostos têm ajudado a reduzir, ao menos temporariamente, a perspectiva negativa da dívida pública, embora pressões por aumento de gastos para garantia de proteção social e para investimentos em infraestrutura gerem preocupação entre analistas. As medidas de isolamento da África meridional estabelecidas por diversos países em reação ao anúncio da detecção da variante ômicron representaram novo golpe, uma vez que o país apostava no forte influxo de turistas durante as férias do inverno setentrional como elemento dinamizador dos setores de hotelaria e turismo.

21. No intuito de estimular o comércio bilateral, busquei reforçar o interesse brasileiro na ampliação do Acordo de Preferências Comerciais Mercosul-SACU, que tem sido pouco utilizado, na

prática, pelo setor privado dos dois países. Nesse contexto, a realização da segunda reunião do Comitê de Administração Conjunta (CAC) do Acordo, em outubro de 2021, foi importante para manter vivo o diálogo sobre o tema e avaliar as possibilidades de melhoria em sua implementação.

22. Em meus contatos com autoridades locais, busquei também conferir novo impulso à proposta brasileira de Acordo Bilateral de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), apresentada em 2016. De forma geral, avalio que, não obstante os conhecidos desafios socioeconômicos que podem afetar o comércio e os investimentos na África do Sul - como, por exemplo, o alto nível do desemprego, instabilidades econômicas cíclicas e outras -, o país apresenta atrativos, como a infraestrutura rodoviária e portuária sem paralelos na região, o sistema bancário bem desenvolvido, o mercado consumidor em crescimento e acesso franqueado à África meridional - e, a longo prazo, a todo o continente, por meio da ZLCCA. A proximidade geográfica do Brasil e as características compartilhadas oferecem pontos de contato adicionais.

23. Tais características têm despertado o interesse do setor privado brasileiro, como se pode aferir pelo número de consultas e solicitações de informações recebidas pelo Setor de Promoção Comercial, bem como pelos convites para apresentação do país em eventos promovidos por associações setoriais, federações de indústria ou agências de desenvolvimento municipais ou estaduais. Assim, mais do que representarem fatores de irritação ou inibidores de negócios, os referidos desafios presentes na África do Sul devem ser percebidos como elementos indicativos dos termos para o posicionamento dos empreendedores brasileiros, como balizas para o estabelecimento de parcerias em bases sólidas e com perspectiva de longo prazo.

RELAÇÕES BILATERAIS

- Comércio e promoção comercial, de investimentos e turismo

24. Os dados disponíveis referentes ao período em que servi em Pretória ainda não permitem conclusões definitivas sobre eventuais modificações no perfil do comércio bilateral. Por outro lado, o que se pode afirmar é que o ano de 2021 foi negativamente influenciado pela pandemia e suas consequências, de especial severidade em setores dependentes dos deslocamentos de pessoas, como o turismo. Apesar de tendência ainda discreta de recuperação dos fluxos bilaterais, paralela ao reaquecimento econômico em ambos os países, não há previsão de salto qualitativo no curto prazo. É importante enfatizar a mensagem de que o intercâmbio bilateral segue muito abaixo do potencial existente.

25. Em meu período à frente da embaixada em Pretória, orientei minha atuação, bem como a do setor de Promoção Comercial, no sentido de consolidar, defender e ampliar a presença e atuação das empresas engajadas em operações bilaterais. Busquei contatar e visitar as principais companhias brasileiras ou com expressiva participação brasileira instaladas no país: AB-Inbev, Zest Weg,

Tramontina, EMBRAER, Marcopolo, entre outras. Também visitei ou contatei empresas sul-africanas já engajadas em operações bilaterais ou com expressivo potencial, como o Standard Bank, maior instituição financeira deste país, e a Denel, principal empresa no setor de Defesa e parceira de companhias brasileiras no projeto "A-Darter". Com o objetivo de identificar oportunidades para exportações brasileiras, foram realizados em minha gestão, ou encontram-se em preparação, estudos de mercado para os seguintes produtos ou setores: carne suína; carne bovina e de aves; "agritech"; óleo e gás; máquinas e equipamentos do setor de mineração; medicamentos e seus ingredientes; máquinas e equipamentos do setor agrícola. Encontra-se em curso, ademais, a atualização do guia "Como exportar" para a África do Sul. Outros produtos e setores vêm sendo acompanhados com atenção pela equipe da Embaixada em Pretória, com vistas a identificar tempestivamente eventuais oportunidades.

26. Com o mesmo objetivo de fomentar o comércio e o investimento recíprocos, busquei apoiar a consolidação da Câmara do Comércio Brasil-África do Sul (BSA Chamber), criada formalmente em 2020. Em contatos com os diretores da Câmara, com representantes de empresas brasileiras e com atores relevantes no governo sul-africano, tenho agido com o sentido de: i) estabelecer uma participação efetiva na Câmara das principais empresas brasileiras que atuam na África do Sul; ii) estimular a criação de calendário de eventos e panorama de serviços que atenda às necessidades das empresas potencialmente interessadas; iii) reforçar, entre as empresas já engajadas em operações sul-africanas, a importância de contar com instituição que aja como facilitadora no tratamento de questões de interesse difuso; e iv) apresentar a Câmara a interlocutores no governo local como ponto de contato com o setor privado brasileiro.

27. Integrei ou apoiei a organização de grande número de eventos virtuais, entre os quais destaco "webinar" promovido pela FUNAG, em parceria com a Federação de Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), sobre as relações do Brasil com África do Sul, Lesoto e Maurício. Nenhuma atividade de promoção turística do Brasil pôde ser realizada. Durante todo o período, continuaram suspensos os voos diretos entre os dois países - a SAA cortou a linha Joanesburgo-São Paulo ainda antes da pandemia, em função de sua reestruturação, e a LATAM a suspendeu, sem que haja ainda uma perspectiva concreta de sua retomada, que constituirá elemento essencial em qualquer equação de fortalecimento das relações do Brasil com a África Austral em geral e com a África do Sul em particular. As atividades de promoção turística, assim, deverão aguardar melhores perspectivas para serem retomadas, permanecendo grande seu potencial, em condições normais.

- Temas agrícolas

28. A cooperação entre Brasil e África do Sul na área agrícola encontra-se presentemente em momento sensível. Da perspectiva brasileira, salvo em casos isolados, não há avanços consistentes nas solicitações de abertura de mercado para produtos agrícolas. Do ponto de vista sul-africano, não há avanço na negociação de instrumento que redinamize e oriente as perspectivas de cooperação bilateral no setor, apesar de Pretória haver proposto minuta de acordo agrícola ainda em setembro de

2020. Ademais, o tema das exportações brasileiras de carne de frango e medidas restritivas adotadas pela África do Sul nesse mercado tem gerado irritação entre os atores envolvidos em ambos os lados.

29. Os atuais atritos entre Brasil e África do Sul relacionados com medidas sul-africanas restritivas às importações de carne de frango - principal produto na pauta bilateral - vêm ocorrendo desde 2018, quando o governo sul-africano iniciou investigação para elevação da tarifa aplicada sobre o produto, dentro do limite consolidado na Organização Mundial do Comércio, processo que resultou na elevação das tarifas em 2020 (de 12% para 42% sobre carne desossada e de 37% para 62% sobre carne com ossos).

30. Ademais, e sem aferir o impacto da medida, em 19/2/2021 foi aberta investigação sobre alegado dumping nas importações de cortes congelados de frango com ossos provenientes do Brasil, entre outros países. O governo brasileiro apresentou comentários em 19/04, identificando várias inconsistências na petição original, incapaz de caracterizar justificativas para medidas anti-dumping. Pouco antes do final da minha missão, em 17/12/2021, foram aplicados direitos compensatórios provisórios sobre diversos cortes e contra diversos produtores brasileiros, de forma diferenciada, mas com tarifas tão elevadas quanto 265%, que virtualmente fecham o mercado sul-africano desses produtos para o Brasil, particularmente singularizado no processo que envolve também outros países, europeus todos eles.

31. Sob minha gestão, o posto manteve contatos regulares com o Ministério da Agricultura local (DALRRD) e com o Ministério do Comércio (DTIC) sobre os diversos temas da agenda comercial-agrícola. Avalio ser de interesse mútuo a manutenção de fluidez em tais canais técnico-diplomáticos, bem como o encapsulamento do atrito potencial inerente ao tema da carne de frango, até sua resolução, com vistas a evitar contaminar outros aspectos promissores e a agenda positiva das relações bilaterais.

- Energia

32. As dificuldades de disponibilidade de energia elétrica são questão central para a economia sul-africana. O racionamento de energia, que tem sido constante no país desde 2018, manteve-se durante minha gestão, mesmo com a desaceleração econômica causada pela pandemia. Os esforços pela diversificação das fontes da matriz energética sul-africana, concentrada em carvão, e pela necessária transição energética do país têm avançado a passos muito lentos, mas são objeto de crescente atenção na mídia e na opinião pública.

33. Busquei ampliar o diálogo com o lado sul-africano sobre temas de energia, em especial na área de biocombustíveis, a partir do interesse concreto de autoridades locais. Foram realizados três eventos virtuais sobre o tema, em dezembro de 2020 e fevereiro e novembro de 2021, em cooperação entre o posto, o Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA) e o Ministério de Recursos Minerais e Energia (DMRE) sul-africano. Busquei orientar a atuação do posto nessa área em duas vertentes, de um lado impulsionando a cooperação de caráter técnico entre os governos e, de outro, estimulando a

aproximação entre os setores privados. Nesse sentido, o último dos eventos virtuais organizados pelo posto incluiu rodada de negócios entre empresas brasileiras e sul-africanas. O posto aproximou-se, também, da indústria açucareira local, interessada no desenvolvimento do setor de biocombustíveis e potencial parceira de negócios da indústria brasileira. Em paralelo, o posto logrou iniciar diálogo técnico entre o Ministério de Minas e Energia brasileiro e o DMRE, com vistas a cooperar com o lado sul-africano na elaboração de instrumentos legais de estímulo à indústria de biocombustíveis.

34. Nos contatos com a Embaixada, o DMRE também tem demonstrado desejo de cooperar com o Brasil em exploração de gás natural e em tecnologias de hidrogênio, embora ainda não estejam claramente definidas quais as modalidades de interesse sul-africano. Registro, além disso, que o posto contratou a realização de estudo de mercado sobre o setor de petróleo e gás na África do Sul, já finalizado.

35. Procurei também dar seguimento ao interesse manifestado pelo lado sul-africano em ingressar na Plataforma para o Biofuturo. Após período de consultas internas, funcionários do DMRE indicaram recentemente, de maneira informal, que o país já teria solicitado ingresso na iniciativa.

- Cooperação técnica, científica e tecnológica

36. Dei grande ênfase às áreas de cooperação técnica, científica e tecnológica, por reconhecer o positivo impacto da realização de atividades concretas nesse domínio para as relações bilaterais.

37. Na área de cooperação técnica, retomei conversas entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o SANParks, órgão local responsável pela gestão de parques nacionais. A proposta de reaproximação entre as duas entidades foi recebida com entusiasmo pelo lado sul-africano. Ainda na área de meio-ambiente, retomei contatos para avançar na negociação do "Plano de Implementação do Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Meio Ambiente de 2013", assinado pelos respectivos ministros do meio ambiente, em 9 de novembro último, à margem da COP-26.

38. O posto prestou apoio também para a realização de contato entre a cidade de Tshwane e a cidade de Curitiba, por meio da organização de reunião virtual, em fevereiro último. Outra área que merece destaque se refere à cooperação com o Reino do Lesoto, por meio de organização, com o apoio da ABC, de visita de estudos virtual sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

39. Diante do interesse manifestado pela chancelaria local sobre formação de diplomatas brasileiros, promovi aproximação entre o IRBr e a contraparte sul-africana, com o objetivo de formalizar as relações institucionais por meio da assinatura de memorando de entendimento. O documento encontra-se em estágio avançado de negociações.

40. No que tange à cooperação científica e tecnológica, promovi atividades de impacto, dentre as quais: i) evento entre atores da indústria espacial, com apoio da ZASpace, da Agência Espacial da África do Sul e do Parque Tecnológico de São José dos Campos (26 e 27/05); ii) seminário na área de agritech, em parceria com o "The Innovation Hub", Technology Innovation Agency - TIA, e o Departamento (Ministério) de Ciência e Tecnologia (DSI) (05 e 06/05); o iii) programa de incubação-cruzada de "startups" na área de agritech, em parceria com a ANPROTEC do Brasil e a TIA, realizado em setembro e novembro; iv) participação do posto em modalidade virtual de importante evento da área de inovação, o "South Africa Innovation Summit", em setembro; v) organização de painel com parceiros locais durante o Science Forum South Africa e vi) finalização de estudo de mercado sobre o tema de agritech, cuja última versão foi enviada em dezembro último à SERE.

41. Busquei também a aproximação com atores locais do ecossistema de inovação, em especial a "Technology Innovation Agency", com quem mantive diálogo próximo. Como resultado, facilitei a aproximação com a FINEP, sua contraparte brasileira. Mantive profícios encontros, igualmente, com o "The Innovation Hub" e com o Departamento de Ciência e Inovação.

42. Procurei avançar, igualmente, na finalização da negociação de instrumentos legais, em especial o Acordo Bilateral para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assim como o Memorando de Entendimento sobre Tecnologias da Informação e Comunicação. Ambos os documentos encontram-se em estágio avançado de negociação.

43. Dentre as grandes possibilidades de cooperação científica e tecnológica com a África do Sul, identifico também oportunidades para o Brasil no que concerne à saúde (temas relacionados à saúde digital e ao combate ao Covid-19), inteligência artificial e animação e "games". Incentivo que o posto siga buscando melhor conhecer interlocutores locais que poderiam auxiliar na expansão dessa agenda.

-Saúde

44. A área de saúde, como resultado dos esforços conjuntos de combate à pandemia, apresenta igualmente boas possibilidades de cooperação bilateral. Além das atualizações sobre a situação da pandemia no país, com especial destaque para a identificação da variante ômicron, em novembro último, o posto procurou melhor conhecer o projeto de implementação do hub de vacinas de tecnologia de mRNA na África do Sul, anunciado em junho de 2021, cujo tema poderá suscitar aproximação com o Brasil. Há, igualmente potencial concreto para explorar cooperação na área de sequenciamento genômico, cujas capacidades sul-africanas são internacionalmente reconhecidas.

- Cooperação educacional

45. O setor educacional acompanhou os impactos da pandemia sobre o funcionamento do sistema educacional do país, o qual levou ao atraso no calendário escolar e gerou impactos no rendimento dos alunos. Temas como o distanciamento social, a disponibilização de equipamentos de proteção

individual e a adequação da infraestrutura escolar aos desafios sanitários tiveram importante repercussão entre pais, professores e instituições governamentais. O posto também acompanhou a crise de financiamento no ensino superior e que, em 2021, levou a ondas de manifestações em todo o país.

46. O posto seguiu buscando soluções alternativas para a questão do reconhecimento mútuo de títulos acadêmicos, uma vez que a proposta sul-africana de memorando de entendimento não é aplicável ao modelo de autonomia universitária adotado no Brasil. Também no campo da cooperação educacional, divulguei o programa PEC-PG, o qual - por oferecer bolsas integrais, algo que o PEC-G não oferece - pode ter apelo junto a estudantes sul-africanos, ainda que competindo com programas generosos oferecidos por outros países.

- Cooperação e difusão cultural e ensino do português

47. Ao avaliar o funcionamento do Centro Cultural Brasil-África do Sul (CCBAS) nos últimos anos e os impactos da pandemia da Covid-19 sobre o seu modelo de ensino de português, propus que o Centro passasse a atuar como difusor virtual da língua portuguesa e da cultura brasileira não apenas nesta capital e em seu entorno, mas em toda a África do Sul e nos países anglófonos da região, aproveitando e ampliando a experiência adquirida com o curso regular em formato exclusivamente online. A meu ver, essa é a vocação e a justificativa para o Centro, que necessita ampliar seu alcance territorial. A divulgação das atividades do Centro foi feita pelas redes sociais e, desde maio último, pelo novo site da instituição, desenvolvido pelo posto com apoio de empresa sul-africana. O CCBAS continuou a oferecer curso de português para diplomatas sul-africanos e reiterou sua disposição de fornecer o ensino do idioma a outras instituições sul-africanas, como as Forças de Defesa. Semelhante adaptação aos desafios da pandemia, os quais restringiram drasticamente a realização de eventos presenciais, também modulou os esforços no campo da difusão e da cooperação cultural. Além da realização de série de "lives" envolvendo artistas e profissionais brasileiros, pessoas ligadas à cultura e ex-alunos do CCBAS, o posto buscou divulgar elementos da cultura brasileira junto ao público local por meio das redes sociais.

- Cooperação jurídica

48. Concluída há tempos a negociação do Acordo sobre Cooperação Jurídica em Matéria Penal, aguarda-se apenas o agendamento de data para a sua assinatura, para a qual fui autorizado. A conclusão do Tratado de Extradição depende, por sua vez, de poucas alterações, ainda sendo consideradas pelas partes.

49. Não foi possível avançar, contudo, no Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas, que depende de ajustes na legislação interna sul-africana com vistas a permitir sua negociação, mas que, a meu ver, deve permanecer na agenda pela utilidade potencial e real que pode ter face a pedidos concretos de transferência.

- Defesa e promoção comercial de produtos de defesa

50. As relações na área de Defesa encontram-se em momento de transição. Após a maturação das iniciativas da primeira aproximação bilateral no setor - da qual é emblemática a conclusão, em setembro de 2019, do exitoso desenvolvimento conjunto do míssil ar-ar "A-Darter" -, busca-se aprofundar a cooperação bilateral e identificar novos pontos de contato entre as respectivas indústrias de defesa. Reuniões mantidas por mim com representantes do governo sul-africano - como o CEO da ARMSCOR (agência do governo sul-africano responsável pela aquisição de produtos de defesa), com o assessor internacional do Ministério de Defesa local e com empresas do setor, bem como no marco da preparação da Comissão Mista bilateral, permitiram aferir o estado de situação e indicar possíveis próximos passos.

51. Em um primeiro plano, em termos de urgência, foram identificadas pendências no campo normativo. O Acordo para Atividades Conjuntas de Pesquisa, Desenvolvimento, Certificação, Produção, Aeronavegabilidade Continuada e Transferência de Tecnologia Relativas a Mísseis Ar-Ar é considerado crucial para o seguimento da cooperação bilateral. A assinatura do documento deverá permitir, além de futuras etapas do A-Darter, avanços em novos programas, como o desenvolvimento conjunto de míssil tipo "Beyond Visual Range" (BVR) Marlin. Outros acordos pendentes de conclusão ou assinatura são a Emenda ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa e o Acordo para Proteção Mútua de Informação Classificada.

52. Detectou-se, durante minha gestão, ampla margem para ampliação de contatos entre as respectivas indústrias de defesa. Em contatos com atores locais e visitas às principais empresas de defesa do país, avancei e pude ver concretizada, com o apoio da SEPROM/Ministério da Defesa, a proposta de realizar evento de aproximação entre as respectivas indústrias de defesa, com vistas à identificação de novos espaços de cooperação e oportunidades de negócios. O argumento principal a sustentar a iniciativa foi o de que dois países que têm um desenvolvimento semelhante na área e são capazes de realizar um projeto tecnológico-industrial da envergadura do Projeto A-Darter não podem se contentar com não lhe dar continuidade em outras áreas. A iniciativa tomou a forma de "webinar", cuja realização ocorreu no final de outubro de 2021 e, creio, preencheu todas as boas expectativas construídas ao seu redor: reaproximar as áreas de defesa dos dois países, responsáveis, tanto no plano governamental quanto privado, pelas respectivas bases industriais de defesa e sua promoção interna e internacional. Ressalto que, em todas as iniciativas na área, envolvi sempre os três adidos militares, com os quais mantive fluido contato e proveitosa coordenação.

53. Finalmente, avalio haver margem para aprofundar os contatos entre governos e Forças Armadas. A quarta reunião do Comitê Conjunto de Defesa (CCD) Brasil-África do Sul, originalmente prevista para março de 2020, foi adiada em decorrência da pandemia. Também foram adiados os exercícios navais conjuntos realizados no âmbito do IBSAMar - em parte devido a dificuldades

orçamentárias sul-africanas. A ideia de realizar encontro de alto nível em formato 2+2 (político-militar), por sua vez, foi postergada.

CUMULATIVIDADES - REPÚBLICA DE MAURÍCIO E REINO DO LESOTO

54. Também nomeado para exercer as funções, cumulativamente, de embaixador junto ao Reino do Lesoto e à República de Maurício, não pude apresentar minhas credenciais aos chefes de Estado dos dois países. Dado o grande número de embaixadas em Pretória que acumulam sua representação junto a esses governos, a prática de ambos - como de resto de vários outros países junto aos quais abundam cumulatividades a partir de Pretória - é a de que o pedido de agrément só seja feito após a entrega de credenciais ao presidente sul-africano, o que, no meu caso, ocorreu, como registrado acima, apenas em 14 de abril, quatro meses e dois dias após minha chegada.

55. De qualquer forma, em ambos os casos, mantive contatos com as representações desses países em Pretória (Altos-Comissariados, tratando-se ambos de países do Commonwealth) e cheguei a avançar tratativas para encaminhar assuntos pendentes ou com bom potencial nas relações bilaterais, enquanto naturalmente a embaixada continuou a tratar com as duas missões dos assuntos correntes que não exigem o credenciamento do chefe do posto.

- Lesoto

56. Embora tenha recebido o agrément do Lesoto algum tempo depois da apresentação de credenciais ao presidente sul-africano, graças a gestões insistentes junto ao Alto-Comissário basoto em Pretória, o anúncio da minha saída levou à suspensão do processo de acreditação, no qual se previa o envio de discurso a ser feito perante o rei Letsie III, expondo as bases e ideias para a administração da relação bilateral e que, acredito, possa servir de base para a abordagem do meu sucessor. As relações do Brasil com o Lesoto, recordo, remontam a 1970. Apesar de cordial, o relacionamento carece, até o momento, de elementos substantivos. Com o objetivo de explorar possibilidades de cooperação, mantive encontro com o Alto-Comissário do país em Pretória, em abril. Seguindo o exemplo que me foi exposto pelo embaixador do Japão, que coopera com o Lesoto sempre em uma base trilateral, diplomatas do posto vêm mantendo, ademais, interlocução com o escritório do Programa Mundial de Alimentos - PMA, no país, tendo sido possível avançar, com a ABC, numa proposta de cooperação trilateral na área de estruturação do programa de alimentação escolar do Lesoto, com o desejado valor prático e simbólico de uma iniciativa pioneira de cooperação entre os dois países. Foi possível realizar, com participação de altos funcionários do ministério da Educação do país, uma visita de estudos virtual ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

- Mauricio

57. Não cheguei a receber o agrément de Maurício, mas, ao longo de minha gestão, procurei explorar possibilidades de adensamento do relacionamento bilateral, movido pela convicção de que

Maurício poderá vir a constituir parceiro diferenciado do Brasil neste continente, pelas características avançadas do país no contexto africano. Maurício, recordo, possui uma das maiores rendas per capita da África, bem como elevado desenvolvimento humano (2º maior IDH do continente, depois de Seychelles). O setor privado brasileiro, em período recente, vem-se mostrando mais atento às potencialidades do país.

58. Diplomatas de Maurício foram convidados a participar de seminário sobre bioenergia promovido pela embaixada, em parceria com entidades privadas e governos do Brasil e da África do Sul. Há potencial e interesse para a realização de iniciativa semelhante com aquele país. No plano dos investimentos, o posto reapresentou o modelo de Acordo para Cooperação e Facilitação de Investimentos brasileiro, em janeiro. Em julho de 2021, o governo de Maurício indicou que as negociações de acordos de investimento estariam suspensas pelo país, enquanto finalizava seu próprio modelo de instrumento sobre o tema. O posto igualmente manteve-se engajado na negociação de certificados sanitários para a exportação de carnes e de maçãs. Por fim, segue pendente a assinatura do Acordo de Serviços Aéreos, já negociado. A celebração do acordo assume grande dimensão simbólica, uma vez que constituirá o primeiro instrumento bilateral entre Brasil e Maurício. Realizei gestões a respeito, que estimo devam ser reiteradas periodicamente.

ASSUNTOS CONSULARES

59. A comunidade brasileira na jurisdição do posto é formada principalmente por brasileiros expatriados (trabalhando em empresas sul-africanas ou multinacionais), missionários e pessoas que estabeleceram família sul-africana. Durante minha gestão, tendo em conta as restrições impostas pela pandemia, busquei aproximar-me dos cidadãos brasileiros por meio da promoção de eventos virtuais e da publicação de mensagens nas redes sociais, além de encontrar-me com representantes setoriais da comunidade.

60. O número de brasileiros detidos na jurisdição da embaixada caiu de 38, em 2019, para 13, em 2021. Todos são acusados de tráfico internacional de entorpecentes. A queda deve-se a dois fatores: (i) a antecipação da liberdade condicional concedida pelas autoridades sul-africanas como medida para conter o avanço das infecções por Covid-19 nos centros penitenciários; e (ii) a ausência de voos comerciais diretos entre Brasil e África do Sul desde março de 2020, que estancou as detenções. Apesar das restrições de visitas presenciais, a embaixada segue prestando assistência aos detentos por meio do envio regular de recursos financeiros, de produtos de higiene e de roupas de inverno, ademais de auxiliar no contato com familiares no Brasil.

61. Em 15/03/2021, o posto adotou o sistema e-consular para agendamento e pré-processamento de serviços consulares. Desde a adoção do sistema, todos os serviços solicitados pelo sistema e consultas recebidas por e-mail em dias úteis têm sido respondidos no mesmo dia. O posto passou também a entregar a maioria dos serviços na hora do atendimento, evitando que uma segunda visita

para retirada da documentação solicitada. Apenas os vistos que exigem análise mais detida da documentação original (como de visita ou de estudo) são processados posteriormente.

62. No final do ano, com a eclosão da crise provocada pela nova variante Ômicron do coronavírus Covid-19, o setor consular, em coordenação com o Consulado-Geral na Cidade do Cabo, teve de lidar com a retenção de numerosos viajantes brasileiros impedidos real ou potencialmente de embarcar de regresso ao Brasil pelo cancelamento de voos e suspensão de rotas aéreas partindo da África do Sul. O posto criou formulário eletrônico para coletar dados dos mais de trezentos brasileiros que se declararam retidos na África do Sul. Além disso, criou-se grupo de trabalho, em parceria com o Consulado-Geral do Brasil na Cidade do Cabo, para propiciar assistência coordenada ao grupo de retidos. Foram feitas gestões junto a companhias aéreas e junto às embaixadas e altos-comissariados de países cujas companhias aéreas operam na África do Sul, para viabilizar o retorno dos passageiros retidos. Informações sobre opções de rota foram regularmente atualizadas no site e nas mídias sociais do posto. Ao fim de dezembro de 2021, a quase totalidade dos cidadãos retidos já tinha logrado retornar para o Brasil.

EMBAIXADA DO BRASIL EM PRETÓRIA
ADENDO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EMBAIXADOR SÉRGIO FRANÇA DANESE

Transmito, a seguir, adendo ao relatório simplificado da gestão do Embaixador Sérgio França Danese que se refere ao período de janeiro a julho de 2022.

POLÍTICA INTERNA

2. No plano interno, o primeiro semestre deste ano foi marcado pela relativa debilitação política do presidente Cyril Ramaphosa e pela contínua erosão na imagem e no apoio popular ao ANC.
3. A gradual publicação do relatório da Comissão Zondo, iniciada em janeiro e concluída em junho, acabou comprometendo a imagem de combatente contra a corrupção sobre a qual o presidente construiu sua candidatura e seu governo. Para a comissão, na qualidade de vice-presidente, Ramaphosa teria sido omissão diante das evidências de corrupção durante o governo Zuma, omissão que teria prosseguido mesmo depois de ter assumido a presidência, em 2019.
4. Além da conclusão da Comissão Zondo, Ramaphosa também passou a enfrentar as denúncias do ex-comissário de Serviços Correcionais e ex-chefe da "State Security Agency" (SSA), Arthur Fraser. Fraser acusa o presidente de tentar interferir ilicitamente nas investigações do assalto a sua fazenda no norte da África do Sul, ocorrido em 2020, em que teriam sido roubados milhões de dólares em espécie.
5. Setores ligados ao ex-presidente Zuma, bem como partidos de oposição, como o EFF de Julius Malema, têm pressionado o presidente a deixar o cargo, se não agora, por ocasião da conferência nacional do ANC, no final do ano. Esses movimentos carecem de efetividade política, mas parecem colocar o presidente em posição defensiva, no exato momento em que a África do Sul continua a apresentar dificuldades em sua recuperação econômica e enfrenta umas das piores crises energéticas na sua história recente.
6. Nesse cenário, apesar de o presidente manter-se como a principal e talvez única liderança política na África do Sul com suficiente poder de articulação, o otimismo do primeiro período de sua administração arrefeceu, e sua capacidade de iniciativa parece estar abalada.

ENERGIA

7. A situação no setor de energia é particularmente sensível. Em junho, a crise energética na África do Sul alcançou novo patamar, resultante, dentre outros motivos, de greve de funcionários da

estatal Eskom, o que dificultou a já precária manutenção da rede elétrica. Diante das dificuldades enfrentadas, o governo anunciou elevação do nível 2 ao nível 6 do racionamento ("loadshedding"), algo que só havia ocorrido em dezembro de 2019, chegando-se a oito horas diárias de cortes de energia.

8. A Eskom vem encontrando enormes dificuldades operacionais, que já se arrastam há anos. Ao lado dos altos índices de desemprego (cerca de 40%) e do aumento na criminalidade, o racionamento de energia passou para o primeiro plano das preocupações da população sul-africana.

9. Em 2022, o governo logrou apresentar avanços no setor energético que permitem antever, caso de fato implementados, melhora para a situação do país no médio prazo, incluindo: proposta de emendas à "Lei de Regulação da Eletricidade"; continuidade do desmembramento da Eskom; e conclusão da quinta rodada e lançamento da sexta rodada de compra de energia de produtores privados independentes de energias renováveis.

10. O posto logrou iniciar diálogo técnico entre o Ministério de Minas e Energia brasileiro e o DMRE, com vistas a cooperar com o lado sul-africano na elaboração de instrumentos legais de estímulo à indústria de biocombustíveis. Foram realizadas duas reuniões entre técnicos dos dois países, em novembro de 2021 e abril de 2022, nas quais foram discutidos, em particular, temas relacionados às políticas de preços para formação de um mercado de biocombustíveis na África do Sul.

11. No que diz respeito aos recursos energéticos não renováveis, o posto organizou, em maio de 2022, evento virtual de apresentação do estudo de mercado sobre o setor de petróleo e gás natural na África do Sul que havia sido produzido por consultoria contratada em 2021, por meio do PEPCom. A iniciativa serviu para dar divulgação ao estudo, que é subsídio relevante em eventual interesse de atores nacionais na prospecção de setor com inegável potencial neste país.

ECONOMIA SUL-AFRICANA

12. O aumento da inflação no país tem sido relativamente moderado até o momento. É impulsionado pelos preços de combustíveis, energia e alimentos, mas com menor pressão nos serviços e mão-de-obra, em boa parte como resultado do altíssimo nível de desemprego existente, o que vem mantendo baixo os níveis salariais.

13. A pressão inflacionária, em vista de redução do ritmo da economia chinesa em razão de nova onda da pandemia e do conflito na Ucrânia, representa novo desafio para o cenário econômico sul-africano. Nesse contexto, o Banco Central (SARB) sul-africano elevou a taxa de juros a 4,75%. No setor externo, o conflito na Ucrânia reverteu a tendência positiva que se vinha observando para a economia sul-africana em função da alta das commodities.

14. Em recente discurso, o presidente Cyril Ramaphosa voltou a mencionar o "novo pacto social" que estaria sendo preparado para impulsionar a economia, como feito em seu "Discurso sobre o Estado da Nação" (SONA), em fevereiro de 2022. Citou a Zona de Comércio Livre do Continente Africano (ZCLCA) como "potente instrumento" para a renascença econômica e social do continente. Nesse contexto, as expectativas de crescimento da economia da África do Sul foram reduzidas. O Banco Central revisou de 2% para 1,7% a sua previsão de crescimento do PIB. Ademais dos fatores listados, o Banco Central também citou as fortes enchentes em KwaZulu-Natal, em abril de 2022, e o agravamento nos cortes programados de energia elétrica.

AGRICULTURA E COMÉRCIO BILATERAL

15. De janeiro a junho de 2022, o desempenho comercial sul-africano foi influenciado por fatores externos de amplo impacto nos intercâmbios globais, em particular o novo ciclo de alta das commodities e os efeitos do conflito na Ucrânia. Tais fatores parecem ter afetado até mesmo o perfil das correntes comerciais entre o Brasil e a África do Sul, em geral resiliente a instabilidades pontuais. Mesmo tendo em conta as excepcionalidades mencionadas, as trocas de bens e serviços entre os países mantêm-se em patamar muito abaixo do seu potencial. No período em exame, o Brasil situou-se apenas em 37º entre os destinos das exportações sul-africanas, mas se destacou na 12ª posição entre as principais origens das importações.

16. De janeiro a junho de 2022, o valor acumulado das exportações brasileiras atingiu USD 983,1 milhões, com alta de +88,9% em relação ao mesmo período de 2021 (USD 520,3 milhões). Em sentido inverso, as exportações sul-africanas somaram USD 451,5 milhões, -19,4% em relação ao primeiro semestre do ano anterior (USD 560,8 milhões). Com os resultados parciais, o movimento de redução do superávit brasileiro, observado em 2021, parece retroceder.

17. Isso ocorre em função, notadamente, de itens habitualmente ausentes da lista das principais exportações brasileiras e cuja presente relevância pode ser atribuída ao conflito na Ucrânia e demais desequilíbrios nos mercados internacionais. O produto mais vendido para a África do Sul em 2022, classificado no código SH 271019 ("Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações"), respondeu por USD 212,7 milhões no último semestre (ou 21,6% do total), ao passo que no primeiro semestre de 2021 as vendas do mesmo produto não passaram de USD 7,7 milhões. Também produtos à base de trigo (SH 100199 "Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura"), inteiramente ausentes da lista de exportações brasileiras nos seis primeiros meses de 2021, despontam no ano corrente como o terceiro principal item da pauta, com vendas de USD 80,8 milhões (8,2% do total).

18. Outros produtos tradicionalmente exportados pelo Brasil para a África do Sul mantêm-se relevantes. A carne de frango (SH 020714), principal item na pauta do comércio bilateral nos últimos anos, apresentou elevação nas vendas de 12% (de USD 101 milhões para USD 114 milhões), apesar de ter caído para a segunda colocação entre as maiores vendas brasileiras. Também seguem

expressivas as exportações de ferro-níquel (USD 30 milhões) e tratores (USD 21 milhões), entre outras.

19. Em sentido inverso, não há alteração expressiva no perfil das exportações sul-africanas, ainda concentrado em minerais e insumos industriais. Os principais itens vendidos pela África do Sul para o Brasil foram: ródio (SH 711031), com USD 126,9 milhões (28,1% do total); alumínio (SH 760110), com USD 49,7 milhões (11%); paládio (SH 711021), com USD 44,1 milhões (9,7%); e hulha betuminosa (SH 270112), com USD 30,4 milhões (6,7%).

20. Descrevo, a seguir, os elementos definidores do fluxo comercial bilateral: i) trata-se de relação comercial estruturalmente superavitária para o Brasil; ii) em relação às exportações, a pauta concentra-se em poucos produtos que, no entanto, representam setores diversos e de distintos graus de transformação; iii) as importações persistem concentradas em minérios e outros insumos básicos; e iv) apesar de encontrar-se em vigor, o Acordo de Preferências Comerciais MERCOSUL-SACU segue pouco utilizado.

ATIVIDADE DO SECOM-PRETÓRIA

21. Entre as atividades realizadas pelo Setor de Promoção Comercial, Investimentos, Turismo e Agricultura do posto (SECOM-Pretória) no primeiro semestre de 2022, ressaltam-se: i) os lançamentos dos estudos de mercado para carne bovina e frangos e de máquinas agrícolas, este último realizado em 14/07, em "webinar" que reuniu mais de 70 participantes simultâneos durante toda a sua duração; ii) apoio a missão da Associação Brasileira de Reciclagem Animal (ABRA), em junho passado, que envolveu apresentação para representantes do governo, na Residência do Brasil, e rodada de negócios, em Joanesburgo; iii) organização, em conjunto com a Adidância Agrícola, do pavilhão Brasil na feira Africa's Big 7, em junho de 2022; iv) apoio à rodada de negócios da Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (ANFACER), em julho de 2022; e v) acompanhamento da investigação sobre alegado dumping nas exportações brasileiras de carne de frango para este país, bem como das demais medidas restritivas ao comércio do referido produto adotadas pelas autoridades locais.

CARNE DE FRANGO

22. A respeito da investigação sobre alegado dumping nas exportações brasileiras de carne de frango, recordo que, em 17/12/2021, foram aplicados direitos compensatórios provisórios sobre diversos cortes de carne de frango e contra diversos produtores brasileiros, de forma diferenciada, mas com tarifas tão elevadas quanto 265,1%, que virtualmente fecham o mercado sul-africano para as exportações dos produtos investigados. Conforme a portaria originalmente publicada, os referidos direitos provisórios deveriam manter-se em aplicação por seis meses, e teriam, portanto, expirado em 16/06/2022. Não houve manifestação formal superveniente do governo ou da autoridade

investigadora sul-africana, de modo que, na prática, não haveria atualmente sobretaxa aplicada ao produto brasileiro.

23. Apesar disso, as empresas brasileiras indicam que não houve retomada expressiva das importações dos itens abrangidos pela medida. Interlocutores do SECOM-Pretória evocam dois motivos para o não aproveitamento da aparente janela de oportunidade sem a aplicação de direitos antidumping: i) cautela dos importadores em relação a possíveis medidas posteriores com efeitos retroativos; e ii) a elevação do preço internacional do produto, o que teria reduzido o interesse dos exportadores pelo mercado sul-africano.

24. Ademais, cumpre registrar que, mesmo que eventual relatório final confirme a aplicação de direitos antidumping de forma permanente, a medida não deverá ensejar o fim das exportações brasileiras de carne de frango (nos códigos SH não afetados pela medida). Efetivamente, desde a elevação tarifária mencionada acima, as companhias brasileiras vêm alterando sensivelmente seu "mix" de exportações para a África do Sul. Hoje, observa-se que a parcela mais significativa das exportações - que mantém o Brasil como principal origem das importações do produto neste país - corresponde à carne mecanicamente separada (CMS), não atingida pelas medidas antidumping. Outros produtos crescentemente enviados são pratos prontos e outros cortes, também isentos de medidas deletérias.

OUTRAS MEDIDAS RESTRITIVAS

25. No semestre em exame, observou-se também o crescimento do número de rechaços de contêineres de carnes de aves, com base no alegado descumprimento de requisitos sanitários. Segundo exportadores brasileiros e importadores locais, alguns dos referidos rechaços não se justificariam à luz dos requisitos acordados no certificado sanitário internacional que rege as exportações brasileiras. Tal procedimento vem sendo relatado também por outros países exportadores (Estados Unidos, Argentina, Espanha, entre outros), de modo que não aparenta dirigir-se especificamente contra as vendas brasileiras. A manter-se a referida tendência, o tema pode ganhar projeção e impactar negativamente a agenda comercial bilateral.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

26. No período que compreende janeiro a julho de 2022, o SECTEC do posto manteve intensa agenda de atividades. Em fevereiro, elaborou-se campanha para suas mídias sociais com vistas a celebrar o "International Day of Women and Girls in Science", comemorado no dia 11 daquele mês. A campanha foi dividida em seis "posts", publicados no período de 7 a 11 de fevereiro, com o perfil de renomadas cientistas brasileiras.

27. Em março, o posto, com o apoio do Consulado-Geral do Brasil na Cidade do Cabo, organizou o I Encontro da Diáspora Científica e Acadêmica Brasileira na África do Sul. O evento contou com a participação de 16 integrantes da diáspora, além dos palestrantes (Dr. Luiz Davidovich, da ABC, Dr. Luiz Zerbini, do ICGEB, e Dr. Walter Waldman, da Apoena). Apresentou-se a possibilidade de apoiar a criação de uma rede e espera-se que novas iniciativas sejam desenvolvidas nos próximos meses.
28. Em abril, em parceria com a ABRAGAMES e com três instituições sul-africanas (Tshimologong Preccint, Innovation Hub e AB4IR), o SECTEC organizou seminário virtual que tratou de temas de interesse comum da indústria de jogos eletrônicos do Brasil e da África do Sul. O seminário também contou com apoio do "Brazil Games Export Program" e da SPCine. Intitulado "South Africa & Brazil: Gaming Industry Opportunities".
29. Em maio, organizou-se "demoday" para empresas brasileiras que participaram do Programa de Incubação Cruzada da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. As empresas Klumie (do setor de "edutech"), XR Seeds ("agritech") e PediuFarma ("serviços") realizaram "pitches" de cinco minutos cada para um dos avaliadores locais.
30. Também no mês de maio, foi realizada a segunda edição do "Brazil-South Africa Space Industry Virtual Summit - SIVS", evento co-organizado com a ZASpace (entidade sul-africana), a Agência de Inovação Tecnológica da África do Sul, e o Cluster Aeroespacial Brasileiro do Parque Tecnológico São José dos Campos. O SIVS contou com mais de 200 inscrições, não restritas apenas a Brasil e África do Sul, congregando 158 pessoas. No primeiro dia de evento, 110 pessoas chegaram a participar do seminário e, no segundo dia, voltado a reuniões de "matchmaking", em torno de 60 pessoas participaram dos encontros.
31. Em junho, realizou-se "demoday" entre empresas que se destacaram no Programa de Incubação Cruzada Virtual em agritech realizado em 2021. As quatro empresas realizaram apresentações para audiência qualificada, que contou com membros do Standard Bank, da Agência de Inovação Tecnológica da África do Sul e de representante de incubadora voltada à área de agritech.
32. O SECTEC do posto igualmente elaborou mapeamento do ecossistema de inovação das cidades de Pretória e Joanesburgo, com informações específicas sobre a realidade local, assim como respectiva lista de contatos.
33. Ademais, em conjunto com o MCTI e o Departamento de Ciência e Inovação da África do Sul, trabalha-se na realização de evento virtual bilateral para tratar do impacto da quarta revolução industrial na pesquisa oceânica. O seminário, cujo nome provisório é "Brazil-South Africa Workshop on the Impacts of the Fourth Industrial Revolution in Ocean and Antarctic Research", deverá ocorrer no mês de outubro próximo. O posto, além disso, facilitou contatos entre representantes da Academia Brasileira de Ciências com representantes da instituição congênere sul-africana, a ASSAf.

34. No que concerne a tecnologias da informação e comunicação, deu-se continuidade às negociações do Memorando de Entendimento sobre Tecnologias da Informação e Comunicação, ao transmitir, às autoridades sul-africanas, proposta de texto com sugestões brasileiras. Na área de inteligência artificial, o SECTEC manteve contato com representantes do projeto Cirrus e do "AI Africa Consortium", da Universidade de Witwatersrand e, como resultado, iniciou conversas com o diretor do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, de forma a trabalhar a possibilidade de divulgar o empreendimento brasileiro para pesquisadores sul-africanos.

SAÚDE

35. No que tange à saúde, a embaixada seguiu acompanhando a situação da pandemia na África do Sul, assim como a situação da produção local de vacinas. Diplomata do posto participou virtualmente da reunião mantida entre representantes da Fiocruz e o Consulado-Geral na Cidade do Cabo. O posto manteve contato com o doutor Túlio de Oliveira, renomado cientista brasileiro radicado na África do Sul, que atua na área de sequenciamento genômico. Foi feito, igualmente, contato com o Conselho de Pesquisa Médica na África do Sul para tratar de possíveis temas de cooperação futura.

MEIO AMBIENTE, COOPERAÇÃO E TEMAS HUMANITÁRIOS

36. No período, o posto acompanhou a discussão de temas relevantes da agenda ambiental, em especial a apresentação de projeto de lei sobre mudanças climáticas. Foram realizadas gestões referentes ao processo de revisão do "Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation" no âmbito da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

37. Em conjunto com a ABC, deu-se continuidade às conversas relacionadas à cooperação entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o South Africa National Parks (SANParks), por meio de reunião de coordenação entre as duas organizações. Em junho, discutiu-se agenda de trabalho futura, que deverá contar com reuniões técnicas específicas nos próximos meses.

O posto acompanhou a grave situação das enchentes que afetaram a província de KwaZulu-Natal, em abril passado, que resultaram em mais de 440 mortes e em grandes estragos na infraestrutura local.

COOPERAÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL E ENSINO DO PORTUGUÊS

38. De janeiro a julho de 2022, além de realizar suas atividades habituais de ensino da língua portuguesa, o Instituto Guimarães Rosa, em linha com a proposta de que passasse a atuar como difusor virtual da língua portuguesa e da cultura brasileira não apenas nesta capital e em seu entorno, mas em toda a África do Sul e nos países anglófonos da região, deu início a fase piloto de programa de amplo alcance, oferecido inicialmente apenas para contratados locais de postos brasileiros da

África anglófona. O programa alcançou 17 alunos de oito postos (Abuja, Acra, Dar es Salam, Gaborone, Harare, Lagos, Lusaca e Nairóbi).

39. Eventuais propostas de ampliação do trabalho do IGR, contudo, estão limitadas desde o final de 2021, quando a instituição passou a contar apenas com sua diretora para lecionar. O processo seletivo iniciado em março último não logrou atrair profissional capacitado nesta capital ou em seu entorno. De modo a contornar o problema, o posto estuda a conveniência e possibilidade de contratar profissional na África do Sul, mas em regime de trabalho não presencial.

Além das atividades de divulgação da cultura brasileira nas redes sociais, o Instituto facilitou a participação de autores brasileiros em festival literário local em março último.

COOPERAÇÃO JURÍDICA

40. No que diz respeito à cooperação jurídica entre Brasil e África do Sul, registro que, embora o volume de pedidos de cooperação por via diplomática não seja excessivo, continua a haver considerável lentidão em seu trâmite pelas autoridades sul-africanas.

Concluída há tempos a negociação do Acordo sobre Cooperação Jurídica em Matéria Penal, não foi possível agendar data para a sua assinatura apesar de gestões insistentes. Sabe-se que a autorização presidencial concedida ao ministro da Justiça para firmar o instrumento se encontra agora vencida, necessitando de renovação.

DEFESA

41. As considerações presentes no relatório de gestão do Embaixador Sérgio Danese seguem válidas para as relações de cooperação em defesa entre Brasil e África do Sul, salvo, como mencionado, o vencimento da carta de plenos poderes para assinatura do acordo de mísseis ar-ar concedida ao ministro da Defesa pelo presidente Ramaphosa.

42. Ademais, a reunião do Comitê Conjunto de Defesa (CCD), inicialmente prevista para março de 2020, adiada pela pandemia e que tinha previsão para ocorrer em abril passado, finalmente não teve lugar. A expectativa é de que o Departamento de Defesa (DoD) sul-africano venha a propor nova data até março de 2023.

POLÍTICA EXTERNA E TEMAS SOCIAIS

43. Na vertente econômica da diplomacia do governo Ramaphosa, sublinham-se, em 2022: a visita a Pretória do chanceler federal da Alemanha, Olaf Scholz, ocorrida em maio; e as participações do presidente na cúpula sobre financiamento para o desenvolvimento, promovida pela França em maio, e na cúpula do G7 no Reino Unido, em junho.

44. Permanece, ainda, como eixo importante da atuação externa da África do Sul a situação de segurança na província de Cabo Delgado, em Moçambique, cujo compromisso com a manutenção do combate ao terrorismo e extremismo na região continua sendo enfatizado em discursos e encontros bilaterais. Em abril de 2022, sob a presidência sul-africana, foi realizada Cúpula Extraordinária da "Troika" do Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança da SADC mais os países contribuintes com efetivos para a Missão da SADC em Moçambique (SAMIM) e a República de Moçambique, que teve como principal resultado a aprovação de transição de mandato da missão, cujo foco passou a ser manutenção da paz.

45. O discurso da África do Sul no âmbito multilateral permanece alinhado com os pilares tradicionais de sua política externa pós-apartheid, como o respeito ao direito internacional, a promoção dos direitos humanos e da democracia, autodeterminação dos povos, soberania, não intervenção, entre outros. À luz desses princípios, a diplomacia sul-africana tem mantido a posição histórica em defesa das questões palestina e saraui. Em 2022, por ocasião da Cúpula da União Africana (UA), a África do Sul encabeçou a contestação da admissão de Israel como membro observador da organização pela Comissão da UA, ocorrida em outubro de 2021, sob justificativa das recorrentes violações ao direito internacional cometidas pelo país nos territórios ocupados.

ASSUNTOS CONSULARES

Presos

46. O número de brasileiros detidos na jurisdição da embaixada, que havia caído de 38, em 2019, para 13, em 2021, foi acrescido devido a duas novas prisões: um brasileiro, que findou por ser absolvido e retornou ao Brasil; e uma brasileira, que ainda aguarda julgamento. Mais uma vez, todos são acusados de tráfico internacional de entorpecentes. Permanece a tendência de queda no número de detidos em razão da ausência de voos comerciais diretos entre Brasil e África do Sul desde março de 2020, mas existe expectativa de que, no médio prazo, a quantidade volte a aumentar em virtude do levantamento das restrições referentes à pandemia do novo coronavírus, ocorrido em 22/06/2022. As visitas presenciais do setor consular foram retomadas em 2022 e seis encontros foram realizados desde janeiro, tendo as autoridades consulares se avistado com todos os detentos, inclusive com o que veio posteriormente a ser liberado. Permanece o envio regular de recursos financeiros, de produtos de higiene e de roupas de inverno, ademais de auxílio no contato com familiares no Brasil.

Eleições 2022

47. O posto intensificou o esforço com o objetivo de realizar alistamentos e regularizações eleitorais. Para tanto, a equipe consular ocupou-se de: a) preparar guia/passo-a-passo para preenchimento do Título Net Exterior, que foi publicado na página de eleições 2022; b) preparar campanha nas mídias sociais para incentivar a regularização e transferência do título eleitoral para Pretória; c) oferecer o serviço eleitoral a todos os consulentes, independentemente de terem sido

agendados para tal serviço; e d) publicar circular interna para incentivar a regularização e transferência do título eleitoral dos servidores e contratados locais brasileiros.

Atendimento consular

48. Permanecem os atendimentos mediante agendamento, com inexistência de filas virtuais; respostas a consultas por e-mail em, no máximo, um dia útil; validação de solicitações no sistema e-consular em, no máximo, um dia útil; e entrega imediata de todos os serviços consulares destinados à comunidade brasileira no mesmo dia do agendamento.

LESOTO

49. O Lesoto deverá realizar novas eleições em outubro de 2022, uma vez que primeiro-ministro Moeletsi Majora renunciou e o Parlamento local foi dissolvido em 14/07. Será o sexto governo nos últimos dez anos, o que dá a medida da instabilidade política que vem afetando o reino e comprometendo o seu desenvolvimento.

As novas eleições deverão ocorrer ainda sob o atual regime constitucional, sem que tenham sido aplicadas as reformas há muito recomendadas. Esse quadro leva a reforçar a tendência de que o Lesoto siga enfrentando ciclos de instabilidade.

MAURÍCIO

50. No último semestre, o aumento do custo de vida tem gerado uma série de manifestações populares nas principais cidades de Maurício, incluindo a capital, Port Louis.

Como possível tentativa de desviar o foco das tensões internas, Maurício vem reforçando seu pleito pela posse do Arquipélago de Chagos. Entre 8 e 22/02, o governo de Port Louis realizou expedição científica às ilhas, dentre outros motivos para o "exercício da soberania de Maurício". Na ocasião, o primeiro-ministro Jugnauth comentou que a bandeira de Maurício foi erguida em alguns atóis e criticou a administração do arquipélago pelo Reino Unido, como vem sendo a tônica dos pronunciamentos de Port Louis.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

SF/22572.58429-20

RELATÓRIO N° , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 70, de 2022, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BENEDICTO FONSECA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.*

Relator: Senador **JAQUES WAGNER**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor BENEDICTO FONSECA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor BENEDICTO FONSECA FILHO, nascido no Rio de Janeiro em 31 de março de 1963, é filho de Benedicto Fonseca e Célia Pedrosa Fonseca.

Bacharelou-se, em 1985, em relações internacionais na Universidade de Brasília. Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1986. Também no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1995 e o Curso de Altos Estudos em 2010.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1987 e Segundo-Secretário em 1993. Sempre por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 2001, a Conselheiro em 2005, a Ministro de Segunda Classe em 2007 e a Ministro de Primeira Classe em 2010.

Em sua carreira, desempenhou diversas funções no exterior. Merecem destaque as de Terceiro e Segundo-Secretário na Embaixada em Buenos Aires (1992-5); Segundo-Secretário na Embaixada em Tel Aviv (1996-99); as missões transitórias em Washington (1988), Acra (1993) e Praia (2001); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Missão junto às Nações Unidas; Cônsul-Geral em Boston (2019-). Além disso, no Itamaraty, foi Assistente da Divisão de Comércio Internacional (1988) e da Divisão de Política Comercial (1989-91); Assistente e Subchefe da Divisão do Meio Ambiente (1999); Assessor e Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado (2007-10); e Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos (2011-18).

Recebeu várias condecorações nacionais e estrangeiras, tais como as da Ordem de Orange-Nassau, dos Países Baixos, no grau Comendador; Ordem do Rio Branco, no grau Grande Oficial; Legião de Honra, da França, no grau Oficial.

Ainda em cumprimento às normas do RISF, a mensagem veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da África do Sul, o Reino do Lesoto e a República de Maurício, o qual informa acerca das relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

SF/22572.58429-20

A República da África do Sul tem mantido, sobretudo desde 2010, sólida parceria com o Brasil, no plano bilateral ou multilateral, a lembrar que o País integra o bloco do BRICS, além de Rússia, Índia e China.

Inúmeros interesses comuns são debatidos, com destaque para: energia e assuntos ambientais; defesa; arte, cultura, educação superior e cooperação entre academias diplomáticas; relações econômicas e comerciais; agricultura; ciência, tecnologia e comunicações; esporte e turismo; justiça e serviços correcionais; saúde; e cooperação técnica para o desenvolvimento.

Vale ressaltar o trecho do documento do Itamaraty a respeito da agenda agrícola que, da parte do Brasil, inclui “i) a retirada das salvaguardas (relacionadas à febre aftosa) atualmente em vigor contra as importações de carne com osso e miudezas de bovinos do Brasil para a África do Sul; ii) o estabelecimento de certificado sanitário para subprodutos de origem animal; iii) a atualização do certificado sanitário para ‘pet food’; iv) a atualização do certificado sanitário existente para carne de aves; e v) a elaboração de certificado sanitário para exportação (do Brasil) de sêmen e embriões bovinos”. E, do lado da África do Sul, são prioridade: “i) exportações de material genético bovino e ovino; ii) exportações de gordura e carne de avestruz; iii) e acordo de cooperação bilateral em agricultura”.

No tocante ao comércio bilateral, em 2021, o Brasil exportou US\$ 1,18 bilhão para o mercado sul-africano e importou US\$ 1 bilhão desse país, com saldo comercial superavitário para o Brasil em US\$ 183,7 milhões.

Os principais produtos exportados foram carnes de aves (18%), veículos rodoviários (11%), ferro (5,3%), indústria de transformação (4,8%), papel e cartão (4,6%), celulose (4%) e zinco (3,4%). Os principais produtos importados da África do Sul foram prata e platina (36%); alumínio (29%) e inseticidas, herbicidas e congêneres (5,9%).

Já em relação ao Reino do Lesoto, cuida-se de país de 30,3 mil km², totalmente encravado no território da África do Sul. Tem população de 2,15 milhões de habitantes que partilham uma economia muito pobre, com expectativa de vida de apenas 54 anos.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Lesoto em 1970, mas nunca abriu Embaixada residente no país. Em razão do regime de “apartheid”, assuntos relativos ao Lesoto eram acumulados pela Embaixada em Maputo até 1997, quando foram assumidos pela Embaixada em Pretória.

A Embaixada do Lesoto em Washington trata dos temas relacionados com o Brasil.

O Governo do Lesoto tem interesse em cooperar nas áreas de agricultura, segurança alimentar, saúde, gestão de programas sociais; merenda escolar e esportes.

O comércio bilateral ainda é modesto, tendo registrado somente US\$ 55 mil em 2021.

A República de Maurício, localizada em uma ilha de 2.040 km² a leste de Madagascar, conta com população de 1,37 milhão de habitantes, de maioria hinduísta. Tem índices relativamente elevados de desenvolvimento socioeconômico, com expectativa de vida de 74 anos. Igualmente, destaca-se por possuir democracia parlamentarista estável, economia aberta, harmonia étnica e bom nível de vida.

Dois dos principais temas de diálogo são o setor açucareiro e a produção de etanol, sem desprezar outras agendas, como eventual aquisição de aviões da Embraer pela Air Mauritius.

O Brasil exportou em 2021 cerca de US\$ 52 milhões em sua grande maioria de açúcares de cana ou de beterraba, calçados e demais produtos da indústria de transformação.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2022.

Senador **ESPERIDIÃO AMIN**,
Presidente

Senador **JAQUES WAGNER**,
Relator

SF/22572.58429-20
|||||

4



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 76, DE 2022

(nº 563/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO ALVES JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da Mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 563

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ANTONIO ALVES JÚNIOR**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ANTONIO ALVES JÚNIOR** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de outubro de 2022.

EM nº 00190/2022 MRE

Brasília, 21 de Outubro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de ANTONIO ALVES JÚNIOR, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de ANTONIO ALVES JÚNIOR para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO N° 592/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 26 de outubro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **ANTONIO ALVES JÚNIOR**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 26/10/2022, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado:



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3712916** e o código CRC **97B27625** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008541/2022-90

SEI nº 3712916

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONIO ALVES JÚNIOR

CPF.: 064.014.218-43

ID.: 7154545 SSP/DF

Filho de Antonio Alves e de Aurora da Costa Aguiar Alves, nasce em 4 de julho, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

- 1982 Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo
 1983 Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo
 1985 CPCD - IRBr
 1994 CAD - IRBr
 2007 CAE - IRBr: A Secretaria do MERCOSUL: uma proposta de fortalecimento institucional.

Cargos:

- 1985 Terceiro-Secretário
 1990 Segundo-Secretário
 1997 Primeiro-Secretário
 2003 Conselheiro
 2008 Ministro de Segunda Classe
 2017 Ministro de Primeira Classe

Funções:

- 1986-89 Divisão Especial de Estudos e Pesquisas Econômicas, assistente e chefe, substituto
 1989-92 Consulado-Geral em Nova York, cônsul-adjunto
 1993-97 Embaixada em Pretória, segundo-secretário
 1997-99 Embaixada em Nova Delhi, segundo-secretário e primeiro-secretário
 1999-2002 Secretaria de Planejamento Diplomático, assessor
 2001 Embaixada em La Paz, Primeiro Secretário em missão transitória
 2002-03 Presidência da República, Cerimonial, assessor
 2003 Embaixada em Nairobi, Primeiro-Secretário em missão transitória
 2003-04 Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, assessor
 2004-08 Delegação Permanente junto à ALADI e ao MERCOSUL, conselheiro
 2008-12 Embaixada em Assunção, conselheiro e ministro-conselheiro
 2012-15 Ministério da Cultura, diretor de Relações Internacionais
 2015 Embaixada em Daca, encarregado de Negócios em missão transitória
 2015-16 Departamento da América Central e Caribe, diretor
 2016-17 Departamento da América Central, do México e do Caribe, diretor
 2017-19 Embaixada em Havana, encarregado de negócios em missão transitória
 2019-20 Embaixada em Havana, encarregado de negócios
 2020- Consulado-geral em Córdoba, cônsul-geral

Condecorações:

- 2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
 2011 Medalha Amigo da Marinha
 2012 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador

FERNANDO PERDIGÃO
 Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento de Caribe, América Central e do Norte
Divisão de México e América Central

COSTA RICA



2022
(Ostensivo)

ÍNDICE

PERFIS BIOGRÁFICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS.....	4
POLÍTICA INTERNA	6
POLÍTICA EXTERNA	7
ECONOMIA.....	9
MAPA.....	11
DADOS BÁSICOS	12
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	13
PRINCIPAIS ACORDOS BILATERAIS	14

PERFIS BIOGRÁFICOS

RODRIGO CHAVES ROBLES - PRESIDENTE



Rodrigo Chaves Robles, nascido em São José, em 10/06/1961, foi eleito presidente da Costa Rica em 3 de abril de 2022 pelo Partido Progresso Social Democrático (PPSD), de inclinação conservadora. É doutor em Economia pela Universidade de Ohio e trabalhou no Banco Mundial por 27 anos. Foi ministro da Fazenda no governo de seu antecessor, com agenda de ajuste fiscal, aumento de arrecadação e enxugamento de gastos públicos. Deixou o governo menos de um ano após sua assunção devido a “diferenças irreconciliáveis”. Sua vitória não foi prevista pelos analistas políticos e representa uma ruptura com o domínio da política constarriquenha pelos dois partidos tradicionais: o PLN, de perfil social democrata, e o PUSC, de centro-direita.

ARNOLDO ANDRÉ TINOCO - CHANCELER



Arnoldo André Tinoco é formado em Direito pela Universidade da Costa Rica, com doutorado em Direito Internacional pela Universidade de Hamburgo. Exerceu a advocacia no setor privado. Foi cônsul honorário da Noruega por 15 anos (até ser designado chanceler), presidente da Câmara de Comércio da Costa Rica, membro do Conselho Diretor da Câmara de Comércio Costa Rica-Alemanha, professor de Direito na Universidade da Costa Rica e árbitro internacional. Foi assessor do Ministério das Relações Exteriores entre 1998 e 2002, no governo de Miguel Ángel Rodríguez.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Costa Rica estabeleceram relações diplomáticas formais em 1906. O país possui longa tradição democrática e ativa atuação internacional, particularmente em temas relacionados à agenda de direitos humanos e meio ambiente. A Costa Rica figura como interlocutor relevante em fóruns internacionais e na conjuntura centro-americana.

Em anos recentes, em um contexto de convergência na defesa dos valores democráticos, destacam-se três marcos nas relações bilaterais: (i) a exclusão, pelo Brasil, da Costa Rica da lista de jurisdições de tributação favorecida, em dezembro de 2017; (ii) a aprovação, pelo Congresso Nacional brasileiro, do Acordo de Serviços Aéreos, em 05/09/2018; e (iii) a assinatura, em 23/7/2021, pelo ministro das Relações Exteriores, Carlos França, e o então chanceler Rodolfo Solano, do Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas, que, tão logo inaugurado, deverá contribuir para o estabelecimento de coordenação mais estreita entre as chancelarias.

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Costa Rica está amparado pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, firmado em 22 de setembro de 1997 e promulgado em 30 de dezembro de 1999. A cooperação técnica bilateral é implementada na modalidade de custos compartilhados em 50%, por se tratar a Costa Rica de país com nível de desenvolvimento semelhante ao do Brasil.

Na atualidade, a ABC e o governo da Costa Rica, por meio da Embaixada do Brasil em São José e da chancelaria costa-riquenha, estão negociando iniciativas que integrarão a agenda do programa de cooperação técnica bilateral para o próximo biênio. A Costa Rica solicitou cooperação nas áreas de aprendizagem industrial, medicamentos genéricos, medição de grupo e blindagem de rede, segurança cibernética e defesa civil. O Brasil, por sua vez, solicitará cooperação para o intercâmbio de técnicas de produção de café. A agenda será definida na III Reunião do GT de Cooperação Técnica Brasil-Costa Rica, que marcará a retomada oficial da cooperação técnica bilateral no pós-pandemia. A reunião está prevista para ocorrer entre 21 e 25 de novembro de 2022.

Troca de experiências sobre candidaturas à OCDE

Entre 2013 e 2015, a Costa Rica implementou o Plano Nacional de Acesso à OCDE, cuja estratégia incluiu a adesão a instrumentos-chave e a participação em órgãos da Organização. Em 2015, o processo de acesso foi formalmente iniciado. Em maio de 2021, a Costa Rica tornou-se o 38º membro da OCDE.

O Brasil encontra-se em processo de candidatura à OCDE e tem procurado beneficiar-se da troca de experiências com a Costa Rica. Em 21/08/2020, o PNUD e a Casa Civil promoveram seminário virtual intitulado “O caso da acesso da Costa Rica”, onde representantes de alto nível do governo costa-riquenho compartilharam a experiência do processo de acesso. O MRE foi representado pelo ministro de Estado das Relações Exteriores. O diálogo informal com a Costa Rica também vem ocorrendo entre os representantes dos dois países junto à OCDE.

Comércio bilateral

Em 2021 o fluxo de comércio Brasil-Costa Rica totalizou USD 397,2 milhões, com exportações brasileiras de USD 325,6 milhões e importações de USD 71,6 milhões. O saldo brasileiro foi de USD 254 milhões com destaque para automóveis; produtos semiacabados, lingotes e outras formas de ferro e aço; papel e cartão; e fios e tecidos especiais. As principais importações foram compostas por produtos para usos medicinais, cirúrgicos, dentários ou veterinários; vidraria; e válvulas e tubos termiônicos.

No período de janeiro a agosto de 2022, as exportações do Brasil para a Costa Rica somaram USD 328 milhões - cifra superior à registrada em todo o ano de 2021 - com superávit brasileiro de USD 255 milhões.

Em 2022, as vendas brasileiras concentram-se em aviões (USD 68,7 milhões); milho em grão (USD 37 milhões); produtos semimanufaturados de ferro ou aço (USD 34 milhões); automóveis (USD 24 milhões); caixas de papel (USD 6,5 milhões); e arroz com casca (USD 6,2 milhões). Entre os produtos mais importados pelo Brasil, destacam-se: garrafões de vidro (USD 21,1 milhões); circuitos integrados (USD 9,7 milhões); sondas, cateteres e cânulas (USD 9,3 milhões); aparelhos de prótese (USD 5 milhões); e juntas de borracha vulcanizada (USD 3,7 milhões).

Negociações Mercosul-Costa Rica

Em 2020, o MERCOSUL encaminhou à Costa Rica proposta de termos de referência para negociar acordo de livre comércio, mas o lado costa-riquenho não mostrou receptividade à proposta.

Restrições costa-riquenhas à importação do açúcar brasileiro

Em junho de 2020, após a conclusão de investigação iniciada em 2019, a Costa Rica impôs às importações de açúcar branco brasileiro (SH 170199) sobretaxa de 27,68%, em adição à já elevada tarifa NMF (Nação Mais Favorecida) de 45%. Na avaliação brasileira, o processo teve falhas técnicas significativas e, desde a aplicação da medida, o Brasil buscou negociar solução que evitasse restrições ao comércio bilateral.

Na ausência de entendimento, o Brasil suspendeu, em novembro de 2020, em medida amparada pelo Acordo de Salvaguardas da OMC, concessões à importação de certos produtos agrícolas originários da Costa Rica. Não obstante, em demonstração de boa-fé, a suspensão incidiu sobre valor significativamente inferior, de (USD 900 mil) ao que teria direito o Brasil em face do valor permitido (USD 3,7 milhões).

Em novembro de 2021, o Brasil aceitou oferta de compensações da Costa Rica para pacificar, em definitivo, a questão. O governo costa-riquenho, no entanto, adotou postura protelatória, superada apenas a partir da mudança de governo, ocorrida no último dia 08/05/2022. O entendimento que solucionou a disputa foi finalmente celebrado no último dia 30 de setembro.

Com o acordo, a Costa Rica comprometeu-se a conceder, durante o período restante da vigência da salvaguarda (até 19 de agosto de 2023), quota tarifária de importação no volume total de 4.437 toneladas métricas (TM) de açúcar, que ingressará isenta da aplicação da medida. O volume dessa cota foi autorizado nas condições de NMF aos parceiros comerciais com os quais se tenham registrado importações de montantes relevantes na Costa Rica, entre eles o Brasil, com participação de 54,4% do total de importações. Do total da quota, 80% do volume será alocado entre os importadores que tenham comprado açúcar em 2019, 2020 e 2021 sob condições tarifárias NMF. Os 20% restantes serão destinados a novos importadores mediante solicitação e disponibilidade, por ordem de pedido.

Adicionalmente, a Costa Rica concordou em aplicar redução a 0% do imposto de importação sobre o etanol, em condições NMF aos principais fornecedores de seu mercado nos últimos dez anos (basicamente Brasil e EUA) durante o primeiro ano da implementação do projeto de mistura de gasolina com etanol combustível em nível nacional pela Refinaria de Petróleo da Costa Rica (RECOPE). A tarifa será aumentada a 5% durante o segundo ano do projeto, a 10% durante o terceiro e retornaria ao nível normal de 15% a partir do quarto ano.

A Costa Rica terá trinta dias para implementar o acordo a partir da data de sua assinatura. O Brasil comprometeu-se a cessar de imediato e em definitivo, a suspensão de concessões às exportações costa-riquenhas assim que o governo da Costa Rica implementar suas obrigações no acordo.

Cooperação em Biocombustíveis

O perfil da Costa Rica como país importador de petróleo e detentor de indústria açucareira local sugere que a cooperação na produção de biocombustíveis poderia figurar como área promissora da agenda bilateral. Não obstante, há décadas o país tenta, sem êxito, aprovar legislação que torna obrigatória a introdução de mescla de etanol na gasolina (1983, 2006, 2010 e 2012).

Na mais recente tentativa, em 2019, o governo determinou que a estatal Recope (Refinaria Costa-Riquenha de Petróleo) passasse a distribuir gasolina do tipo *super* (ECO95) com etanol e introduzisse mescla na gasolina regular a partir de dezembro de 2020. O plano do governo, no entanto, foi fortemente rechaçado pela opinião pública, para quem o etanol danificaria componentes dos veículos, teria efeitos negativos sobre o meio ambiente e diminuiria a área disponível para o cultivo de alimentos. O governo suspendeu o plano menos de uma semana depois de seu anúncio.

A Embaixada do Brasil em São José publicou, no dia 27 de maio de 2019, artigo que descrevia a bem-sucedida experiência brasileira com o biocombustível. O chefe do posto também realizou visitas a tomadores de decisão e representantes do setor, incluindo o ministro de Agricultura e Pecuária e o presidente da Recope. A realização de missão técnica de delegação da Costa Rica ao Brasil também poderia contribuir para dissipar percepções equivocadas a respeito do etanol no país.

POLÍTICA INTERNA

A Costa Rica orgulha-se de sua tradição democrática e da estabilidade mantida desde 1949, quando foi promulgada a atual Constituição, que aboliu as Forças Armadas e redirecionou recursos da defesa para as áreas de educação e saúde. O sistema político costarriquenho não admite reeleição presidencial ou parlamentar para mandatos sucessivos. O Legislativo do país é unicameral.

A fundação do PUSC (*Partido Unidad Social Cristiana*) em 1983, de tendência conservadora e liberal, inaugurou longo período de domínio bipartidário da política interna costa-riquenha entre o PUSC e o PLN (*Partido Liberación Nacional*), de orientação socialdemocrata. A partir do ano 2000, o bipartidarismo começou a dar os primeiros sinais de esgotamento com a formação do PAC (*Partido Acción Ciudadana*) (dissidência à esquerda do PLN, que, por sua vez, deslocou-se em direção ao centro) e o enfraquecimento do PUSC, acossado por denúncias de corrupção.

Os governos de Luis Guillermo Solís (2014-2018) e de Carlos Alvarado (2018-2022), ambos dentro do espectro de centro-esquerda, representaram mudança significativa em relação a governos anteriores pela ênfase em temas sociais. Carlos Alvarado adotou linha mais ao centro que seu antecessor e buscou implementar, além de programas sociais, reforma fiscal, aprimoramentos na arrecadação, diminuição dos juros bancários e obras de infraestrutura. Foi seriamente prejudicado pela crise causada pela covid-19 e reiterados problemas para a aprovação de medidas e reformas no parlamento, o que repercutiu no crescimento limitado do PIB durante seu mandato.

O governo de Rodrigo Chaves (2022-2026)

Nas eleições de abril de 2022, Rodrigo Chaves Robles, do Partido Progresso Social Democrático (PPSD), de inclinação conservadora, foi eleito presidente com 52,8% dos votos em segundo turno (03/04/2022). José María Figueres, do Partido Libertação Nacional (PLN), obteve 47,2%. Os índices de abstenção foram superiores a 40%. A eleição de Chaves configura resposta à direita do governo de seu antecessor e aprofunda a tendência de fragmentação do sistema partidário. O PPSD defende redução de impostos, manutenção de

políticas sociais e proteção de empresas e agricultores. Na agenda de costumes, favorece a legalização da maconha e tem visão contrária à descriminalização do aborto.

Em 18 de abril de 2022, ataque cibernético aos sistemas telemáticos do governo causou graves danos aos registros públicos do país, levando o presidente Chaves a decretar, no dia 11 de maio, emergência nacional no setor público.

O governo Chaves tem sido marcado por dificuldades no relacionamento com a imprensa e por elevados índices de inflação. Não obstante, pesquisa recentemente realizada por instituto da Universidade da Costa Rica mostrou que 70,1% da população classifica o governo como “muito bom” ou “bom”.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Costa Rica caracteriza-se tradicionalmente pela adoção dos princípios da neutralidade, da não intervenção e da solução pacífica das controvérsias. O país procura manter alto perfil no tratamento multilateral de temas como meio ambiente, direitos humanos, desarmamento e defesa da democracia e do Estado de Direito. Em 2021, tornou-se o primeiro país do hemisfério a internalizar todos os instrumentos do Direito Internacional Humanitário, com a ratificação, da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimento Forçado.

A Costa Rica caracteriza-se por ser política e economicamente ativa no istmo centro-americano, tendo desempenhado importante papel nas iniciativas que encerraram as guerras civis na América Central e na resolução da crise hondurenha de 2009. Exerce, portanto, influência marcadamente positiva e estabilizadora em seu entorno regional. O país é membro fundador do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), principal processo de integração regional.

A Costa Rica é signatária do Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana (DR-CAFTA/2009), e do Acordo de Associação com a União Europeia (AdA-UE/2012). Em 2021, ingressou na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que configurou marco importante de sua política externa. Em julho de 2022, formalizou a intenção de converter-se em membro pleno da Aliança do Pacífico (AP), onde figura como observador.

Meio ambiente

O meio ambiente figura como um dos temas centrais da política externa da Costa Rica. O país lançou, em 2007, a iniciativa *Paz com a Natureza*, que incentiva os países em desenvolvimento a assumirem compromissos adicionais de redução de gases de efeito estufa. Entre os eixos que compõem a iniciativa, destaca-se a conservação florestal como fator de mitigação da mudança do clima. Em outubro de 2016, a Costa Rica ratificou o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima.

O governo de Carlos Alvarado (2018-2022) procurou consolidar a imagem da Costa Rica como país líder em matéria de sustentabilidade ambiental e direitos humanos. Deu prioridade ao tema da mudança do clima e ao esforço de posicionar a Costa Rica como "laboratório mundial de descarbonização", com os seguintes objetivos: atrair cooperação financeira internacional para iniciativas de adaptação e mitigação; transformar o país em referência de serviços ambientais no comércio internacional e como prestador de cooperação técnica nessa área; promover o turismo sustentável; e assegurar a participação da Costa Rica em foros de alto nível na área ambiental.

Em discurso na 77ª Assembleia Geral da ONU (setembro de 2022), o atual chanceler Arnoldo André Tinoco reafirmou o compromisso da Costa Rica com o enfrentamento da crise climática e ressaltou o papel ativo do país ao associar-se a iniciativas tais como a Coalizão Mundial de Alta Ambição para a Natureza e as Pessoas (*High Ambition Coalition for Nature*

and People – HAC), que busca aumentar a extensão das áreas protegidas e a biodiversidade no planeta até 2030 (objetivo 30x30). Referiu-se também à intenção da Costa Rica de sediar a III Conferência dos Oceanos da ONU em 2025.

Posição da Costa Rica em relação à crise na Nicarágua

Em abril de 2018, manifestação popular foi violentamente reprimida pelo governo de Daniel Ortega, na Nicarágua, deixando saldo de 328 mortos e cerca de 2 mil feridos. A partir de então, o regime nicaraguense desencadeou política de repressão sistemática, baniu partidos de oposição e prendeu 177 opositores, entre os quais sete pré-candidatos às eleições presidenciais.

A Costa Rica tem se manifestado com vigor nos foros internacionais contra violações aos direitos humanos e aos princípios democráticos na Nicarágua. O país não tem embaixador em Manágua desde agosto de 2018. O chanceler Arnoldo André Tinoco, sinalizou possível nomeação de um embaixador em Manágua em abril de 2022, mas em junho declarou que, em razão da expulsão de representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) e invasão do escritório da Organização em Manágua, não nomeará embaixador em Manágua, mantendo apenas encarregado de negócios. A Costa Rica aprovou todas as resoluções da OEA que condenam a situação política na Nicarágua nos últimos dois anos.

A Costa Rica vem demonstrando, publicamente, preocupação com a entrada de militares russos na Nicarágua a partir de junho de 2022, para participar, segundo o governo nicaraguense, de “intercâmbio de experiências, exercícios de treinamento e operações de ajuda humanitária” com o exército nicaraguense.

Posicionamento da Costa Rica em Relação à Venezuela

A Costa Rica mantém o reconhecimento a Juan Guaidó como presidente encarregado da Venezuela, mas tem demonstrado abertura para eventual mudança de posicionamento. Guaidó foi convidado para a posse do presidente Rodrigo Chaves Robles em maio de 2022. Em agosto de 2022, em entrevista, o chanceler descartou a reabertura de Embaixada em Caracas (fechada em 2019), mas indicou que o país considera abrir um consulado na Venezuela. Disse não haver intenção de mudar a posição atual sobre o dossiê venezuelano, mas qualificou a Presidência Encarregada como “governo virtual”. O governo de Guaidó mantém embaixadora em São José

A situação política na Venezuela gerou mais de 6,8 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos em todo o mundo. A Costa Rica abriga cerca de 30 mil venezuelanos. O Brasil acolheu 351 mil, por meio da Operação Acolhida. O Brasil exerce atualmente a Presidência “Pro Tempore” (PPT) do Processo de Quito, iniciativa informal lançada pelo Equador, em 2018, que visa a promover troca de informações, coordenação e aperfeiçoamento de práticas na resposta ao fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos na região, contribuindo para a conformação de um espaço de proteção e solidariedade na América Latina. O Processo de Quito conta com a participação de 13 países da região, incluindo a Costa Rica.

Guerra na Ucrânia

Em comunicado de imprensa divulgado em 21/7/2022, a Casa Presidencial da Costa Rica registrou telefonema do presidente ucraniano Volodimir Zelenski ao presidente Rodrigo Chaves, para expor a situação em seu país. O presidente Chaves manifestou apoio à Ucrânia e às ações de organizações internacionais como as Nações Unidas.

Organizações Internacionais sediadas em São José

Em São José encontram-se sediadas a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), e a Junta

Interamericana de Agricultura (JICA), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

ECONOMIA

Classificada pelo Banco Mundial como país de renda média, a Costa Rica é a terceira maior economia da América Central. De acordo com o Banco Central da Costa Rica, o PIB do país cresceu 7,6% em 2021, alcançando USD 64,26 bilhões. O PIB per capita foi de USD 12.408. Os maiores obstáculos econômicos do país são o déficit fiscal e a deterioração da dívida pública.

A desigualdade representa desafio para a imagem tradicional da Costa Rica de modelo de equidade no contexto regional. Em 2021, 23% da população encontrava-se na faixa de pobreza; 7% vivia na pobreza extrema.

A Costa Rica apresenta quadro de rigidez de gastos públicos e alto endividamento estatal. A economia também se ressente de entraves burocráticos para abrir e manter um negócio, bem como de infraestrutura insuficiente. Entre os fatores externos que comprometem as perspectivas de crescimento da economia costa-riquenha, destacam-se a dependência de importações de petróleo e a crise política e econômica na vizinha Nicarágua. Este conjunto de fatores constitui obstáculo ao crescimento econômico sustentável e inclusivo, à geração de empregos e à melhora das finanças públicas.

Após retração de 4,1% do PIB em 2020, o país apresentou forte recuperação em 2021, com variação do PIB de 7,6%. A recuperação foi influenciada pelo aumento da demanda interna privada (consumo de famílias e investimento privado) e pelo dinamismo das exportações. Em sentido oposto, o desemprego saltou de 2,2% antes da pandemia de covid-19 para 14,4% em fins de 2021.

As contas públicas apresentaram, em 2021, sinais de recuperação em relação a 2020, superando as previsões. Em dezembro de 2021, o déficit primário (que exclui o pagamento de juros) foi equivalente a 0,3% do PIB, três vezes menor do que o previsto e consideravelmente inferior ao registrado em dezembro 2020, de 3,4% do PIB. A dívida do governo central em relação ao PIB alcançou 68,3% dezembro de 2021, com aumento de 1,1% em relação a dezembro de 2020.

Em 2021 as exportações cresceram 24%, totalizando USD 14,55 bilhões, USD 2,85 bilhões a mais do que no ano anterior. Trata-se do maior incremento anual nas exportações em 15 anos. Os setores exportadores mais importantes foram de equipamentos médicos e de precisão, agricultura, indústria alimentar, químico-farmacêutico, elétrico-eletrônico e metalomecânico.

A inflação na Costa Rica vem seguindo tendência mundial de aceleração, embora em níveis relativamente moderados. Em 2020, a inflação foi de 0,7% e em 2021, de 1,7%. As previsões para 2022 são de aumento de 5,4%.

Em junho de 2022, o presidente Chaves declarou, no Fórum Econômico Mundial que a economia costa-riquenha encontra-se deteriorada e em desordem fiscal. Afirmou ainda que o sistema tributário contribui para piorar a distribuição de renda no país.

Medidas econômicas do governo de Rodrigo Chaves

No que se refere às ações de combate à pobreza e de redução do custo de vida, o governo tem procurado enfatizar a importância da manutenção do equilíbrio fiscal e dos acordos com o FMI para que o país possa dispor de recursos para atender a camada mais vulnerável da população.

Até o momento, o governo implementou medidas como a eliminação de subsídios à produção de asfalto, a fixação do preço mínimo do arroz e redução das taxas de importação desse produto. Anunciou que proporá uma reforma da previdência, a eliminação de 23

instituições públicas e a venda de ativos públicos como o Banco Internacional de Costa Rica e do Banco da Costa Rica, com vistas a obter recursos para a redução do déficit nas contas públicas. Planeja ainda abrir ao capital privado 49% das ações do Instituto Nacional de Seguros, para que fundos de pensão do país possam investir na companhia.

MAPA



DADOS BÁSICOS

NOME	República de Costa Rica
CAPITAL	São José
TERRITÓRIO	51.100 km ²
POPULAÇÃO	5,213 milhões
IDIOMAS	Espanhol
RELIGIÕES	Católica (oficial) (52,5%); Protestantismo (27,1%), Agnósticos (16,5%)
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral
PRESIDENTE	Rodrigo Chaves Robles
CHANCELER	Arnaldo André Tinoco
PIB (FMI, 2021)	US\$ 64,28 bilhões
PIB PPP (FMI, 2021)	US\$ 116,18 bilhões
PIB per capita (FMI, 2021)	US\$ 12.410
PIB PPP per capita (FMI, 2021)	US\$ 22,520
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	7,6% (2021); -4,1% (2020); 2,3% (2019), 2,6% (2018); 4,2% (2017); 4,2% (2016); 3,7% (2015).
UNIDADE MONETÁRIA	Colón
IDH (PNUD, 2020)	0,810 (62º)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (BIRD, 2018)	98%
EXPECTATIVA DE VIDA (BIRD, 2020)	80,2 anos
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Norman Lizano Ortiz
EMBAIXADOR EM SÃO JOSÉ	Antonio Francisco da Costa e Silva Neto
COMUNIDADE BRASILEIRA (est.)	2mil (est.)

Intercâmbio Bilateral (US\$ milhões FOB) – Fonte: Comex-Stat

Brasil-Costa Rica	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 (jan-agosto)
Intercâmbio	527,2	320,1	350,86	335,21	534,96	337,28	286,39	397,2	401
Exportações	248,6	267,5	301,69	277,71	474,24	287,68	244,23	325,6	328
Importações	278,6	52,6	49,17	57,5	60,72	49,6	42,16	71,6	73
Saldo	-30	214,9	252,52	220,2	413,52	238,08	202,07	254	255

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 2021** – O ministro Carlos França encontra-se com o chanceler Rodolfo Solano à margem da 76ª AGNU, ocasião em que assinaram Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas.
- 2020** – O ministro Ernesto Araújo encontra-se com o chanceler Rodolfo Solano à margem da Reunião Ministerial do Grupo de Lima, em Ottawa, no dia 20 de fevereiro.
- 2019** – Lançamento do Programa Brasileiro de Reassentamento para Refugiados do Norte da América Central, no marco do Acordo de Transferência de Proteção entre o ACNUR e a Costa Rica.
- 2018** – Encontro entre os chanceleres Aloysio Nunes e Manuel González Sanz, à margem do Fórum Econômico Mundial, em São Paulo.
- 2015** – Visita da presidente Dilma Rousseff a São José, por ocasião da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC.
- 2018** – O Congresso Nacional brasileiro aprova o Acordo de Serviços Aéreos com a Costa Rica.
- 2017** – O Brasil exclui a Costa Rica da lista de jurisdições de tributação favorecida.
- 2014** – Visita do presidente Luis Guillermo Solís ao Brasil, por ocasião da Reunião Presidencial entre Brasil, China, Quarteto da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), México e América do Sul.
- 2013** – Visita do ministro das Relações Exteriores e Culto da Costa Rica, Enrique Castillo (Brasília, 20 de agosto).
- 2011** – Visita ao Brasil do ministro de Relações Exteriores e Culto da Costa Rica, René Castro Salazar (Brasília, 30 de março a 5 de abril).
- 2010** – O governo costa-riquenho adota oficialmente o sistema nipo-brasileiro de TV Digital (ISDB-T).
- 2009** – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Costa Rica.
- 2008** – Visita do presidente Oscar Arias ao Brasil.
- 2000** – Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso, primeira de um mandatário brasileiro à Costa Rica.
- 1971** – O ministro Mario Gibson Barbosa realiza a primeira visita de um chanceler brasileiro à Costa Rica em contexto de viagem aos países da América Central.
- 1953** – A representação diplomática em São José é elevada à categoria de Embaixada.
- 1906** – O presidente Afonso Pena assina decreto de criação de Legações do Brasil na Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá.

PRINCIPAIS ACORDOS BILATERAIS

Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores e Culto da República da Costa Rica

Celebrado em 23/09/2021, Status: Em Vigor

Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Costa Rica

Celebrado em 04/04/2011, Status: Em Vigor

Tratado entre a República Federativa do Brasil e República da Costa Rica sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil

Celebrado em 04/04/2011, Status: Em Vigor

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Costa Rica sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível

Celebrado em 13/09/2005, Status: Em Vigor

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica sobre Programa de Cooperação Bilateral para Modernização de Chancelarias

Celebrado em 04/04/2000, Status: Em Vigor

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico

Celebrado em 04/04/2000, Status: Em ratificação da outra Parte

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica

Celebrado em 22/09/1997, Status: Em Vigor

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Instituto do Serviço Manuel Maria Peralta.

Celebrado em 22/09/1997, Status: Em Vigor

Declaração de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica no Campo do Desporto.

Celebrado em 14/02/1997, Status: Em Vigor

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica de Isenção de Visto

Celebrado em 06/11/1996, Status: Em Vigor

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica de Cooperação Turística

Celebrado em 31/05/1993, Status: Em Vigor

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Costa Rica para o Desenvolvimento de Programas de Cooperação nas Áreas de Energia e Mineração.

Celebrado em 18/11/1982, Status: Em Vigor

Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios sobre Desenvolvimento a Cidadãos Costarriquenhos entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa Rica.

Celebrado em 22/07/1971, Status: Em Vigor

Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa Rica.

Celebrado em 22/07/1971, Status: Em Vigor

Acordo sobre Radioamadorismo entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa Rica.

Celebrado em 04/07/1970, Status: Em Vigor

Convênio de Intercâmbio Cultural entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Costa Rica.

Celebrado em 19/11/1964, Status: Em Vigor

Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Costa Rica.

Celebrado em 05/02/1952, Status: Em Vigor

Convenção de Arbitramento entre a República da Costa Rica e Estados Unidos do Brasil.

Celebrado em 18/05/1909, Status: Em Vigor

EMBAIXADA DO BRASIL EM SÃO JOSÉ**RELATÓRIO DE GESTÃO (2019 - 2022)****EMBAIXADOR ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO**

Transmite-se, a seguir, relatório simplificado da gestão do Embaixador Antonio Francisco da Costa e Silva Neto à frente da Embaixada do Brasil em São José, abrangendo o período de março de 2019 a novembro de 2022.

CONTEXTO POLÍTICO INTERNO

2. Em 7 de março de 2019, quando assumi a Embaixada do Brasil em São José, o governo do então presidente da República da Costa Rica Carlos Alvarado Quesada completava um pouco mais de dez meses. O presidente da República e seu Partido Ação Cidadã (PAC) depararam-se com a dificuldade de governar sem apoio do parlamento, onde o PAC tinha apenas 10 dos 57 assentos, ou da opinião pública: o governo iniciou sua gestão, em maio de 2018, com apenas 36% de aprovação; um ano depois, dispunha apenas de 21%; no final de seu governo, em abril de 2022, chegou aos 10%.

3. Carlos Alvarado buscou manter, nos dois primeiros anos de sua gestão, um "governo de unidade nacional", sustentado na presença, em seu gabinete, de ministros ligados aos dois principais partidos políticos do país – o Partido Unidade Social-Cristã (PUSC) e o Partido Liberação Nacional (PLN). Conseguiu assegurar maioria parlamentar para aprovar reforma fiscal, em dezembro de 2018 com desgaste junto a setores ligados ao partido governista - sindicatos do setor público e universitários. Foi-lhe possível também aprovar as reformas que habilitaram o país a ingressar, em maio de 2021, na OCDE, desdobramento que desagradou parcelas do eleitorado mais identificado com o PAC.

4. Em fevereiro de 2020, o governo enfrentou eleições cantonais fragilizado e viu diminuir de sete para cinco o número de prefeituras controladas pelo PAC. As eleições cantonais também evidenciaram os efeitos políticos das diferenças regionais no desenvolvimento e na infraestrutura: o vale central, em que se localiza a chamada "Grande Área Metropolitana" (GAM), e as regiões costeiras ou próximas às fronteiras com a Nicarágua e o Panamá. O descontentamento das regiões distantes da GAM refletiram-se no padrão de votação do pleito cantonal: altos índices de abstenção e opção por lideranças ou partidos políticos novos ou críticos às duas agremiações históricas - PLN e PUSC.

5. O governo enfrentou, de setembro a dezembro de 2018, protestos e greve dos sindicatos de funcionários públicos que se opunham à aprovação do plano de reforma fiscal. A mais longa greve na história da Costa Rica não conseguiu impedir a aprovação da reforma fiscal na Assembleia Legislativa, nem tampouco seu endosso pela Corte Suprema de Justiça. Essa greve também estabeleceu novo padrão de movimentos sociais cada vez mais assertivos, com as mais variadas reivindicações: estudantes contra o novo sistema de avaliação dos estudos secundários; pescadores contrários ao veto presidencial à lei que permitia a pesca de arrasto; caminhoneiros descontentes com os elevados preços da vistoria veicular; conservadores cristãos indignados com a regulamentação das normas para a interrupção terapêutica da gravidez; opositores ao acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e aos aumentos de impostos nele previstos; e grupos de direita contrários ao sistema político como um todo.

6. Nesse contexto, em junho de 2019, movimentos estudantis fecharam escolas e bloquearam ruas na capital e nas principais cidades do país; em julho e agosto de 2019, no meio dos protestos de pescadores, bombas caseiras foram usadas contra o parlamento e contra canal de televisão; em outubro de 2020, na esteira dos protestos contra o acordo com o FMI, as principais estradas do país foram bloqueadas por movimentos das mais diversas tendências e com as mais variadas pautas de reivindicação. Em nenhum desses casos, os protestos foram organizados por partidos políticos ou sindicatos, mas por movimentos sociais espontâneos ou por grupos políticos radicalizados e atuando fora das estruturas tradicionais.

7. A boa gestão inicial da pandemia de covid-19, que chegou à Costa Rica em março de 2020 foi positiva ao governo Alvarado. Sob o comando dos então ministro da Saúde e presidente da poderosa Caixa Costa-riense de Seguridade Social (CCSS), o país conseguiu manter baixas as cifras de infectados, os hospitais e os serviços médicos sob controle e iniciou a vacinação, de forma ordenada, em dezembro de 2020, com os imunizantes da Pfizer-Biontech e da Astra-Zeneca. O êxito da campanha de vacinação pode ser medido pelos resultados registrados ao final do mandato de Alvarado: em abril de 2022, mais de 85% da população obteve pelo menos uma dose, percentual então acima de países como Alemanha, Bélgica, França, Reino Unido e Estados Unidos; 78,3% da população total teve duas doses, e mais de 2 milhões de pessoas tiveram o reforço da terceira, ou seja, 39,1%.

8. Cuidadosa campanha de informação pública, com conferências diárias conduzidas pelo ministro da Saúde e pelo presidente da CCSS, também contribuiu para a boa imagem que o governo angariou no início do combate à pandemia. Em junho de 2020, contudo, as medidas restritivas, com severas limitações à circulação e a obrigação de trabalho remoto para os serviços públicos e as empresas, salvo os que prestassem serviços essenciais, começou a gerar resistências e novas manifestações. O governo flexibilizou, em julho daquele ano, as medidas e controle e assistiu a rápido crescimento no número de pacientes hospitalizados e de óbitos. O governo recorreu ao FMI para enfrentar os crescentes custos econômicos e sociais da pandemia, o que gerou manifestações e protestos.

9. O governo ainda enfrentou sequência de crises, dificultadas por sua limitada base parlamentar. No início de 2020, saiu à luz que o governo havia criado, dentro da Casa Presidencial e sem supervisão de órgãos de controle, "Unidade para a Análise de Dados" (UPAD) para recolher e examinar dados privados da cidadania, obtidos de diversas fontes. Alvarado fechou essa unidade, mas o Ministério Público instaurou inquérito sobre a questão. Ao inquérito somou-se a criação de Comissão Especial de Investigação no parlamento.

10. Noutra crise política, o Organismo de Investigação Judicial (OIJ) revelou, em junho de 2021, a ocorrência de desvio de recursos de obras públicas. O governo logrou provar tratar-se de rede de corrupção que operava sem o conhecimento das autoridades do primeiro escalão, mas os incidente trouxe consequências para a popularidade do presidente.

11. O processo eleitoral de 2022 foi marcado pela dispersão: 25 candidatos disputaram as eleições presidenciais, sendo que vários destes também encabeçaram as listas de seus partidos nas eleições legislativas; nestas, disputaram os 57 assentos na Assembleia Legislativa (distribuídos de forma proporcional pelas sete províncias do país) 27 partidos nacionais e onze partidos provinciais. Apenas cinco candidatos presidenciais ultrapassaram os 10% das preferências e somente seis partidos obtiveram assentos na Assembleia Legislativa. José María Figueres (PLN), com 27,3%, e Rodrigo Chaves (Partido Progresso Socialdemocrata - PPSD), 16,7%, disputariam o segundo turno presidencial, em 3 de abril. Nas eleições legislativas, o PLN obteve 19 assentos no parlamento (+ 2 do que em 2018), enquanto o PPSD, fundado às vésperas das eleições, obteve dez. Os restantes foram distribuídos entre o PUSC (nove), o Nova República - NR (sete), o Partido Liberal Progressista – PLP (seis) e o Frente Amplo - FA (seis).

12. PPSD e PLP parecem haver conquistado os eleitores descontentes com os dois partidos tradicionais (PLN e PUSC) e que, desde o fim do bipartidarismo, buscam opções à esquerda e à direita do espectro político. O PAC, que nasceu em 2002 como opção progressista ao PLN, passou de eleger 14 deputados naquele ano a não eleger nenhum nessas últimas eleições. Em 2002, seu candidato presidencial obteve 26,2% dos votos e o partido elegeu, em 2014 e 2018, os dois últimos presidentes. Desta feita, seu candidato presidencial não superou os 0,6% dos votos.

13. A liderança de Rodrigo Chaves desde os primeiros dias da segunda fase da campanha presidencial surpreendeu a muitos analistas. Chaves não perdeu tempo e logo nos primeiros dias após o primeiro turno promoveu campanha com duas vertentes. De um lado, transmitiu firme mensagem de transformação de toda a estrutura do Estado costaricense, com eliminação de entidades desnecessárias, redução de burocracia e simplificação de procedimentos, eliminação de concessões e benefícios a uma série de setores produtivos (sobretudo agrícolas) e revisão da estrutura tributária para reduzir sua incidência na produção e no trabalho e ampliá-la nos setores rentistas. De outro, abriu

suas baterias contra os partidos e lideranças políticas tradicionais, de que Figueres seria exemplo, a quem responsabilizou pelas dificuldades econômicas e sociais da Costa Rica, sobretudo o aumento da desigualdade de renda entre os cidadãos e entre a região central e as demais regiões do país.

14. Essa estratégia contribuiu para a vitória de Rodrigo Chaves Robles, no dia 3 de abril de 2022, por ampla margem de votos. Chaves se define como antissistema e que prometeu mudanças radicais no país.

15. A vitória do Presidente Chaves poderia marcar o fim de ciclo político costa-riicense que se iniciou com a Guerra Civil de 1948 e com a fundação, por José "Pepe" Figueres, da chamada Segunda República, em 1949. Muitos achavam que o fim da alternância no poder do PLN e do PUSC, em 2014, seria o marco que encerrava esse ciclo, mas o Partido Acción Ciudadana (PAC), que saiu vitorioso das eleições presidenciais de 2014 e de 2018, é, na origem, dissidência do PLN. Em 2018, outro candidato antissistema – o pastor evangélico Fabricio Alvarado -- quase chegou à presidência, mas acabou, no segundo turno, derrotado por Carlos Alvarado. Naquele pleito, a Grande Área Metropolitana (GAM) de São José assegurou a vitória do candidato da política tradicional.

16. Na eleição de 2022, Chaves não apenas saiu vitorioso nas províncias marginais, mas também saiu vitorioso em muitos cantões que compõem a GAM ou que conformam suas áreas mais populosas. O diagnóstico que esses números revelam é o de que o eleitorado costa-riicense quer mudanças e está crescentemente descontente com os resultados que o sistema democrático, entronizado na detalhada Constituição de 1949, lhe oferece, por mais orgulho e apreço que tenha por ele.

17. Esse é o desafio que Rodrigo Chaves e o grupo de atores que o promoveu à vitória - todos "outsiders" da política tradicional - enfrentam, desde 8 de maio passado, quando a nova administração tomou posse. Nesses sete meses, o Presidente e seu governo têm mantido perfil de confrontação com o "status quo". Chaves não abandonou seu compromisso com a mudança, que foi a marca de sua campanha e a chave de sua vitória. Porém, encontra dificuldade em negociar com o parlamento. Chaves e sua administração gozam, desde que assumiram, de elevados índices de aprovação. Mas há sinais de desgaste, pois esses índices caíram de 78%, em agosto/2022, a 68% em novembro/2022.

18. As dificuldades de relacionamento do governo com o Legislativo e com o Judiciário dificultam a implementação de sua agenda reformista. O governo vem sinalizando intenção de manter diálogo mais funcional com o parlamento e postura de cooperação mais eficaz com o Judiciário. Com inflação elevada e pobreza em crescimento, o governo percebe a urgência de encontrar espaços para apresentar resultados à sociedade.

19. Rodrigo Chaves herdou situação econômica desafiadora. Havia a expectativa de que, à aprovação da reforma fiscal em dezembro de 2018, se seguiriam outras reformas que contribuíssem para reduzir o elevado endividamento do país em dólares e para alongar os

prazos de pagamento de sua amortização, tornando a gestão da dívida pública mais sustentável, assim como para melhorar a eficiência do aparato estatal e tornar menos regressivo o sistema tributário. Tais medidas dariam ao governo do ex-presidente Carlos Alvarado espaço para investir em infraestrutura do país e promover melhorias na saúde e na educação públicas.

20. Alvarado e sua equipe não foram capazes de implementar outras medidas para corrigir os problemas estruturais do país. Ademais, os esforços de consolidação fiscal, iniciados em 2018, foram interrompidos em maio de 2020, quando as receitas caíram e aumentaram os gastos, com o advento da pandemia de covid-19. As taxas de desemprego quase dobraram, chegando a 20% em meados de 2020, e a renda familiar diminuiu, apesar da resposta emergencial do governo. Como resultado, a taxa de pobreza aumentou para 19,8% ao final de 2020.

21. O bom desempenho econômico em 2021 e maior disciplina de gastos permitiram uma consolidação fiscal mais rápida do que o esperado. O Produto Interno Bruto (PIB) recuperou-se para 7,8% em 2021, após a maior queda em quatro décadas em 2020. Uma forte recuperação na manufatura, principalmente equipamentos médicos, e uma recuperação gradual em serviços e agricultura elevaram o PIB acima dos níveis pré-crise. A taxa de pobreza caiu para 14,3% em 2021, à medida que a economia se recuperava. O alto desemprego e a perda do poder de compra dos salários permaneceram dificuldades a serem vencidas, somadas às pressões externas (alta dos preços internacionais de energia e alimentos e o aperto das condições de financiamento), num país altamente dependente do setor externo.

CONTEXTO POLÍTICO EXTERNO

22. Ao assumir, em 2018, o presidente atribuiu à sua vice presidente, Epsy Campbell, a tarefa de também chefiar sua diplomacia. Em dezembro, a vice-presidente Campbell renunciou ao cargo de chanceler, devido a conflitos internos. Carlos Alvarado escolheu, para sucedê-la, Manuel Ventura Robles, ex-juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que ficou pouco mais de um ano na posição. O terceiro ministro das Relações Exteriores e Culto do governo Alvarado, Rodolfo Solano Quirós, é funcionário público com longa trajetória no serviço exterior do país. Apoiado em dois vice-ministros de carreira e de reconhecido prestígio entre seus pares, Solano Quirós promoveu a profissionalização e a modernização dos procedimentos, na chancelaria.

23. Solano Quirós pleiteou que a representação da Costa Rica na Organização Mundial de Comércio (OMC) e em outras organizações econômicas internacionais, inclusive a OCDE, ficasse a cargo do Ministério das Relações Exteriores e Culto. Contudo, a representação permaneceu com o ministério de Comércio Exterior (COMEX).

24. A separação das competências, entre seus dois vice-ministros, da execução das vertentes multilateral, por um lado, e bilateral e de cooperação internacional, de outro,

revelou-se acertada e o chanceler colheu uma série de bons resultados em matéria de política exterior, inclusive em iniciativas do governo no campo da pandemia, como foi o caso da chamada iniciativa C TAP. Durante seus dois anos de gestão e mesmo no ápice da pandemia, o chanceler Solano Quirós soube valorizar não apenas o tradicional ativismo da Costa Rica em matéria ambiental - que já faz parte da marca internacional do país -, mas também aprofundar o diálogo político-diplomático com uma série de países e interlocutores.

25. O principal êxito do governo de Carlos Alvarado em matéria de política exterior foi o de consolidar a imagem da Costa Rica como país líder em matéria de sustentabilidade ambiental e direitos humanos: deu prioridade ao tema da mudança do clima e ao esforço de posicionar a Costa Rica como "laboratório mundial de descarbonização", com o propósito de atrair cooperação financeira internacional para iniciativas de adaptação e mitigação; de transformar o país em referência de serviços ambientais no comércio internacional e como prestador de cooperação técnica nessa área; de promover o turismo sustentável; e de assegurar a participação da Costa Rica em foros de alto nível na área ambiental. A eleição de um costa-riicense para dirigir o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), a copresidência, juntamente com a França, da Coalizão de Alta Ambição para a Natureza e os Povos e a conquista de vários prêmios internacionais em matéria ambiental são apenas alguns dos exemplos dos resultados obtidos pelo governo Alvarado com seu ativismo internacional nessa matéria.

26. Ainda que o governo Alvarado também tenha buscado promover o perfil da Costa Rica como país aberto ao comércio internacional, os resultados, nesse âmbito, foram menos visíveis. O ingresso na OCDE foi certamente êxito importante, que contou com importantes participação do parlamento. Apesar da defesa do livre comércio e da inserção competitiva da Costa Rica no mercado internacional, o governo de Alvarado não realizou efetiva ampliação da rede de acordos de livre comércio. Foi perceptível certo viés protecionista no setor agrícola, em sua administração.

27. Após assumir a presidência em maio/2022, Rodrigo Chaves deu claras sinalizações de que tenciona retomar a negociação de acordos comerciais. Nas primeiras semanas de seu governo, foram eliminadas as restrições ao abacate Hass mexicano, objeto de derrota na OMC, reiniciadas as ações para a adesão da Costa Rica ao bloco da Aliança do Pacífico, retomadas as negociações de um acordo de comércio livre com o Equador, e elaborada estratégia para a inclusão do país no Acordo Global e Progressivo de Parceria Transpacífico.

28. Um dos responsáveis pela construção da estratégia que levou Rodrigo Chaves ao poder, Arnoldo André Tinoco foi escolhido para chefiar a pasta da Relações Exteriores e Culto. André sinalizou, logo ao assumir a pasta, que tencionava manter as principais linhas de atuação de seu predecessor, tanto em termos programáticos, relacionados com as principais ênfases da política exterior da Costa Rica, como em matéria administrativa, dando continuidade ao projeto de aperfeiçoamento e profissionalização do serviço

exterior costa-riicense. Se a ênfase no adensamento dos laços com a região Ásia-Pacífico é clara nas suas primeiras ações, o novo chanceler tem dado sucessivas demonstrações de seu desejo de não descurar as relações com os países sul-americanos, em especial o Brasil e seus sócios do MERCOSUL.

RELACIONAMENTO BILATERAL BRASIL-COSTA RICA: AÇÕES, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

29. Ao entregar minhas credenciais ao então presidente Carlos Alvarado, dele ouvi manifestação do desejo de retomar os níveis de diálogo político-diplomático que sempre haviam caracterizado as relações bilaterais entre nossos dois países. Na mesma ocasião, Alvarado reiterou seu compromisso em manter o português como uma das línguas - juntamente com o inglês, o francês e o mandarim - do programa de bilinguismo na educação básica, uma das ênfases da política educacional de seu governo. Ventilei, nesse primeiro encontro com o então mandatário costa-riicense, em maio de 2019, a possibilidade de retomar as conversações sobre um possível acordo entre o Mercosul e o Sistema Centro americano de Integração (SICA), tendo ele me recomendado abordar o tema com sua ministra de Comércio Exterior.

30. Essa animadora conversa inicial conformou o que viriam a ser, no plano bilateral, as principais ênfases de minha gestão: a recomposição do diálogo político-diplomático, em bases mais permanentes e estruturadas, nos temas de interesse mútuo em âmbito multilateral (meio ambiente, direitos humanos), regional (Nicarágua, Venezuela) e bilateral (cooperação técnica); a defesa do lançamento de negociações de acordo de livre comércio com o Mercosul, juntamente com o empenho em superar barreiras artificiais às exportações brasileiras de produtos agropecuários; e a consolidação da política de promoção da variante brasileira da língua portuguesa.

a) Estruturação do diálogo político-diplomático

31. A valorização do diálogo político-diplomático bilateral enfrentou seu primeiro desafio logo ao início de minha gestão, quanto a Costa Rica lançou sua candidatura ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em outubro de 2019, disputando espaço com a candidatura do Brasil a esse mesmo órgão. A candidatura da Costa Rica foi lançada duas semanas antes da eleição. O Brasil foi eleito para o mandato 2020-2022 com confortável maioria e episódio foi superado com o diálogo franco entre as duas partes.

32. A saída do Brasil da Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC), em janeiro de 2020, foi desdobramento que afetou o diálogo político-diplomático, mas foi igualmente superado pela intenção dos dois países de manterem diálogo fluido.

33. A instauração da pandemia e as fortes medidas restritivas adotadas pela Costa Rica não impediram dar continuidade ao propósito de recompor o diálogo político diplomático.

Foi particularmente apreciado, nesse contexto, o gesto brasileiro de permitir a repatriação de nacionais costa-rienses que estavam no Brasil nos dois voos contratados pelo Governo brasileiro para repatriar cidadãos brasileiros retidos na Costa Rica. Sucessivas reuniões virtuais minhas com a cúpula da chancelaria costa-riicense culminaram, em julho de 2021, na assinatura pelo ministro das Relações Exteriores, Carlos França, e o então chanceler Rodolfo Solano Quirós, do Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Costa Rica sobre o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas.

34. Dificuldades de agenda dos dois lados, aliadas às fortes restrições orçamentárias que a chancelaria costa-riquenha enfrenta desde o início de 2022, impediram que a primeira reunião desse promissor Mecanismo de Consultas Políticas ocorresse. Foi possível, contudo, promover encontro entre o Secretário-Geral do Itamaraty, embaixador Fernando Simas Magalhães, e o chanceler André Tinoco no passado dia 7 de outubro, à margem de Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos em Lima, ocasião em que as duas altas autoridades diplomáticas trataram de diversos temas de interesse comum (migração, situação regional, cooperação em organismos multilaterais). Há, ademais, compromisso firme de que a vice-chanceler de Assuntos Bilaterais e de Cooperação Internacional da chancelaria costa-riicense, embaixadora Lydia Peralta, visite o Brasil no primeiro semestre de 2023, ocasião em que se celebraria a primeira reunião formal do Mecanismo de Consultas Políticas. Em linha com o desejo do chanceler André Tinoco de adensar as relações com os países do MERCOSUL, a visita da vice-chanceler Peralta a Brasília seria seguida de visitas a Buenos Aires, Montevidéu e Assunção.

35. O adiamento da visita da vice-chanceler, inicialmente prevista para novembro/2022, coincide com a decisão de transferir a III Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil - Costa Rica para o segundo semestre de 2023. A Costa Rica deseja ampliar a carteira de projetos a serem discutidos - há grande interesse em cooperar nas áreas de saúde (medicamentos genéricos, telemedicina, epidemiologia, saúde mental e formação de especialistas em anestesiologia, enfermagem e intensivistas pediátricos), bioenergia (etanol, tratamento e reaproveitamento do vinhoto, aproveitamento de resíduos sólidos e estabelecimento de planta brasileira de biometano no país) e agricultura (apoio a pequenos produtores de arroz). As autoridades costa-riencenses sugeriram nova reunião virtual preparatória no fim de novembro corrente para viabilizar a inclusão desses novos temas à pauta e dar seguimento à última reunião virtual mantida em julho de 2021, em que participaram representantes da embaixada e da Agência Brasileira de Cooperação, pelo lado brasileiro, e da chancelaria, do Ministério de Planejamento e da embaixada em Brasília, pelo lado costa-riicense. Naquela reunião, foi discutida atualização das demandas de cooperação técnica bilateral; metodologia de definição dos projetos que integrarão o programa de cooperação técnica bilateral; e negociação do rascunho de Ajustes Complementares. Esse trabalho de base, feito em 2021, certamente contribuirá para facilitar o pretendido adensamento da cooperação técnica bilateral, com bases nas demandas que identifiquei nas visitas que fiz aos ministros de Agricultura e Pecuária, de Energia e Meio Ambiente e de Saúde do governo do Presidente Chaves.

b) Negociações comerciais

36. Logo após entregar minhas cartas credenciais ao presidente Carlos Alvarado, reuni-me, em junho de 2019, com a então ministra de Comércio Exterior, Dyalá Jiménez, para tratar da possibilidade de retomar os entendimentos para um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e o SICA. Na mesma ocasião, explorei a possibilidade de estabelecer cooperação no processo de acesso à OCDE, que a ministra coordenava pela Costa Rica. Ventilei ainda a possibilidade de negociar acordo de promoção e facilitação de investimentos bilaterais, com base no modelo utilizado pelo Brasil e nas propostas que o Brasil, com o apoio da Costa Rica, buscava desenvolver em matéria de investimentos no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Jiménez logo se dispôs a compartilhar com o Brasil a experiência da Costa Rica no que respeita a OCDE, de que resultou sua admissão, em maio de 2021.

37. Quanto às negociações de acordo de livre comércio (ALC), Jiménez ponderou que essas não deveriam ocorrer com o SICA, mas com a Secretaria do Subsistema de Integração Econômica (SIECA), ao abrigo da qual se reúnem regularmente os ministros de comércio exterior dos países centro-americanos. Caso não houvesse interesse por parte de seus parceiros centro-americanos de levar adiante processo negociador entre os dois blocos sub-regionais, Jiménez asseverou que a Costa Rica estaria disposta a iniciar diálogo exploratório para acordo 4+1 com o MERCOSUL, de amplo escopo e que incluísse, ademais da desgravação tarifária, disciplinas relacionadas com investimentos, entre outras, o que tornaria desnecessária a negociação de acordo bilateral específico em matéria de investimentos.

38. Diante disso, promovi, ao longo de 2019, duas outras reuniões com a então ministra do COMEX, acompanhado dos embaixadores do MERCOSUL acreditados em São José para tratar da negociação de um ALC. Essa articulação com meus colegas da Argentina, Paraguai e Uruguai revelou-se particularmente útil, na medida em que, ademais de transmitir ao lado costa-riicense mensagem de unidade de propósitos no que respeita as negociações de acordo de livre comércio, ampliou-se para outros temas em que os quatro embaixadores atuamos conjuntamente. Logo em nosso primeiro encontro nesse formato 4+1, Jiménez indicou-nos não haver identificado, da parte de seus parceiros no SIECA, interesse em avançar, naquele momento, em negociações com o MERCOSUL. Sugeriu, então, em nossa segunda reunião, que a Costa Rica e os quatro países iniciassem processo exploratório para identificar os possíveis produtos de maior interesse e, em especial, os setores ou produtos que demandariam processos de desgravação escalonados no tempo ou sujeitos a quotas.

39. Na ausência de compromisso para iniciar negociações, a proposta da Costa Rica de lançar processo meramente exploratório não gerou maior interesse nas capitais do MERCOSUL num primeiro momento. A pandemia interrompeu as reuniões com a ministra de Comércio Exterior, que se demitiu do cargo em maio de 2020, por diferenças relacionadas justamente com a política do governo em matéria de acordos de livre

comércio. Apenas em novembro daquele ano Carlos Alvarado designou seu substituto. Andrés Valenciano assumiu a pasta, mas o tema não avançou

40. Nesse ínterim, a Costa Rica impôs, em junho de 2020, medida de salvaguarda às importações de açúcar branco brasileiro, que se converteu em contratempo para a relação comercial bilateral. Essa medida somou-se, ademais, a direito antidumping que vinha sendo aplicado, desde 2015, ao açúcar brasileiro. Após demorado e inconclusivo processo de negociações ao longo do segundo semestre de 2020, o Brasil decidiu suspender concessões à importação de alguns poucos produtos agrícolas originários da Costa Rica, bem aquém dos valores do dano causado às exportações brasileiras pela medida da Costa Rica. Essa retaliação estimulou a Costa Rica a retomar as negociações bilaterais, as quais acabaram por resultar, em novembro de 2021, em pacote de compromissos aceitáveis pelo Brasil.

41. Em paralelo, em almoço que ofereci a Valenciano, juntamente com os demais embaixadores do MERCOSUL, em julho de 2021, o ministro comunicou-nos que seu governo não tinha interesse em avançar em negociações com o bloco, sequer com base no modelo simplificado que, em meados de 2020, o Grupo Mercado Comum havia acordado propor à Costa Rica e aos demais países do SIECA, sempre no formato 4+1. Diante disso, sugeri a ele a possibilidade de retomar a ideia de negociar acordo bilateral de investimentos, com base no modelo proposto pelo Brasil, como forma de sinalizar ao setor privado o interesse dos dois países em adensar o relacionamento econômico-comercial. Em reunião técnica celebrada em novembro de 2021 para examinar essa possibilidade, as discussões não avançaram devido a diferenças de concepção dos acordos de investimentos assinados pelos dois países com outros parceiros.

42. Tão pronto assumiu o novo ministro de Comércio Exterior do governo de Rodrigo Chaves, convidei-o para almoçar, acompanhado de meus colegas do MERCOSUL. Manuel Tovar é funcionário com sólida experiência em temas de comércio exterior e foi o responsável por negociar, em Paris, o processo de acesso da Costa Rica à OCDE. Nesse almoço, Tovar deixou claro que seu governo tencionava ampliar a rede de acordos de livre comércio com que a Costa Rica conta, mas que a prioridade seria a de atualizar os acordos existentes (especialmente os com a União Europeia e o Canadá), completar as negociações em curso com o Equador, ser admitido na Aliança do Pacífico e negociar a inclusão do país no Acordo Global e Progressivo de Parceria Trans Pacífico. Não se tratava, segundo esclareceu, de desinteresse nas negociações com o MERCOSUL, mas de incapacidade de fazer frente, nos quatro anos de governo, a outras negociações, além dessas definidas como prioritárias.

43. Por separado, nessa mesma ocasião, Tovar comprometeu-se comigo a encerrar o diferendo bilateral em açúcar no mais breve prazo, tendo pedido apenas alguns meses para acertar os detalhes finais com seus colegas de Agricultura e de Economia e Indústria. De fato, em 30 de setembro deste ano, ele e eu assinamos o entendimento final de compensações, pacificando, em definitivo, esse irritante nas relações bilaterais. O novo

ministro de Comércio Exterior também se mostrou disposto a rever os termos de um possível acordo Brasil-Costa Rica de Cooperação e Facilitação de Investimentos, nos moldes favorecidos pelo Brasil. Sugeriu, contudo, que os entendimentos a esse respeito fossem retomados em 2023, uma vez que tivesse sido feita, no âmbito de seu ministério, revisão das estratégias em matéria de acordos de investimentos. Caberá a meu sucessor decidir sobre a conveniência de insistir nessa negociação, à luz dos interesses do Brasil e das sinalizações que vier a receber do COMEX. Por fim, Tovar assegurou-me que a Costa Rica estava pronta a apoiar firmemente o ingresso do Brasil na OCDE.

44. A nova disposição do atual governo em matéria de comércio exterior ficou evidente em outros âmbitos: em outubro passado, os embaixadores do MERCOSUL nos reunimos com o novo ministro da Agricultura e Pecuária e obtivemos dele o compromisso de eliminar as restrições que ainda vigem à importação de carne bovina proveniente dos quatro países. No mesmo mês de outubro, reuni-me com o novo Ministro da Fazenda, ocasião em que discutimos a possibilidade de negociar acordo bilateral de bitributação, como forma de facilitar os fluxos de investimentos entre os dois países. São sinais muito promissores, que precisarão ser confirmados e consolidados por meu sucessor.

45. A ênfase na dimensão econômico-comercial da atuação da Embaixada em São José viu-se refletida também na criação, em junho de 2019, de um Setor Econômico Comercial (SECOM). Além de se ocupar do seguimento dos temas indicados acima, o SECOM reestruturou e reforçou o acompanhamento das demandas relacionadas com as certificações sanitárias e fitossanitárias, que se haviam convertido em óbice importante para as exportações agropecuárias brasileiras para o mercado da Costa Rica. Reunião entre autoridades fitossanitárias dos dois países, celebrada em outubro passado em São José, coroou os esforços realizados nesse âmbito ao longo dos últimos três anos e meio.

c) Promoção da língua portuguesa

46. A promoção da vertente brasileira da língua portuguesa na Costa Rica muito se beneficia da atuação da Fundação de Cultura, Difusão e Estudos Brasileiros (FCDEB). Sucessora do Centro de Estudos Brasileiros, estabelecido em São José em 1972, a FCDEB é instituição sem fins lucrativos com importante atuação no ensino da língua e na promoção da cultura brasileira. Ainda que não mais guarde vínculos funcionais com a Embaixada, revelou-se, ao longo de minha gestão, parceira relevante. Assim, ainda em julho de 2019, reuni-me com a então ministra da Educação Pública (MEP) da Costa Rica para defender a renovação do convênio entre aquela pasta e a FCDEB para o ensino do português no sistema escolar público, conhecido como "Falemos Português". Criado em 2017, o programa tem tido grande êxito ao oferecer aulas de português, na variante brasileira, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio da Costa Rica. Em dezembro de 2019, assisti, juntamente com o presidente Carlos Alvarado, a evento comemorativo dos resultados alcançados com o programa de promoção do bilinguismo, em que o "Falemos Português" esteve em destaque.

47. As interrupções das aulas por conta da pandemia de covid-19 e cortes nos orçamentos do MEP colocaram em risco, ao longo de 2020 e 2021, a continuidade dos programas de ensino de português no sistema escolar público. Ademais, ainda que superadas essas dificuldades, o principal desafio para a continuidade desses programas reside na formação de professores. Busquei apoiar a celebração de cursos de formação de professores de português como língua estrangeira pelo FCDEB para suprir essa carência, mas solução definitiva demanda a criação de oferta de formação nas principais universidades públicas da Costa Rica.

48. Foi firmado, em janeiro de 2022, convênio de colaboração entre o Instituto Camões, de Portugal, e a Universidade da Costa Rica (UCR), para criação de Leitorado de Língua, Linguística e Literatura Portuguesas na UCR. A criação do leitorado na principal instituição de ensino superior da Costa Rica responde ao crescente interesse pelo idioma português na Costa Rica, impulsionado de forma significativa pelo programa "Falemos Português". Assim que iniciou suas atividades, em março deste ano, convidei a leitora para reunião com a diretora do FCDEB, de forma a explorar possíveis linhas de cooperação, com ênfase nas formas de melhorar e ampliar a oferta de cursos de formação de professores de português.

49. Em maio deste ano, tão pronto assumiu suas funções, visitei a nova ministra de Educação Pública do governo Chaves, Katherine Müller. Formada no Brasil e fluente em português, a ministra comprometeu-se a retomar o programa de ensino de nosso idioma no sistema público, com base em convênio com a FCDEB. Ressaltou, contudo, estar comprometida com reforma profunda do sistema de formação e avaliação de professores do ensino fundamental e médio, em que também estaria inserido o programa de bilinguismo. Uma vez que estejam mais claras as novas prioridades e ênfases no MEP será conveniente que meu sucessor retome os entendimentos com a ministra Müller.

50. Finalmente, em setembro, o subdiretor da Escola de Literatura e Ciências da Linguagem da Universidade Nacional (UNA - segunda maior da Costa Rica) compareceu à embaixada para manifestar o interesse de sua instituição em receber leitor brasileiro e em tornar-se centro aplicador de provas do CelpeBras (exame de proficiência da língua portuguesa). Falou ainda do atual programa de ensino de português na sua universidade e do desejo de fortalecê-lo. A embaixada forneceu ao subdiretor informações detalhadas sobre os requisitos para pedido de abertura de leitorado e para candidatura a centro aplicador do CelpeBras, juntamente com os já existentes: a FCDEB e a UCR. A criação de leitorado brasileiro na UNA seria desdobramento importante, que meu sucessor deveria estimular.

d) Outras ações relevantes:

51. Além desses três eixos principais, não descurei, durante minha gestão, a atenção à comunidade brasileira residente na Costa Rica, com a melhoria dos serviços consulares prestados pela Embaixada. Ademais, foi-nos possível organizar, nos dias 10 de abril e 12

de maio de 2020, a repatriação de cento e oito brasileiros e estrangeiros entre turistas, binacionais, familiares estrangeiros de brasileiros e ainda cidadãos uruguaios, em dois voos contratados pelo Governo brasileiro. Adicionalmente, quarenta e sete nacionais receberam o apoio do posto para retornar ao Brasil em voos regulares, durante o período mais crítico da pandemia. Ressalto ainda a participação da comunidade brasileira nas últimas eleições presidenciais. O evento deste ano, que contou pela primeira vez com a urna eletrônica, foi realizado dentro da mais absoluta ordem. O número de eleitores aptos cresceu 36% desde 2018 e o comparecimento às urnas, tanto no primeiro como no segundo turno, foi proporcionalmente maior do que em anos anteriores.

52. Foi possível, também, promover melhorias importantes em outros setores de atuação. Destaco, por relevante para a atuação da Embaixada neste país, a negociação e assinatura, em agosto de 2019, de acordo por troca de notas para assegurar reciprocidade em matéria de privilégios e imunidades e a regulamentação definitiva, em novembro de 2020, dos dispositivos previstos no Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular Administrativo e Técnico, celebrado pelos dois países em abril de 2000.

53. A convite do Tribunal Supremo de Eleições da Costa Rica (TSE-CR), participei, como observador, das eleições cantonais de 2020. Na ocasião, em conversas com juízes eleitorais da Costa Rica, identifiquei o interesse em retomar a cooperação com o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil (TSE), com ênfase nas políticas de combate à desinformação na possibilidade de a Costa Rica vir a adotar o nosso modelo de urna eletrônica. Nas eleições legislativas e presidenciais de fevereiro e no segundo turno das eleições presidenciais em abril, missões do TSE estiveram em São José como integrantes das missões de observação eleitoral da União Interamericana de Organismos Eleitorais (UNIORE, cuja Secretaria Executiva está sediada em São José) e retomaram os contatos a respeito dessa cooperação bilateral. Entendo que o diálogo entre os tribunais eleitorais dos dois países já está em andamento, pelo que caberá apenas acompanhar e apoiar seus eventuais resultados.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEDIADOS NA COSTA RICA: AÇÕES E DESAFIOS

54. Estão sediados na Costa Rica a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Junto a todos, busquei reforçar a atuação da embaixada. Ressalto a importância de que as contribuições regulares brasileiras a cada uma dessas organizações sejam feitas sempre em dia e que tenham o devido espaço nas discussões orçamentárias.

i) CORTE IDH

55. Além de acompanhar o andamento de casos na Corte IDH envolvendo o Brasil e estar sempre presente em eventos e às audiências chefiando a delegação brasileira, mantive interlocução regular com o secretário e com todos os juízes do Tribunal. Por considerar extremamente importante que o Brasil conte com representante na Corte, defendi, desde 2019, o lançamento de candidato brasileiro e apoiei e acompanhei de perto e exitosa campanha do terceiro juiz brasileiro na Corte IDH, Dr. Rodrigo Mudrovitsch, para mandato 2022-2027. Esse processo de aproximação resultou ainda na terceira visita da Corte IDH ao Brasil, a convite do governo brasileiro, para Período Ordinário de Sessões em Brasília, de 22 a 27 de agosto de 2022. A visita foi marcada por homenagens ao ex-juiz e ex-presidente da Corte, Antônio Augusto Cançado Trindade, falecido em maio de 2022, com excelentes resultados em termos de promoção da Corte e de sua jurisprudência junto ao Judiciário e à sociedade brasileiros. Nessa ocasião, o Tribunal anunciou o lançamento de seu sítio eletrônico em português e o início das traduções para nossa língua de suas publicações, outros dois desdobramentos por que muito me empenhei.

ii) FLACSO

56. Procurei dar novo dinamismo à participação brasileira na FLACSO. O Brasil contribui com US\$ 200.000,00 anuais à instituição, sendo metade desse valor à Secretaria-Geral dessa organização internacional e a outra metade à sede da FLACSO no Brasil. As reuniões do Conselho Superior e da Assembleia Geral (órgão decisório máximo) são, em geral, burocráticas e protocolares. Tenho insistido em todas, e diretamente com a secretária-geral, na necessidade de inclusão na pauta de tempo suficiente para discussão de temas substantivos, bem como na maior mobilidade de professores, estudantes e pesquisadores entre as diferentes sedes do sistema. Em 2022, apoiei a campanha bem-sucedida da conselheira a título individual Rebecca Lemos Igreja, expus o conflito de interesses em que observadores extrarregionais contribuam com quantias maiores do que os estados membros e questionei a exigência de contribuições regulares a novos membros observadores. Reinforcei ainda o caráter intergovernamental da FLACSO e a necessidade de que os estados membros participem ativamente da tomada de decisões.

iii) IICA

57. Trata-se de organização internacional fundamental para o Brasil por defender tese cara à política externa brasileira de que a agricultura faz parte da solução à questão da mudança do clima. Ademais de manter interlocução frequente com seu diretor-geral, Manuel Otero, propus a celebração regular de reuniões com embaixadores de estados membros do Instituto sediados em São José. Ressalto que o Brasil foi o primeiro país a apoiar a exitosa reeleição a diretor-geral do argentino Manuel Otero.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM SÃO JOSÉ

Candidato: EMBAIXADOR ANTONIO ALVES JUNIOR

PERFIL DO CANDIDATO

Nascido em São Paulo em 4/7/1958, o embaixador Antonio Alves Junior ingressou na carreira diplomática em 1984. É graduado em Ciências Econômicas (1982) e em Ciências Sociais (1983) pela Universidade de São Paulo. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1994. O Curso de Altos Estudos (CAE) foi concluído em 2007, com a tese "A Secretaria do MERCOSUL: uma proposta de fortalecimento institucional".

No Brasil, atuou em diversas áreas do Itamaraty. Foi assistente e chefe, substituto, da Divisão Especial de Pesquisa e Estudos Econômicos (1985-1989), assessor da Secretaria de Planejamento Diplomático do Gabinete do Ministro de Estado (1999-2001), assessor no Cerimonial da Presidência da República (2001-2002), chefe do Departamento de América Central e Caribe (2015-2017). Entre 2012 e 2015, foi cedido ao Ministério da Cultura, onde desempenhou a função de diretor de Relações Internacionais.

No exterior, serviu no Consulado-Geral em Nova York (1989-1993) e nas Embaixadas em Pretória (1993-1997) e em Nova Delhi (1997-1999), na Delegação do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL (2004-2008), e nas Embaixadas em Assunção (2008-2012) e Havana (nesta, como encarregado de negócios de 2017 a 2020). Desde 2020 exerce a função de cônsul-geral em Córdoba. Realizou missões transitórias em La Paz, Nairobi e Daca.

Sua trajetória diplomática demonstra sua capacidade para defesa e promoção dos interesses brasileiros como embaixador na Costa Rica.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE, que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade por administrar competentemente, de forma integrada e com visão global, as relações do Brasil com a Costa Rica em todos os seus âmbitos e níveis e prestar contas ao governo brasileiro, ao Congresso Nacional, aos entes federados interessados e à opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações Brasil-Costa Rica. Ter assegurados os interesses brasileiros na Costa Rica e promovidas políticas e ações específicas de apoio à comunidade brasileira que vive no país ou que por ali está de passagem.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com a Costa Rica, fomentando a cooperação bilateral em todos os níveis e apoiando a implementação de políticas e ações para proteger e promover a comunidade brasileira que vive na Costa Rica ou os brasileiros que visitam o país.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Consolidar e fortalecer a parceria estratégica do Brasil com a Costa Rica, bem como a inserção econômica competitiva do País no mercado costa-riquenho, com foco no desenvolvimento sustentável e prosperidade da sociedade brasileira.
2. Ampliar a cooperação com a Costa Rica, nas diversas as áreas de interesse comum.
3. Intensificar a promoção da imagem e da cultura do Brasil na Costa Rica, mediante diálogo permanente com interlocutores públicos e privados e apoio às diversas formas de expressão cultural e a diferentes tipos de eventos.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais, por meio da identificação de prioridades comuns com a Costa Rica e da articulação com o governo costa-riquenho.
5. Fortalecer as relações bilaterais e com blocos regionais de que a Costa Rica faz parte.

6. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros na Costa Rica, apoiando as empresas que ali investem ou buscam oportunidades de comércio e investimento.
7. Promover os investimentos costa-riquenhos no Brasil.
8. Promover o turismo costa-riquenho no Brasil, pela identificação do perfil do potencial viajante costa-riquenho ao País e contatos com operadoras de turismo locais.
9. Contribuir para o desenvolvimento da cooperação científico-tecnológica entre os dois países.
10. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do posto, com vistas a aumentar sua eficiência e capacidade de resposta e a melhorar a relação custo-benefício da atividade diplomática do Brasil na Costa Rica.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

COSTA RICA**I - Promoção de comércio e investimentos****i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Contribuir para a aproximação entre o MERCOSUL e a Costa Rica, com vistas ao lançamento de negociação de eventual acordo de livre comércio do bloco com aquele país, a fim de promover o aumento dos fluxos bilaterais de bens, sobretudo das exportações brasileiras, investimentos e serviços.**
 - *Organizar reuniões com autoridades do governo costa-riquenho em favor da aproximação e lançamento de negociações para eventual acordo de livre comércio MERCOSUL-Costa Rica.*
 - *Realizar gestões com vistas a prestar esclarecimentos sobre a realidade brasileira, em particular sobre temas considerados relevantes para o meio político e sociedade civil locais, com possível incidência sobre a aproximação MERCOSUL-Costa Rica.*
 - *Divulgar boas práticas brasileiras, em particular em áreas que possam influenciar a opinião pública local em favor da aproximação MERCOSUL-Costa Rica.*
 - *Acompanhar e produzir relatórios sobre votações populares em temas com potencial impacto na aproximação MERCOSUL-Costa Rica.*

- *Manter diálogo com embaixadores dos demais Estados-Partes do MERCOSUL residentes em São José, com o mesmo objetivo.*
- *Acompanhar e informar o Itamaraty sobre os debates internos com impacto na aproximação entre o MERCOSUL e a Costa Rica.*
- *Apoiar a elaboração ou a divulgação de estudos de impacto e de oportunidades de negócios ao amparo de um eventual acordo de livre comércio MERCOSUL-Costa Rica.*
- *Efetuar ações de fomento junto a empresas, câmaras e associações comerciais com potencial interesse no acordo de livre comércio MERCOSUL-Costa Rica.*
- *Explorar junto a autoridades do governo costa-riquenho a possibilidade de entendimentos bilaterais em contratações públicas, promoção de investimentos e facilitação do comércio.*

2. Promover o acesso ao mercado costa-riquenho para produtos brasileiros.

- *Realizar ações de divulgação da qualidade e da sustentabilidade da produção e das exportações brasileiras, contribuindo para a promoção da imagem dos produtos e dos serviços brasileiros, inclusive por meio de mídias sociais e iniciativas junto à academia e à sociedade civil organizada.*
- *Contribuir para ampliar o acesso ao mercado costa-riquenho para produtos do agronegócio brasileiro por meio de gestões junto a órgãos governamentais, a fim de que sejam eliminadas eventuais barreiras tarifárias ou não-tarifárias.*
- *Realizar eventos na Embaixada e/ou em locais de visibilidade em São José ou em outras cidades costa-riquenhas, para a divulgação do produto do agronegócio brasileiro.*
- *Manter contatos e realizar gestões regulares junto a importadores e distribuidores locais.*
- *Monitorar e identificar feiras comerciais que possam interessar a exportadores brasileiros.*
- *Atuar em prol da diversificação da pauta de exportação de produtos brasileiros.*

3. Realizar ações para ampliar o fluxo de comércio com a Costa Rica.

- *Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico.*
- *Organizar eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado costa-riquenho.*
- *Interagir com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes.*

- *Apoiar a realização de missões empresariais, de lado a lado.*
 - *Organizar palestras dirigidas e manter diálogo com setores produtivos brasileiros.*
 - *Apoiar investidores costa-riquenhos interessados no mercado brasileiro.*
 - *Apoiar empresários brasileiros interessados no mercado costa-riquenho.*
 - *Articular ações integradas com a Apex.*
 - *Promover a participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial.*
 - *Manter e aprimorar a rotina regular de respostas a consultas comerciais de exportadores brasileiros.*
 - *Elaborar estudos de mercado para produtos brasileiros selecionados, em conformidade com instruções recebidas do Ministério das Relações Exteriores.*
 - *Manter contatos regulares e acompanhar os trabalhos das Câmaras de Comércio, sobretudo com a Câmara de Comércio Exterior da Costa Rica (CRECEX), com vistas a organizar eventos de interesse comum e divulgar informações sobre oportunidades de negócios no Brasil.*
 - *Manter contatos regulares com a Promotora de Comércio Exterior de Costa Rica (PROCOMER), entidade que governamental análoga à APEX.*
- 4. Contribuir para a ampliação do volume de investimentos brasileiros na Costa Rica e costa-riquenhos no Brasil.**
- *Contribuir para a evolução das negociações sobre eventual acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI).*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de encontros com representantes do governo costa-riquenho para tratar da aproximação e negociação de eventual acordo de livre comércio MERCOSUL-Costa Rica.
- 2) Número de encontros e reuniões com empresas, câmaras e associações de comércio para a promoção de eventual acordo de livre comércio MERCOSUL-Costa Rica.
- 3) Número de eventos sociais organizados pela embaixada, em diferentes formatos (cafés da manhã de trabalho, almoços ou jantares de trabalho, recepções) oferecidas pela embaixada a interlocutores potencialmente interessados em eventual acordo de livre comércio MERCOSUL-Costa Rica.
- 4) Número de postagens e ações de divulgação.

- 5) Número de postagens online e ações de divulgação do comércio e dos investimentos bilaterais.
- 6) Número de reuniões com empresas importadoras e/ou distribuidoras para a promoção do comércio e investimentos mútuos.
- 7) Índice de diversificação de empresas com as quais o posto mantém contato regular.
- 8) Número de telegramas com informações relativas a temas comerciais e de investimento.
- 9) Quantidade de estudos de mercado para produtos brasileiros.
- 10) Número de respostas a consultas comerciais de exportadores brasileiros.
- 11) Número de reuniões com câmaras de comércio.
- 12) Número de eventos comerciais realizados pelo posto.
- 13) Número de empresas brasileiras com participação em feiras comerciais na Costa Rica.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Observar e produzir relatórios sobre aspectos relevantes das políticas interna e externa da Costa Rica.
 - *Acompanhar o desenvolvimento das relações entre a Costa Rica e o Sistema de Integração Centro-americano (SICA).*
 - *Acompanhar os debates internos acerca da aproximação e negociação de eventual acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a Costa Rica.*
 - *Acompanhar os temas mais relevantes para o relacionamento bilateral durante as sessões anuais da assembleia de deputados costa-riquenha.*
 - *Identificar interesses convergentes e oportunidades de cooperação no âmbito das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos e de organizações internacionais especializadas.*
 - *Producir informes sobre os principais temas de política interna e externa da Costa Rica e suas possíveis implicações para o relacionamento com o Brasil.*
2. Aprofundar a parceria estratégica com a Costa Rica.
 - *Contribuir para a inauguração do Mecanismo de Consultas Políticas bilaterais, criado por força de memorando de entendimento assinado em setembro de 2021 pelos chanceleres de ambos os países.*

2. Aprofundar a parceria estratégica com a Costa Rica.

- *Contribuir para a inauguração do Mecanismo de Consultas Políticas bilaterais, criado por força de memorando de entendimento assinado em setembro de 2021 pelos chanceleres de ambos os países.*

- *Retomar reuniões de coordenação consular com a Costa Rica e exame das perspectivas de cooperação na área da participação das comunidades no exterior em pleitos eleitorais.*
- 3. Administrar e, sempre que possível, ampliar a interlocução com a Chancelaria e demais e instâncias do estado costa-riquenho.**
 - *Manter canais regulares de diálogo e interação com o governo costa-riquenho.*
 - *Apoiar processos de negociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais.*
 - *Representar o governo brasileiro em cerimônias e celebrações oficiais.*
- 4. Manter interlocução permanente com parlamentares.**
 - *Manter contatos com parlamentares, com vistas a informar o debate interno sobre temas que interessem ao Brasil e a obter informações sobre as questões mais importantes da política costa-riquenha.*
 - *Apoiar a criação do grupo de amizade parlamentar Brasil-Costa Rica e incentivar sua atuação*
- 5. Identificar possibilidades de ampliação do arcabouço normativo do relacionamento bilateral.**
 - *Identificar áreas em que possa haver demanda para uma maior institucionalização do relacionamento bilateral, por meio da assinatura de acordos específicos.*
 - *Contribuir para retomada da discussão acerca de eventual Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).*
- 6. Apoiar a realização de visitas de alto nível.**
 - *Contribuir para a retomada, pós-pandemia, do ritmo de visitas de alto nível de parte a parte.*
- 7. Realizar gestões em favor de candidaturas brasileiras em organismos internacionais.**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de telegramas elaborados pela Embaixada sobre temas relevantes, na perspectiva brasileira, de política interna e política externa da Costa Rica.**

- 2) Número de reuniões com representantes do governo e da assembleia legislativa.
- 3) Número de reuniões de consultas, no âmbito dos mecanismos permanentes de diálogo já existentes ou que venham a ser criados.
- 4) Número de visitas de alto nível de parte a parte.
- 5) Número de eventos sociais organizados pela embaixada, em diferentes formatos (cafés da manhã de trabalho, almoços ou jantares de trabalho, recepções oferecidas pela embaixada a interlocutores estratégicos para o cumprimento das metas).

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Manter interlocução permanente com o secretariado da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com sede em São José.**
 - *Fazer gestões junto ao Secretariado da CIDH, em particular nos casos que envolvam o estado brasileiro.*
 - *Representar o Brasil, em atendimento a instrução do Itamaraty, durante as sessões plenárias da Corte IDH, nos casos que envolvem o estado brasileiro.*
- 2. Acompanhar assuntos e reuniões da Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), com sede em São José, em coordenação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).**
 - *Manter diálogo com o Secretariado do IICA, em particular nos temas de contribuições financeiras e eleições.*
 - *Identificar oportunidades para o aumento do número de brasileiros nos quadros de funcionários do IICA, especialmente em cargos de chefia e direção.*
- 3. Manter interlocução permanente com o secretariado da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), cuja sede acadêmica é na Costa Rica.**
 - *Manter diálogo com o Secretariado da FLACSO, em particular nos temas de contribuições financeiras e eleições.*
 - *Representar o Brasil, em atendimento a instrução do Itamaraty, durante as sessões do conselho administrativo.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões com o Secretariado do Corte IDH.**
- 2) Número de reuniões com o Secretariado do IICA.**
- 3) Número de reuniões com o Secretariado da FLACSO.**

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

- 1. Promover a imagem do Brasil como país promotor da paz, da diversidade, do desenvolvimento sustentável e do respeito aos direitos humanos.**
 - *Monitorar continuamente e informar a respeito de eventuais menções ao Brasil na mídia local, bem como em publicações de ONGs, em particular as voltadas a temas de meio ambiente e de direitos humanos.*
 - *Enviar cartas de esclarecimento a veículos da imprensa local, sempre que forem identificadas matérias com informações distorcidas sobre a realidade nacional.*
 - *Manter rotina de visitas a redações e contatos com editorias dos principais veículos da imprensa Costa Rica.*
 - *Manter diálogo permanente com o Governo costa-riquenho e com ONGs, em especial aquelas dedicadas a temas de meio ambiente e de direitos humanos.*
 - *Ampliar o perfil do posto nas mídias sociais.*
 - *Divulgar amplamente e realizar atividades relacionadas à celebração da data nacional na Costa Rica.*
 - *Organizar celebração da data nacional.*
- 2. Ampliar a difusão da cultura brasileira na Costa Rica.**
 - *Apoiar a participação brasileira anual no Festival de Cinema Latino-Americano.*
 - *Apoiar projetos que se enquadrem na estratégia do Itamaraty de promoção cultural brasileira no exterior.*
 - *Identificar, na cena cultural local, possibilidades de acesso e apoio a artistas brasileiros.*
 - *Divulgar o artesanato e a gastronomia regional brasileira, com o apoio do SEBRAE e do, SENAC, mediante a realização de eventos em espaços a serem identificados pela embaixada.*
 - *Estabelecer e manter contatos regulares com instituições e personalidade costaricenses ligadas à área cultural, tais como galerias de arte, museus, teatros e festivais de música e de cinema.*

3. Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras.

- *Contemplar a diversidade das manifestações culturais brasileiras no Programa de Atividades Culturais do Posto (PACP), elaborado anualmente.*
- *Promover a literatura brasileira.*
- *Divulgar a língua portuguesa em sua vertente brasileira.*
- *Identificar oportunidades no mercado editorial costa-riquenho para a produção literária brasileira contemporânea.*
- *Estimular atores locais que cultivem a cultura brasileira na Costa Rica.*
- *Fomentar a produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios filmes, seminários e eventos).*

4. Promover o Brasil como destino turístico.

- *Manter contatos regulares com as principais operadoras turísticas da Costa Rica e do Brasil.*
- *Fortalecer o diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo na Costa Rica.*
- *Incentivar a realização de estudos para identificação do perfil do potencial turista costa-riquenho interessado em viajar ao Brasil.*
- *Divulgar novos destinos turísticos que possam atrair o turista costa-riquenho.*
- *Divulgar os destinos turísticos brasileiros nas redes sociais do posto e também por meio de campanhas digitais direcionadas ao público costa-riquenho.*
- *Realizar eventos voltados à divulgação do turismo e da gastronomia brasileiros.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de informações sobre menções ao Brasil nos veículos locais de imprensa.
- 2) Número de visitas a redações e reuniões com representantes de veículos da imprensa local.
- 3) Número de cartas enviadas à imprensa local.
- 4) Número de publicações sobre o Brasil nas mídias sociais do posto.
- 5) Variação percentual do público espectador dos filmes brasileiros participantes do Festival de Cinema Latino-Americano.
- 6) Número de eventos com temática cultural brasileira.

- 7) Número de reuniões com instituições e personalidades ligadas à cena cultural.
- 8) Variação percentual do número de turistas oriundos da Costa Rica que visitam o Brasil.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

1. Identificar oportunidades de missões técnicas para intercâmbio de boas práticas
 - *Promover a realização de missão agrícola brasileira para apresentação a autoridades costa-riquenhas das melhores práticas de sustentabilidade na produção agropecuária do Brasil.*
 - *Procurar apoio para organizar viagens ao Brasil de associações de consumidores costa-riquenhos, jornalistas e de representantes de ONGs voltadas para o meio ambiente, para divulgação de “boas práticas” de manejo florestal e de agricultura sustentável.*
 - *Manter contatos regulares com órgão técnicos do governo local, inclusive por meio da participação em atividades e encontros, voltados para o desenvolvimento da agricultura sustentável.*
 - *Realizar missão técnica para intercâmbio de boas práticas na área de agricultura sustentável.*
 - *Realizar viagens de associações de consumidores costa-riquenhos, jornalistas e de representantes de ONGS.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e de missões técnicas de temática ambiental e de desenvolvimento sustentável com representantes do governo costa-riquenho.
- 2) Número de eventos do Governo federal na área de agricultura com participação da Embaixada.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Costa Rica.
 - *Identificar oportunidades de cooperação bilateral em áreas prioritárias, em sintonia com as diretrizes do Programa de Diplomacia da Inovação.*
 - *Manter atualizado o mapeamento do ecossistema costa-riquenho de inovação.*

- *Promover programas de cooperação entre instituições de apoio à pesquisa dos dois países.*
- *Promover e apoiar visitas de delegações da área de C,T&I, de lado a lado, a fim de que conheçam as principais iniciativas no setor, no Brasil e na Costa Rica.*

2. Promover a imagem do Brasil como país produtor de tecnologia

- *Divulgar, por meio das redes sociais do posto, o estado-da-arte da produção científico-tecnológica brasileira.*
- *Planejar eventos multi e interdisciplinares com a participação de acadêmicos, pesquisadores, e representantes de empresas e startups de ambos os países.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de reuniões com representantes de instituições de apoio à pesquisa e inovação.**
- 2) **Número de eventos realizados pela embaixada com vistas ao cumprimento das metas.**
- 3) **Número de publicações de promoção da imagem do Brasil como país inovador nas redes sociais do posto.**
- 4) **Número de visitas de delegações da área de C,T&I.**

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde, justiça e defesa

1. Promover cooperação judiciária bilateral.

- *Contribuir para a manutenção dos canais de comunicação entre autoridades judiciárias do Brasil e da Costa Rica.*
- *Encaminhar pedidos de cooperação entre autoridades de ambos os países.*
- *Apoiar a tramitação de demandas de extradição e cartas rogatórias de lado a lado.*

2. Apoiar programas de intercâmbio de estudantes costa-riquenhos ao Brasil

- *Divulgar a oferta de bolsas de estudo, por instituições brasileiras.*
- *Apoiar estudantes costa-riquenhos no processo de inscrição no programa PEC-G/ PEC-PG*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de estudantes costa-riquenhos no Brasil vinculados a programas de intercâmbio acadêmico.
- 2) Índice de tramitação dos documentos na área de cooperação judiciária recebidos pela Embaixada.

VIII - Apoio às comunidades brasileiras no exterior**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Atender às necessidades e às consultas da comunidade brasileira na Costa Rica e estrangeira, em matéria consular.
 - *Informar a comunidade brasileira na Costa Rica e estrangeiros sobre requisitos legais e sanitários para ingresso no Brasil e indicação de autoridades locais responsáveis pela implementação das diretrizes de ingresso e de controle fronteiriço sanitário na Costa Rica.*
 - *Prestar assistência consular aos cidadãos brasileiros residentes ou em trânsito pela Costa Rica.*
 - *Aperfeiçoar o atendimento no setor consular da Embaixada em São José.*
 - *Manter o apoio à comunidade brasileira residente no interior do país.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de cidadãos brasileiros e estrangeiros atendidos.
- 2) Número de documentos emitidos: passaportes, vistos, registros civis, procurações e outros.
- 3) Número de atendimentos ao público.
- 4) Número de repatriações e auxílios.
- 5) Número de eleitores com cadastro atualizado.
- 6) Número de visitas a brasileiros encarcerados ou detidos por migração irregular.

RELATÓRIO N° , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF)
nº 76, de 2022, da Presidência da República (nº
399/2022, na origem), que *submete à apreciação*
do Senado Federal, de conformidade com o art.
52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39,
combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29
de dezembro de 2006, a indicação do Senhor
ANTONIO ALVES JÚNIOR, Ministro de Primeira
Classe da Carreira de Diplomata do Ministério
das Relações Exteriores, para exercer o cargo de
Embaixador do Brasil na República da Costa
Rica.

SF/22397.64922-07

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

Chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Senhor ANTONIO ALVES JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata. Também foram juntados o Relatório de Gestão do Chefe de Posto ao final da missão (em atendimento ao item IV do art. 383, do Regimento Interno e à Decisão do Plenário da CRE, de 14/05/2015) e o Planejamento Estratégico para o posto de destino (Ato nº 1/2021-CRE, aprovado em 06/07/2021).

O indicado é filho de Antonio Alves e de Aurora da Costa Aguiar Alves e nasceu em São Paulo – SP.

Em 1982, concluiu o curso de Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo e, no ano seguinte, pela mesma universidade, o curso de Ciências Sociais.

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1985); de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1994); e de Altos Estudos (2007), ocasião em que defendeu a tese “A Secretaria do MERCOSUL: uma proposta de fortalecimento institucional”.

Iniciou sua carreira em 1985, como Terceiro-Secretário. Em 1990, tornou-se Segundo-Secretário; em 1997, chegou a Primeiro-Secretário; em 2003, a Conselheiro; em 2008, a Ministro de Segunda Classe. E, em 2017, a Ministro de Primeira Classe.

No Brasil, o diplomata serviu na Divisão Especial de Estudos e Pesquisas Econômicas, como chefe substituto, entre 1986 e 1989. Foi Conselheiro na Delegação Permanente junto a ALADI e ao MERCOSUL, entre 2004 e 2008; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Assunção, de 2008 a 2012; exerceu o cargo de Diretor de Relações Internacionais do Ministério da Cultura, entre 2012 e 2015; ainda em 2015, foi Encarregado de Negócios na Embaixada em Daca; Diretor do Departamento da América Central, do México e Caribe, entre 2015 e 2017; Encarregado de Negócios na Embaixada em Havana, de 2017 a 2020; e Cônsul-Geral em Córdoba de 2020 até o presente.

Em sua carreira, o diplomata fez jus a distinguidas condecorações por parte do governo brasileiro.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Costa Rica.

Brasil e Costa Rica estabeleceram relações diplomáticas formais em 1906. O país possui longa tradição democrática e ativa atuação internacional, particularmente em temas relacionados à agenda de direitos humanos e meio ambiente. A Costa Rica figura como interlocutor relevante em fóruns internacionais e na conjuntura centro-americana.

O meio ambiente figura como um dos temas centrais da política externa da Costa Rica. O país lançou, em 2007, a iniciativa *Paz com a Natureza*, que incentiva os países em desenvolvimento a assumirem

SF/22397.64922-07

compromissos adicionais de redução de gases de efeito estufa. Entre os eixos que compõem a iniciativa, destaca-se a conservação florestal como fator de mitigação da mudança do clima. Em outubro de 2016, a Costa Rica ratificou o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima.

Em São José encontram-se sediadas a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e a Junta Interamericana de Agricultura (JICA), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Costa Rica está amparado pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, firmado em 22 de setembro de 1997 e promulgado em 30 de dezembro de 1999. A cooperação técnica bilateral é implementada na modalidade de custos compartilhados em 50%, por se tratar a Costa Rica de país com nível de desenvolvimento semelhante ao do Brasil.

Na atualidade, a ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e o governo da Costa Rica, por meio da Embaixada do Brasil em São José e da chancelaria costa-riquenha, estão negociando iniciativas que integrarão a agenda do programa de cooperação técnica bilateral para o próximo biênio. A Costa Rica solicitou cooperação nas áreas de aprendizagem industrial, medicamentos genéricos, medição de grupo e blindagem de rede, segurança cibernética e defesa civil. O Brasil, por sua vez, solicitará cooperação para o intercâmbio de técnicas de produção de café. A agenda será definida na III Reunião do GT de Cooperação Técnica Brasil-Costa Rica, que marcará a retomada oficial da cooperação técnica bilateral no pós-pandemia. A reunião está prevista para ocorrer entre 21 e 25 de novembro de 2022.

Em 2021 o fluxo de comércio Brasil-Costa Rica totalizou USD 397,2 milhões, com exportações brasileiras de USD 325,6 milhões e importações de USD 71,6 milhões. O saldo brasileiro foi de USD 254 milhões com destaque para automóveis; produtos semiacabados, lingotes e outras formas de ferro e aço; papel e cartão; e fios e tecidos especiais. As principais importações foram compostas por produtos para usos medicinais, cirúrgicos, dentários ou veterinários; vidraria; e válvulas e tubos termiônicos.

No período de janeiro a agosto de 2022, as exportações do Brasil para a Costa Rica somaram USD 328 milhões - cifra superior à registrada em todo o ano de 2021 - com superávit brasileiro de USD 255 milhões.

3



SF/22397.64922-07

Em 2022, as vendas brasileiras concentram-se em aviões (USD 68,7 milhões); milho em grão (USD 37 milhões); produtos semimanufaturados de ferro ou aço (USD 34 milhões); automóveis (USD 24 milhões); caixas de papel (USD 6,5 milhões); e arroz com casca (USD 6,2 milhões). Entre os produtos mais importados pelo Brasil, destacam-se: garrafões de vidro (USD 21,1 milhões); circuitos integrados (USD 9,7 milhões); sondas, cateteres e cânulas (USD 9,3 milhões); aparelhos de prótese (USD 5 milhões); e juntas de borracha vulcanizada (USD 3,7 milhões).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/22397.64922-07

5

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA

CPF: 233 406 734-20

ID: 8829 MRE

1960 Filho de Cicero Ferreira Fernandes Costa e Aurenívea Lima Ferreira nasce em 14 de abril em Recife/PE

Dados Acadêmicos:

- 1984-85 CPCD - IRBr
 1992 Mestrado em Teoria Política pela Universidade de Cambridge, Inglaterra
 1993 CAD - IRBr
 1998 Doutorado em Teoria Política pela Universidade de Cambridge, Inglaterra (CPAB)
 2004 Pós-doutoramento em História das Ideias pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo
 2007 Curso de Altos Estudos (CAE), Instituto Rio Branco

Cargos:

- 1985 Terceiro-Secretário
 1989 Segundo-Secretário
 1998 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2002 Conselheiro, por merecimento
 2008 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2016 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

- 1986-90 Divisão das Nações Unidas, Secretaria de Estado, assessor
 1990-94 Embaixada em Londres, Segundo-Secretário
 1994-97 Consulado-Geral em São Francisco, Cônsul-Adjunto
 1997-99 Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, Secretário-Executivo
 1999-02 Presidência da República, Assessoria Especial do Gabinete, Assessor
 2003-05 Presidência da República, Assessoria de ex-Presidentes, Assessor-Especial
 2005-08 Embaixada em Madri, Conselheiro
 2008-09 Embaixada em Madri, Ministro-Conselheiro
 2009-13 Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro
 2013-16 Tribunal Superior Eleitoral, Assessoria Internacional da Presidência, Assessor-Chefe
 2016-18 Diretor do Departamento da América do Sul Setentrional e Ocidental
 2018-19 Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministro de Estado
 2019 Consulado-Geral em Londres, Cônsul-Geral

Condecorações:

- Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, grau de Oficial
 Ordem do Mérito Aeronáutico, grau de Comendador
 Ordem do Mérito do Tribunal Superior Eleitoral - Assis Brasil, grau de comendador
 Ordem do Rio Branco, grau de Grã-Cruz
 Ordem do Mérito da Defesa, grau de Grande-Oficial
 Ordem do Mérito Naval, grau de Grande-Oficial

Publicações:

2009 *As Duas Espanhas e o Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2009

Cargos docentes e outras atividades acadêmicas

1995-97	"Visiting Scholar" no Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Stanford, Estados Unidos
1999-00	Pesquisador Sênior do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília
2002	Titular da disciplina "Teoria das Relações Internacionais" no CPCD, Instituto Rio Branco
2014-	Titular da disciplina "Pensamento Diplomático Brasileiro", no CPCD, Instituto Rio Branco
2014	Relator Diplomático de Banca do Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco
2012-15	Membro da Comissão de Avaliação dos Projetos do Curso de Altos Estudos
2014-15	Examinador do Vestibular do Instituto Rio Branco
2017-18	Membro da Banca do Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco

FERNANDO PERDIGÃO
DIVISÃO DO PESSOAL



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 78, DE 2022

(nº 580/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da Mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 580

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de novembro de 2022.

EM nº 00199/2022 MRE

Brasília, 3 de Novembro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Libanesa, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O ocupante anterior do cargo, **HERMANO TELLES RIBEIRO**, foi removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO N° 600/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 08 de novembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 08/11/2022, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado:



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3732743** e o código CRC **C7A71373** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008827/2022-75

SUPER nº 3732743

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ORIENTE MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE PRÓXIMO**

LÍBANO



MAÇO OSTENSIVO
Outubro de 2022

ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	5
RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS	8
POLÍTICA INTERNA.....	9
POLÍTICA EXTERNA	11
SITUAÇÃO ECONÔMICA NO LÍBANO	15
ACORDOS BILATERAIS	17
DADOS BÁSICOS	19
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	20

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente da República: o cargo de presidente da República, exercido necessariamente por cristão maronita, está vago desde o fim do mandato do ex-presidente Michel Aoun, em 30/10/2022, que exerceu a função por seis anos. Novo presidente será eleito de forma indireta, pela Assembleia Nacional, por meio de sessões eleitorais ora em curso, dedicadas e esse fim.



Najib Mikati, primeiro-ministro (*Trípoli, Líbano, 1955*). Muçulmano sunita, havia sido primeiro-ministro em duas ocasiões anteriores (abril-julho de 2005; e junho de 2011 a fevereiro de 2014). Voltou a ocupar o cargo em setembro de 2021. Desde maio de 2022, com a realização de eleições legislativas, seu governo assumiu natureza demissionária e Mikati foi designado mais uma vez para formar novo governo, processo que ainda está em curso. Político e empresário bem-sucedido e experiente, é amplamente percebido como habilidoso e conciliador. Dialoga com os campos opositos do complexo caleidoscópio partidário libanês sem posicionar-se claramente. O empresário de Trípoli (cidade mais pobre do Líbano) possui a maior fortuna pessoal do país e vultosos investimentos em diversos países, sobretudo no setor de telecomunicações. É líder do partido Movimento Azm, de pouca expressão.



Nabih Berri, presidente da Assembleia Nacional (*Freetown, Serra Leoa, 1938*). Muçulmano xiita, líder do Movimento Amal, é graduado em Direito pela Universidade Libanesa. Durante os anos 1970, atuou como advogado para o Amal, movimento de resistência nacional então liderado por Musa Al-Sadr. Após o desaparecimento de Al-Sadr em 1978, Berri assumiu o controle do Amal, que lidera até hoje. Tradicional aliado de Damasco, participou do Governo de União Nacional chefiado pelo PM Rashid Karami, em 1984, como Ministro para Reconstrução da Região Sul, Ministro da Justiça e Ministro dos Recursos Elétricos e Hidráulicos. Entre 1985 e 1988, no contexto da guerra civil, conduziu o Amal durante o episódio conhecido como “Guerra dos Campos”, em que centenas de refugiados palestinos foram mortos. Em 1992, foi eleito presidente do Parlamento, cargo que ocupa ininterruptamente até hoje, tendo sido reconduzido em 1996, 2000, 2005, 2009, 2018 e 2022.



Abdallah Bou Habib, ministro dos Negócios Estrangeiros e Emigrados (*Jdeide, Líbano, 1941*). Cristão maronita, é bacharel e mestre em Economia pela Universidade Americana de Beirute e doutor pela Vanderbilt University (EUA). Foi embaixador do Líbano em Washington durante os anos mais complexos da guerra civil libanesa (1983-1990), exerceu cargos no Banco Mundial e fundou o "think-tank" libanês Centro Issam Fares. Bou Habib iniciou a atual gestão como chanceler em 10 de setembro de 2021, no governo do PM Najib Mikati, e é tido como próximo ao ex-PR Michel Aoun. Como todo o gabinete ministerial libanês, atua em condição demissionária desde as eleições parlamentares de maio último e até a formação do novo governo, atualmente em curso.



Carla Jazzaar, encarregada de negócios do Líbano no Brasil (*Trípoli, Líbano, 1966*). Cristã maronita, é graduada em Direito Público Internacional e Ciência Política pela Université Saint-Joseph, de Beirute. Possui mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais pela mesma instituição e mestrado em Estudos Diplomáticos pela Diplomatic Academy of London. É diplomata de carreira. Serviu na Embaixada do Líbano em Londres, entre 1995 e 1999, e atuou, entre os anos de 1999 a 2003, como delegada permanente adjunta junto à UNESCO. Foi embaixadora do Líbano em Washington de 2004 a 2017. Em dezembro de 2020, assumiu a encarregatura de negócios no Brasil.

RELAÇÕES BILATERAIS

Relação política

O Brasil possui relação política de alta densidade com o Líbano, não apenas em razão dos laços afetivos que nos unem àquele país, resultado da expressiva comunidade de descendentes de libaneses no Brasil, como também em razão da importância geopolítica do Líbano no contexto regional. O Brasil é dos poucos países que tem abertura para diálogo e ampla receptividade junto a todos os 18 grupos confessionais libaneses e aos partidos que os representam na política.

O relacionamento entre Brasil e Líbano prevê Mecanismo de Consultas Políticas. Sua primeira e única reunião teve lugar em Beirute, em maio de 2017, chefiada pelo então Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, do lado brasileiro, e pelo então Secretário-Geral, interino, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Emigrados, embaixador Charbel Wehbe, do lado libanês.

Cooperação técnica e humanitária

Após a dupla explosão no Porto de Beirute, em agosto de 2020, que deixou mais de 200 mortos, 6 mil feridos e 300 mil desabrigados, houve significativa intensificação na cooperação entre Brasil e Líbano. Na vertente humanitária, o Brasil enviou a Beirute, imediatamente após a tragédia, Missão Multidisciplinar de Assistência Humanitária que buscou identificar, em coordenação com autoridades libanesas, as necessidades mais urgentes pós-desastre. Duas aeronaves da Força Aérea Brasileira transportaram mais de seis toneladas de ajuda humanitária, e a entrega das doações foi realizada por comitiva chefiada pelo ex-presidente Michel Temer, ele próprio de ascendência libanesa.

Desde então, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) já realizou, dentre outras iniciativas: (i) doação de 4 mil toneladas de arroz, no valor de cerca de US\$ 2 milhões; (ii) doação de dois “kits calamidade” preparados pelo Ministério da Saúde, em resposta a pedido da Embaixada libanesa de doação de medicamentos em escassez no país, (iii) doação de mais de US\$ 220 mil em medicamentos, insumos e equipamentos médicos para combate à COVID-19; entre outras iniciativas.

Com o apoio de recursos do orçamento federal, advindos de emendas parlamentares, o governo brasileiro, por meio da ABC, pretende implementar projetos elaborados de acordo com as demandas identificadas pela Missão Multidisciplinar de Assistência Humanitária em agosto de 2020. Deverão ser ações nos setores de: 1) prevenção de incêndios e desastres, e gestão de risco com a Defesa Civil Libanesa e a Universidade Americana de Beirute (AUB) – R\$ 500 mil; 2) traumatologia e ortopedia para recuperação de vítimas de explosões, com o Ministério da Saúde do Líbano e a AUB – R\$ 250 mil; 3) resiliência a desastres em ambientes urbanos, com o Ministério do Meio Ambiente do Líbano – R\$ 200 mil. No momento, a ABC está se

coordenando com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) com vistas a dar início à implementação dos projetos.

Na vertente da cooperação técnica, está em negociação entre a ABC e o Ministério da Agricultura do Líbano projeto em agroecologia intitulado "Fortalecimento das práticas agroecológicas e estabelecimento de um sistema participativo de garantia para o setor orgânico do Líbano". A iniciativa poderá servir para transferir conhecimento brasileiro em matéria de certificação de produção de alimentos orgânicos e fortalecer o setor no Líbano, potencialmente aumentando suas exportações.

Em paralelo, diversas ações de assistência humanitária foram prestadas também pela comunidade de origem libanesa no Brasil, com o apoio institucional ou logístico do governo brasileiro, a exemplo da doação de 40 toneladas em alimentos, medicamentos e suprimentos médicos.

Em agosto de 2022, foi lançado o Fundo Humanitário de Apoio ao Povo do Líbano, iniciativa da Embaixada do Líbano em Brasília e da organização não governamental da diáspora libanesa no Brasil “Unidos pelo Líbano”, encorajada pelo governo brasileiro. Tal como concebido pela Embaixada libanesa, o fundo fiduciário almeja captar recursos privados para doações humanitárias. Um obstáculo à concretização da proposta, segundo a Embaixada libanesa, é a incidência, no Brasil, de impostos e taxas bancárias sobre remessas internacionais, ainda que para fins humanitários. Nesse sentido, representantes da embaixada libanesa em Brasília têm buscado sensibilizar o Congresso Nacional para alterar a legislação, prevendo redução ou isenção de impostos para remessas internacionais com fins humanitários.

Participação do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)

Após a guerra de 2006 entre Israel e o braço armado do partido xiita libanês Hezbollah, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adicionou ao mandato original da UNIFIL as tarefas de monitorar a cessação das hostilidades, apoiar o desdobramento das forças armadas libanesas em todo o Sul do país e estender sua assistência de modo a garantir acesso humanitário à população civil, permitindo o retorno seguro e voluntário dos deslocados. Desde então, a missão, contando com capacidade reforçada, tem conseguido avançar na implementação de seu mandato e manter a estabilidade na área de operações mandatada.

De fevereiro de 2011 a janeiro de 2021, o Brasil comandou a Força Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL, contribuindo continuamente com a nau-capitânia (fragata ou corveta) e com mais de 200 militares.

Após quase 10 anos, em janeiro de 2021, o Brasil deixou o comando da FTM e reduziu sua presença na UNIFIL. Diante de cenário de recursos limitados e da necessidade de priorizar iniciativas, o Estado brasileiro optou por maior atuação na região do Golfo da Guiné. Ao fim do comando brasileiro, autoridades da ONU no Líbano e em Nova York afirmaram que a contribuição do Brasil – o mais longo comando da FTM – contribuiu solidamente para a construção de um legado onusiano de operações de paz marítimas.

O Brasil segue contribuindo com a UNIFIL, agora, com 7 oficiais do Exército Brasileiro (EB) no Quartel-general do Setor Leste da área de operações terrestre, em Marjayoun, e com 2

oficiais da Marinha do Brasil no Quartel-general da Força, em Naqoura. Há possibilidade de incremento de mais 2 oficiais do EB, em Naqoura, no ano de 2023.

Cooperação em Defesa e Segurança

O Brasil assinou, em 2018, Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa com o Líbano. Define o documento que a cooperação entre as partes, uma vez em vigor o acordo, poderá ser conduzida por meio de visitas recíprocas, reuniões entre as instituições de defesa similares de cada Estado, intercâmbio de instrutores, visitas a navios e aeronaves militares, atividades relacionadas a serviços e equipamentos, desenvolvimento de projetos conjuntos e quaisquer atividades que possam ser de benefício para ambas as partes.

Do lado libanês, o instrumento foi aprovado pelo Parlamento por meio da lei nº 222 de 16/07/2021 e promulgado pelo decreto presidencial nº 8343 de 10/09/2021. No lado brasileiro, o acordo foi aprovado no Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 136, de 13/10/2022, e seguiu para ratificação, após o que será objeto de decreto presidencial de promulgação para incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro.

Vale ressaltar que a cooperação bilateral antecede a celebração do acordo, estando presente em iniciativas de formação de aspirantes a oficiais libaneses na Escola Naval brasileira, bem como em viagem de estudos de oficiais do Exército libanês ao Brasil, em 2018.

Para além do Acordo de Defesa, desde 2017, Brasil e Líbano vinham negociando Acordo Interinstitucional de Cooperação Policial, a ser assinado pela Polícia Federal brasileira e as Forças de Segurança Interna libanescas. O instrumento prevê o fortalecimento da cooperação no combate ao crime organizado transnacional, incluindo tráfico de entorpecentes, armas e pessoas e lavagem de dinheiro. Em 2021, alcançou-se versão final do instrumento e a embaixada em Beirute solicitou ao governo libanês a elaboração de versão em árabe do texto. O acordo agora está pendente apenas de assinatura.

Relações Parlamentares

A Câmara dos Deputados conta com Grupo Parlamentar Brasil-Líbano, criado em 1979. Na atual Legislatura, seu presidente é Ricardo Izar (PP/SP). Ademais, também é intensa a atividade do Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes, criado em 2008 e presidido, na presente Legislatura, pelo deputado David Soares (DEM/SP).

Comunidades libanesa no Brasil e brasileira no Líbano

O Brasil é lar da maior diáspora libanesa no mundo. Há divergências, mas estima-se que a comunidade de pessoas de origem libanesa no Brasil esteja entre 3 e 10 milhões.

No Líbano, estima-se que vivam aproximadamente 20 mil brasileiros.

RELACÕES ECONÔMICAS BILATERAIS

Segundo estatísticas do Ministério da Economia brasileiro, o montante da corrente comercial entre Brasil e Líbano alcançou, em 2021, US\$ 177,1 milhões, 10,6% a mais do que em 2020, com superávit de US\$ 136,5 milhões para o lado brasileiro (-11,4% em relação a 2020).

As importações brasileiras do Líbano em 2021 registraram US\$ 20,3 milhões, com +576,7% de variação em relação a 2020. Em termos de percentual do valor total importado, destacam-se adubos ou fertilizantes químicos (92%). As exportações brasileiras para o Líbano atingiram, em 2021, US\$ 156,8 milhões, diminuindo 0,2% em relação a 2020. Em termos de percentual do total exportado, destacam-se açúcares e melaços (30%); café não torrado (22%); e carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (14%).

Os dados de comércio bilateral no ano de 2021 indicam reversão da tendência de queda da corrente, observada desde 2019. Como as exportações do Brasil para o Líbano ficaram praticamente estáveis (-0,2%), a principal responsável pelo aumento da corrente foi a importação brasileira de produtos libaneses (+576,7%), fortemente beneficiada pela reativação do comércio de adubos ou fertilizantes químicos. Nesse cenário, registrou-se redução do desequilíbrio histórico na balança comercial bilateral, que aponta tradicionalmente para grandes superávits em favor do Brasil.

No tocante ao primeiro semestre de 2022, os dados do comércio bilateral indicam continuidade da tendência de aumento da corrente comercial iniciada no semestre anterior (julho-dezembro/2021), registrando o maior valor em um primeiro semestre desde 2017: US\$ 133,6 milhões, 90% a mais do que no mesmo período de 2021, com superávit de US\$ 88,4 milhões para o lado brasileiro. No tocante às importações brasileiras do Líbano, o valor chama ainda mais atenção ao registrar o pico em um primeiro semestre dos últimos 11 anos.

Acordo de Livre Comércio Mercosul-Líbano

Os países do MERCOSUL e o Líbano firmaram o Memorando de Entendimento sobre Comércio e Cooperação Econômica em dezembro de 2014, no intuito de lançar as negociações do Acordo de Livre Comércio entre o bloco e aquele país.

Em outubro de 2019, foi realizada a I Rodada de Negociações do Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Líbano. Na condição de presidente de turno do Mercosul, a delegação brasileira, composta por funcionários do MRE, do MAPA e do Ministério da Economia, coordenou a participação da delegação mercosulina. Houve sessões negociadoras dos grupos técnicos de acesso a mercados; regras de origem; medidas sanitárias e fitossanitárias; barreiras técnicas, e defesa comercial.

A delegação libanesa expressou em todos os grupos de trabalho preocupação no sentido de evitar incluir, no texto do acordo com o MERCOSUL, menções a acordos multilaterais

negociados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), da qual o país não é membro.

A rodada foi concluída prematuramente com o início da onda de protestos que levaram à queda do então primeiro-ministro Saad Hariri, no fim de outubro de 2019. A partir daí, a celeridade que caracterizou os trabalhos na I Rodada deu lugar a um processo mais lento, condicionado, em grande medida, aos desenvolvimentos internos da política e da economia libanesas, agravados pela pandemia de Covid-19, a partir de março de 2020, e pela explosão do porto de Beirute, em agosto do mesmo ano.

O Líbano deu continuidade, por troca de notas, em fevereiro de 2020, à negociação do capítulo de bens e das modalidades para o primeiro intercâmbio de ofertas, tendo enviado perguntas e propostas por intermédio de sua embaixada em Brasília.

Em dezembro de 2020 foi aprovado o documento de modalidades para o primeiro intercâmbio de ofertas, que prevê a liberalização por parte do MERCOSUL de 99% das importações originárias do Líbano e de 96% das linhas tarifárias. O Líbano, por sua vez, comprometeu-se com a liberalização de 98% das importações originárias do MERCOSUL e de 94% das linhas tarifárias.

Esforços para a realização de uma II Rodada Negociadora, em formato virtual, em outubro de 2021, não lograram sucesso. A grave crise social, econômica e política por que passa o Líbano vem impactando a capacidade de reação e a própria continuidade dos interlocutores em nível técnico, necessários ao avanço da negociação. Nesse sentido, o MERCOSUL aguarda sinalização sobre o momento oportuno para a retomada dos entendimentos com aquele país. Ao Brasil, na qualidade de coordenador pelo MERCOSUL dessa frete negociadora, caberá realizar em breve nova consulta a respeito.

O instrumento poderá contribuir para aumento das exportações agrícolas brasileiras com o parceiro, hoje aquém de seu potencial, e estimular a diversificação da pauta comercial com produtos de maior valor agregado, como máquinas e equipamentos. A negociação se beneficia da existência de relativa complementaridade econômica entre o MERCOSUL e o Líbano.

O Líbano mantém acordos em vigor com União Europeia (UE), Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e Grande Área Árabe de Livre Comércio (GAFTA), bem como instrumentos bilaterais de caráter liberalizante com numerosos países.

POLÍTICA INTERNA

A política interna libanesa tem o sectarismo confessional como eixo central. Os cargos políticos são distribuídos entre as 18 comunidades religiosas que compõem o tecido social libanês, com destaque para os cristãos maronitas, que ocupam a Presidência da República, e os muçulmanos sunitas, que ocupam a Presidência do Conselho de Ministros (equivalente ao cargo de primeiro-ministro), e xiitas, que ocupam a Presidência do Parlamento. O objetivo é preservar o equilíbrio de poder entre todos e evitar a formação de maiorias, buscando sempre decisões por consenso. De fato, os eleitores são registrados de acordo com os grupos

confessionais a que pertencem, os quais têm número de assentos pré-definidos no Parlamento, e, não raro, questões identitárias ligadas ao sectarismo podem passar à frente do debate de propostas de governo.

A Revolução de 17 de Outubro de 2019 (*Thawra*) deu início à grave crise multidimensional que o Líbano atravessa atualmente, e que tem pautado exclusivamente sua política interna. O levante popular de grandes proporções durou meses, expôs fragilidades institucionais profundas do país e gerou na população expectativa de mudanças positivas, mas terminou por provocar caos político, fuga de capitais e o desmonte de um sistema financeiro fortemente dependente da entrada de divisas. O cenário foi intensificado, em 2020, pela dupla explosão do porto de Beirute, que devastou boa parte da cidade e deixou mais de 200 mortos e 6 mil feridos; pela pandemia de covid-19; e, em 2022, e pelos efeitos da guerra na Ucrânia.

Em outubro de 2021, o acirramento das tensões desencadeou conflitos violentos nas ruas de Beirute, nos limites da antiga linha verde que separava os bairros cristãos e muçulmanos durante a Guerra Civil, no bairro de Tayouneh. De um lado, estavam militantes muçulmanos xiitas, que participavam de manifestação convocada por Hezbollah e Amal contra a condução de inquérito sobre a dupla explosão no porto de Beirute. De outro lado, grupos que, presume-se, eram apoiadores do partido Forças Libanesas (cristãos). O episódio expôs a fragilidade da situação securitária no Líbano e mostrou que a convivência inter-religiosa harmônica no país não deve ser tida como certa, especialmente em momentos de tensão exacerbada.

Diante do agravamento da crise, o governo do Líbano tem sido marcado por longos momentos de paralisação nos últimos três anos. O ex-primeiro-ministro Saad Hariri renunciou após a eclosão da Revolução de Outubro de 2019 e seu sucessor, Hassan Diab, caiu após a dupla explosão do porto da capital, em agosto de 2020. O primeiro-ministro Najib Mikati, que assumiu apenas em setembro de 2021, após treze meses de impasse, já se encontra em natureza demissionária em razão da realização de eleições parlamentares de maio de 2022 e consequente dissolução do gabinete. Em junho, Mikati foi designado pelo presidente da república para formar governo novamente, processo que segue em curso até o momento.

Eleições Parlamentares em maio de 2022

Em maio de 2022, eleições legislativas foram realizadas no Líbano. Os candidatos dos movimentos de contestação e antissistema, oriundos da Revolução de 17 de Outubro de 2019, ampliaram sua participação, mas permaneceram minoritários, com apenas 13 das 128 cadeiras. A oposição tradicional, representada sobretudo pelo partido cristão Forças Libanesas, aumentou sua presença, mas não pôde compor maioria dos assentos. O imobilismo ficou evidente com a recondução de Nabih Berri (movimento Amal, muçulmano xiita) à Presidência do Parlamento, cargo que ocupa há 30 anos ininterruptos, e, posteriormente, à indicação de Najib Mikati (Movimento Azm, sunita) ao cargo de primeiro-ministro, que já ocupava desde setembro de 2021. Note-se que, apesar da recondução ao cargo de PM, Najib Mikati e seu gabinete encontram-se em natureza demissionária até que seja formado novo governo, o que não foi possível até o momento devido à paralisação política que caracteriza o país.

Eleições Presidenciais em outubro de 2022

O ex-presidente Michel Aoun (Movimento Patriótico Livre - MPL, maronita), completou seu mandato de seis anos e deixou o cargo em 30 de outubro de 2022; desde então, a Presidência do país está vaga. Iniciou-se, em setembro de 2022, o prazo constitucional para que o Parlamento libanês eleja o próximo presidente da República. Nos termos da constituição libanesa de 1926, em sessão convocada pelo presidente do Parlamento, o presidente da República Libanesa é eleito em votação secreta por maioria de 2/3 dos votos dos parlamentares em primeiro turno. Caso o presidente não seja eleito em primeiro turno, a maioria absoluta dos votos é suficiente para eleger o presidente nos turnos seguintes. Por força do pacto nacional libanês de 1943, o presidente da República deve ser sempre cristão maronita.

A primeira sessão eleitoral realizada, em 29/09/2022, no parlamento do Líbano, para escolha do novo presidente da República, terminou sem êxito. Candidato com mais votos, o deputado Michel Moawad conseguiu somente 36 votos, longe dos 86 necessários (dois terços de 128) para conseguir eleger novo presidente. Outras sessões eleitorais têm sido realizadas no Parlamento desde então, mas sem êxito.

Com a impossibilidade de eleger novo presidente antes do fim do mandato do ex-Presidente Aoun, configura-se, no Líbano, quadro inédito de incerteza e o país entra em vácuo de poder institucional. O primeiro-ministro, substituto natural do presidente em caso de vacância, encontra-se em caráter demissionário desde as eleições parlamentares de maio último e da consequente dissolução do gabinete, podendo executar apenas atos de gestão administrativa.

POLÍTICA EXTERNA

A história do Líbano é marcada por ocupações estrangeiras e transbordamentos de conflitos regionais para o interior de seu território, de modo que as políticas interna e externa se sobrepõem com frequência. Se, na teoria, a política externa do país busca se guiar pelo princípio da neutralidade, na prática, seus dois principais grupos definem-se prioritariamente em função dos alinhamentos externos: “8 de Março” (pró-Irã e pró-Síria) e “14 de Março” (pró-Ocidente e pró-Arábia Saudita).

Israel

O Líbano não mantém relações diplomáticas com Israel. Mesmo após a retirada de suas tropas do território libanês em 2006, Israel segue ocupando áreas pleiteadas pelo Líbano, a exemplo da região conhecida por Fazendas de Chebaa. Israel alega que as Fazendas fazem parte das Colinas de Golã e seriam, assim, território cuja soberania só poderia ser definida após acordo entre Síria e Líbano.

A fronteira entre Líbano e Israel representa ponto de tensão sobretudo pela presença do braço armado do partido xiita Hezbollah na área. Tel Aviv enxerga o sul do Líbano como área de influência direta do Irã, por meio de seu aliado Hezbollah, que tem forte influência na área.

Ainda que não haja negociação de acordo de paz em curso entre Líbano e Israel e os países sigam tecnicamente em estado de guerra, podem-se identificar esforços diplomáticos pontuais entre as partes no sentido de tornar a coexistência gerenciável e evitar escalada de tensão. Nos últimos anos, diante da perspectiva de exploração de gás “offshore” por ambos os países no Mediterrâneo Oriental, decidiu-se iniciar negociações mediadas para delimitar a porção marítima da fronteira. Os esforços mais recentes do processo de negociação foram iniciados em 2020 e têm sido mediados pelos EUA e facilitados pela ONU.

Após serem interrompidos em maio de 2021 em vista de o Líbano ter passado a adotar postura maximalista baseada na linha 29, que implica adição de cerca de 1.400 km² a seu pleito original (linha 23), os esforços de negociação foram retomados em outubro de 2021 e se intensificaram no início de 2022 com a nomeação do americano-israelense Amos Hochstein como mediador-chefe pelo governo dos EUA.

Em outubro corrente, Líbano e Israel, apoiados pelos esforços de Amos Hochstein, alcançaram acordo final. Será utilizada como fronteira a chamada “linha 23” e o campo gazífero de Cana, que a atravessa, ficará sob soberania libanesa. No entanto, como parte do campo situa-se ao sul da futura fronteira marítima, Israel terá o direito a parte das compensações pela exploração naquele campo. Os EUA e a França (país sede da empresa Total, que explora o bloco onde se situa Cana) teriam se comprometido, à parte, em criar condições para que Israel receba as compensações diretamente da empresa responsável pela exploração, sem envolvimento do Líbano.

O acordo representa elemento novo capaz de operar transformação na relação de segurança entre os dois países. O risco de guerra entre Israel e Líbano (ou o Hezbollah) tende a diminuir devido aos novos interesses econômicos em comum. Os dois países deverão se coordenar, inclusive em termos logísticos, para garantir a estabilidade da região, o que cria, em termos estratégicos, interesse convergente de prevenir conflitos.

O governo norte-americano e a ONU facilitarão, ainda, negociações subsequentes, para detalhamento técnico do acordo.

Síria

Em 2022, a guerra na Síria completou 11 anos, com saldo estimado de 350 mil mortos. Os impactos do conflito no vizinho Líbano foram numerosos e muito graves. Ainda no início, integrantes das principais forças políticas libanesas adotaram, por consenso, a “Declaração de Baabda” de junho de 2012, que definiu os objetivos comuns de preservação da estabilidade no país e de dissociação em relação à crise síria. A declaração de intenções não foi suficiente e o conflito chegou, em alguns momentos, a transbordar para o território libanês. Registraram-se conflitos em Beirute, Trípoli e no Vale de Beqaa, região de fronteira com a Síria. Militantes extremistas filiados ao autoproclamado “Estado Islâmico” (EI) e à Frente al-Nusra chegaram a

atuar em território libanês, tendo sido combatidas e expulsas pelas Forças Armadas Libanesas e pelo braço armado do partido xiita libanês Hezbollah.

Estima-se que o Líbano abrigue, atualmente, quase 1,1 milhão de refugiados do conflito sírio, um acréscimo populacional significativo em país de população de cerca de 4,5 milhões de habitantes. Contemplando opositores e apoiadores do governo de Damasco, esses refugiados, somados aos quase 500 mil refugiados palestinos, têm afetado negativamente a estabilidade do país, além de representarem onerosa carga à economia local e aos recursos públicos. Note-se que a natureza sectária do Estado libanês depende da manutenção do equilíbrio religioso da população de modo a evitar que um grupo se sobreponha aos demais. A chegada do grande contingente de refugiados sírios, em sua maioria muçulmanos sunitas, gera desconforto também sob esse aspecto. Em outubro de 2022, teve início programa do governo libanês de retorno gradual e voluntário de refugiados sírios a regiões estáveis do país vizinho, o que é visto com restrições pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

A atuação do Líbano no tratamento da questão síria no âmbito multilateral tem-se caracterizado por posições moderadas, que reconhecem a gravidade da situação no país e traduzem o receio de que um ativismo internacional leve ao transbordamento da crise para os países vizinhos. Na ONU e na Liga dos Estados Árabes, em particular, o Líbano tem se abstido e apresentado ressalvas em decisões críticas ao governo sírio, defendendo solução pacífica e negociada.

Irã

O relacionamento entre Líbano e Irã tem como fio condutor principal o partido xiita libanês Hezbollah, único grupo político a preservar suas armas após o fim da Guerra Civil, em 1990. O Hezbollah tem presença armada e algum grau de controle em diferentes áreas do território libanês, sobretudo no sul e no Vale do Beqaa, na fronteira leste com a Síria. No momento mais grave da atual crise energética libanesa, em 2021, o Irã forneceu ao Líbano grandes quantidades de combustível para veículos e para o funcionamento de geradores privados.

Arábia Saudita e demais países do Conselho de Cooperação do Golfo

A Arábia Saudita e os demais países do Conselho de Cooperação do Golfo sempre representaram importante fonte de recursos para o Líbano, seja por meio de investimentos, fluxo de turistas e importações de produtos libaneses. É significativa, também, a dimensão da diáspora libanesa nos países do Golfo, a qual envia vultosas remessas para seus familiares no Líbano, alimentando a economia local com divisas. Por muito tempo, ainda, Riade apoiou figuras políticas libanesas no campo sunita. Verifica-se, contudo, tendência de distanciamento entre Arábia Saudita (e os demais países árabes do Golfo) e o Líbano desde 2017, quando do episódio controverso da renúncia do então primeiro-ministro Saad Hariri a partir de Riade. Desde então, numerosos atritos vem ocorrendo, envolvendo a proibição de turistas do Golfo de viajar ao Líbano, causando forte impacto negativo na economia libanesa; a suspensão pela Arábia Saudita de importação de frutas e legumes libaneses após identificação de carga de

drogas sintéticas (captagon) provenientes do Líbano em porto daquele reino; declarações ofensivas do ex-chanceler do Líbano, Charbel Wehbé, sobre os sauditas, referindo-se a eles como “beduínos”, e a abstenção da Arábia Saudita de ajudar financeiramente o Líbano nas recentes conferências internacionais organizadas para este fim. No episódio mais recente de atrito, em outubro de 2021, foi divulgada entrevista antiga do então ministro da informação, George Kordahi, a respeito da guerra no Iêmen, em que identifica a Arábia Saudita como agressora. Como resposta, o Reino retirou seu embaixador do Líbano e solicitou a retirada do embaixador libanês de Riade. Em solidariedade, Kuaite, Bahrein e Emirados Árabes Unidos também tomaram medidas idênticas. A Arábia Saudita ainda baniu todas as importações de produtos do Líbano enquanto os EAU aconselharam seus cidadãos a não viajarem ao Líbano.

Em abril de 2022, o embaixador da Arábia Saudita, Walid al-Bukhari, retornou para Beirute após mais de cinco meses de crise diplomática. O Kuaite seguiu a Arábia Saudita e também anunciou o retorno de seu embaixador a Beirute. Avalia-se que as eleições legislativas e presidenciais em 2022 foram fator relevante no reengajamento da Arábia Saudita com o Líbano.

França

O relacionamento entre França e Líbano tem natureza especial. Após o fim do mandato francês sobre o país levantino, em 1943, Paris manteve forte influência sobre Beirute. Foram numerosos os momentos ao longo dos anos em que a França foi acionada pelo Líbano para auxiliá-lo na superação de dificuldades. A integridade territorial e a coexistência harmônica multiconfessional no Líbano devem, na visão francesa, ser preservadas por serem essenciais à estabilidade do Oriente Médio.

Em abril de 2018, o governo francês organizou a Conferência CEDRE com o objetivo de apoiar o desenvolvimento e o fortalecimento da economia libanesa, como parte de plano abrangente de reforma e investimentos em infraestrutura. Na ocasião, o esforço francês logrou obter anúncio de US\$ 11 bilhões em doações e empréstimos de parceiros internacionais. O montante ainda não foi desembolsado por ser condicional à implementação de reformas no Estado e na economia. Desde então, outras Conferências foram organizadas por Paris para angariar apoio internacional às Forças Armadas Libanesas e ajuda humanitária ao povo libanês.

Três dias após a explosão do porto de Beirute, em agosto de 2020, o presidente francês Emmanuel Macron foi a primeira autoridade a visitar a área atingida, tendo em conta que os próprios políticos libaneses não o fizeram. Pouco mais de um mês depois, o presidente francês retornou a Beirute e reuniu na residência oficial da Embaixada da França naquela capital os principais líderes partidários libaneses, que receberam, na entrada, um plano de governo a ser adotado como condição à liberação de auxílio financeiro. Apesar de obter compromisso dos presentes, Macron não viu, até o momento, mais de dois anos depois, a classe política libanesa se mobilizar para implementar as reformas acordadas.

A primeira viagem oficial do primeiro-ministro libanês Najib Mikati foi para Paris, em setembro de 2021. Na ocasião, em encontro com Emmanuel Macron, o PM libanês reforçou a disposição do governo em fazer as reformas necessárias para promover a retomada econômica

e iniciar negociações com o FMI, condição reiteradamente exigida pela França do Líbano em diferentes foros, inclusive no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

EUA

O relacionamento entre Líbano e Estados Unidos da América é de proximidade, mas permeado por irritantes ligados à presença incontornável no país levantino do partido xiita Hezbollah, classificado pelos EUA como organização terrorista. Um exemplo do transbordamento da luta dos EUA contra o Hezbollah para suas relações com o governo libanês é o fato de o atual presidenciável Gebran Bassil, líder do Movimento Patriótico Livre (cristão) e genro do ex-presidente Michel Aoun, estar sob sanções dos EUA desde 2020, acusado de corrupção e envolvimento com o Hezbollah.

Os EUA também tiveram papel central no processo de negociação da fronteira marítima entre Israel e Líbano. Com habilidade diplomática, negociador estadunidense Amos Hochstein que nasceu em Israel, conseguiu aproximar Estados formalmente em conflito e encontrar solução diplomática para questão sensível e complexa.

SITUAÇÃO ECONÔMICA NO LÍBANO

O Líbano enfrenta, desde 2019, a mais grave crise econômica de sua história, tida pelo Banco Mundial como uma das três mais graves do mundo. A pobreza atinge cerca de 80% da população e a moeda local viu, em pouco mais de 1 ano, desvalorização de mais de 90% face ao dólar norte-americano, o que tem efeitos nefastos sobre uma economia fortemente dependente das importações, onde mais de 80% dos alimentos têm origem estrangeira. Em março de 2020, o governo anunciou a decisão de não pagar a dívida do país emitida em eurobonds em dólares norte-americanos no valor de US\$ 1,2 bilhão, colocando o país em situação de “calote” pela primeira vez na história. Desde junho de 2021, a oferta de eletricidade pela rede pública raramente ultrapassa as duas horas diárias e chega a ser nula em diversas regiões do país, deixando os usuários dependentes exclusivamente da geração de energia por meios privados (geradores individuais ou coletivos), que contam com a imprevisível disponibilidade de óleo diesel no mercado local para seu funcionamento.

Os pilares do modelo econômico libanês do pós-Guerra Civil (câmbio fixo, dependência de exportações, economia rentista e baseada em serviços) estão visivelmente desgastados, mas, segundo analistas, atores-chave públicos e privados permanecem comprometidos com a perpetuação do “status quo” no lugar de promover as reformas necessárias para a reversão do cenário.

Segundo as estimativas do Banco Mundial, o produto interno bruto (PIB) libanês contraiu 10,5% em 2021, após contração de 21,4% em 2020. Ou seja, passou de US\$ 52 bilhões em 2019 para estimados US\$ 21,8 bilhões em 2021, com contração acumulada de 58,1%, a mais acentuada dentre 193 países analisados pelo BM no período. O único

componente do PIB libanês que mostrou resultado positivo em 2021 foi o comércio de serviços, especificamente o setor de turismo, que apresentou aumento de 10,2% de janeiro a julho de 2021, provavelmente fomentado (i) pela retirada parcial de restrições de movimento associadas à pandemia de covid-19 em 2020; e (ii) pela desvalorização vertiginosa da libra libanesa, que tornou este país destino turístico de baixo custo.

No tocante à entrada de remessas de divisas, componente tradicionalmente importante do PIB libanês, registrou-se, em 2021, queda nominal em vista da perda de confiança no setor bancário libanês e do impacto negativo da pandemia de covid- 19 na economia global. Mesmo assim, estima-se que o peso das remessas líquidas no PIB libanês tenha aumentado de 10,3% em 2020 para 16,9% em 2021, como resultado, entre outros fatores, do "efeito denominador" (queda brusca no PIB).

O caos cambial em vigor no Líbano desde outubro de 2019 persiste, com a coexistência de múltiplas taxas de câmbio aplicadas de forma desordenada e arbitrária. A cotação da libra libanesa no mercado paralelo tem-se situado sempre abaixo dos 10% de sua cotação oficial, indicando consolidação da perda de 90% do valor real da moeda local face ao dólar norte-americano. Em 2021, foram retirados os subsídios cambiais que protegiam diversos produtos importados, à exceção de itens específicos, como medicamentos para tratamento de doenças crônicas. A forma descoordenada como a medida foi tomada - sem o necessário ajuste, por exemplo, em preços controlados - levou ao cenário catastrófico de escassez de combustíveis que teve seu ápice no verão de 2021. Em outubro de 2022, o governo anunciou uma maxidesvalorização do câmbio oficial, mas este permanece muito abaixo do valor praticado no mercado paralelo.

Em contexto de dependência acentuada das importações, a desvalorização vertiginosa da libra libanesa segue contribuindo para o aumento da inflação. Estima-se que o aumento de preços em 2021 tenha alcançado 145%, o terceiro índice mais alto do mundo, após a Venezuela e o Sudão. No período de janeiro a novembro, alimentos e bebidas não alcoólicas aumentaram 305,9%; transporte, 305,2%; e roupas e calçados, 324,6%.

O governo libanês continua fortemente endividado, com o índice dívida pública bruta/PIB estimado em 183% em 2021, contra 179% em 2020. Trata-se do quarto índice mais alto do mundo, atrás apenas de Japão, Sudão e Grécia.

Em abril de 2022, o FMI e o governo libanês concluíram, acordo preliminar de empréstimo de US\$ 3 bilhões em 4 anos. A aprovação, contudo, depende da implementação de requisitos do Fundo, ainda pendentes, a exemplo de aprovação de nova lei de sigilo bancário; reestruturação da dívida pública; reestruturação do setor bancário e repartição das perdas da crise; unificação das múltiplas taxas de câmbio, aprovação de nova lei de controle de capitais; de apoio de parceiros internacionais; e reestruturação do setor energético.

Cumpre notar, contudo, que o Líbano é país de dimensões reduzidas e economia extremamente dinâmica e volátil, que historicamente se comporta como caixa de ressonância dos interesses externos no Oriente Médio. Dessa forma, eventuais alterações inesperadas no contexto geopolítico regional e extra regional podem alterar de forma brusca as perspectivas econômicas hoje vigentes para aquele país. Um exemplo pode ser a conclusão recente, em

outubro de 2022, do acordo de delimitação de fronteira marítima com Israel e o possível início da exploração de hidrocarbonetos na costa libanesa no Mediterrâneo Oriental.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Assunto	Data de celebração	Status de tramitação
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação em Matéria de Defesa.	Defesa e Assuntos Militares	14/12/2018	Em ratificação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais/Especiais ou de Serviço.	Vistos e Imigração	10/07/2014	Em Vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais entre a República Federativa do Brasil e a República Libanesa	Consultas Diplomáticas	10/07/2014	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre Vistos de Múltiplas Entradas para fins de Turismo ou Negócios entre a República Federativa do Brasil e o Repúblca do Líbano	Vistos e Imigração	09/07/2014	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação na Área de Esporte	Cooperação Educacional e Esportiva	22/04/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa para Ampliação e Diversificação das Relações Bilaterais.	Relações Diplomáticas e Consulares	17/02/2004	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre o Combate à Produção, Consumo e Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas Afins	Entorpecentes	04/12/2003	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários	Sanidade Animal e Vegetal	04/12/2003	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e	Direitos	04/10/2002	Em Vigor

Título	Assunto	Data de celebração	Status de tramitação
Acordo entre o Governo da República Libanesa sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário	Humanos - Relações Diplomáticas e Consulares		
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	Direito Civil	04/10/2002	Em Vigor
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	Direito Penal	04/10/2002	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	Extradição	04/10/2002	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	Cooperação Artístico-cultural	04/02/1997	Em Vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	Transporte Aéreo	04/02/1997	Em Vigor
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre a República do Líbano e a Estados Unidos do Brasil.	Comércio	12/05/1954	Em Vigor

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Libanesa
CAPITAL	Beirute
ÁREA	10.452 km ²
POPULAÇÃO	6,7 milhões
IDIOMAS	Árabe (oficial) e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES (estimado)	54% muçulmanos (xiitas, sunitas e outros), 40.5% cristãos (maronitas, greco-ortodoxos e outros), 5.6% drusos
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista confessional unitária
CHEFE DE ESTADO	Cargo vago desde 31/10/2022
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional (Assemblée Nationale), presidida por Nabih Berri (muçulmano xiita)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Najib Mikati (muçulmano sunita)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E EMIGRADOS	Abdallah Bou Habib (cristão maronita)
PIB NOMINAL (Banco Mundial, 2021)	US\$ 18,8 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (Banco Mundial, 2021)	US\$ 2.670,40
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial, 2021)	-10,5%
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2021):	0.706 (112 ^a posição entre 191 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	79 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Libra libanesa
EMBAIXADOR NO BRASIL	Carla Jazzar (encarregada de negócios)
EMBAIXADOR EM BEIRUTE	Hermano Telles Ribeiro
COMUNIDADE BRASILEIRA	20 mil (estimado)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1876	Visita de D. Pedro II ao Líbano, então parte do Império Otomano
1880	Primeiros contingentes significativos de imigrantes libaneses chegam ao Brasil, predominantemente cristãos
1920	Abertura do consulado do Brasil em Beirute
1937	O consulado do Brasil torna-se Consulado-Geral
1945	Estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, após a independência do Líbano
1946	O Consulado-Geral do Brasil passa a Legação
1954	Visita oficial do Presidente da República Libanesa, Camille Chamoun, ao Brasil
1954	Abertura de Embaixada libanesa no Rio de Janeiro
1954	Abertura de Embaixada brasileira em Beirute
1961	Transferência da Embaixada libanesa para Brasília
1961	Abertura do consulado honorário em Trípoli, desativado em 1991 e reativado em 1994
1975	Início da Guerra Civil no Líbano, que marca também o começo de nova onda de imigrantes do país para o Brasil, desta feita com grande participação de muçulmanos
1995	Visita oficial do Primeiro-Ministro libanês ao Brasil, Rafik Hariri
1996	Visita ao Brasil do Presidente da Assembleia Nacional libanesa, Nabih Berri
1997	Visita do Presidente da República libanesa, Elias Hraoui, ao Brasil
1997	Visita do Chanceler Luiz Felipe Lampreia ao Líbano
2003	Visita de Estado do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Líbano
2003	Visita do Chanceler Celso Amorim ao Líbano
2003	Visita de Rafik Hariri, Primeiro-Ministro libanês, ao Brasil
2005	Visita do Chanceler Celso Amorim ao Líbano
2005	Visita do Primeiro-Ministro libanês, Najib Mikati, ao Brasil
2006	Visita do Chanceler Celso Amorim, ao Líbano, no contexto da guerra entre Israel e o Hezbollah
2009	Visita do Embaixador Extraordinário do Brasil ao Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto
2010	Visita de Estado do Presidente da República Libanesa, General Michel Sleiman

2011	Visita do Vice-Presidente da República, Michel Temer, ao Líbano.
2011	Inauguração do Centro Cultural Brasil-Líbano
2012	Visita do Ministro da Defesa, Celso Amorim, ao Líbano
2013	Visita ao Brasil do Cardeal Bechara Boutros Rai, Patriarca da Igreja Maronita
2014	Participação de delegação parlamentar brasileira à I Conferência sobre o Potencial da Diáspora
2014	Visita do Chanceler Gebran Bassil a Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro
2015	Participação de delegação parlamentar brasileira à II Conferência sobre o Potencial da Diáspora
2015	Visita do Chanceler Mauro Vieira ao Líbano
2016	Participação de delegação parlamentar brasileira à III Conferência sobre o Potencial da Diáspora
2016	Encontro entre os Chanceleres José Serra e Gebran Bassil à margem da AGNU
2016	Encontro do Chanceler Gebran Bassil com o Chanceler José Serra e com o Presidente Michel Temer à margem da 1ª Conferência Latino-Americana "O Potencial da Diáspora Libanesa"
2016	Visita do Ministro da Defesa, Raul Jungmann, ao Líbano
2017	Encontro do Governador do Goiás, Marconi Perillo, com o Presidente Michel Aoun durante visita de trabalho ao Líbano
2017	Participação de delegação parlamentar brasileira à IV Conferência sobre o Potencial da Diáspora, chefiada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia
2018	Visita do Chanceler Aloysio Nunes Ferreira ao Líbano
2018	Encontro do Chanceler Aloysio Nunes Ferreira com seu homólogo libanês, Gebran Bassil, à margem da 73ª AGNU
2018	Visita do Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, ao Líbano
2018	Visita do Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Marun, a Beirute
2019	Visita de Hassan Mourad, Ministro de Estado do Comércio Exterior do Líbano ao Brasil.
2019	Visita do Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a Beirute.
2019	Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, encontra-se com o Presidente Michel Aoun e visita a fragata União, nau-capitânia da Força-Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL, no Líbano.

2019	Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, chefia a delegação parlamentar brasileira na "Conferência sobre a Energia da Diáspora 2019".
2019	Encontro do Chanceler Ernesto Araújo com o então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Líbano, Gebran Bassil, às margens 74a Assembleia Geral das Nações Unidas.
2020	Visita do ex-PR Michel Temer na esteira das explosões no Porto de Beirute em agosto de 2020.

EMBAIXADA DO BRASIL EM BEIRUTE**RELATÓRIO DE GESTÃO (2020 - 2022)****EMBAIXADOR HERMANO TELLES RIBEIRO**

Transmite-se, a seguir, relatório simplificado da gestão do Embaixador Hermano Telles Ribeiro à frente da Embaixada do Brasil em Beirute, abrangendo o período de dezembro de 2020 a outubro de 2022.

I) SETOR POLÍTICO

Ao longo do período em que estive à frente da embaixada (2020-2022), o Líbano se viu fortemente impactado por uma série de crises: crescimento da dívida externa, recessão econômica, acolhimento de milhões de sírios deslocados da guerra, agitação social, moratória, confisco de poupança, explosão do porto de Beirute, pandemia de COVID-19, desvalorização, hiperinflação, corte drástico dos subsídios do Estado, paralisação progressiva dos serviços públicos, como eletricidade e saúde, onda de emigração e - neste momento - ressurgimento da cólera.

2. Na política interna, meu período à frente da embaixada coincidiu com períodos extensos de negociações em torno da formação de gabinete ministerial (entre dezembro de 2020 até setembro de 2021, e entre maio de 2022 até a presente data) e com a realização de eleições parlamentares, em maio de 2022, e eleições presidenciais, que se iniciaram em outubro de 2022. Assim, pude observar significativos rearranjos na política libanesa, como fragmentação sunita no Parlamento, crescimento da oposição aos partidos da coalizão governamental e diversidade na representação cristã. A agenda prioritária libanesa voltou-se para as negociações, exigidas pelos países desenvolvidos, em torno de reformas profundas e ações de recuperação econômica do Líbano. Na frente externa, Beirute também buscou fazer aprovar planos de retorno dos deslocados sírios: as propostas libanesas foram rejeitadas pela ONU e pelos europeus, tendo o governo ora decidido implementar o plano em entendimento direto com Damasco.

3. Em outubro de 2022, foi anunciado histórico acordo indireto, mediado pelos EUA, entre o Líbano e Israel a respeito da delimitação da fronteira marítima - o qual abre o caminho para a exploração segura de reservas petrolíferas na costa de ambos os países. Trata-se de evolução de grande significado político, apoiado publicamente pelo Brasil, haja vista seus potenciais efeitos positivos sobre a estabilidade da região e a recuperação econômica do Líbano. O acordo não constitui, porém, normalização das relações entre o

Líbano e Israel - estado não reconhecido por Beirute. Um processo de normalização requer a resolução de diferendos como o retorno dos refugiados palestinos, entre outros. Ações realizadas

4. Desde minha chegada, procurei manter diálogo com os diversos campos que compõem a complexa e fragmentada cena política partidária libanesa. Reuni-me com políticos representantes de diversas confissões religiosas e distintas linhas políticas, entre cristãos, xiitas, sunitas e drusos, pró-EUA, pró-Arábia Saudita, pró-França, pró-Síria, pró-Rússia ou pró-Irã. Em todas as oportunidades, reafirmei solidariedade do Brasil ao Líbano em meio à crise econômica persistente.

5. Encontrei-me com dois ministros de Negócios Estrangeiros e Emigrados, com quem tive oportunidade de repassar os principais temas da agenda comum, quando pude confirmar o ótimo estado das relações bilaterais. Também realizei gestões com representantes de alto escalão daquela pasta, quando pude manifestar a posição brasileira com relação à agenda bilateral e internacional.

6. Procurei manter contato com ampla gama de embaixadores residentes em Beirute e com representantes do sistema ONU. A esse respeito, lembro que vinte e seis entidades da ONU (entre agências, programas e fundos) funcionam no Líbano. A partir desses contatos, consegui colher impressões variadas sobre a situação no terreno e defender o ponto de vista brasileiro.

Dificuldades encontradas

7. Ao longo dos quase dois anos em que permaneci à frente do Posto, o Líbano apresentou gabinete ministerial totalmente funcional com plenos poderes e com reuniões regulares por somente quatro meses. Nos demais meses, ou o governo encontrou-se demissionário ou paralisado. Além disso, em meio à profunda crise econômica e social por que passa o Líbano, boa parte das instituições públicas, incluindo a chancelaria, entrou em greve total ou parcial durante esse período.

8. A política externa libanesa no período, pautada por iniciativas estruturais de recuperação econômica e questões regionais, voltou-se para países desenvolvidos e países vizinhos.

Sugestões para o novo titular

9. Em sociedade marcada pela extrema divisão político-confessional, o diálogo fluido com representantes das mais variadas tendências permite ao Brasil manter relação de confiança com todo o Líbano, independentemente de mudanças de governos. Ademais, garante à embaixada acesso a diferentes pontos de vista, que auxiliam na compreensão do complexo caleidoscópio da cena política libanesa. A continuidade do diálogo com todas as correntes político-religiosas deverá orientar a ação do próximo titular do posto.

10. O Líbano passa por momento de transição governamental, devido à eleição de um novo presidente da República (a partir de outubro de 2022) e à formação de novo gabinete ministerial, os quais serão responsáveis pela condução da política externa libanesa. Assim, poderá haver mudanças significativas a respeito do tratamento desse tema. Considero que o titular do posto deverá continuar a fomentar agenda positiva bilateral, marcada pelo histórico de amizade e apoio recíproco. Entendo ainda que, caso convidado pelo governo libanês, o Brasil poderá contribuir nas discussões a respeito de ações de recuperação econômica do Líbano e sobre a situação dos sírios no país.

II) SETOR DE DEFESA

Ações realizadas

11. Meu período no posto coincidiu com a passagem do comando brasileiro, iniciado em 2011, da Força-Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL para a Alemanha, em janeiro de 2021. Nesse contexto, busquei assegurar a manutenção de relacionamento estreito entre o Brasil e a UNIFIL. Logrou-se manter em atividade dois oficiais da Marinha do Brasil (MB) e sete oficiais do Exército Brasileiro (EB). A partir de 2023, mais dois oficiais do EB deverão integrar-se à UNIFIL. A presença de oficiais na UNIFIL representou relevante fonte de informações primárias no terreno.

12. Participei de sessões informativas trimestrais do comando da UNIFIL sobre o cumprimento dos mandatos das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) envolvendo o conflito Líbano-Israel. A partir das impressões colhidas de meus contatos, procurei subsidiar atuação brasileira no CSNU sobre o conflito Líbano-Israel e o mandato da UNIFIL.

13. Durante minha gestão, promovi avanço na negociação do Termo de Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Federal do Brasil e as Forças de Segurança Interna do Líbano, que se iniciaram em 2017. O Termo encontra-se, agora, pronto para assinatura por ambas as partes.

14. O Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em 2018, foi ratificado pelo Líbano em 2021. O Congresso Nacional aprovou-o em outubro de 2022. Avalio sua aprovação como positiva para o relacionamento bilateral na medida em que viabilizará o surgimento de novas iniciativas de cooperação entre as Forças Armadas brasileira e libanesa, especialmente após o fim do comando brasileiro da FTM-UNIFIL.

Dificuldades encontradas

15. A indústria de defesa brasileira tem pouca entrada no mercado libanês, dominado por parceiros tradicionais que doam seus armamentos e os utilizam em operações no país.

16. Devido à crise sanitária, o exercício Argonaut, realizado em Chipre, o qual simula processo de evacuação de civis do Mediterrâneo oriental, não pôde ser realizado entre 2020 e 2021, e o Posto não pôde participar do exercício realizado no começo de 2022.

Sugestões para o novo titular

17. À luz dos princípios que guiam a política externa brasileira, a manutenção de diálogo com a UNIFIL constitui atividade de interesse.

18. A ratificação iminente do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa e a provável assinatura do Termo de Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Federal e as Forças de Segurança Interna constituem oportunidades para adensamento das relações em termos de defesa, incluindo engajamento em intercâmbio e treinamento, e reengajamento na Comissão Executiva Militar do Grupo Internacional de Apoio ao Líbano.

19. Recomendo participação do Posto no próximo exercício Argonaut em Chipre.

III) SETOR CULTURAL E EDUCACIONAL

Ações realizadas

20. Ao longo de minha gestão, a Embaixada promoveu eventos e projetos em diversas vertentes culturais, dentre os quais destaco: mural de "graffiti" de amplas proporções em bairro central de Beirute, realizado por artistas brasileiros e libanês; exposição sobre viagens de Dom Pedro II ao mundo árabe em 1871 e 1876, com base nos diários de viagem do imperador, desenhos feitos por ele, cartas trocadas com amigos, registros na imprensa da época e fotos da coleção imperial; lançamento do primeiro livro de quadrinhos árabe-brasileiro, coprodução bilíngue trazendo 12 histórias inéditas de artistas brasileiros, libaneses, egípcio, jordaniano e argelino; 5^a edição do Festival de Cinema Brasileiro no Líbano (pela primeira vez ao ar livre e gratuito); e participação de pianista brasileiro no tradicional festival de música clássica Beirut Chants.

21. A unidade do Instituto Guimarães Rosa em Beirute (única no mundo árabe e única escola de idioma português no Líbano) continuou atuando intensamente na promoção da língua e da cultura brasileiras. No período de minha gestão, apesar das dificuldades da pandemia, o número de alunos dos cursos regulares de português manteve-se em patamar elevado, em torno de 130 por trimestre. Ao longo de 2022, ao mesmo tempo em que se logrou retomar paulatinamente as aulas presenciais, o ensino remoto se manteve, favorecendo o acesso ao ensino do português brasileiro. No trimestre corrente, dos 160 alunos dos cursos regulares, 47 cursam presencialmente e 113, remotamente (dos quais 38 vivem em Beirute, 55 em outras cidades libanesas e 20 em outros países).

22. Quanto à cooperação educacional e acadêmica, logrou-se renovar acordo com a Lebanese University, maior universidade pública do país, para receber um futuro leitor Guimarães Rosa. Adicionalmente, envidei esforços pessoais para promover contatos entre professor da prestigiosa American University of Beirut e pesquisadores brasileiros, que pretendem trabalhar juntos no projeto "Lebanon Abroad", com vistas a melhor compreender e quantificar as migrações do Líbano para a América Latina. Na fronteira entre cultura e educação, a Embaixada promoveu eventos virtuais com o Grupo de

Estudos e Pesquisa sobre o Oriente Médio (GEPOM), formado por pesquisadores brasileiros, abordando temas como a representação da diáspora árabe na literatura brasileira e as viagens de Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade ao Oriente Médio.

Dificuldades encontradas

23. Apesar dos laços históricos que unem Brasil e Líbano, ainda há lacunas de conhecimento sobre nossa língua e nossa cultura, mesmo entre aqueles com ascendência e/ou nacionalidade brasileira.

24. Além da pandemia de COVID-19, que impôs limitações às atividades presenciais ao redor do mundo, a crise multidimensional que o Líbano atravessa também impactou direta e profundamente os trabalhos do setor cultural e educacional do Posto. Observei dificuldade de deslocamento de público e alunos devido a altos custos da gasolina; menor predisposição a sair de casa devido à crescente insegurança (falta de iluminação pública, aumento da violência urbana); diminuição de influxo de turistas e de visitas da diáspora libanesa ao país (os quais também constituem potencial público para eventos culturais); grande emigração de profissionais do setor artístico, inclusive aqueles que atuavam como "performers" e professores de capoeira, dança e música brasileiras no IGR-Beirute; dificuldades para conexão em eventos virtuais devido à falta de energia elétrica e de serviços de internet de qualidade; fechamento de negócios e consequente diminuição de disponibilidade, diversidade e qualidade de prestadores de serviços para eventos; e aumento de preços de insumos em razão da inflação e da dependência libanesa de importações. Mais do que isso, permeia a sociedade libanesa atual uma sensação geral de desânimo com o futuro, a qual claramente impacta sua participação em eventos culturais em geral.

25. A situação no Líbano parece afetar também o interesse de profissionais brasileiros de virem para cá, como revela a falta de candidatos para o programa Leitorado 2022. Estudar no Brasil é desafio para estudantes libaneses, como demonstrou a ausência de inscritos no edital do PEC-G em 2022. Diante de dificuldades como a barreira linguística, a distância geográfica e a ausência de bolsas de estudo, os estudantes libaneses preferem optar por outros destinos.

26. Finalmente, o déficit de professores limita a expansão do ensino do português no Líbano. O número de professores do IGR-Beirute caiu de 6 para 4 desde o início da pandemia, não tendo sido autorizado o preenchimento das vagas. Sem mais professores, o posto não logra atender à demanda de alunos por cursos regulares e especiais, nem executar atividades fora de Beirute, como a promoção do português como língua de herança no Vale do Bekaa, local de concentração de comunidade líbano-brasileira. Mesmo fora dos quadros do IGR, são poucas as pessoas qualificadas para ensinar português no Líbano, tendo diversas delas emigrado devido à crise no país.

Sugestões para o novo titular

27. Seria oportuno continuar a promover com regularidade o festival anual de cinema brasileiro, um dos eventos de maior sucesso de público e repercussão na mídia local. Se possível, recomendo que o ingresso seja mantido gratuito, devido à crise no Líbano. Além do cinema, a gastronomia e a música são algumas das áreas com potencial de atrair o público libanês geral e que poderiam ser mais exploradas.

28. As parcerias com instituições culturais libanesas como curadoras, coproductoras ou sede de eventos merecem ser mantidas e reforçadas, como forma de proporcionar maior diálogo com a cultura local e de aproveitar-se da penetração que esses parceiros já possuem junto ao público. Ampliar a participação de artistas brasileiros em festivais consagrados no Líbano ajuda a reduzir custos para o Posto e elevar o impacto das ações.

29. A parceria com o Grupo Amizade Brasil no Oriente Médio revela-se chave para manter conexão da comunidade brasileira com a língua e as tradições de nossa cultura, por meio, por exemplo, do apoio à organização de festas populares nacionais. A capilaridade do grupo permite alcançar público que muitas vezes não vem ao IGR-Beirute ou a atividades na capital.

30. Quando possível, seria interessante retomar aulas de música, dança e capoeira no IGR de forma regular. Além de expandir o conhecimento sobre nossa cultura e formar público para os eventos do posto, alunos mais avançados podem mesmo tornar-se parceiros e prestadores de serviço, ajudando a combater o presente déficit (por exemplo, alunos de percussão podem apresentar-se em desfile de carnaval e outros eventos). Buscar preencher vagas de professor no IGR seria importante para permitir expandir as atividades de promoção da língua portuguesa dentro e fora de Beirute.

31. Por fim, sugiro acompanhar atentamente o desenvolvimento do projeto de pesquisa "Lebanon Abroad", que pode ajudar a preencher lacunas de conhecimento sobre as relações Brasil-Líbano e fortalecer a cooperação acadêmica entre os dois países.

IV) SETOR CONSULAR

32. O fato de o Brasil abrigar a maior diáspora libanesa no mundo, que se estima entre 4 e 10 milhões de pessoas, combinado ao considerável tamanho da comunidade brasileira residente no Líbano, tornam o setor consular da Embaixada em Beirute um dos mais demandados e sensíveis da rede do Itamaraty.

33. A essa característica estrutural, somaram-nos, durante minha gestão, desafios derivados da crise multidimensional que atravessa o Líbano. Como resultado, o país do Cedro vive, hoje, nova onda de emigração. Pesquisas estimam que mais de 60% dos libaneses almejam deixar o país e que o número de emigrantes aumentou 4,5 vezes entre 2020 e 2021.

34. Esse quadro emergencial elevou drasticamente a demanda por serviços consulares brasileiros em Beirute, acrescentando-lhe sentido de urgência para a emissão de

documentos de viagem e de atos notariais e de registro civil. Em particular, uma vez que importante parcela da população libanesa possui forte vínculo familiar com o Brasil, multiplicaram-se os pedidos de vistos para o Brasil.

Ações realizadas

35. Sob minha gestão, a Embaixada emitiu mais de 12,2 mil emolumentos consulares, o que inclui vistos, passaportes e atos de registros civil e notarial. Em 2022, somou-se o reforçado trabalho de orientação para alistamento e regularização eleitoral e a organização dos dois turnos das eleições presidenciais, que tiveram o maior número de votantes jamais registrados nesta jurisdição.

36. Estima-se em mais de 21 mil pessoas o tamanho da comunidade brasileira no Líbano. Trata-se de uma das maiores comunidades com nacionalidade estrangeira entre os países extrarregionais aqui presentes.

37. De dezembro de 2020 a outubro de 2022, a Embaixada emitiu mais de 1.250 registros civis (nascimento, casamento e óbito); expediu mais de 3.500 passaportes diversos; além de ter autorizado mais de 6.100 atos notariais diversos. Cerca de um terço da comunidade brasileira no Líbano reside no Vale do Bekaa. Destaque-se o trabalho desenvolvido pelo Consulado Honorário do Brasil em Kab Elias, no Vale do Bekaa, que apoia os trabalhos do Posto no recebimento e encaminhamento de documentos e na atuação e interlocução necessária para os casos de assistência consular.

38. Durante o período mencionado, o Consulado Honorário em Kab Elias recebeu, em suas dependências, 5.388 visitas, o que justifica sua importância e presença naquela região. Em contexto de crise energética e subida vertiginosa no preço dos combustíveis, a proximidade dos serviços consulares ao consulente no Bekaa é de vital importância.

39. Em 2022, realizaram-se os dois turnos das eleições presidenciais, que aqui contou com número recorde de eleitores. Dos 6.340 eleitores aptos a votar, comparecerem, no 1º turno, 1.946 eleitores em Beirute e 1.022 em Kab Elias, no vale do Bekaa. A Embaixada montou 9 seções eleitorais, das quais seis localizadas na sede do Setor Consular, em Sin El Fil, e três localizadas no Consulado Honorário, que apoiou determinantemente o Posto no evento. A logística do pleito envolveu 118 pessoas, entre servidores, funcionários locais, voluntários, forças de segurança e socorristas.

40. A prestação de assistência consular foi outro aspecto do trabalho dedicado e com sentido de urgência desenvolvido durante minha gestão. Entre finais de 2020 e outubro de 2022, contabilizaram-se mais de 110 casos de assistência prestada. Tais casos envolveram, entre outras ações, visitas regulares a presos brasileiros e atuação na repatriação de pelo menos cinco ex-detentos.

41. Em relação ao atendimento consular em geral, o Posto atuou na adoção de novas ferramentas para aperfeiçoá-lo e melhor priorizar os casos comprovadamente

emergenciais. Ao longo de 2021, implantou-se o sistema e-consular de agendamento, serviço digital que demandou campanha de esclarecimento junto aos consulentes sobre o acesso e uso já que, como mencionado, muitos não falam português ou mesmo têm dificuldades com o inglês ou francês e com o manejo de ferramentas digitais.

42. O Posto atendeu crescente número de estrangeiros, especialmente para concessão de vistos a libaneses e a nacionais de terceiros países. A busca por visto para acolhida humanitária para pessoas afetadas pelo conflito na Síria também gerou crescente pressão sobre a área de vistos. Entre dezembro de 2020 e outubro de 2022, foram emitidos mais de 1.360 vistos, em sua maior parte destinados a visita ou reunião familiar, ademais dos mencionados vistos de acolhida humanitária.

Principais dificuldades encontradas

43. As crises que se sobrepunderam no Líbano durante minha gestão geraram demanda substancial por serviços consulares e incrementaram o número de casos que requereram apoio dada a situação de vulnerabilidade. Em relação à COVID-19, o Setor Consular teve de suspender ou limitar o atendimento por longo período, sem, no entanto, deixar de priorizar casos emergenciais. Os mais longos períodos com restrição ao atendimento ocorreram durante três meses em 2020 e uma semana em agosto de 2021. Em outras ocasiões, os trabalhos tiveram de ser suspensos por identificação e rastreamento de casos de COVID. Durante importante parte de 2021, ademais, a equipe trabalhou em turnos, de modo a cumprir a normativa sanitária local. O represamento da demanda gerada por meses de fechamento, impactou sobremaneira a rotina consular.

Sugestões para o novo titular

44. Os efeitos da crise libanesa deverão continuar a ser sentidos na área consular, possivelmente com ainda mais ênfase. O adequado atendimento de toda a demanda por serviços depende da constante atenção sobre seus recursos humanos.

45. Igualmente, sabendo da dinâmica intensa e extenuante que permeia a área, proponho que diplomatas lotados nesse setor possam alternar funções e migrar a outro setor após dois anos de exercício, se assim o desejarem.

46. A deterioração das condições de vida e o aumento da criminalidade nacional demonstram que o Líbano merece maior atenção em segurança. Os últimos acontecimentos fazem com que o Líbano intensifique sua posição como polo de emigração, inclusive irregular. Há de se continuar buscando, portanto, a criação em Beirute de uma adidânciada policial, que aqui teria extensa agenda de trabalho e poderia aportar valoroso apoio ao setor consular, auxiliando-o nas questões securitárias e legais.

47. Recomenda-se, por fim, concluir processo de contratação de assessor jurídico específico para apoio no manejo da legislação local e seus efeitos sobre os serviços consulares em geral, aspecto premente no contexto da complexa realidade libanesa.

V. SETOR ECONÔMICO, COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS

Ações realizadas

48. Durante minha gestão, aprofundou-se a crise multidimensional do Líbano, que o Banco Mundial (BIRD) descreveu como uma das três piores já enfrentadas por um país "nos últimos 150 anos". O BIRD estima que o PIB do Líbano tenha retraído 60% entre 2019 e 2021.

49. Os efeitos da crise sobre a economia libanesa são graves e variados. A libra libanesa, que desde 1997 foi fixada em LBP 1.507,50/USD, perdeu cerca de 95% de seu valor no mercado paralelo. A partir do final de 2021, o governo passou a suprimir os subsídios que oferecia a setores como o farmacêutico e o de combustíveis, o que aumentou a pressão inflacionária. Como o Líbano importa grande parte dos bens que consome (cerca de 80%), incluindo a quase totalidade de seus recursos energéticos, a desvalorização da moeda nacional concorreu para um salto no nível interno de preços. Em 2021, a inflação libanesa atingiu o recorde de 154,8%, com previsão de atingir 178% em 2022, a maior registrada no mundo.

50. Como era de se esperar, os altos índices de inflação e desemprego, que atingiu 29,6% da PEA em janeiro de 2022, causaram rápida degradação das condições de vida no Líbano. Em setembro de 2021, relatório de agência da ONU estimava que cerca de 80% da população vivia em "pobreza multidimensional", sem acesso a serviços básicos como saúde, educação e energia elétrica. Exemplo dessa situação, a companhia estatal de energia "Electricité du Liban" (EDL) gera uma a duas horas por dia de eletricidade. A população mais abastada recorre a geradores privados, importados, movidos a diesel e poluentes, para suprir suas necessidades diárias. A crise provoca nova onda de êxodo da população libanesa para o exterior. Em particular, foge a mão-de-obra especializada ("brain drain"), como médicos e engenheiros, causando raro fenômeno de decréscimo demográfico entre 2020 e 2021.

51. Houve a assinatura, em abril de 2022, de pré-acordo entre o Líbano e o FMI sobre empréstimo de emergência ao país no valor de USD 3 bilhões. O FMI exige a adoção de um ambicioso programa de reformas estruturais (com o qual o governo atual se diz comprometido), que inclui unificação de taxas de câmbio, liberação de remessas cambiais, sigilo bancário, fim de subsídios, adoção de orçamento público confiável, entre outros.

52. A economia libanesa carece estruturalmente de capacidade de geração de riqueza interna. As exportações do país tendem a ficar abaixo de 10% do total de importações. As remessas recebidas da diáspora no exterior são importantes, chegando a US\$ 6,5 bi. No longo prazo, a esperança de fortalecimento da economia se concentra na exploração de hidrocarbonetos no campo "offshore" de Qana, objeto do histórico acordo de delimitação marítima celebrado indiretamente com Israel, com mediação dos EUA, em 2022. O setor

de turismo igualmente surge como fonte de novo ímpeto: o verão de 2022 viu a chegada do primeiro fluxo de turistas após a pandemia global.

53. O intercâmbio comercial Brasil-Líbano é caracterizado por superávits crônicos a favor do País. Em 2021, o Brasil exportou US\$ 156,8 milhões do Líbano e importou US\$ 20,3 milhões. O Brasil se destaca como um dos principais fornecedores do Líbano de bens agropecuários, em especial carne bovina (refrigerada e congelada), açúcar e café. As importações brasileiras provenientes do Líbano, por sua vez, concentram-se em adubos e fertilizantes químicos (mais de 90%), a maior parte fabricada em outros países.

54. Durante minha gestão, instruí o setor de promoção comercial do Posto a priorizar a produção de inteligência comercial, no entendimento de que poderia fornecer subsídios valiosos ao exportador brasileiro sobre as oportunidades existentes no Líbano. Durante o período em questão, foram produzidos três estudos de mercado, abrangendo setores como: pedras preciosas, metais e suas obras; veículos automóveis e autopeças; e produtos farmacêuticos.

55. Em vista da importância do agronegócio para o comércio bilateral, o Posto dedicou atenção especial à habilitação de empresas brasileiras para exportar produtos de origem animal ao Líbano (atualmente, um terço dos 540 estabelecimentos estrangeiros habilitados no Líbano são brasileiros) e à negociação de certificados sanitários internacionais. Destaco, em particular, o apoio da Embaixada à visita do diretor-geral do Ministério da Agricultura libanês ao Brasil, em julho de 2022, que contribuiu para a construção de confiança entre o agronegócio nacional e os importadores libaneses. Além disso, o Posto realizou monitoramento do noticiário libanês sobre matérias que envolvessem o agronegócio brasileiro.

56. Em relação a investimentos brasileiros no Líbano, desde que assumi a Embaixada debrucei-me sobre o caso da represa de Janna, obra a cargo da construtora brasileira Andrade Gutierrez/Zagope. O posto buscou, dentro dos limites legais, a solução de contencioso resultante da falta de pagamento por parte do cliente libanês, a estatal Empresa de Águas de Beirute e Monte Líbano (EEBML), ligada ao Ministério da Energia e das Águas. A dramática situação orçamentária do governo libanês, contudo, representou obstáculo à solução do impasse. Hoje, a obra se encontra paralisada, sem que se tenha logrado negociação de acordo de suspensão.

57. Busquei estreitar o relacionamento da Embaixada com agremiações empresariais destinadas a intensificar o fluxo de comércio e investimentos entre Brasil e Líbano, tais como o Conselho Empresarial Brasil-Líbano (CELB), a Câmara de Comércio Brasil-Líbano de São Paulo (CCBL-SP) e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), no espírito de compartilhamento de informações de natureza comercial e de auxiliar na divulgação de eventos. O Posto também manteve diálogo constante e fluido com a Apex-Brasil, sobretudo por meio do seu escritório em Dubai.

Dificuldades encontradas

58. Em razão de suas dimensões reduzidas, da distância geográfica e do idioma, o Líbano é considerado pelo exportador brasileiro um mercado não-óbvio. Neste momento, a gravíssima crise econômica que o país enfrenta também contribui para excluí-lo do rol de mercados de interesse de grande parte do empresariado brasileiro.

59. Cabe ressaltar que o montante de exportações brasileiras em 2021 representa metade daquele registrado em 2019 (US\$ 293,21 mi), queda motivada pelos efeitos da pandemia global e da crise multidimensional libanesa, que restringiu o acesso do importador a divisas. Por outro lado, a corrente comercial bilateral vem-se recuperando progressivamente: no primeiro semestre de 2022, aumentou 90% com relação ao mesmo período de 2021, tendo as exportações brasileiras para o Líbano aumentado 60% e as importações, 2.160%, alcançando o maior valor em um primeiro semestre em 11 anos.

60. Finalmente, a grave crise orçamentária do governo libanês e as condições precárias de funcionamento da administração pública, inclusive com longa greve do funcionalismo em 2022, representou grave obstáculo ao avanço da negociação do Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Líbano. Destaco, no entanto, realização da reunião "online" do Grupo Técnico de Bens em junho de 2021, com apresentação da proposta de "template" de ofertas pelo Mercosul, bem como reuniões que mantive, em outubro e novembro de 2021, com autoridades libanesas com vistas a avançar a realização da II Rodada de Negociação do ALC.

Sugestões para o novo titular

61. Infelizmente, a persistência da crise multidimensional do Líbano continua a prejudicar o desempenho da economia do país e, consequentemente, comprimindo a demanda agregada do setor importador. No tocante ao objetivo de defender as exportações do Brasil ao Líbano, seria importante buscar identificar as transformações que o comércio exterior do país sofreu ao longo da crise, tais como: o deslocamento de comércio provocado pela queda do poder de compra da população; os meios de pagamento disponíveis aos importadores libaneses; e analisar a possibilidade de o Brasil oferecer garantias adicionais de crédito aos exportadores de bens para o país, de forma a estimular o incremento do comércio bilateral.

62. Paralelamente, recomendo que o setor de promoção comercial (SECOM) estreite suas relações com importadores de bens brasileiros, em especial daqueles de produtos agropecuários, câmaras de comércio e autoridades governamentais, de modo a conhecer as potencialidades e eventuais dificuldades que as empresas enfrentam em seus negócios com o País e, dessa forma, buscar atuar para dirimi-las, sempre no âmbito das competências do Posto.

63. Por fim, sugiro manter a coordenação existente entre o Posto e o escritório da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) em Dubai, a fim

de promover a participação brasileira em feiras no Golfo a empresários libaneses que viajam para lá.

VII) SETOR DE COOPERAÇÃO

Ações realizadas

64. Em vista da deterioração da situação econômica e humanitária no Líbano, a cooperação com este país mereceu grande atenção tanto do governo brasileiro, quanto da comunidade de origem libanesa no Brasil.

65. No período de dezembro de 2020 a setembro de 2022, foram concluídas as seguintes iniciativas de cooperação humanitária entre Brasil e Líbano: doação de US\$ 171 mil em medicamentos, insumos e equipamentos médicos para combate à COVID-19; apoio a doação privada de medicamentos para o Exército libanês; doação de 4 mil toneladas de arroz pelo governo brasileiro ao Alto Comitê de Socorro (HRC) do governo libanês, no valor de cerca de US\$ 2 milhões; doação de USD 54 mil do governo brasileiro ao Ministério da Saúde do Líbano em suprimentos e equipamentos médicos para o combate a COVID-19, entre outras iniciativas.

66. No que tange à cooperação técnica, desenvolve-se desde 2019 projeto na área de agricultura orgânica. Com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Ministério da Agricultura libanês, profissionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFFRJ) e da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), transmite conhecimento técnico a agricultores libaneses de modo a aprimorar técnicas de agricultura sustentável e certificação orgânica.

67. Em junho de 2022, foi encaminhada à chancelaria libanesa nova proposta de Acordo Básico de Cooperação Técnica que proporcionará um quadro institucional em que a cooperação técnica entre os dois países poderá desenvolver-se.

Dificuldades encontradas

68. Em parte devido às dificuldades de organização derivadas da crise libanesa, seguem pendentes três projetos de cooperação humanitária bilateral aprovados por emenda parlamentar do Congresso Nacional por ocasião da explosão do porto de Beirute em agosto de 2020, a saber: (i) criação de resiliência a desastres em ambiente urbano; (ii) prevenção de incêndios e gestão de riscos e de desastres; e (iii) cooperação bilateral nas especialidades médicas de traumatologia e de ortopedia. O Posto envidará esforços juntamente aos parceiros libaneses e à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para avançar com os projetos.

Sugestões ao novo titular

69. Recomendo a realização de consulta junto ao governo libanês e a entidades da sociedade civil, a fim de melhor conhecer as necessidades do Líbano por doações e cooperação técnica e, desse modo, tornar a cooperação prestada mais efetiva.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DA EMBAIXADA DO BRASIL EM BEIRUTE

**Candidato: EMBAIXADOR TARCÍSIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES
COSTA**

PERFIL DO CANDIDATO

Nascido em Recife, em 1960, Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa é Ministro de Primeira Classe na carreira diplomática e doutor em teoria política pela Universidade de Cambridge.

Ao longo de sua carreira, Tarcísio Costa serviu na Embaixada no Reino Unido, no Consulado-Geral em São Francisco e, como Ministro-Conselheiro, nas Representações Diplomáticas brasileiras na Espanha e na Itália. Entre as funções exercidas no Brasil, integrou a assessoria diplomática do gabinete do Presidente da República (1999-2002), chefiou o Departamento da América do Sul Setentrional e Ocidental do Itamaraty (2016-2018) e foi Chefe da Assessoria de Imprensa do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2018). Exerce desde 2019 o cargo de Cônsul Geral do Brasil em Londres.

Tarcísio Costa lecionou na Universidade de Brasília e no Instituto Rio Branco, onde também foi membro da banca do Curso de Altos Estudos. Foi Visiting Scholar na Universidade de Stanford e fez pós-doutoramento no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Tarcísio Costa é casado e tem dois filhos.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Manter, cultivar e adensar os vínculos históricos de amizade entre Brasil e Líbano, em benefício da população brasileira. Buscar oportunidades de entendimento, diálogo e cooperação entre Brasil e Líbano, levando-se em conta o contexto libanês marcado pela imprevisibilidade e pela atual crise multidimensional – com desvalorização intensa da sua moeda, empobrecimento da população, imobilidade política e presença maciça de deslocados e refugiados.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar ações que promovam as diretrizes da política externa brasileira nas relações bilaterais com o Líbano sempre em atenção ao imperativo do desenvolvimento nacional, da paz e segurança internacional, da promoção da cultura brasileira e dos valores constitucionais, e da defesa dos interesses do Brasil e dos nacionais no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Promover produtos e serviços brasileiros no Líbano.
2. Ampliar a parceria política bilateral, ampliando a influência do Brasil em processos decisórios internacionais, incluindo em organismos dedicados à paz e à segurança internacional no Líbano.
3. Promover a imagem e cultura do Brasil no Líbano e estimular o intercâmbio educacional e acadêmico entre Brasil e Líbano.
4. Prover serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro no Líbano.
5. Promover a cooperação com o Líbano.

METAS E INDICADORES DO POSTO**OEP 1. Promover produtos e serviços brasileiros no Líbano****METAS PRIORITÁRIAS NA GESTÃO DO CANDIDATO:**

1. Contribuir para a conclusão do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o MERCOSUL e o Líbano, cujas negociações tiveram início em 2014, identificando possíveis aliados no governo libanês e estimular a realização de reuniões entre os interlocutores relevantes com vistas à retomada das tratativas.
2. Preservar o papel do Brasil de importante fornecedor de bens agropecuários para o Líbano, estreitando relações junto a importadores e consumidores libaneses, identificando possíveis problemas e realizando iniciativas de promoção do agronegócio no sentido de manter o País como importante peça da segurança alimentar no Líbano no fornecimento de carne bovina e avícola, açúcar, soja, milho e café, dentre outros produtos.
3. Defender habilitação de empresas brasileiras para exportar ao Líbano, assim como a negociação bilateral de Certificados Sanitários e Zoosanitários Internacionais.
4. Contribuir para a abertura de novos nichos para produtos brasileiros no Líbano, em especial de bens manufaturados, encomendando estudos de mercado, analisando as mudanças na dinâmica do comércio exterior libanês e aproximando-se de entidades como as Câmaras de Comércio, Indústria e Agricultura das províncias libanesas.
5. Reforçar o diálogo e a cooperação com as entidades empresariais associadas ao comércio bilateral, incentivando atividades de entidades como as Câmaras de Comércio Brasil-Líbano em São Paulo e no Rio de Janeiro, a Câmara de Comércio Brasil-Países Árabes, o Conselho Empresarial Brasil-Líbano e as Câmaras de Comércio, Indústria e Agricultura das províncias libanesas no sentido de estabelecer parcerias.
6. Apoiar o encaminhamento da questão da construção da barragem de Janna, resultante da falta de pagamento por parte do cliente libanês, a estatal Empresa de Águas de Beirute e Monte Líbano (EEBML), ligada ao Ministério da Energia e das Águas, à construtora Zagope/AG.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de relatórios de acompanhamento da economia libanesa, inteligência comercial, balança comercial;
2. Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio;
3. Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial, de empresas brasileiras e libanesas, bem como de associações setoriais, federações regionais, confederações, da Apex-Brasil e outras entidades do setor privado;
4. Número de gestões da Embaixada para a promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, sob forma de publicações, mídia social, entrevistas, palestras, painéis, ou outro formato;

5. Número de encontros com representantes do governo do Líbano para tratar de temas econômicos.

OEP 2. Ampliar a parceria política bilateral

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Valorizar, em todas as oportunidades, as relações de amizade com o Líbano, amparada em vínculos históricos e na ampla, diversificada e densa presença da migração libanesa na vida nacional, bem como ressaltar a comunhão de valores e princípios entre Brasil e Líbano, baseados no respeito ao Direito Internacional, na diversidade, no diálogo e na tolerância.
2. Administrar e ampliar o diálogo com diversos representantes do Líbano, levando-se em conta a diversidade política-confessional libanesa.
3. Administrar e ampliar a interlocução entre as duas Chancelarias e, em particular, ativar o mecanismo de consultas políticas, caso haja oportunidade.
4. Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral, de acordo com interesses mútuos e no princípio da cooperação entre os povos.
5. Recomendar e apoiar visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Líbano e vice-versa, sempre que solicitado.
6. Acompanhar e informar oficialmente sobre a situação política no Líbano e a dinâmica política regional, de acordo com o princípio da solução pacífica de conflitos e o imperativo do desenvolvimento nacional.
7. Defender as posições brasileiras em apoio da estabilidade política do Líbano, da resolução pacífica de controvérsias entre Líbano e Israel, valorizando o histórico acordo de 2022 de delimitação de fronteira entre aqueles dois países e de exploração petrolífera off-shore.
8. Informar sobre as atividades da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) que conta historicamente com participação militar brasileira.
9. Realizar visitas junto aos órgãos das Nações Unidas presentes no Líbano, reunindo mais de 26 instâncias (entre agências, programas e fundos), de modo a averiguar a situação do Líbano e região, e apoiar ações da ONU de acordo com os interesses comuns de Brasil e Líbano.
10. Alertar e preparar planos sobre riscos de conflito, assim como suas consequências humanitárias no Líbano e na região, bem como para os cidadãos brasileiros
11. Buscar o apoio do governo libanês a posições brasileiras em foros multilaterais

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de expedientes produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa do Líbano;
2. Número de reuniões e de gestões realizadas com representantes da Chancelaria libanesa;

3. Número de reuniões e de gestões realizadas com representantes da ONU, do governo, de partidos, da chancelaria, do parlamento, da academia e da sociedade civil;

4. Número de acordos e instrumentos negociados entre Brasil e Líbano, de visitas oficiais apoiadas, após manifestação de vontade das partes, de gestões realizadas em prol da estabilidade política libanesa, de gestões com representantes do governo do Líbano em prol de candidaturas brasileiras e iniciativas de interesse brasileiro em foros multilaterais.

OEP 3. Promover a imagem e cultura do Brasil no Líbano e estimular o intercâmbio educacional e acadêmico

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Planejar e executar eventos que promovam a diversidade das expressões culturais brasileiras, dentro e fora do Instituto Guimarães Rosa (IGR) em Beirute;
2. Propiciar intercâmbio, colaboração e/ou cocriação entre artistas e agentes culturais brasileiros e libaneses;
3. Reforçar a imagem da Embaixada e do IGR-Beirute como entes culturais relevantes na cena libanesa, incentivando participação nos cursos regulares de língua portuguesa
4. Acompanhar e apoiar processo de seleção de Leitores Guimarães Rosa para o Líbano.
5. Divulgar e estimular participação de estudantes libaneses no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG); e
6. Acompanhar e apoiar, no que couber, a cooperação acadêmica entre instituições brasileiras e libanesas.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de eventos e projetos culturais em geral;
2. Número de atividades de intercâmbio, colaboração e /ou cocriação entre agentes culturais brasileiros e libaneses;
3. Horas de treinamento para professores de português do IGR-Beirute;
4. Quantidade de produtos resultantes de atividades de cocriação;
5. Menções a eventos e projetos culturais nas mídias locais.

OEP 4. Prover serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro no Líbano

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Apoiar a grande comunidade de brasileiros residentes no Líbano, inclusive os binacionais, dando continuidade aos esforços para facilitar o acesso do nacional à prestação da assistência consular.
2. Adequar os recursos humanos do setor consular para fazer face ao aumento da demanda por serviços consulares no quadro da crise multidimensional libanesa.
3. Unir o setor consular do Posto, remanescente do antigo Consulado-Geral do Brasil em Beirute, e a sede da Embaixada em um único local.

4. Atentar para a importância de orientar a aprovação dos atos consulares ao imperativo de prevenir migração irregular e atividades ilícitas no território brasileiro.
5. *Contribuir para a criação* em Beirute de uma adidânciá policial, encarregada de auxiliar nas questões securitárias e legais.
6. Concluir processo de contratação de assessor jurídico específico para apoio no manejo da legislação local e seus efeitos sobre os serviços consulares em geral, aspecto premente no contexto da complexa realidade libanesa.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de atos consulares, de reclamações por meio da Ouvidoria Consular, bem como grau de implementação dos projetos de criação da Adidânciá Policial e de unificação das sedes do setor consular e da Embaixada.

OEP 5. Promover a cooperação com o Líbano

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para a conclusão satisfatória das iniciativas de cooperação humanitária bilateral em andamento, em estreita coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e com os interlocutores relevantes libaneses.
2. Consultar o governo libanês no sentido de conhecer as demandas mais prementes do país por doações e/ou iniciativas de cooperação técnica, de modo a facilitar a prestação da mesma e identificar com mais presteza interlocutores locais para as referidas iniciativas.
3. Contribuir para a assinatura de novo Acordo Básico de Cooperação Técnica, cuja proposta brasileira foi enviada em junho de 2022 à parte libanesa.
4. Acompanhar a implementação do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, assim que o acordo for ratificado por Brasil e Líbano
5. Promover a cooperação policial com base no Termo de Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Federal do Brasil e as Forças de Segurança Interna do Líbano, assim que o instrumento for assinado pelas partes.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões, organizadas pela ou com a participação da Embaixada, com autoridades do governo libanês, da sociedade civil do Brasil e do Líbano;
2. Número de novos acordos bilaterais assinados sobre cooperação;
3. Número estimado de pessoas beneficiadas pelas doações e/ou projetos concluídos de cooperação.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

RELATÓRIO N° , DE 2022

SF/22303/25386-42

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 78, de 2022, da Presidência da República (nº 399/2022, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.*

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

Chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Senhor TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata. Também foram juntados o Relatório de Gestão do Chefe de Posto ao final da missão (em atendimento ao item IV do art. 383, do Regimento Interno e à Decisão do Plenário da CRE, de 14/05/2015) e o Planejamento Estratégico para o posto de destino (Ato nº 1/2021-CRE, aprovado em 06/07/2021).



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

O indicado é filho de Cícero Ferreira Fernandes Costa e Aurenívea Lima Ferreira, e nasceu em 14 de abril de 1960, em Recife – PE.

SF/22303/25386-42

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1985); de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1993); e de Altos Estudos (2007). Na área acadêmica, é mestre em Teoria Política pela Universidade de Cambridge, Inglaterra (1992). Na mesma Universidade concluiu Doutorado em Teoria Política em 1998. Possui ainda Pós-doutoramento em História das Ideias pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, em 2004.

Iniciou sua carreira em 1985, como Terceiro-Secretário. Em 1989, tornou-se Segundo-Secretário; em 1998, chegou a Primeiro-Secretário; em 2002, a Conselheiro; em 2008, a Ministro de Segunda Classe. E em 2016, a Ministro de Primeira Classe. Todas as promoções por merecimento.

No Brasil, o diplomata serviu como Secretário-Executivo da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, entre 1997 e 1999; Assessor Especial da Presidência da República, de 1999 a 2002 e como Assessor Especial de ex-Presidentes, de 2003 a 2005; foi Assessor-Chefe da Assessoria Internacional do Tribunal Superior Eleitoral, de 2013 a 2016; Diretor do Departamento da América do Sul Setentrional e Ocidental, de 2016 a 2018; e Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministro de Estado, entre 2018 e 2019.

No exterior, serviu na Embaixada em Madri, como Ministro-Conselheiro, entre 2008 e 2009; Ministro-Conselheiro em Roma, de 2009 a 2013; e Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Londres, de 2019 até o presente.

Em sua profícuca carreira, o diplomata fez jus a numerosas condecorações oriundas do Brasil e de Portugal e exerceu variadas e importantes posições acadêmicas no Instituto Rio Branco e na Universidade de Brasília.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Líbana.

O Brasil possui relação política de alta densidade com o Líbano, não apenas em razão dos laços afetivos que nos unem àquele país, resultado da



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

expressiva comunidade de descendentes de libaneses no Brasil, como também em razão da importância geopolítica do Líbano no contexto regional. O Brasil é dos poucos países que tem abertura para diálogo e ampla receptividade junto a todos os 18 grupos confessionais libaneses e aos partidos que os representam na política.

Após a dupla explosão no Porto de Beirute, em agosto de 2020, que deixou mais de 200 mortos, 6 mil feridos e 300 mil desabrigados, houve significativa intensificação na cooperação entre Brasil e Líbano. Na vertente humanitária, o Brasil enviou a Beirute, imediatamente após a tragédia, Missão Multidisciplinar de Assistência Humanitária que buscou identificar, em coordenação com autoridades libanesas, as necessidades mais urgentes pós-desastre. Duas aeronaves da Força Aérea Brasileira transportaram mais de seis toneladas de ajuda humanitária, e a entrega das doações foi realizada por comitiva chefiada pelo ex-presidente Michel Temer, ele próprio de ascendência libanesa.

Na vertente da cooperação técnica, está em negociação entre a ABC e o Ministério da Agricultura do Líbano projeto em agroecologia intitulado "Fortalecimento das práticas agroecológicas e estabelecimento de um sistema participativo de garantia para o setor orgânico do Líbano". A iniciativa poderá servir para transferir conhecimento brasileiro em matéria de certificação de produção de alimentos orgânicos e fortalecer o setor no Líbano, potencialmente aumentando suas exportações.

Após a guerra de 2006 entre Israel e o braço armado do partido xiita libanês Hezbollah, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adicionou ao mandato original da UNIFIL as tarefas de monitorar a cessação das hostilidades, apoiar o desdobramento das forças armadas libanesas em todo o Sul do país e estender sua assistência de modo a garantir acesso humanitário à população civil, permitindo o retorno seguro e voluntário dos deslocados. Desde então, a missão, contando com capacidade reforçada, tem conseguido avançar na implementação de seu mandato e manter a estabilidade na área de operações mandatada.

De fevereiro de 2011 a janeiro de 2021, o Brasil comandou a Força Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL, contribuindo continuamente com a nau-capitânia (fragata ou corveta) e com mais de 200 militares.

Após quase 10 anos, em janeiro de 2021, o Brasil deixou o comando da FTM e reduziu sua presença na UNIFIL. Diante de cenário de recursos limitados e da necessidade de priorizar iniciativas, o Estado brasileiro optou por maior atuação na região do Golfo da Guiné. Ao fim do comando brasileiro,

SF/22303/25386-42



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

autoridades da ONU no Líbano e em Nova York afirmaram que a contribuição do Brasil – o mais longo comando da FTM – contribuiu solidamente para a construção de um legado onusiano de operações de manutenção de paz marítimas.

Segundo estatísticas do Ministério da Economia brasileiro, o montante da corrente comercial entre Brasil e Líbano alcançou, em 2021, US\$ 177,1 milhões, 10,6% a mais do que em 2020, com superávit de US\$ 136,5 milhões para o lado brasileiro (-11,4% em relação a 2020).

As importações brasileiras do Líbano em 2021 registraram US\$ 20,3 milhões, com +576,7% de variação em relação a 2020. Em termos de percentual do valor total importado, destacam-se adubos ou fertilizantes químicos (92%). As exportações brasileiras para o Líbano atingiram, em 2021, US\$ 156,8 milhões, diminuindo 0,2% em relação a 2020. Em termos de percentual do total exportado, destacam-se açúcares e melaços (30%); café não torrado (22%); e carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (14%).

Os dados de comércio bilateral no ano de 2021 indicam reversão da tendência de queda da corrente, observada desde 2019. Como as exportações do Brasil para o Líbano ficaram praticamente estáveis (-0,2%), a principal responsável pelo aumento da corrente foi a importação brasileira de produtos libaneses (+576,7%), fortemente beneficiada pela reativação do comércio de adubos ou fertilizantes químicos. Nesse cenário, registrou-se redução do desequilíbrio histórico na balança comercial bilateral, que aponta tradicionalmente para grandes superávits em favor do Brasil.

No tocante ao primeiro semestre de 2022, os dados do comércio bilateral indicam continuidade da tendência de aumento da corrente comercial iniciada no semestre anterior (julho-dezembro/2021), registrando o maior valor em um primeiro semestre desde 2017: US\$ 133,6 milhões, 90% a mais do que no mesmo período de 2021, com superávit de US\$ 88,4 milhões para o lado brasileiro. No tocante às importações brasileiras do Líbano, o valor chama ainda mais atenção ao registrar o pico em um primeiro semestre dos últimos 11 anos.

Os países do MERCOSUL e o Líbano firmaram o Memorando de Entendimento sobre Comércio e Cooperação Econômica em dezembro de 2014, no intuito de lançar as negociações do Acordo de Livre Comércio entre o bloco e aquele país.

SF/2230325386-42



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

O instrumento poderá contribuir para aumento das exportações agrícolas brasileiras com o parceiro, hoje aquém de seu potencial, e estimular a diversificação da pauta comercial com produtos de maior valor agregado, como máquinas e equipamentos. A negociação se beneficia da existência de relativa complementaridade econômica entre o MERCOSUL e o Líbano.

A Câmara dos Deputados conta com Grupo Parlamentar Brasil-Líbano, criado em 1979. Na atual Legislatura, seu presidente é Ricardo Izar (PP/SP). Ademais, também é intensa a atividade do Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes, criado em 2008 e presidido, na presente Legislatura, pelo deputado David Soares (DEM/SP).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/22303/25386-42

6

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

CONSELHEIRO GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA

CPF.: 470.836.033-91

ID.: 1200391 SSP-PI

1973 Filho de Ataliba da Fonseca Nogueira Filho e Joana Lúcia Martins Nogueira, nasce em 21 de março, em Picos/PI

Dados Acadêmicos:

- 1995 Direito pela Universidade Federal do Piauí
 1996 Especialização em Relações Econômicas Internacionais, Tokai University, Kanagawa-ken, Japão
 1999 PROFA-I - IRBr
 2006 Master of Laws in International Legal Studies, pela Georgetown University, Washington-DC/EUA
 2006 CAD - IRBr
 2011 CAE - IRBr, "A Diplomacia Energética da Índia: Desafios, Condicionantes e Perspectivas"

Cargos:

- 1997 Terceiro-Secretário
 2004 Segundo-Secretário
 2007 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2011 Conselheiro, por merecimento
 2017 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

- 1999-00 Divisão de Programas de Divulgação Cultural, assistente
 2000-02 Divisão do Pessoal, assistente
 2002-03 Embaixada em Harare, Terceiro-Secretário em missão transitória
 2003-04 Divisão da América Meridional II, assistente
 2004-07 Missão Junto à OEA, Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 2007-11 Embaixada em Nova Delhi, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
 2011 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
 2011-13 Secretaria de Planejamento Diplomático, Coordenador-Geral de Planejamento Político e Econômico
 2013-18 Embaixada em Lilongue, Embaixador, comissionado
 2018 Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica, Viena, Ministro-Conselheiro

Condecorações:

- 2018 Medalha Amigo da Marinha
 2019 Medalha Mérito Tamandaré

Publicação:

- 1996 The First WTO Appellate Body Review: United States – Standards for reformulated and conventional gasoline, in Journal of World Trade, 30/6, Genebra

FERNANDO PERDIGÃO
 Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 83, DE 2022

(nº 601/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República de Seicheles.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 601

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República de Seicheles.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de novembro de 2022.

EM nº 00204/2022 MRE

Brasília, 10 de Novembro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia, e, cumulativamente, na República Federal Islâmica das Comores e na República das Seychelles, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 620/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 18 de novembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República de Seicheles.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 18/11/2022, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3753056** e o código CRC **5A1E04F6** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009067/2022-13

SUPER nº 3753056

Criado por [josecn](#), versão 2 por [josecn](#) em 18/11/2022 09:26:29.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2022

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Unida da Tanzânia
GENTÍLICO	Tanzaniano, tanzaniana
CAPITAL	Dodoma (capital oficial e sede do Executivo e do Legislativo); Dar es Salam (sede do Judiciário)
ÁREA	885.800 km ²
POPULAÇÃO (BM, 2021)	59,7 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Suaíli e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (61%) e islamismo (35%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (393 assentos)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Samia Hassan Suluhu (desde de 2021)
MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Stergomena Lawrence Tax (desde 2022)
PIB NOMINAL (FMI, 2021)	US\$ 70,31 bilhões
PIB PPP (FMI, 2021)	US\$ 185,46 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, 2021)	US\$ 1.180,00
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2021)	US\$ 3.110,00
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	4,5% (2022); 4,9% (2021); 4,8% (2020); 7% (2019); 7% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH - 2022):	Baixo (0,549); 160 ^a posição (entre 191 países); subiu 3 posições em relação a 2019
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUS, 2021)	66,2 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (BM, 2015)	78%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2020)	2,8%
UNIDADE MONETÁRIA:	Xelim tanzaniano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Adelardus Kilangi (desde março de 2022)
EMBAIXADOR EM DAR ES SALAM	Fábio Luiz Pazeto, encarregado de negócios, a. i. (desde outubro de 2022)

INTERCÂMBIO BILATERAL (USD Milhões FOB – MEcon)

BRASIL → TANZÂNIA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Intercâmbio	67,11	24,18	24,99	16,79	18,06	29,89	19,02	16,03	24,00	31,19
Exportações	67,04	24,18	24,92	16,77	17,98	29,84	19,00	16,00	23,00	30,54
Importações	0,07	0	0,07	0,02	0,08	0,08	0,02	0,03	1,00	0,65
Saldo	69,96	24,18	24,85	16,75	17,90	29,79	18,98	15,97	22,00	29,89

APRESENTAÇÃO

A Tanzânia está localizada na África Oriental e na região dos Grandes Lagos. Ao norte, o país faz fronteira com Quênia, Uganda e Ruanda; ao leste, com Burundi, República Democrática do Congo (RDC), Zâmbia e Malawi; ao sul, com Moçambique; e a leste, é banhado pelo Oceano Índico.

A República Unida da Tanzânia foi formada em 1964, quando as ex-colônias alemãs e, posteriormente, britânicas de Tanganica e Zanzibar, que se tornaram independentes do Reino Unido em 1961 e 1963, respectivamente, fundiram-se num só estado. Desde a independência, o país tem-se caracterizado por relativa estabilidade política. Em termos demográficos, a Tanzânia é o sexto país mais populoso da África, com 59 milhões de habitantes.

No plano internacional, a Tanzânia atua sobretudo em seu entorno regional da África Oriental e dos Grandes Lagos. O país favorece a integração regional no âmbito da Comunidade da África Oriental (EAC) e desempenha papel construtivo na solução pacífica de impasses políticos e conflitos regionais, como tem ocorrido nos casos da República Democrática do Congo (RDC) e do Burundi. O país também é importante contribuinte de tropas para missões de paz no continente africano, em especial para a missão de manutenção da paz das Nações Unidas na RDC (MONUSCO).

A Tanzânia apresenta a nona maior economia da África, considerando-se o PIB nominal de 2021, e a segunda maior da África Oriental, depois do Quênia. Desde o início dos anos 2000, a economia do país tem-se caracterizado pelos altos índices de crescimento, superiores a 6,5%. Após duas décadas de crescimento sustentado, o Banco Mundial elevou a Tanzânia da categoria de país de baixa renda para país de renda média-baixa, em julho de 2020. Mesmo com os impactos negativos da pandemia de Covid-19 e, posteriormente, dos conflitos na Ucrânia, o crescimento do PIB tanzaniano, embora tenham recuado, alcançaram taxas significativas de 4,5%, em 2020, e de 4,8%, em 2021.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Tanzânia em 1970. A abertura da embaixada brasileira em Dar es Salam, em 2005, iniciou período de intensificação do relacionamento bilateral, em seus diversos aspectos. O diálogo político entre os dois países é fluido, o que se reflete no frequente apoio tanzaniano às candidaturas brasileiras a diversos cargos de importância em organismos internacionais. A cooperação técnica é importante vertente de aproximação entre os dois países, contemplando projetos nas áreas de saúde e agricultura.

PERFIL BIOGRÁFICO**SAMIA SULUHU HASSAN**
Presidente da República

Nasceu em Makunduchi, no arquipélago de Unguja (Zanzibar), em 27 de janeiro de 1960. Casada, tem quatro filhos. É graduada em Administração Pública (1986) pelo Instituto de Gestão do Desenvolvimento (Tanzânia) e mestre em Desenvolvimento Econômico Comunitário (2015) em programa conjunto da Universidade Aberta da Tanzânia e da Universidade do Sul de New Hampshire.

Samia Suluhu Hassan, que exercia a função de vice-presidente, assumiu a presidência da Tanzânia, em 19 de março de 2021, após a morte do presidente John Magufuli, tornando-se a primeira mulher, a segunda pessoa de Zanzibar e a terceira de religião muçulmana a assumir a presidência do país.

Integrante do Partido da Revolução (Chama Cha Mapinduzi) que liderou o processo de independência e desde então governa o país, Samia Suluhu ingressou na vida política em 2000, eleita para o parlamento zanzibari. Foi reeleita em 2005. No mesmo período, exerceu também a função de ministra no governo dessa região semiautônoma. Em 2010, estreou na política nacional, elegendo-se deputada à Assembleia Nacional. Em 2014 foi eleita vice-presidente da Assembleia Constituinte.

Exerceu também altas funções executivas em nível regional e nacional. Entre 2000 e 2010 foi ministra de Mulheres e Juventude, bem como de Turismo e Comércio no governo da região semiautônoma de Zanzibar. Em 2014, esteve à frente do Ministério de Assuntos da União durante o governo de Jakaya Kikwete. Em 2015, tornou-se vice-presidente, com a eleição de John Magufuli. A chapa foi reeleita em outubro de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Tanzânia em 1970. Em 1979, foi criada a embaixada brasileira residente em Dar es Salam. Em 1980, o chanceler Saraiva Guerreiro realizou visita de trabalho a Dar es Salam. Em 1981, o presidente tanzaniano Benjamin Mkapa visitou o Brasil. Em 1991, a Embaixada do Brasil em Dar es Salam foi desativada.

Novo ímpeto no relacionamento bilateral resultou da reabertura da missão diplomática brasileira na Tanzânia, em março de 2005. Dois anos depois, o governo tanzaniano abriu sua embaixada residente em Brasília.

Em agosto de 2008, foi realizada, em Dar es Salam, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Tanzânia (Comista), quando o lado tanzaniano priorizou a cooperação técnica na área agrícola. Outras áreas identificadas como relevantes para o desenvolvimento da cooperação bilateral foram saúde (combate ao HIV/AIDS e à malária), esporte e educação. Estudou-se igualmente a possibilidade de cooperação na área de biocombustíveis (etanol). Por ocasião da I Comista, Brasil e Tanzânia firmaram quatro atos bilaterais, a saber, o Acordo de Cooperação Educacional; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Esportes; Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico; e Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço.

Em setembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve encontro com seu homólogo, à margem da abertura do Debate Geral da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU).

Em 2010, em resposta às demandas tanzanianas de iniciativas de cooperação esportiva, o Brasil apoiou a participação de quatro profissionais tanzanianos em Curso Internacional para Treinadores de Futebol realizado em São Paulo.

Em julho de 2010, o presidente Lula realizou visita histórica à Tanzânia, a primeira de chefe de estado brasileiro ao país. O programa da visita incluiu encontros do presidente com seu homólogo Jakaya Kikwete, com o primeiro-ministro Mizengo Pinda e outras altas autoridades tanzanianas, além de eventos empresariais e comerciais. A visita propiciou o aprofundamento dos contatos bilaterais em novas áreas, como biocombustíveis, agricultura, TV digital, investimentos em infraestrutura e mineração e comércio.

Na sequência, visitaram o Brasil, em menos de dois anos, o chanceler Bernard Membe (setembro de 2010), o primeiro-ministro Pinda (outubro de 2011) e o presidente Kikwete (abril de 2012).

Acompanhado de delegação composta por representantes governamentais ligados a áreas como agricultura, energia e finanças, o então chanceler Membe cumpriu extensa agenda, que incluiu visitas à Embraer, à UNICA, ao BNDES, à Fiocruz, a Itaipu, à Petrobras, à FIESP e à Embrapa, além de encontros com autoridades dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, de Minas e Energia e dos Esportes.

Em sua visita, o então PM Pinda cumpriu agenda de encontros em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília. Em encontros com ministérios brasileiros, o primeiro-ministro tanzaniano manifestou o interesse de seu país em beneficiar-se da cooperação brasileira em áreas como desenvolvimento agrário, promoção da segurança alimentar, capacitação e universalização do acesso à energia.

Em 2012, o presidente Kikwete realizou visita de trabalho ao Brasil, no contexto de sua participação na Reunião Ministerial da Iniciativa para um Governo Aberto (OGP, no acrônimo em inglês). Na ocasião, o chefe de estado tanzaniano visitou a EMBRAPA e o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Após intervalo de alguns anos, a retomada das visitas de alto nível deu-se em abril de 2018, quando o então subsecretário-geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu, visitou Dar es Salam com intuito de redinamizar as relações bilaterais. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas entre Brasil e Tanzânia, ao abrigo do qual realizou-se a I Reunião de Consultas Políticas.

Cooperação técnica

O histórico da cooperação técnica inclui ações ou projetos, bilaterais ou trilaterais, em setores como biocombustíveis (2010-2011); cultura da castanha-de-caju (2010-2012); aquicultura (2015-2019); combate ao HIV/AIDS (2010-2014); eliminação do trabalho infantil (2011-2014); e promoção do trabalho decente na cultura do algodão (2015-2021).

Atualmente, estão sendo executados projeto trilateral, em parceria com o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), na área de segurança alimentar, bem como três projetos bilaterais na área agrícola, com destaque para o “Cotton Victoria”, projeto regional voltado para o fortalecimento do setor algodoeiro

no Burundi, Quênia e na Tanzânia (2016-2022). Projeto de cooperação bilateral na área de saúde, para o tratamento da anemia falciforme, está em fase avançada de negociação. Com o governo regional de Zanzibar, estão sendo negociados projetos nas áreas de saúde materna e neonatal.

Comércio e investimentos bilaterais

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Tanzânia ainda está aquém do potencial dos dois países, considerando-se o expressivo crescimento econômico e demográfico da Tanzânia nos últimos quinze anos. A corrente de comércio bilateral é caracterizada pelo desequilíbrio, sendo constituída quase que exclusivamente por exportações brasileiras.

Em 2021, o fluxo comercial bilateral foi de US\$ 31,1 milhões (+30,7% em relação a 2020). Tradicionalmente, os principais produtos exportados pelo Brasil para a Tanzânia são açúcares; carnes; papel e cartão; painéis de fibras de madeira; e pneus. Em 2021, além desses produtos, o Brasil exportou também tratores, o segundo item da pauta de exportações para a Tanzânia no ano passado. O principal produto importado pelo Brasil da Tanzânia são sementes, frutos e esporos. Em 2021, o principal produto exportado pela Tanzânia para o Brasil foi “polímeros de acetado” (plástico).

Nos três primeiros trimestres de 2022, as exportações brasileiras atingiram USD 28,4 milhões e as vendas tanzanianas, USD 1,4 milhão. Até o momento, os produtos mais vendidos pelo Brasil em 2022 foram: (i) tratores rodoviários para semi-reboques (USD 5,7 milhões); (ii) carne de frango (5,3 milhões); (iii) máquinas e implementos agrícolas (4,7 milhões); (iv) açúcar (3 milhões); (v) alimentos em conserva (1,2 milhão); e (vi) pneumáticos (1,1 milhão). As vendas tanzanianas incluíram, sobretudo, polímeros (1,1 milhão) e tabaco (200 mil).

De acordo com o Banco Central, não há, atualmente, fluxo ou estoque de investimentos diretos brasileiros na Tanzânia, tampouco de investimentos tanzanianos no Brasil. No passado recente, contudo, a Petrobras atuou no mercado tanzaniano. Em 2010, a Petrobras obteve concessão para exploração em três blocos *offshore* na Tanzânia, em parceria com a Shell e com a Statoil. Em junho de 2013, as operações da Petrobrás África foram transferidas para joint venture formada por Petrobrás e Banco BTG, dando origem à PETAN. O empreendimento foi descontinuado pela Petrobrás, após o insucesso nas operações de exploração, bem como em função de políticas de desinvestimento da empresa no exterior.

A Tanzânia tem reiterado o interesse em atrair investidores brasileiros na área de petróleo e gás, especialmente a Petrobrás. Em julho de 2019, missão empresarial tanzaniana, liderada pelo cônsul honorário do Brasil em Zanzibar e presidente da Associação Tanzaniana de Provedores de Serviços da Indústria de Petróleo e Gás, Abdulsamad Abdulrahim, visitou a Petrobrás, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), a APEX-Brasil, a CNI e a FIESP, com o objetivo de conhecer melhor o setor e convidar empresas brasileiras a participarem do Congresso de Petróleo e Gás da Tanzânia.

Mencione-se, ainda, a presença, desde 2016, do grupo belga-brasileiro AB InBev, que adquiriu a principal cervejaria tanzaniana e hoje controla cerca de 60% do mercado local de cerveja; e de subsidiária britânica da empresa de engenharia brasileira Propav, que assinou acordo, em setembro de 2022, com o governo de Zanzibar, para a construção de três estradas no arquipélago, somando cerca de 100 quilômetros e custo estimado em 230 milhões de euros. Há, ainda, perspectiva de atuação na Tanzânia da empresa brasileira Eurofarma, que enviou missão à Tanzânia em 2022 e avalia a abertura de operação local para a venda de produtos farmacêuticos e, possivelmente, no futuro, a fabricação local.

Renegociação da dívida bilateral

A Tanzânia, com dívida de US\$ 236 milhões, decorrente de financiamento de exportações brasileiras de bens e serviços destinados à construção da Rodovia Morogoro-Dodoma, em 1979, ocupava a posição de terceiro maior devedor em atraso com o Brasil. Em setembro de 2016, o Senado Federal aprovou projeto de acordo para perdão de 86% da dívida da Tanzânia com o Brasil e reescalonamento dos restantes 14% em duas parcelas iguais de US\$ 16,69 milhões, pagas em 15/11/2017 e 15/5/2018. O acordo foi assinado em setembro de 2017.

Temas consulares

A comunidade brasileira no país é reduzida, estimada em aproximadamente 80 nacionais. Trata-se, em geral, de executivos de empresas multinacionais, engenheiros, religiosos, funcionários de organismos internacionais ou cônjuges de tanzanianos ou outros estrangeiros residentes no país.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político da Tanzânia é presidencialista. A chefia do estado e do governo é exercida pelo presidente, eleito por sufrágio universal, para mandato de cinco anos, podendo ser reeleito para mais um mandato. O primeiro-ministro e o gabinete ministerial são indicados pelo presidente, entre os membros do Parlamento. O primeiro-ministro exerce função de coordenação, representando o Executivo no Parlamento.

Zanzibar possui *status* de território autônomo e mantém poderes executivo, legislativo e judiciário próprios. O presidente de Zanzibar é considerado chefe de governo para assuntos relativos ao arquipélago, o qual não dispõe, contudo, de ministérios dos negócios estrangeiros e defesa, compartilhados com o continente.

O Legislativo na Tanzânia é unicameral, e cada legislatura tem duração de 5 anos. A Assembleia Nacional (Bunge) é composta por 393 assentos, dos quais 264 são reservados para representantes eleitos diretamente, 113 para representantes mulheres eleitas por voto proporcional, cinco para representantes da Câmara de Deputados de Zanzibar, dez para membros nomeados pelo presidente e um assento reservado para o procurador-geral. Além de aprovar leis nacionais, que se aplicam a toda a República, a Assembleia Nacional aprova legislação específica, que se aplica apenas ao continente (Tanganica). Zanzibar tem a sua própria Câmara dos Deputados (Baraza La Wawakilishi), composta de 82 parlamentares.

Independências de Tanganica e Zanzibar e formação da Tanzânia

Em 1954, sob a liderança de Julius Nyerere (1922-1999), foi criada a União Nacional Africana da Tanganica (TANU), cujo principal objetivo era alcançar a soberania nacional para Tanganica, ex-colônia alemã, administrada pelo Reino Unido desde o fim da Primeira Guerra. Em 1960, Nyerere tornou-se ministro do território da Tanganica. Em 1961, o território conquistou a independência. Nyerere, então, tornou-se primeiro-ministro e instaurou regime de partido único.

Em 1963, Zanzibar proclamou sua independência, com a deposição da antiga dinastia omani, que, por séculos, exercera domínio sobre o arquipélago e parte da costa oriental da África. Em 1964, Tanganica e Zanzibar uniram-se para formar a República Unida da Tanzânia.

Julius Nyerere tornou-se o primeiro presidente da Tanzânia. Nyerere manteve-se à frente da presidência até 1985 e dominou o cenário político do país enquanto permaneceu vivo. Considerado “Pai da Nação” (“Baba wa Taifa”, em suaíli), sua influência ultrapassou as fronteiras do país, convertendo-o em referência na história da África contemporânea.

Introdução do multipartidarismo

Com a saída de Nyerere da Presidência, em 1985, a assunção do cargo de presidente da República coube a Ali Hassan Mwinyi. Mwinyi adotou reformas políticas que culminaram com a instituição do multipartidarismo em 1992. Desde então, todos os Presidentes da Tanzânia foram eleitos e reeleitos para mandatos de cinco anos, e nenhum foi reconduzido ao cargo por uma terceira vez.

A introdução do multipartidarismo, contudo, não resultou em enfraquecimento da agremiação que liderou o processo de descolonização, a TANU, e de seu sucessor, o Partido da Revolução (Chama Cha Mapinduzi – CCM), que continuou a dominar a cena política tanzaniana, elegendo todos os presidentes do país até o momento. Recentemente, ganharam força as agremiações oposicionistas Partido da Democracia e do Desenvolvimento (CHADEMA) e Frente Cívica Unida (CUF), este baseado em Zanzibar.

O sucessor de Mwinyi, Benjamin William Mkapa, eleito pelo CCM em 1995, promoveu a abertura da economia do país. Seu mandato resistiu a eventos desestabilizadores, entre os quais o atentado terrorista da Al-Qaeda contra a Embaixada dos EUA, em 1998, e a recusa da CUF a reconhecer os resultados eleitorais de 2000, quando Mkapa foi reeleito com 71% dos votos válidos.

Governo de Jakaya Kikwete e pleitos por nova Constituição

O sucessor de Mkapa, Jakaya Kikwete, eleito em dezembro de 2005 com 80% dos votos, tomou posse em janeiro de 2006. Nas eleições nacionais de 2010, Jakaya Kikwete reelegeu-se no primeiro turno, com 61% de votos válidos, seguido de Willibroad Slaa, do CHADEMA, com 26%. Contudo, o comparecimento às urnas foi o mais baixo desde a introdução do multipartidarismo (43%, contra a média histórica superior a 72%).

Por sua vez, as eleições para presidente do arquipélago de Zanzibar, realizadas igualmente em outubro de 2010, resultaram na vitória apertada do candidato do CCM, Ali Mohammed Shein, ex-vice-presidente da Tanzânia.

Apesar das críticas da oposição, que levou semanas para reconhecer a vitória de Kikwete, observadores internacionais apontaram apenas pequenos problemas no processo de registro eleitoral e na votação. No geral, observadores internacionais consideraram as eleições livres e transparentes.

Durante o segundo mandato de Kikwete, ficou claro para o CCM que o período de unipartidarismo com oposição mínima ficara para trás. O desempenho do partido

governista nas eleições gerais de 2010 foi o primeiro sinal de alerta de que o partido precisaria renovar-se, com vistas a obter bons resultados nas eleições gerais de 2015.

Em 2011, em protesto contra o resultado das eleições indiretas para prefeito da cidade de Arusha vencidas pelo CCM, foram organizadas manifestações pelo CHADEMA, que, dado seu grande impacto, reforçaram a tensão entre o governo e os partidos de oposição. Arusha, segunda maior cidade do país, situada ao sopé do Kilimanjaro, constitui o principal reduto eleitoral do CHADEMA.

O incidente em Arusha reacendeu no país debate sobre reforma constitucional. Inicialmente bandeira de campanha dos principais partidos de oposição, CHADEMA e CUF, a causa logo foi abraçada também por lideranças do CCM. Ratificada em 1977, a Constituição em vigor atualmente foi criada no período do unipartidarismo e é considerada, por analistas locais, como o principal fundamento da manutenção de um presidencialismo forte.

Diante dos clamores por revisão da Constituição, o governo procurou tomar a frente do debate. O presidente Kikwete logrou aprovar, em 2011, o Ato de Revisão Constitucional, que criou uma comissão responsável por conduzir a reforma constitucional, a Comissão de Reforma Constitucional (CRC). Esperava-se que a nova Constituição fosse concluída até, no máximo, abril de 2014, quando se celebrou o 50º aniversário da União entre a Tanganica e Zanzibar.

Entretanto, a intensificação de tensões separatistas em Zanzibar fortaleceu a oposição e tornou todo o processo de revisão constitucional mais difícil. Decidiu-se que seria necessário criar nova Constituição, minutada por Assembleia Constituinte reunida para esse fim e aprovada por referendo popular.

Em outubro de 2014, a Assembleia Constituinte concluiu o projeto de nova Constituição, que deveria ainda ser submetido a referendo popular. Logo ao final dos trabalhos de elaboração da nova Carta Magna do país, os partidos de oposição ameaçaram instruir as bases a boicotar o referendo, alegando que o CCM teria mudado significativamente as propostas da CRC, à revelia dos interesses da população.

Uma das questões mais polêmicas do texto sugerido pela Assembleia foi o formato da união com Zanzibar. De um lado, o CCM defendia a fórmula de dois governos (Zanzibar e República Unida da Tanzânia). De outro, CHADEMA e CUF, entre outros grupos, apoiavam a introdução de sistema de três governos (Zanzibar, Tanganica e República Unida da Tanzânia). O argumento de que a proposta de três governos teria sido adotada pela CRC, mas alterada pela coalizão governista durante

os trabalhos da Assembleia Constituinte, foi uma das principais justificativas para que a oposição propugnasse o boicote à realização do referendo.

Programado para ocorrer em 30 de abril de 2015, o referendo foi, contudo, adiado, sem previsão de data, pela Comissão Nacional Eleitoral, que alegou problemas com o novo sistema biométrico de registo de eleitores.

Governo de John Magufuli

John Magufuli, saído dos quadros do CCM, venceu as eleições de 2015 e tornou-se presidente da Tanzânia. Seu governo foi caracterizado por transformações no cenário político-institucional e econômico tanzaniano. Magufuli implementou “terapias de choque” na administração pública tanzaniana, com iniciativas ambiciosas, medidas de austeridade fiscal e combate à corrupção, além da cobrança direta de ação e resultados de seus subordinados. Por esses métodos, Magufuli era conhecido como “trator”. Para alguns analistas, o estilo de governo de Magufuli tem inspiração na política de Julius Nyerere, com a qual compartilhava viés nacionalista.

No plano econômico, Magufuli priorizou a implementação de programa de substituição de importações, com o favorecimento e incentivos à produção local agropecuária e, sobretudo, manufatureira, bem como a implementação de grandes projetos de infraestrutura, como a hidrelétrica de Stiegler's Gorge, que deverá tornar-se a maior da Tanzânia.

Em 2016, Magufuli anunciou sua intenção de concluir a transferência da capital de Dar es Salam para Dodoma, no centro do país, declarada capital em 1974, por Nyerere. Em 2019, Magufuli transferiu o poder Executivo para Dodoma, que já abrigava o Legislativo. Dar es Salam, contudo, continua abrigando a maioria das missões diplomáticas na Tanzânia, além de ser o centro econômico do país.

Em outubro de 2020, John Magufuli foi reeleito presidente da Tanzânia. A eleição foi marcada por alegações de fraudes, prisões de líderes oposicionistas, sobretudo do CHADEMA, e restrições à liberdade de expressão e reunião. Desde o final do primeiro mandato, o governo de Magufuli, embora popular, vinha sendo cada vez mais criticado por repressão à oposição, limitação dos direitos de minorias e pela gestão da pandemia de covid-19. Magufuli morreu prematuramente em 17 de março de 2021, por parada cardíaca.

Governo de Samia Suluhu

Após a morte do presidente John Magufuli, a então vice-presidente Samia Suluhu, também integrante do CCM, assumiu a chefia do estado e do governo da Tanzânia, em 19 de março de 2021.

A presidente Samia Suluhu vem mantendo as políticas econômicas de caráter desenvolvimentista de seu antecessor, centradas nos grandes investimentos em infraestrutura, introduzindo, contudo, maior abertura política, com a libertação de líderes oposicionistas, o relaxamento de controles sobre os meios de comunicação e a criação de grupo de trabalho para consultas públicas sobre reformas democráticas, uma demanda da oposição.

POLÍTICA EXTERNA

Tradicionalmente, a política externa tanzaniana se caracteriza pela defesa da paz e do desenvolvimento dos povos e pelos princípios de soberania, integridade territorial e integração africana. O país atua com discrição nos foros multilaterais e acompanha, em geral, no que diz respeito aos principais temas da agenda internacional, o consenso da União Africana (UA) e dos organismos sub-regionais dos quais participa, em especial da EAC, integrada por Burundi, Quênia, República Democrática do Congo (RDC), Ruanda, Sudão do Sul e Uganda.

A Tanzânia privilegia as relações com seu entorno imediato, tanto na África Oriental como nos Grandes Lagos. Além de ser membro fundador da Comunidade da África Oriental (EAC), o país também é parte da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Com isso, a Tanzânia ocupa posição singular de ser membro de dois dos agrupamentos sub-regionais mais importantes do continente africano.

O país desempenha papel construtivo na solução pacífica de impasses políticos e conflitos regionais, como tem ocorrido nos casos da República Democrática do Congo (RDC) e do Burundi. O país também é importante contribuinte de tropas para missões de paz no continente africano, em especial para a missão de manutenção da paz das Nações Unidas na RDC (MONUSCO).

A ascensão de Samia Suluhu à presidência da Tanzânia, em substituição a John Magufuli, teve impactos também na política externa do país. O nacionalismo de Magufuli, que tendia a uma visão autárquica, vem cedendo espaço à maior ênfase conferida por Samia Suluhu à integração regional no âmbito da EAC.

Logo após assumir a chefia de estado, a presidente iniciou programa de viagens a outros países, a começar pelos vizinhos, em visitas bilaterais e reuniões de organismos regionais, praticamente inexistente durante o governo Magufuli. Samia Suluhu tem participando ainda de eventos multilaterais.

ECONOMIA

A Tanzânia é a segunda maior economia da África Oriental – região que mais tem crescido no continente –, depois do Quênia. Desde o início dos anos 2000 até a eclosão da pandemia de Covid-19, a Tanzânia vinha registrando elevados índices de crescimento do PIB, em termos reais, entre os mais elevados de toda a África e mesmo do mundo. Entre 2010 e 2019, a taxa média de crescimento do PIB tanzaniano foi superior a 6,5% ao ano, de acordo com dados do FMI. Em 2018 e 2019, a taxa de crescimento anual foi da ordem de 7%.

Com isso, a Tanzânia alcançou progressos sensíveis na melhoria das condições de vida de sua população. Após duas décadas de crescimento sustentado, o Banco Mundial elevou a Tanzânia do *status* de país de baixa renda para país de renda média-baixa em julho de 2020. A conquista da Tanzânia decorreu da estabilidade macroeconômica do país, aliada a seus recursos naturais e posição geográfica estratégica. Os investimentos maciços em infraestrutura (rodovias, ferrovias e portos) e energia, aliados aos setores dinâmicos da mineração e do turismo, devem constituir o principal motor do crescimento econômico do país nos próximos anos.

A agricultura é responsável por cerca de 65% do emprego da população economicamente ativa e gera cerca de 27% do PIB tanzaniano. A mineração de ouro cresceu em anos recentes e se tornou importante item da pauta de exportação. Embora a produção atual de gás natural tanzaniano seja pequena, o país apresenta grande potencial de produção e exportação, na forma de gás natural liquefeito. As reservas comprovadas são da ordem de 650 milhões de metros cúbicos. No entanto, desde 2010, empresas europeias e norte-americanas vêm fazendo descobertas de jazidas de gás *offshore*, que podem elevar as reservas do país de forma significativa.

Sob o ponto de vista macroeconômico, o país mantém fundamentos sólidos. Embora as exportações tenham aumentado, o déficit em conta corrente da Tanzânia aumentou ligeiramente, atingindo 2% do PIB no final de setembro de 2021, com o crescimento das importações mais do que compensando o crescimento das exportações. O déficit em conta corrente foi financiado em grande parte por

empréstimos externos e investimentos estrangeiros diretos. O xelim tanzaniano (TZS) permaneceu relativamente estável em 2021. Segundo avaliação do Banco Mundial, as autoridades continuaram a implementar uma política monetária expansionista, mas a taxa de crescimento do crédito ao setor privado permaneceu relativamente baixa (5,6%, em outubro de 2021). A taxa de inflação da Tanzânia subiu para 4,1% em novembro de 2021, seu nível mais alto nos últimos três anos, mas permanece entre as mais baixas e menos voláteis da África Oriental.

De acordo com análise conjunta da dívida externa tanzaniana realizada pelo FMI e Banco Mundial, em setembro de 2021, o risco de sobreendividamento externo da Tanzânia aumentou de baixo para moderado. Esse aumento resultou do impacto negativo da pandemia de Covid-19 sobre o setor de turismo, em contexto de aumento de empréstimos não concessionais e aumento do serviço da dívida.

Os efeitos econômicos da pandemia de Covid-19, como esperado, resultaram em desaceleração da economia tanzaniana. Em 2018 e 2019, antes do impacto da pandemia e, posteriormente, do conflito na Ucrânia, essa taxa foi de 7%. Em 2020, o crescimento real do PIB tanzaniano reduziu-se para 4,8%. Segundo o FMI, a taxa de crescimento da economia do país deverá manter-se nesse patamar em 2021 e 2022. O Fundo estima que, em 2023, a recuperação seja mais acentuada, com previsão de aumento do PIB tanzaniano da ordem de 5,2%.

Em 2020, o comércio exterior da Tanzânia totalizou USD 18,01 bilhões, composto por USD 5,91 bilhões em exportações e USD 12,1 bilhões em importações. Os principais produtos de exportação da Tanzânia foram ouro (USD 2,36 bilhões), castanha de caju (USD 386 milhões), cobre bruto (USD 345 milhões), minério de metal precioso (USD 343 milhões) e leguminosas secas (USD 208 milhões). Os principais destinos das exportações tanzanianas foram Índia (USD 891 milhões), Emirados Árabes Unidos (USD 866 milhões), Suíça (USD 796 milhões), Uganda (USD 734 milhões) e China (USD 388 milhões). Os principais produtos importados pela Tanzânia foram cobre refinado (USD 1,55 bilhão), petróleo refinado (USD 730 milhões), medicamentos (USD 368 milhões), óleo de palma (USD 302 milhões) e trigo (USD 219 milhões). As principais origens das importações tanzanianas foram China (USD 4,17 bilhões), República Democrática do Congo (USD 1,67 bilhão), Índia (USD 1,41 bilhão), Emirados Árabes Unidos (USD 788 milhões) e África do Sul (USD 336 milhões).

No plano multilateral, a Tanzânia é membro atuante da Organização Mundial do Comércio (OMC). Da mesma forma, o governo tanzaniano participa de outros

arranjos multilaterais econômicos como os acordos da ACP (África Caribe e Pacífico), além do Sistema Geral de Preferências (SGP).

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1886	Alemanha mantém esfera de influência sobre o território da Tanganica continental e Inglaterra mantém protetorado sobre o sultanato de Zanzibar
1919	Após a 1ª Guerra Mundial, a Liga das Nações concede à Inglaterra protetorado sobre Tanganica
1961	Tanganica torna-se independente sob a liderança do primeiro-ministro Julius Nyerere
1962	Tanganica torna-se república sob a presidência de Nyerere
1963	Zanzibar torna-se independente
1964	Tanganica e Zanzibar unem-se para formar a Tanzânia, sob a presidência de Julius Nyerere
1977	Partido da Revolução (CCM) é criado pela fusão dos partidos Tanganyka African National Union e Zanzibar Afro-Shirazi e declarado partido único
1978	Uganda ocupa parte do território tanzaniano
1979	Tanzânia invade Uganda, ocupa a capital Kampala e auxilia na derrubada de Idi Amin
1985	Julius Nyerere aposenta-se e é substituído pelo vice-presidente Ali Mwinyi, oriundo de Zanzibar
1992	Emenda à constituição restabelece o multipartidarismo
1995	Benjamin Mkapa é eleito presidente no primeiro pleito multipartidário da Tanzânia
1999	Assinatura do acordo de constituição da Comunidade da África Oriental (EAC) por Quênia, Tanzânia e Uganda
2000	Mkapa é reeleito com 72% dos votos
2001	Impasse político em Zanzibar atinge seu ápice com choque entre partidários da CUF e a polícia que resultam na morte de mais de 20 pessoas
2005	Jakaya Kikwete é eleito presidente com 80% dos votos
2005	Instituída a união aduaneira entre os países da EAC
2007	Ruanda e Burundi se unem à EAC
2009	Tanzânia, Quênia, Uganda, Ruanda e Burundi assinam acordo de mercado comum para a Comunidade da África Oriental. O mercado comum entra em vigor em 2010
2010/jul	Entra em vigor o acordo que criou a EAC
2010	O Presidente Jakaya Kikwete reelege-se com 61% dos votos válidos
2010	Em Zanzibar, são realizadas eleições presidenciais locais de forma pacífica, após o acordo de reconciliação entre o CCM e a CUF. Vence Ali Mohammed Shein, do CCM

2011	Em Arusha, repressão policial a manifestações organizadas pelo CHADEMA, em protesto contra o resultado das eleições para prefeito da cidade, resulta na morte de 3 pessoas e deixa dezenas de feridos
2011	Todos os membros do Comitê Executivo Nacional do CCM pedem demissão de seus cargos, o que possibilita a Kikwete renovar os quadros dirigentes do partido
2011	Foi aprovado o "Ato de Revisão Constitucional", que criou a Comissão de Reforma Constitucional (CRC)
2013	A CRC concluiu primeira fase de consultas diretas à sociedade e reuniu propostas de revisão que seriam posteriormente analisadas pela Assembleia Constituinte
2014/jan	A Assembleia Constituinte foi instaurada
2014/out	A Assembleia Constituinte concluiu o projeto de nova Constituição, que deverá ainda ser aprovado em referendo popular
2015/abr	O referendo popular sobre o projeto de Constituição foi adiado <i>sine die</i>
2015/out	Ocorrem eleições parlamentares e presidenciais. John Magufuli é eleito presidente da Tanzânia
2020/out	John Magufuli é reeleito presidente da Tanzânia
2021/mar	Com a morte de John Magufuli, a vice-presidente Samia Suluhu assume a chefia de estado e governo da Tanzânia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1970	Estabelecimento das relações diplomáticas
1979	Abertura de Embaixada do Brasil residente em Dar es Salam
1980	Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro realiza visita de trabalho à Tanzânia
1981	Benjamin Mkapa, então ministro da Cultura e Informação, realiza visita de trabalho ao Brasil.
1991	Embaixada do Brasil é desativada temporariamente por motivos orçamentários
2004	Encontro entre o então presidente Lula da Silva e o então presidente da Tanzânia, Benjamin Mkapa em Xangai, à margem de reunião do Banco Mundial
2005	Reaberta a Embaixada do Brasil residente em Dar es Salam
2006	Visita a Brasília da então chanceler tanzaniana Asha-Rose Migiro
2006	Assinado Acordo Quadro de Cooperação Técnica
2006	Assinado acordo para criação de Comissão Mista bilateral

2008	Realização, em Dar es Salam, da I Reunião da Comissão Mista bilateral.
2010/maio	Visita ao Brasil dos então vice-ministros da Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas, David Mathayo David, e do Desenvolvimento Pecuário, James Wanyancha, para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural
2010/maio	Visita ao Brasil do então ministro de Energia e Minerais, William Ngeleja e reunião de trabalho com integrantes da Petrobras para análise de possibilidades de cooperação na área de energia e biocombustíveis
2010/julho	Visita do então presidente Lula à Tanzânia, acompanhada do MRE e comitiva empresarial
2010/julho	Missão técnica brasileira visita Dar es Salam com o objetivo de avaliar alternativas para reestruturação da dívida externa
2010/setembro	Visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia, Bernard Membe
2011/março	Envio de missão da Fundação Getúlio Vargas a Dar es Salam para realização de estudo da viabilidade de produção de biocombustíveis na Tanzânia
2011/outubro	Visita ao Brasil do então primeiro-ministro da Tanzânia, Mizengo Pinda.
2012/abril	Visita ao Brasil do então presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete, por ocasião de sua participação na Reunião Ministerial da Iniciativa para um Governo Aberto (OGP).
2012/setembro	Início da cooperação na área de defesa, com a visita do Adido de Defesa e Naval em Pretória, CMG Paulo Cesar Demby Corrêa a Dar es Salam
2013/janeiro	Visita ao Brasil do então Diretor-Geral da Comissão Tanzaniana de Ciência e Tecnologia (COSTECH), professor Hassan Mshinda por ocasião da assinatura de Memorando de Entendimento entre aquela Comissão e a Fiocruz
2014/julho	Visita ao Brasil do então Chefe das Forças Populares de Defesa da Tanzânia (TPDF), General Davis Mwamunyange
2014/dezembro	Realização de missão da EMBRAPA no âmbito do projeto de cooperação <i>Cotton Victoria</i>
2017/junho	Criação de consulado honorário do Brasil em Zanzibar
2017/setembro	Assinatura do acordo bilateral de reestruturação da dívida tanzaniana com o Brasil
2018/abr	Assinatura do Memorando de Entendimento para a criação de mecanismo de consultas bilateral. Realização da I Reunião de

Consultas Políticas Brasil- Tanzânia, em Dar es Salam

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência	Publicação
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Tanzânia	15/05/2006	Em vigor	02/09/2010
Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação entre o Brasil e a Tanzânia	15/05/2006	Em vigor	22/05/2006
Acordo entre o Brasil e a Tanzânia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	22/08/2008	Em vigor	13/08/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	22/08/2008	Em vigor	10/06/2010
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia	22/08/2008	Em vigor	28/08/2008

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UNIÃO DAS COMORES

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2022

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	União das Comores
GENTÍLICO	Comoriano, comoriana
CAPITAL	Moroni
ÁREA	2.235 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2022)	906.000 habitantes
IDIOMAS OFICIAIS	Árabe, francês e comoriano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islâmica sunita (98%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Assembleia da União, composta por 33 membros que cumprem mandatos de cinco anos. Do total, 24 são eleitos por maioria absoluta e nove são selecionados indiretamente por assembleias das ilhas.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Azali Assoumani (desde maio 2016)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Dhoihir Dhoulkamal
PIB NOMINAL (FMI, 2021)	US\$ 1,24 bilhão
PIB PPP (FMI, 2021)	US\$ 3,21 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, 2021)	US\$ 1.300,00
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2021)	US\$ 3.360,00
VARIAÇÃO DO PIB	1,4% (2022); 2,2% (2021); -0,3% (2020); 1,8 (2019); 3,6% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH - 2021)	Médio (0,558); 156 ^a posição (entre 191 países); mesma posição em relação a 2019
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2021)	63,4 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (BM, 2018)	59%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2021)	2,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco comoriano (atrelado ao euro)
EMBAIXADOR DE COMORES	A ser designado
EMBAIXADOR DO BRASIL	Flavio Pazeto, encarregado de negócios, a. i. residente na Tanzânia (desde outubro de 2022)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – COMORES (fonte: MEcon) US\$ milhões FOB										
BRASIL ➔ COMORES	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Intercâmbio	0,4	1,1	1,74	0,9	1,95	2,67	4,05	5,17	6,62	6,05
Exportações	0,4	1,06	1,7	0,87	1,91	2,65	3,94	5,1	6,52	5,85
Importações	0,01	0,04	0,04	0,03	0,04	0,02	0,96	0,07	0,1	0,2
Saldo	0,4	1,02	1,7	0,8	1,9	2,6	3,8	5,0	6,4	5,6

APRESENTAÇÃO

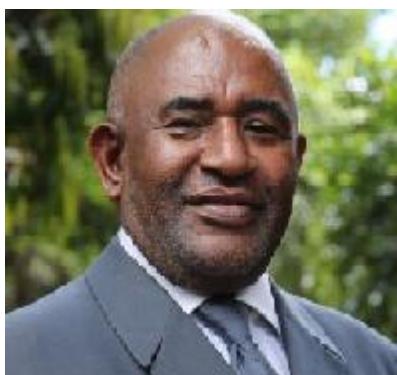
A União das Comores é um Estado federativo de regime presidencialista da África Oriental, localizado entre a ilha de Madagascar e o norte da costa de Moçambique. Ex-colônia francesa, o país tornou-se independente em 1974. Árabe, francês e comoriano são as línguas oficiais no arquipélago, cuja população, em sua quase totalidade (98%), professa a fé islâmica sunita. O país é membro da Liga Árabe, da União Africana, da Organização para a Cooperação Islâmica e da Organização Internacional da Francofonia.

A União das Comores constitui um dos menores países do continente africano em termos territoriais, populacionais e econômicos. O país figura entre os países mais pobres do mundo, sendo sua economia dependente de ajuda internacional. Entre 2014 e 2018, a economia do país apresentou taxa média de crescimento do PIB da ordem de cerca de 3%. Nos dois anos seguintes, desastre natural (ciclone Kenneth) e a pandemia de covid-19 afetaram negativamente a economia comoriana, que registrou redução do crescimento para 1,8%, em 2019, e taxa negativa (-0,3%), em 2020. O setor agrícola, incluída a pesca, representa cerca de metade do PIB e fornece a maioria dos produtos exportados. Os principais itens de exportação são baunilha, cravo e essências para a indústria de perfumes. A dependência da importação de itens de primeira necessidade resulta em déficit estrutural na balança comercial comoriana.

As relações do Brasil com a União das Comores são relativamente recentes, tendo sido estabelecidas em 2005, e ainda carecem de densidade. Apesar disso, registram-se iniciativas no plano bilateral, como a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica bilateral, em 2011, ratificado pelo Brasil em 2018 e aprovado pelo Parlamento de Comores em junho de 2021; a assinatura, em 2017, de Memorando de Entendimento entre as Chancelarias dos dois países para cooperação no treinamento de diplomatas; e a execução de projeto de cooperação técnica implementado pelo Fundo IBAS, com participação do Brasil.

PERFIL BIOGRÁFICO

AZALI ASSOUMANI Presidente da República



Azali Assoumani nasceu em 1959, em Mitsoudjé, cidade da ilha de Grande Comore. Militar, ocupou diversos postos nas Forças Armadas comorianas, entre eles o de chefe do Estado Maior do Exército Nacional de Desenvolvimento (1998-1999). Em 1999, o então coronel Assoumani liderou o movimento que depôs o presidente interino Tadjidine Ben Said Massounde, tendo assumido a presidência do país. Nas eleições realizadas em 2001, no contexto da reconciliação política no arquipélago, Assoumani foi confirmado no cargo, no qual permaneceu até 2006. Em observância do sistema de rotação entre as ilhas para escolha do presidente da União, Assoumani, ligado politicamente à ilha de Grande Comore, pôde reapresentar-se como candidato à presidência em 2016, da qual se saiu vitorioso. Em 2019, foi mais uma vez reconduzido à presidência.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e a União das Comores são incipientes, tendo sido formalmente estabelecidas em 25 de março de 2005, em Marrakesh, por ocasião de Reunião Ministerial Preparatória à I Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). Há, no entanto, margem para o desenvolvimento de diálogo e de cooperação bilaterais, o que se evidencia a partir de posições convergentes dos dois países em foros multilaterais.

Em 2009, o então presidente Ahmed Sambi manteve encontro com o então presidente Lula, à margem da II Cúpula América do Sul - África (ASA), em Isla Margarita, quando expressou o desejo de adensar as relações entre os dois países e examinar possibilidades de cooperação.

Em agosto de 2016, o vice-presidente da União das Comores, Djaffar Ahmed Said, realizou visita bilateral ao Brasil, no contexto dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Na ocasião, o vice-presidente comoriano manifestou a autoridades brasileiras o desejo de dinamizar o intercâmbio comercial bilateral, bem como de contar com

investimentos brasileiros em seu país, em especial no setor de infraestrutura e agricultura. Durante a visita, também foi discutida a possibilidade de ser estreitada a cooperação entre academias diplomáticas dos dois países.

Embora recentes, as relações entre Brasil e Comores contam com algumas iniciativas bilaterais, como a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Comores, em 2011, ratificado pelo Brasil em 2018 e aprovado pelo Parlamento de Comores em junho de 2021; e a assinatura, em 2017, de Memorando de Entendimento entre as Chancelarias dos dois países para cooperação no treinamento de diplomatas.

Entre 2018 e 2020, Comores beneficiou-se de projeto de cooperação técnica trilateral Sul-Sul implementado pelo Fundo IBAS, que reúne Índia, Brasil e África do Sul, para aperfeiçoamento da capacidade agrícola em Comores. Segundo o governo comoriano, o projeto alcançou cerca de 280 produtores e trouxe resultados muito positivos na melhoria da infraestrutura local, com o estabelecimento de sistemas de irrigação e a disponibilidade de tratores, e na capacitação dos agricultores no manejo de maquinário agrícola, bem como em técnicas de irrigação e de agricultura orgânica. Os sistemas de irrigação e o uso de tratores teriam contribuído para iniciar transição de uma agricultura manual para agricultura mais mecanizada. À luz do sucesso do projeto, Comores afirmou que buscará a aprovação de uma segunda fase da iniciativa, a fim de garantir a permanência e sustentabilidade da infraestrutura e das habilidades adquiridas.

Para apresentar o modelo de cooperação brasileiro e explorar possíveis áreas de cooperação, foi realizada, em outubro de 2021, videoconferência entre os diretores da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Agência Nacional de Cooperação Internacional (ANCI). Na ocasião, a parte comoriana identificou cinco áreas prioritárias: i) agricultura; ii) produção de alimentos; iii) educação e formação técnica; iv) fortalecimento institucional; e v) gestão de resíduos. Em abril de 2022, o lado comoriano formalizou pedidos de cooperação técnica nas áreas de desenvolvimento agrícola e gestão de resíduos. Em maio de 2022, Comores manifestou interesse em ser incluído nos programas de cooperação educacional brasileiros (PEC-G e PEC-PG).

O comércio bilateral é incipiente, em razão das dificuldades de transporte e comunicações, do tamanho do mercado local e da baixa renda da população comoriana. Em 2021, totalizou US\$ 6 milhões, sendo US\$ 5,8 milhões de exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil são carnes de ave e bovinas.

Nos três primeiros trimestres de 2022, o Brasil exportou cerca de US\$ 7,5 milhões para Comores. Mais de 90% desse valor correspondeu a carne de frango em natura e em conserva. Por sua vez, o Brasil importou cerca de US\$ 100 mil em óleos essenciais de Comores.

Em dezembro de 2013, ocorreu a primeira missão comercial brasileira a Comores, com a participação da Petrobras, da Brasil Foods, da Green Best Solutions e da Brazafric. A missão, que foi recebida pelo então presidente Dhoineine, possibilitou os primeiros contatos de empresas brasileiras com grupos comerciais locais. Na ocasião, avançaram-se entendimentos para a retomada das vendas diretas de frangos congelados brasileiros ao país.

POLÍTICA INTERNA

A Constituição da União de Comores, promulgada em 2001, define o país como um estado federativo de regime presidencialista, composto pelas ilhas de Ngazidja (Grande Comore), Mwali (Mohéli), Ndzuwani (Anjouan) e Maoré (Mayotte). Esta última, contudo, permanece sob administração francesa, conforme resultado de plebiscitos realizados em 1974, 1976 e 2009, e, desde 2011, possui *status* de departamento francês de ultramar. Apesar disso, o estado comoriano ainda reivindica soberania sobre Mayotte.

Segundo o arranjo federativo adotado pela Constituição de 2011, em resposta à tentativa de secessão de 1997, a União e cada uma das três ilhas tem seu presidente. No entanto, apenas o presidente da União possui prerrogativas sobre a política externa e a defesa. As ilhas dispõem de elevado grau de autonomia nas esferas econômica, tributária, de saúde e de justiça. Reformas constitucionais subsequentes têm, porém, concentrado poderes no presidente da União.

O poder legislativo de Comores é unicameral. A Assembleia da União conta com 33 deputados, sendo 24 eleitos em sufrágio universal direto e nove, com representação federativa, nomeados por representantes das ilhas (três representantes por cada ilha). O mandato dos parlamentares é de cinco anos. As três ilhas do arquipélago (Ngazidja, Mwali e Ndzuwani) têm parlamentos próprios.

No período pré-colonial, as ilhas do arquipélago das Comores foram ocupadas por povos provenientes da costa leste da África, do Golfo Pérsico, da Malásia e de Madagascar. Os imigrantes de origem árabe-shirazi tiveram grande influência na formação cultural do país nos séculos XV e XVI, consolidando a identidade árabe das ilhas e o islamismo sunita como religião predominante no arquipélago.

A partir do século XVI, as ilhas Comores consolidaram-se como importante escala na rota de comércio entre Europa e Ásia. O arquipélago passou a fornecer provisões para colônias europeias na África Oriental (Moçambique, Quênia e Tanzânia). A partir de meados do século XIX, no auge da disputa de poder no Oceano Índico, a França estabeleceu, progressivamente, seu domínio colonial sobre as quatro ilhas do arquipélago, que durou até a segunda metade do século XX.

Durante a década de 1960, no contexto do processo da descolonização afro-asiática, os movimentos internos a favor da independência de Comores ganharam ímpeto. Em 1974, realizou-se referendo no qual a maior parte da população das ilhas Grande Comore, Mohéli e Anjouan optaram pela independência. A população da ilha de Mayotte, contudo, escolheu permanecer sob a administração francesa.

Controvérsias quanto ao processo de descolonização e, em especial, quanto ao destino da Ilha de Mayotte, levaram à proclamação unilateral da independência de Comores (inclusive da Ilha de Mayotte), em julho de 1975, pelo presidente do então Conselho do Governo das Comores, Ahmed Abdala. Embora a França tenha se retirado das três ilhas que votaram a favor da autonomia, e reconhecido a independência de Comores ainda naquele ano, o país europeu manteve seu domínio sobre Mayotte.

Nos dias que se seguiram à independência, em agosto de 1975, Abdala foi deposto pelo movimento de oposição Frente de União Nacional, com o auxílio de grupo de mercenários liderados pelo francês Bob Denard. A ocorrência de golpes de Estado, com o envolvimento do francês e de seu grupo constituiu marca importante da vida política comoriana em seus primeiros vinte anos.

Com o apoio de Denard, Ali Soilih tornou-se, em janeiro de 1976, presidente das Comores. Nos dois anos em que governou Comores, Soilih adotou uma série de políticas de viés socializante e isolacionista, o que levou a choque com Denard e seus apoiadores.

Em 1978, novo golpe liderado por Denard depôs e executou Soilih, reinstalando em seu lugar Ahmed Abdala. O segundo governo de Abdala foi marcado pela adoção de viés islamista. O país foi renomeado, ainda naquele ano, República Federal Islâmica de Comores e, em 1982, adotou-se regime de partido único. Nomeado Chefe da Guarda Presidencial comoriana, Denard estabeleceu lucrativa rede de contrabando de armamentos em direção à África do Sul, então sob sanções internacionais em consequência do regime de apartheid.

Abdala permaneceu no comando do país até 1989, quando, em contexto de novo golpe de Estado, realizado pelas Forças Armadas comorianas, foi morto. Em

seu lugar, assumiu o então Presidente da Suprema Corte comoriana, Said Mohamed Djohar, que foi confirmado no cargo em eleições realizadas em 1990. O período Djohar foi marcado por profunda crise econômica. Em 1995, nova tentativa de golpe liderada por Denard foi frustrada, desta vez, pela ação de tropas francesas. O mercenário foi detido e colocado em prisão domiciliar na França.

Em março de 1996, Mohamed Abdulkarim foi eleito presidente. O governo de Abdulkarim foi marcado pela tentativa de secessão das Ilhas de Ajouan e Mohéli, no ano seguinte. O gesto foi criticado pela comunidade internacional e, sobretudo, pela Organização da Unidade Africana (OUA). Em nome do princípio da intangibilidade das fronteiras coloniais, inscrito na Carta da Organização, estabeleceu-se boicote comercial e de comunicação às ilhas separatistas.

Em 1998, em meio à crise secessionista, o presidente Abdulkarim morreu. Tadjidine Ben Said Massounde assumiu a presidência interinamente. No ano seguinte, o coronel Azali Assoumani, em novo golpe de Estado, depôs Massounde e assumiu a presidência.

Com o apoio da União Africana, estabeleceram-se bem-sucedidas negociações entre Moroni e as ilhas secessionistas. Como resultado, foram assinados, entre 2000 e 2001, os Acordos de Fomboni, pelos quais foi definido um esquema de compartilhamento de poder, no qual a presidência da Federação passou a ser rotativa entre nativos das três ilhas e cada ilha mantém seu governo local. As disposições dos Acordos foram incorporadas, ainda em 2001, na nova Constituição, que estabeleceu a União de Comores.

Azali Assoumani venceu as eleições presidenciais de 2002 e governou até 2006, quando Mohammed Abdallah Sambi, nativo da ilha de Anjouan, foi eleito Presidente. Tratou-se da primeira passagem de poder pacífica na história de Comores. Em 2007, no contexto de eleições regionais para a presidência das ilhas, novo confronto secessionista iniciou-se na ilha de Anjouan. A crise foi superada, em 2008, com o auxílio de forças da União Africana, apoiadas pela França, que lograram consolidar a autoridade de Moroni sobre Anjouan.

Após a consolidação da unidade comoriana, o Presidente Sambi conduziu o país ao referendo de maio de 2009, que aprovou a reforma constitucional que ratificou os princípios dos Acordos de Fomboni, transformou os cargos de presidentes das ilhas em governadores e estendeu o mandato presidencial de quatro para cinco anos.

Em 2010, foram realizadas novas eleições, que transcorreram de maneira pacífica e nas quais foi eleito o candidato da situação, Ikililou Dhoinine, então vice-

presidente, com apoio de Sambi, representando a ilha de Mohéli, conforme previsto no sistema de rotatividade consagrado nos Acordos de Fomboni.

Azali Assoumani foi eleito para um segundo mandato em 2016. O segundo turno do pleito presidencial daquele ano foi caracterizado por denúncias de irregularidades e fraudes. Tanto o candidato vitorioso, Assoumani, como seu principal concorrente, Mohamed Ali Soilihi, questionaram o resultado das eleições. Após os resultados do segundo turno serem anulados, foi organizado terceiro turno, em que Azali Assoumani foi eleito com 41,3% dos votos.

Em julho de 2018, Assoumani submeteu proposta de reforma constitucional a referendo popular, eliminando a proibição de segundo mandato presidencial sucessivo e a exigência de rotação da presidência entre as três principais ilhas do país. Com a aprovação da reforma constitucional por 92% dos eleitores, o presidente Azali Assoumani pôde concorrer a mais um mandato presidencial de cinco anos, no pleito presidencial antecipado de 2019, previsto nos termos originais da Constituição para 2021.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa comoriana tem como prioridade a reivindicação da soberania da Ilha de Mayotte, atualmente administrada pela França, a ex-metrópole colonial. A União de Comores é membro da União Africana (UA), da Liga dos Estados Árabes (LEA) e da Comissão do Oceano Índico (COI), organização subregional africana formada pelos estados insulares do Oceano Índico (Comores, Madagascar, Maurício e Seicheles), além de Reunião (departamento ultramarino francês).

Apesar da disputa em torno de Mayotte, a política externa comoriana tem buscado, de maneira pragmática, aprofundar relações com a França. A antiga potência colonial constitui, nesse contexto, o principal parceiro comercial e maior doador bilateral. Essa tendência acentuou-se com a visita oficial do Chefe de Estado comoriano à França em junho de 2013. Na ocasião, os dois países firmaram a "Declaração de Paris sobre a Amizade e a Cooperação entre a França e as Comores", que tem orientado as iniciativas de cooperação e o diálogo político franco-comoriano.

Além dos laços econômicos, a França abriga grande comunidade de imigrantes comorianos, estimados em cerca de 200 mil. A ilha de Mayotte, considerada departamento ultramarino francês, tem constituído destino de cerca de metade desses imigrantes.

O relacionamento com a China é considerado da mais alta prioridade pelo governo comoriano. A China tem constituído um dos principais provedores de obras de infraestrutura no arquipélago e de cooperação. Entre as obras realizadas pelo país asiático, destacam-se a ampliação do aeroporto de Moroni, implantação de adutora de águas em Moroni, além da construção de edifícios administrativos nas três ilhas que compõem o país.

Com vistas a alavancar seu desenvolvimento, Comores também tem buscado atrair investimentos externos e cooperação com outros parceiros relevantes. Nesse contexto, Moroni tem conferido prioridade ao relacionamento com os países árabes, em especial com as monarquias do Golfo. Kuwait e Arábia Saudita vêm-se constituindo como importantes doadores e parceiros de cooperação, em especial nas áreas de saúde e educação.

No âmbito multilateral, Comores tem defendido, nas Nações Unidas, a necessidade de reforma e de revitalização da organização para que esta melhor represente os interesses dos países em desenvolvimento, em particular dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês). Comores tem buscado, em foros multilaterais, chamar a atenção para a vulnerabilidade desses países, em especial às mudanças climáticas.

Questão de Mayotte

Com a independência das Comores ante a França, realizaram-se dois referendos em que a ilha Mayotte decidiu permanecer ligada à metrópole. A posição das Comores com relação à questão de Mayotte baseia-se, contudo, no entendimento de que a França assumira, durante o processo de descolonização, o compromisso de respeitar os resultados dos referendos no Arquipélago como um todo, e não ilha por ilha.

A questão de Mayotte encontra-se na agenda das Nações Unidas desde a década de 1970. A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), nas resoluções que aprovou sobre o processo de descolonização do arquipélago das Comores, afirmou a necessidade de se respeitar a unidade e a integridade territorial comoriana. Ao aprovar o ingresso das Comores como membro da ONU, em 1975, a AGNU reafirmou essa necessidade e expressamente descreveu o arquipélago como composto pelas ilhas de “Anjouan, Grande-Comore, Mayotte e Mohéli”. Essas resoluções contaram com o apoio do Brasil. A França vetou todas as tentativas de aprovar resoluções com esse teor no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

ECONOMIA

A ausência de recursos naturais e deficiências de infraestrutura, sobretudo em matéria de transportes, energia elétrica e telecomunicações, constituem os principais entraves ao desenvolvimento comoriano. Assim, a economia do país é fortemente dependente de remessas de sua diáspora e da ajuda oficial ao desenvolvimento.

Recentemente, a economia de Comores sofreu os impactos negativos de dois choques sucessivos que levaram a um declínio da taxa média de crescimento de 3,7%, alcançada em 2017 e 2018, para 1,8% em 2019 (Ciclone Kenneth) e de -0,3% em 2020 (pandemia de covid-19). Embora a economia tenha se recuperado ligeiramente em 2021, crescendo 2,2%, o Banco Mundial projeta outra desaceleração para 2022, quando a taxa de crescimento do PIB comoriano deverá ser de 1,4%, em decorrência da alta inflação global.

Segundo avaliação do Banco Mundial, gastos públicos mais elevados (principalmente investimentos financiados internamente) somados a crescentes contas de importação e remessas reduzidas da diáspora estão levando a um crescente déficit fiscal (3,7% do PIB) e a déficit em conta corrente (4,8% do PIB). Além disso, a taxa de inflação deverá aumentar significativamente em 2022, enquanto a taxa de pobreza deverá diminuir apenas moderadamente nos próximos dois anos, devendo retornar aos níveis anteriores aos da pandemia de covid-19 (38,2%) em 2023.

O setor agrícola, incluída a pesca, representa cerca da metade do PIB do país e fornece a maioria dos produtos exportados. A renda das exportações é altamente dependente de três produtos: baunilha, cravo e ilangue-ilangue (essência para a indústria de perfumes). Em 2020, os maiores compradores dos produtos agrícolas do país foram França, Índia, Alemanha, Países Baixos e Madagascar. Apesar da preponderância da agricultura na economia comoriana, o país é vulnerável a oscilações no preço internacional dos alimentos, uma vez que importa grande quantidade dos mantimentos consumidos, em especial carnes e cereais. Em 2020, os maiores fornecedores para as Comores foram EAU, França, Paquistão, China e Turquia. A dependência da importação de itens de primeira necessidade resulta em déficit estrutural na balança comercial comoriana, compensado, em parte, pelas remessas estrangeiras e pela ajuda oficial ao desenvolvimento.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

~500	Início da ocupação territorial por grupos africanos e árabes.
1505	Início da presença portuguesa nas ilhas.
1832	Mayotte é conquistada pelo rei de Madagascar.
1841	Mayotte é comprada pelos franceses.
1886	Estabelecimento de protetorados franceses sobre as outras ilhas.
1912	O arquipélago torna-se província francesa, submetida ao Governador-Geral em Madagascar.
1961	Concedida autonomia interna ao arquipélago
1974	Organizado referendo sobre a independência de Comores. A ilha de Mayotte vota por permanecer sob administração francesa.
1975	Comores torna-se independente, sem a ilha de Mayotte.
1975	Ahmed Abdallah, primeiro presidente, é deposto em golpe assistido pelo mercenário francês Bob Denard.
1976	Ali Soilih torna-se presidente do país.
1978	Novo golpe militar, apoiado por Bob Denard, reinstala Ahmed Abdallah no poder.
1989-90	Golpe contra Ahmed Abdallah, que é morto. Assume Said Mohamed Djohar. Bob Denard deixa o país.
1995	Deposição de Djohar (setembro), com auxílio de Denard e de seus mercenários. É realizada operação francesa para a prisão de Denard (outubro).
1996	Eleição de Mohamed Taki Abdulkarim como presidente.
1997	Tentativa de secessão de Anjouan e de Mohéli.
1998	Morte de Mohamed Taki Abdulkarim. Tadjidine Ben Said Massounde assume a presidência interinamente.
1999	O Coronel Azali Assoumani depõe o Presidente Massounde.
2000-01	Acordos de Fomboni restabelecem a unidade de Comores. País passa a denominar-se União das Comores.
2002	Realizam-se eleições presidenciais. Assoumani é confirmado no cargo.
2006	Ahmed Abdallah Mohamed Sambi é eleito Presidente do país.
2007	Início da crise de secessão de Anjouan.
2008	É realizada a operação "Democracia em Comores", da União Africana, com apoio francês, que intervém militarmente em Anjouan, pondo fim à crise separatista.
2009	Novo referendo sobre o status de Mayotte é realizado. 95% dos eleitores votam pela transformação de Mayotte em departamento ultramarino francês.

2011	Ikililou Dhoinine é eleito presidente.
2014	IV Cúpula da Comissão do Oceano Índico, é realizada em Moroni. Primeiro grande evento internacional realizado no país.
2016	Azali Assoumani é eleito presidente.
2018	Reforma constitucional eliminando a proibição de segundo mandato presidencial sucessivo e a exigência de rotação da presidência entre as três principais ilhas do país é aprovado em referendo.
2019	Azali Assoumani renuncia ao cargo, candidata-se e é eleito presidente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2009	Encontro, à margem da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo América do Sul-África, dos então presidentes Lula e Ahmed Sambi.
2011	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores.
2013	Reestabelecimento de linhas aéreas regulares entre as ilhas do arquipélago com aeronaves adquiridas no Brasil.
2013	Primeira missão comercial brasileira a Comores.
2016	Visita ao Brasil do vice-presidente de Comores, Djaffar Ahmed Said, por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.
2017	Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Treinamento de Diplomatas entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional de Comores.
2018	Ratificação, pelo Brasil, do Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Comores.
2018	Lançamento do projeto de cooperação "Aprimoramento da Capacidade Agrícola na União das Comores", desenvolvido pelo Fundo IBAS

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	STATUS
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores	21/11/2011		Em ratificação pela outra Parte

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE SEICHELES

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2022

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Seicheles
GENTÍLICO	Seichelense
CAPITAL	Vitória
ÁREA	455 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2022)	100 mil habitantes
LINGUAGEM OFICIAL	Inglês, francês e crioulo seichelense (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (82,2%); Anglicanismo (6,4%); outras denominações cristãs (4,5%); Hinduísmo (2,1%); Islamismo (1,1%); Budismo (1%); outras (2%);
SISTEMA DE GOVERNO	República Unitária Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional (unicameral), composta por 35 membros eleitos para mandatos de cinco anos, dos quais, 25 são eleitos diretamente por maioria simples e 10 por votos de representação proporcional.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Wavel Ramkalawan (desde 2020)
CHANCELER	Sylvestre Radegonde (desde 2020)
PIB NOMINAL (FMI, 2021)	US\$ 2,01 bilhões
PIB PPP (FMI, 2021)	US\$ 3,73 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, 2021)	US\$ 20.027,00
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2021)	US\$ 37.660,00
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	10,9% (2022); 7,9% (2021); -7,7% (2020); 3,1% (2019); 3,2% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH - 2022)	Alto (0,785); 72 ^a posição (entre 191 países); subiu 3 posições em relação a 2019
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2021)	71 anos
ALFABETIZAÇÃO (BM, 2018)	96%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2021)	3%
UNIDADE MONETÁRIA	Rúpia seichelense
EMBAIXADOR DE SEICHELES	A ser designado
EMBAIXADOR DO BRASIL	Flavio Pazeto, encarregado de negócios, a. i., residente na Tanzânia (desde outubro de 2022)

INTERCÂMBIO BRASIL-SEICHELES (US\$ milhões FOB – fonte: MEcon)										
Brasil→Seicheles	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Intercâmbio	6,75	18,6	12,6	8,42	10,1	9,58	6,99	6,64	6,35	9,28
Exportações	6,68	18,4	12,1	7,71	9,76	9,47	6,74	6,47	6,22	8,37
Importações	0,66	0,14	0,46	0,71	0,36	0,12	0,25	0,17	0,13	0,91
Saldo	6,62	18,3	11,7	7,0	9,4	9,34	6,49	6,3	6,1	7,42

APRESENTAÇÃO

Menor país da África, o território da República das Seicheles tem 455km² espalhados por 115 ilhas no oceano Índico. O arquipélago, desabitado até a chegada dos franceses no século XVII, passou por longo período de disputa entre franceses e britânicos. Em 1814, derrotada nas guerras napoleônicas, a França cedeu o controle da região para o Reino Unido.

Na esfera política, Seicheles alcançou sua independência em 1976. O país passou por período sob regime de partido único, entre 1977 e 1991, quando nova Constituição foi promulgada e garantiu a realização de eleições multipartidárias livres. Desde então todos os presidentes seichelenses são eleitos para períodos de 5 anos, com possibilidade de ocuparem o cargo por, no máximo, três mandatos.

A República de Seicheles é o país com menor população (100 mil habitantes) e com maior renda per capita (US\$ 37 mil – PPP) da África. Atualmente, Seicheles apresenta o segundo melhor índice de desenvolvimento no continente africano, atrás apenas das Ilhas Maurício. A economia do país está baseada em dois setores: o turismo e a pesca (atum).

A política externa de Seicheles tem como prioridades o combate ao aquecimento global e a promoção da “economia azul”. Trata-se de pequeno país insular com concentração populacional em áreas costeiras, o que torna o arquipélago particularmente vulnerável aos efeitos da mudança climática, em especial nas áreas econômica (depende do turismo e da pesca) e ambiental.

No plano bilateral, Seicheles e Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1986, quando a Embaixada do Brasil em Dar es Salam passou a tratar, cumulativamente, dos temas relacionados àquele país. O diálogo político bilateral, pouco denso, é, em geral, fluido. Nos foros internacionais, Seicheles apresenta posições convergentes com as brasileiras nas áreas de mudança do clima, desenvolvimento sustentável, redução da pobreza e promoção de comércio internacional mais justo.

PERFIL BIOGRÁFICO

WAVEL RAMKALAWAN Presidente da República



Wavel Ramkalawan nasceu em 15 de março de 1961, em Mahé, a maior e principal ilha de Seicheles. Em 1985 foi ordenado sacerdote, após estudos teológicos no St Paul's Theological College, na Ilha de Maurício. Posteriormente, formou-se em teologia na Universidade de Birmingham.

Ganhou projeção política ao criticar, em seus sermões o regime de partido único que vigorou em Seicheles entre 1977 e 1991. A partir de 1993, passou a liderar o oposicionista Partido Nacional das Seicheles (SNP). Em 2005, abandonou o sacerdócio para dedicar-se integralmente à política.

Venceu as eleições presidenciais de outubro de 2020 com 54,9% dos votos, assumindo a presidência de Seicheles. Tratou-se da primeira transferência pacífica de poder para a oposição, desde a independência do país, em 1976.

RELAÇÕES BILATERAIS

A República das Seicheles e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1986, quando a Embaixada do Brasil em Dar es Salam assumiu cumulativamente os temas relacionados àquele país. Em setembro de 1987, o embaixador José Ferreira Lopes foi o primeiro a apresentar credenciais em Vitória. Com o fechamento da embaixada na capital da

Tanzânia em 1991, a cumulatividade com Seicheles foi transferida para a embaixada em Maputo. Em 2010, a cumulatividade da embaixada brasileira em Vitória foi transferida novamente para a embaixada em Dar es Salam, que havia sido reaberta em 2005.

O diálogo político com o país, apesar de pouco denso, tende a ser fluido. Nos foros internacionais, Seicheles apresenta posições convergentes com as brasileiras, como já observado, nas áreas de mudança do clima, de desenvolvimento sustentável, de redução da pobreza e de promoção de comércio internacional mais justo. O Brasil tem conseguido o apoio das Seicheles na quase totalidade dos pedidos realizados em favor de suas candidaturas. O governo seichelense sugeriu, em 2016, a instituição de mecanismos de consultas políticas bilaterais como forma de promover contatos bilaterais regulares.

Em junho de 2014, o então secretário de estado dos Negócios Estrangeiros de Seicheles, embaixador Barry Faure, encontrou-se, em Brasília, com o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, embaixador Eduardo dos Santos, no contexto de gestões em favor da candidatura do país a um assento rotativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Por ocasião da apresentação de cartas credenciais do embaixador Antonio Augusto Martins César, em fevereiro de 2019, o presidente Danny Faure e outras autoridades seichelenses manifestaram o interesse em contar com cooperação brasileira na área agrícola, principalmente no que diz respeito à produção em pequenas propriedades; na exploração de petróleo e gás; e em energias renováveis.

No que diz respeito a acordos bilaterais, em 2008 foi assinado, em Vitória, Acordo de Cooperação Educacional, já em vigor, que permite a estudantes seichelenses participarem de cursos de graduação e pós-graduação em universidades brasileiras (programas PEC-G e PEC-PG). Seicheles tem particular interesse na cooperação em favor de alunos de pós-graduação, recém-formados na Universidade de Seicheles, fundada em 2009. Além disso, o país já demonstrou interesse na formação de diplomatas no Instituto Rio Branco.

Em dezembro de 2011, foram celebrados o Acordo de Isenção Parcial de Vistos e Acordo sobre Isenção de Visto em favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço, ambos em vigor. Os atos assinados permitiram o aumento do fluxo de turistas do Brasil para aquele país. As autoridades seichelenses estimam haver potencial para incrementos, tendo em vista as novas possibilidades de

conexão aérea abertas via Etiópia e Emirados Árabes. Com essa mesma finalidade, foi firmado, em maio de 2015, o Acordo de Serviços Aéreos, em tramitação no Congresso Nacional.

Em 2016, Seicheles e Brasil iniciaram a negociação de acordo bilateral de cooperação técnica. O Brasil apresentou proposta de texto do acordo em dezembro de 2016. Em setembro de 2017, o lado seichelense reagiu com contraproposta de texto. Em janeiro de 2020, o lado brasileiro sugeriu pequenas alterações à contraproposta seichelense. Desde então, no entanto, não foi possível obter reação da chancelaria de Seicheles.

Em julho de 2021, o Brasil transmitiu às autoridades seichelenses proposta de texto de acordo para transferência de pessoas condenadas, ainda sem resposta da parte seichelense.

Quanto aos temas consulares, cabe registrar a existência de três nacionais presos em Seicheles por tráfico internacional de drogas. Um deles foi condenado, em 2019, a seis anos de prisão, enquanto os dois outros foram detidos em 2022 e aguardam julgamento.

Comércio bilateral e investimentos

O comércio bilateral entre o Brasil e Seicheles cresceu quase dezessete vezes entre 2005 e 2014, passando de US\$ 750 mil, para US\$ 12,6 milhões de 2005 a 2014. O ápice da corrente comercial ocorreu em 2013, com US\$ 18,6 milhões de trocas. Desde então, o intercâmbio registrou diminuição e se encontrava na faixa dos US\$ 9,3 milhões em 2021. Essa retração se deve à redução das exportações brasileiras, que historicamente representaram a quase totalidade do comércio entre os dois países. O saldo comercial, portanto, sempre foi favorável ao Brasil, exceto no ano de 2008 (déficit de US\$ 1,9 milhão).

Em 2021, o Brasil exportou US\$ 8,37 milhões para Seicheles, com carnes de aves representando 46% desse total, seguidos de despojos de carnes (11%), couro (11%), carne bovina (11%) e carne suína (10%). No mesmo ano, o Brasil importou US\$ 910 mil desse país, especialmente polímeros de estireno (49%).

Nos três primeiros trimestres de 2022, o Brasil exportou cerca de US\$ 6,6 milhões para Seicheles. As vendas brasileiras incluem, sobretudo, alimentos, como carne de frango, bovina e suína. Neste ano, o Brasil importou cerca de US\$ 300 mil de Seicheles em circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos.

Embora não haja registro de investimentos brasileiros em Seicheles, o governo seichelense tem manifestado interesse em contar com a atuação

de empresas brasileiras nos setores de energia e de infraestrutura. Em 2013 realizou-se missão empresarial brasileira a Seicheles, na qual participaram representantes da Petrobrás, Queiroz Galvão e Green Best Solutions (GBS). Desde então, não houve registro de novas missões.

Em 2021, a Embraer iniciou campanha com o objetivo de vender aeronaves civis para a Air Seychelles (SEZ). Como parte do plano de reestruturação da SEZ, estaria sendo cogitada a aquisição de aeronaves menores e mais econômicas, além de regresso a perfil doméstico ou, no máximo, regional.

POLÍTICA INTERNA

Seicheles é um estado unitário que tem como forma de governo a república presidencialista. O presidente, que exerce as funções de chefe de Estado e chefe de governo, é eleito por voto popular para mandato de cinco anos. O gabinete ministerial é chefiado e nomeado pelo presidente, sujeito à aprovação do legislativo.

O parlamento de Seicheles é unicameral. A Assembleia Nacional é composta por 35 membros, 26 dos quais são eleitos diretamente pelo voto popular, para mandatos de cinco anos, ao passo que os nove restantes são nomeados proporcionalmente de acordo com a porcentagem de votos recebidos por cada partido.

A Corte Suprema de Seicheles, criada em 1903, é o mais alto tribunal do país.

As ilhas que compõem o arquipélago de Seicheles permaneceram desabitadas até meados do século XVII, quando foram progressivamente ocupadas pela França. Após a derrota francesa nas guerras napoleônicas, no início do século XIX, o controle do arquipélago passou a ser exercido pela Grã-Bretanha. Foi permitido aos colonos franceses, contudo, a permanência nas ilhas.

Sob a administração britânica, a economia de Seicheles estruturou-se em torno da plantação das culturas de açúcar, milho e coco. Escravos libertos pela marinha britânica foram levados para Seicheles, onde passaram a trabalhar nas plantações, em troca de salários e rações.

Na primeira metade do século XX, o arquipélago passou a gozar de relativa autonomia. Em 1903, a administração colonial do arquipélago foi separada da das ilhas Maurício e, em 1948, foram realizadas as primeiras eleições locais.

Durante a década de 1960, a questão da condição do arquipélago em relação à Grã-Bretanha passou a ser o principal tema do debate político interno. Em 1964, foi criado o Partido da Unidade do Povo de Seicheles (SPUP), de viés socialista, que defendia, sob a liderança de France-Albert René, a independência completa do arquipélago. No mesmo ano, foi criado o Partido Democrático de Seicheles (SDP), que congregava, sob a liderança de James Mancham, os produtores rurais e empresários seichelenses. O SDP propunha maior integração de Seicheles ao Reino Unido e foi o principal vencedor das eleições locais de 1966 e 1970.

Sob a justificativa de poucos avanços nos esforços de integração com o Reino Unido, o SDP aliou-se ao SPUP na reivindicação pela independência do arquipélago, no início da década de 1970. A independência de Seicheles foi alcançada formalmente em junho de 1976. James Mancham, líder do SDP, tornou-se o primeiro presidente do país e France-Albert René assumiu o cargo de primeiro-ministro.

Uma vez obtida a independência, contudo, a coalizão entre o SDP e o SPUP, desfez-se rapidamente. Em junho de 1977, durante viagem do presidente Manchan ao exterior, apoiadores de France-Albert René, com apoio tanzaniano, anunciaram a deposição de Manchan e instalaram René na presidência. A recém-promulgada Constituição do país foi suspensa e o legislativo, dissolvido. Em 1979, foi promulgada nova Constituição, que estabeleceu regime de partido único, a Frente Popular Progressista de Seicheles (SPPF), nova denominação do SPUP.

O regime de partido único vigorou até dezembro de 1991, quando, em virtude das mudanças trazidas pelo final da Guerra Fria e em razão da pressão de movimentos contestatórios internos e de países doadores, adotou-se emenda constitucional que permitiu o registro de novos partidos políticos. Seguiram-se eleições para a formação de Comissão Constituinte, cujo texto final foi aprovado, em referendo popular, em junho de 1993. No mês seguinte, realizaram-se as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias sob a nova Constituição. Na ocasião, France-Albert René foi confirmado no cargo, com a derrota no pleito do ex-presidente James Manchan, do Partido Nacional de Seicheles (SNP), de orientação liberal.

Em abril de 2004, após quase 27 anos no poder, o presidente René, então com 68 anos de idade, anunciou sua renúncia à presidência, sendo substituído por James Alix Michel, seu principal herdeiro político e que, desde 1996, ocupava a vice-presidência do país. Nas eleições de julho de 2006, o presidente Michel foi confirmado no cargo, tendo sido eleito para

mandato de cinco anos. O SPFF obteve, igualmente, maioria nas eleições legislativas de 2007.

Em 2009, o SPPF passou a denominar-se Partido Popular (PL - Parti Lepep, em crioulo seichelense), e ganhou novamente as eleições realizadas em 2011. No pleito, Michel foi reeleito para novo mandato de cinco anos na presidência do país. Em protesto pela não realização de reformas eleitorais e em contestação ao resultado do pleito, o Partido Nacional de Seicheles passou a boicotar as sessões do Parlamento. O impasse levou à dissolução da Assembleia Nacional e à convocação de eleições legislativas antecipadas, as quais foram igualmente boicotadas pelo SNP. Como resultado, o partido governista passou a ocupar 31 das 35 cadeiras da Assembleia Nacional.

Em dezembro de 2015, Michel venceu novamente as eleições para presidente do país. Esse seria o último mandato de Michel, uma vez que há limitação constitucional a três mandatos consecutivos. Nas eleições legislativas de 2016, a coalizão de oposição formada pelo Partido Nacional de Seicheles e mais três partidos foi vitoriosa, acabando com quatro décadas de domínio político do partido governista no Legislativo, ao conquistar 19 dos 35 assentos. Com a perda da maioria parlamentar, o presidente Michel renunciou, ainda em 2016, e foi substituído por seu vice-presidente, Danny Faure.

A oposição sagrou-se mais uma vez vitoriosa nas eleições legislativas, também realizadas em 22 de outubro de 2020. A coalizão, União Democrática Seichelense (LDS – Linyon Demokratik Seselwa, em crioulo), formada pelo Partido Nacional de Seicheles, Partido de Seicheles para Justiça Social e Democracia e pelo Partido Unido de Seicheles, conquistou 25 assentos, ao passo que o governista Seicheles Unidas obteve dez assentos.

No pleito presidencial de 25 de outubro de 2020, o partido governista, que havia mudado novamente de nome, passando a designar-se Seicheles Unidas, foi derrotado pela primeira vez desde a independência do país. O candidato oposicionista Wavel Ramkalawan, ex-pastor anglicano e deputado na Assembleia Nacional, derrotou o candidato à reeleição Danny Faure por 54,9% a 43,5% dos votos válidos. Ramkalawan assumiu a presidência em 26 de outubro de 2020.

O governo de Ramkalawan foi marcado pela eclosão da pandemia de covid-19 e pelos esforços em combatê-la. A obtenção de vacinas e a retomada dos fluxos de turismo, que sofrera impacto negativo de 75% nas receitas externas, foram as prioridades de seu governo em 2021. De fato, a

rapidez na execução da campanha de vacinação – Seicheles foi o primeiro país africano a atingir 90% de sua população vacinada, graças às doações de China, Índia e Estados Unidos – contribuiu decisivamente para a retomada econômica do país, que pode reabrir fronteiras para turistas internacionais apenas cinco meses após a chegada do primeiro imunizante ao arquipélago. No plano da segurança, Wavel Ramkalawan priorizou o enfrentamento do tráfico internacional de drogas, sobretudo de heroína, ilícito transnacional que vem aumentando no arquipélago nos últimos anos.

POLÍTICA EXTERNA

Dada a sua condição insular, Seicheles busca ter uma política externa ativa nas agendas do desenvolvimento sustentável e do combate ao aquecimento global. A prioridade máxima da política externa do país é a defesa dos interesses dos Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (SIDS, em inglês). O então presidente James Michel chegou a afirmar em foros internacionais que as mudanças climáticas (cujos efeitos constituem ameaça à própria existência das pequenas nações insulares) poderiam ser consideradas crime contra a humanidade, pois estariam entre as maiores causas das emigrações nos próximos 50 anos, quando deverá formar-se uma imensa comunidade de “refugiados ambientais”.

O país deseja afirmar sua posição de porta-voz da agenda e das preocupações dos pequenos países insulares. Nesse sentido, Seicheles defende a criação de índice de vulnerabilidade dos SIDS, que representaria o principal parâmetro para a concessão de ajuda externa e de empréstimos concessionais, em substituição ao parâmetro atual, que leva em consideração o nível de renda do país. Os SIDS consideram-se duplamente penalizados pelos critérios atuais, pois boa parte deles são países de renda média ou alta (não estando aptos, portanto, a tratamento preferencial) e, ao mesmo tempo, estão entre os países que mais sofrem com os efeitos das mudanças do clima.

O conceito de “economia azul” tem respaldado o discurso de Seicheles no combate ao aquecimento global. A expressão refere-se à defesa do desenvolvimento do potencial econômico dos recursos marinhos de forma sustentável. Por suas características territoriais, (455km² do território estão em terra firme e 1,3 milhão km², no oceano), a economia de Seicheles está fortemente centrada em suas águas, com destaque para as atividades de turismo e pesca. Atualmente, a maior parte dos investimentos nas águas marinhas – não só em Seicheles, mas também na maior parte dos

países costeiros da África – baseia-se na extração de petróleo e na pesca. Nesse contexto, o país defende a mudança da perspectiva meramente exploratória dos recursos marinhos para nova perspectiva que promova o desenvolvimento sustentável, o que tem caracterizado Seicheles como forte defensor da adoção dos objetivos globais para a proteção e uso sustentável dos oceanos.

Apesar da diminuição do número de casos relatados nos últimos anos, o combate à pirataria no Oceano Índico também é questão de importância para a política externa seichelense. Juntamente com o Quênia, o país tem recebido o reconhecimento internacional por seu compromisso na luta contra a pirataria na região. Exemplo disso, foi a decisão da South Asia and Africa Regional Port Stability Cooperative (SAARPSCO) de instalar, no início de 2010, sua sede mundial em Vitória. A SAARPSCO foi criada em 2008 pela Guarda Costeira norte-americana, em parceria com diversas nações africanas e do Sul da Ásia, com o objetivo principal de combater a pirataria e promover a segurança marítima e dos portos.

No âmbito regional, uma das principais plataformas de atuação seichelense é a Comissão do Oceano Índico (COI). Criada em 1982 por Maurício, Madagascar e Seicheles, com a adesão da França e de Comores em 1986, a COI tem como objetivo a cooperação político-diplomática e econômico-comercial, o desenvolvimento sustentável em contexto de globalização, bem como o fortalecimento da identidade cultural regional. Originalmente, a Organização buscava a promoção do comércio e do turismo, mas, nos últimos anos, tem priorizado a preservação dos recursos marinhos e o manejo dos recursos pesqueiros. Além disso, o organismo regional tem tido atuação relevante na promoção da conectividade aérea e marítima entre os países, o que representa importante catalisador para o crescimento do turismo e do comércio na região.

Após alguns anos afastado da União Africana (UA), por razões orçamentárias, o país tem trabalhado para aproximar-se mais da organização. Em 2010, Seicheles conseguiu colocar em dia as contribuições financeiras à UA. Em 2012, abriu embaixada em Adis Abeba. Nos últimos anos, o país tem participado das Cúpulas da UA. Também na organização regional, o discurso seichelense é voltado para os interesses dos países insulares, como a segurança do espaço marítimo, a promoção de conexões por meio dos oceanos e a exploração, de forma sustentável, dos recursos marinhos.

No âmbito multilateral, Seicheles defende, a exemplo do Brasil, reformas na governança de alguns organismos internacionais, com vistas a

maior democratização e representatividade. O país entende que a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é essencial para refletir as novas realidades do século XXI. Como membro da UA, o país apoia o Consenso de Elzuwini, adotado em 2005. Na esfera multilateral econômica, Seicheles aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC), em abril de 2015, após vinte anos de negociações, em um dos processos mais longos da história daquela organização.

No plano bilateral, Seicheles tem buscado fortalecer as relações com parceiros tradicionais e com potências emergentes. Apenas nove países mantêm Embaixada residente em Vitória (Índia, França, Reino Unido, Rússia, China, Cuba, Sri Lanka, Líbia e Emirados Árabes Unidos). Seicheles, por sua vez, tem representação diplomática em onze países, quais sejam: Bélgica, China, Etiópia, França, Índia, África do Sul, Sri Lanka, Suíça, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos.

A China é importante parceiro de cooperação de Seicheles. O Governo chinês financiou a construção de projetos de desenvolvimento no arquipélago e presta sistematicamente cooperação em áreas como capacitação, agricultura, pesca e saúde, como a doação de vacinas durante a pandemia de covid-19. Além disso, a China é parceiro de destaque no combate à pirataria no Oceano Índico.

Recentemente, vem ganhando relevância a parceria de Seicheles com países do Golfo, sobretudo os Emirados Árabes Unidos, por meio de investimentos, em especial no setor de turismo, e da cooperação, com destaque para os setores de saneamento e energia.

O relacionamento com os Estados Unidos é centrado na cooperação para o combate à pirataria no Índico. Já os países europeus são importantes parceiros comerciais de Seicheles, com destaque para França e Reino Unido.

ECONOMIA

Seicheles é uma das vinte menores economias do mundo, segundo dados do Banco Mundial. Apesar disso, conta com a maior renda per capita da África e o segundo melhor índice de IDH do continente, atrás das Ilhas Maurício (Maurício e Seicheles inverteram posições em 2022, em relação ao relatório anterior, de 2019). O país alcançou a maior parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, principalmente aqueles relacionados à educação, saúde, erradicação da pobreza e meio ambiente.

Estima-se que, em 2021, o PIB seichelense tenha sido da ordem de US\$1,46 bilhão, com crescimento acima de 1,8% em relação a 2020. Segundo previsões do Banco Mundial, espera-se que, ao final de 2022, o PIB cresça 3%, atingindo US\$2,1 bilhões. Fortemente baseada no setor terciário, a economia seichelense é caracterizada pela grande dependência das atividades de turismo e de pesca e pela vulnerabilidade às mudanças no cenário econômico internacional.

Os desafios estruturais no plano econômico derivam da pequena dimensão do PIB, da falta de diversificação, da ausência de uma base industrial, da vulnerabilidade a preços e a choques externos, da distância aos principais mercados, dos riscos de degradação ambiental e de desastres relacionados ao clima.

Apesar de o setor de turismo ser o principal motor da economia seichelense, o país tem buscado diversificar sua economia. Atualmente, o país tem direcionado os esforços de diversificação para a consolidação da “economia azul”, apostando na regeneração de ecossistemas aquáticos e no uso sustentável de recursos oceânicos para o crescimento sustentável.

Em 2019, os números de visitantes e de arrecadação bateram recordes históricos, com quase U\$ 620 mil e 430 mil turistas (mais que quatro vezes a população do arquipélago) provenientes, principalmente, de Alemanha, França, Itália, Rússia, Emirados Árabes, China e Reino Unido. Como consequência da pandemia de covid-19, ambos os números caíram em mais de 60% em 2020.

Responsável por 32 mil visitantes, a Rússia liderou o mercado de turismo de Seichelles em 2021, com os Emirados Árabes em segundo lugar (21.725) e a França em terceiro (18.545). Em 2022, é estimado pelo Gabinete de Turismo que o país exceda em 28% a previsão anual para o setor de turismo. No mês de agosto, ao ultrapassar os números de 2021, o setor confirmava o ritmo de recuperação esperado no pós-pandemia, apesar do conflito na Ucrânia. Já em outubro, alcançou 258 mil visitantes, cerca de 89% do contingente de 2019.

Em anos recentes, as autoridades locais têm investido na diversificação da origem dos visitantes, tradicionalmente concentrada na Europa, por meio da inauguração de novas linhas aéreas para Ásia, Oriente Médio e África.

O setor pesqueiro é o segundo mais importante para a economia das Seicheles. A concessão de licenças de pesca constitui importante fonte de recursos para o país. A pesca é de fundamental importância para o

equilíbrio da balança comercial. O grande mercado consumidor do pescado seichelense é a Europa.

Recentemente, o governo de Seicheles tem levado adiante políticas com objetivo de garantir a autossuficiência em setores considerados estratégicos. Destacam-se, nesse plano, as tentativas de desenvolvimento da agricultura local, da indústria pesqueira e de manufaturas. O governo também procura estimular o comércio exterior por meio de incentivos fiscais à indústria do turismo e da redução de procedimentos alfandegários nos portos.

No âmbito das políticas de incentivo, merecem destaque as Zonas Internacionais de Comércio de Seicheles. Criadas com objetivo de atrair investimentos diretos de empresas estrangeiras, oferecendo-lhes a possibilidade de utilizar o arquipélago como plataforma de exportação de bens e serviços aos mercados da África e da Ásia, tais zonas são consideradas, pelo governo, como “extraterritoriais”, não estando sujeitas a vários impostos e leis do país. Dentre suas vantagens, destacam-se: baixas taxas de concessão de licenças; isenção de taxas de trabalho para trabalhadores estrangeiros; imposto de 0% sobre os lucros; 0% de direitos aduaneiros e IVA para bens de capital, matérias-primas, mobiliário de escritório e equipamentos; 0% de IVA em produtos intermediários e finais.

Devido à pandemia e as restrições a viagens, em 2020 o país sofreu contração de 7,7% em sua economia. Em contrapartida, a recuperação do setor de turismo em 2021 fez com que o arquipélago voltasse a apresentar índices positivos, com 7,9% de crescimento do PIB e redução de 3,5% do déficit fiscal. A inflação, apesar de permanecer em baixa em 2020 (1,2%), sofreu salto significativo em 2021 (9,8%), dados os problemas no fornecimento de energia e alimentos, que vêm ocorrendo desde a pandemia de covid-19 e se agravaram com a guerra na Ucrânia.

Contudo, seguindo a atenuação da pandemia e a recuperação econômica mundial, é esperado que Seicheles mantenha a taxa de crescimento do PIB, em 2022, em cerca de 10,9%. Também em 2022, é previsto que a inflação chegue a 4,1%, e que o déficit fiscal diminua aproximadamente 4%.

Seicheles possui alta abertura ao comércio internacional (104% em relação ao PIB em 2016). O país é membro do COMESA (Mercado Comum da África Oriental e do Sul) e, desde 2015, também da OMC.

Em 2021, as exportações de Seicheles somaram US\$ 1,13 bilhão, e as importações US\$ 1,47 bilhão. Os principais produtos de exportação do país são embarcações e estruturas flutuantes e preparações de carne, de

peixes, crustáceos, ou moluscos, enquanto os principais itens de importação são embarcações e estruturas flutuantes e derivados de petróleo. Em relação ao comércio bilateral, naquele ano as exportações do Brasil para Seicheles somaram US\$ 8,37 milhões, e as importações, por sua vez, US\$ 910 mil.

Os principais países de destino das exportações são Bermudas, França e Ilhas Canárias. Já os principais países de origem das importações do país são Emirados Árabes Unidos, Ilhas Virgens Britânicas e Alemanha.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1756	Início da ocupação de Seicheles pelos franceses
1814	O controle do arquipélago passa a ser exercido pelos britânicos
1902	Administração colonial de Seicheles é separada da administração das ilhas Maurício
1948	Realização das primeiras eleições locais
1964	Criação do Partido da Unidade do Povo de Seicheles (SPUP) e do Partido Democrático de Seicheles (SDP)
1976	Seicheles se torna independente e passa a ser governada por uma coalizão, com James Manchan (SDP) como presidente e France-Albert René (SPUP) como primeiro-ministro
1977	Apoiadores de René organizam um golpe contra o Presidente. René assume a Presidência
1979	René outorga nova Constituição, transformando Seicheles em estado unipartidário
1991	Emenda constitucional restaura a democracia pluripartidária
1993	Aprovada a nova Constituição de Seicheles. Realizam-se as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias, com vitória de René e de seu partido
1998	René é reeleito
2001	Presidente René é reeleito para 3º mandato, com 54% dos votos, vencendo o candidato da oposição, Wavel Ramkalawan, do Partido Nacional de Seicheles (SNP)
2004	Presidente René renuncia à presidência, e é substituído pelo vice-presidente James Michel
2006	Presidente Michel vence as eleições presidenciais, ao derrotar Wavel Ramkalawan do SNP
2008	Em consequência da crise financeira global, Seicheles declara “default”
2011	Michel é reeleito, ao vencer novamente Ramkalawan
2011	O SNP, de Ramkalawan, boicota as eleições legislativas
2014	Criação, pelo Presidente Michel, do Foro Consultivo Nacional (FCN), com vistas a dialogar com a sociedade civil
2015	Seicheles adere à Organização Mundial do Comércio.
2015	Presidente Michel é reeleito para seu terceiro mandato
2016	Vitória da oposição nas eleições legislativas
2016	Presidente Michel renuncia ao cargo de presidente
2016	Assume a presidência do país o então vice-presidente Danny

	Faure
2020	Wavel Ramkalawan, candidato da oposição, é eleito presidente

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1986	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2008	Assinatura do Acordo de Cooperação Educacional entre Brasil e Seicheles
2011	Assinatura de Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos entre Brasil e Seicheles
2014	Visita ao Brasil do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Barry Faure.
2015	Assinatura de Acordo sobre Serviços Aéreos entre Brasil e Seicheles

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles	16/09/2008	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles sobre Isenção Parcial de Vistos	13/12/2011	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles sobre Serviços Aéreos	19/05/2015	Em tramitação no Congresso Nacional

EMBAIXADA DO BRASIL EM DAR ES SALAM
RELATÓRIO DE GESTÃO (2019 - 2022)
EMBAIXADOR ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR

Transmite-se, a seguir, relatório simplificado da gestão do Embaixador Antonio Augusto Martins Cesar à frente da Embaixada em Dar es Salaam, abrangendo o período de janeiro de 2019 a outubro de 2022.

"RELAÇÕES BRASIL-TANZÂNIA

a) Comércio e investimentos

2. A corrente de comércio entre o Brasil e a Tanzânia é limitada, mas tem potencial de crescimento nos próximos anos, tendo em causa o expressivo crescimento econômico e demográfico da Tanzânia nos últimos quinze anos. Durante minha gestão, a corrente de comércio entre o Brasil e a Tanzânia variou entre USD 16 milhões (2019) e USD 31 milhões (2021), números similares aos da última década. As exportações brasileiras representam, em geral, mais de 95% do fluxo comercial.

3. No ano passado, as vendas do Brasil corresponderam a USD 30,5 milhões, ao passo que a importação de produtos tanzanianos alcançou USD 650 mil. Nos três primeiros trimestres deste ano, as exportações brasileiras atingiram USD 28,4 milhões e as vendas tanzanianas, USD 1,4 milhão. Os produtos mais vendidos pelo Brasil em 2022 foram: (i) tratores rodoviários para semi-reboques (USD 5,7 milhões); (ii) carne de frango (5,3 milhões); (iii) máquinas e implementos agrícolas (4,7 milhões); (iv) açúcar (3 milhões); (v) alimentos em conserva (1,2 milhão); e (vi) pneumáticos (1,1 milhão). As vendas tanzanianas incluíram, sobretudo, polímeros (1,1 milhão) e tabaco (200 mil).

4. Com relação à exportação de serviços de engenharia, cabe destacar a recente reinserção da presença brasileira no mercado tanzaniano após quase uma década. O Grupo Propav assinou acordo, em setembro último, com o governo de Zanzibar, para a construção de três estradas no arquipélago, duas na ilha de Unguja e uma na ilha de Pemba, somando cerca de 100 quilômetros e custo estimado em 230 milhões de euros. No tocante a investimentos, cabe destacar a presença, desde 2016, do grupo belga-brasileiro AB InBev, que adquiriu a principal cervejaria tanzaniana e hoje controla cerca de 60% do mercado local de cerveja, tendo participação também na produção local de destilados e de vinhos. A empresa brasileira Eurofarma fez visita recente à Tanzânia e avalia a abertura de operação local para a venda de produtos farmacêuticos e, possivelmente, no futuro, a fabricação local.

5. Cabe registrar, ainda, o interesse contínuo da Tanzânia em atrair investidores na área de petróleo e gás, especialmente a Petrobras, que chegou a ter escritório local durante alguns anos. Em julho de 2019, missão empresarial tanzaniana, liderada pelo sr. Abdulsamad Abdulrahim, cônsul honorário do Brasil em Zanzibar e presidente da Associação Tanzaniana de Provedores de Serviços da Indústria de Petróleo e Gás, visitou a Petrobras, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), a APEX-Brasil, a CNI e a FIESP, com o objetivo de conhecer melhor o setor e convidar empresas brasileiras a participarem do Congresso de Petróleo e Gás da Tanzânia.

6. Note-se que o ambiente de negócios melhorou de forma significativa desde a assunção ao poder da presidente Samia Hassan, em março do ano passado. Recente relatório da Moodys reconheceu esse avanço, modificando de estável para positivo a posição B2 da dívida tanzaniana. Vale mencionar, ainda, o crescente papel da Tanzânia na logística de transporte da África Oriental, sobretudo para os países vizinhos sem acesso ao mar. A carga movimentada pelo porto de Dar es Salam cresceu 21% nos últimos cinco anos, sendo entrada de produtos não apenas à Tanzânia, mas também à República Democrática do Congo, Zâmbia, Ruanda, Malawi e Burundi.

7. À luz das vendas atuais, das importações tanzanianas e da procura do posto por empresas de ambos os países, alguns dos setores com maior potencial para as exportações brasileiras são: máquinas e implementos agrícolas; alimentos e bebidas; açúcar e álcool; automotivo, sobretudo tratores e caminhões; farmacêutico; e comércio e produtos de beleza.

8. A inexistência de SECOM no posto limita as atividades de promoção comercial da embaixada. Passados 16 anos da reabertura de representação diplomática brasileira em Dar es Salam, período no qual a Tanzânia, embora ainda seja um país de baixa renda, cresceu significativamente em termos econômicos (o PIB passou de USD 22 bilhões, em 2007, para USD 70 bilhões em 2021) e demográficos (população foi de 39 para 60 milhões de pessoas), passando a fazer parte das 10 maiores economias do continente africano, considero ter chegado a hora da criação do SECOM do posto.

b) Cooperação técnica

9. O principal tema da cooperação técnica entre ambos os países refere-se ao apoio brasileiro ao setor algodoeiro tanzaniano, por meio do projeto "Cotton Victoria" (Projeto de Fortalecimento Regional do Setor Algodoeiro na Bacia do Lago Vitória), do qual participam também Quênia e Burundi. Logo após chegar a Dar es Salam, participei, em março de 2019, em Mwanza, da 3ª Reunião do Comitê Gestor do projeto. Na ocasião, visitei o Tanzanian Agricultural Research Institute (TARI), principal órgão implementador do projeto, e tive a oportunidade de verificar o andamento dos cultivos nos campos de teste (unidades demonstrativas técnicas), onde estão sendo ensaiadas diferentes técnicas de plantio de algodão de sequeiro.

10. De 2017 a 2022, o projeto contribuiu para ampliar a capacidade institucional e de recursos humanos na utilização e difusão de tecnologias que permitam aumentar a produtividade da produção de algodão tanzaniano, bem abaixo da média global (285 kg de fibra/hectare contra 785 kg fibra/ha). Até o momento, o projeto fez aportes de cerca de USD 580 mil apenas para o componente tanzaniano, o que compreende as despesas tanto com as atividades do projeto como com a doação de máquinas e equipamentos. A administração e o acompanhamento do projeto são feitos de modo diligente e competente pelo assistente de cooperação técnica do posto, em contato permanente com o TARI, a ABC e o PNUD.

11. Alguns elementos do projeto tiveram sua implementação retardada em razão da pandemia de Covid-19. Em razão disso, no mês passado, decidiu-se por sua extensão por mais dois anos, a fim de permitir a segunda fase do envio de equipamentos agrícolas, bem como atividades de treinamento no uso, reparo e manutenção das ferramentas já entregues pelo projeto. A Universidade Federal de Lavras (UFLA), principal instituição brasileira implementadora da parte técnica do projeto, também realizará treinamento na produção de sementes de algodão de qualidade.

12. A cooperação brasileiro-tanzaniana em algodão tem sido tão frutífera que resultou em um segundo projeto de cooperação, assinado em julho passado, durante visita de missão do governo brasileiro a este país, que passou por Dar Es Salam, Dodoma e Mwanza. Na ocasião, tive a satisfação de assinar, em nome do governo brasileiro, o documento de projeto-país "Alternativas de produção e escoamento dos subprodutos do algodão e culturas associadas na Tanzânia" (Além do Algodão Tanzânia).

13. O projeto "Beyond Cotton", financiado pelo Instituto Brasileiro do Algodão e coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), contará com a participação do Programa Mundial de Alimentos (PMA), tanto do escritório na Tanzânia como do Centro de Excelência contra a Fome do PMA/Brasil, da Universidade Federal de Campina Grande (instituição implementadora brasileira) e, dentre os órgãos tanzanianos, do Ministério da Agricultura, do TARI e do Conselho de Algodão da Tanzânia.

14. As grandes linhas de projeto são (i) o aumento da produtividade do algodão, por meio da produção de subprodutos (óleo e tortas da semente, briquete de carvão vegetal do talo da planta) e da avaliação de germoplasmas e disponibilização de variedades melhor adaptadas; (ii) integração de alimentos e algodão em sistemas de consórcio e rotação de cultivos, para agregação de valor, diversificação produtiva e reforço da segurança alimentar; e (iii) desenho e estruturação de uma estratégia de educação alimentar e nutricional.

15. Na visita de campo de julho passado, identificou-se a importância de um sistema de captação de água, a fim de permitir a associação de alimentos ao algodão em sistemas de consórcio e rotação de cultivos. Acredito que a difusão de conhecimento e tecnologia na área de captação de água e irrigação tem o potencial de impactar de forma muito positiva a agricultura local.

16. O posto também tem envidado esforços para acordar com a Tanzânia os documentos de projeto de três iniciativas de cooperação solicitadas por este país na área da saúde. O projeto relativo a pessoas vivendo com doença falciforme envolve o governo nacional tanzaniano, ao passo que os projetos de saúde materna e de saúde neonatal são com o governo de Zanzibar.

17. O projeto sobre doença falciforme vinha enfrentando obstáculos decorrentes da intenção do governo local de assinar documentos que diferem dos padrões comumente utilizados pela cooperação técnica brasileira. A expectativa tanzaniana também era a de reduzir as atividades de treinamento, que implicam em gastos com viagens e diárias de pessoal, em prol de doações de equipamentos e material médico-hospitalar.

18. Nas gestões mais recentes do posto com o Ministério da Saúde, foi possível constatar flexibilização da posição tanzaniana, que indicou a possibilidade de dar seguimento às tratativas, nos termos propostos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), desde que a parte brasileira aceitasse expandir o alcance territorial do projeto - avaliado como muito concentrado na região de Dar es Salam.

19. No caso dos projetos de saúde materna e de saúde neonatal, que foram objeto de missão de diagnóstico em 2018, ainda não foi possível obter reação das autoridades de Zanzibar se o interesse sobre os projetos permanece válido.

c) Promoção Cultural

c1) Festival de Cinema Brasileiro

20. O Festival de Cinema Brasileiro na Tanzânia constituiu o principal evento de promoção da cultura brasileira no país durante a minha gestão. Concebida em 2017, sob a inspiração do meu antecessor, a mostra tem sido realizada anualmente, com exceção de 2020, quando o evento não ocorreu em decorrência da pandemia de Covid-19. Durante o período em que estive à frente do posto, portanto, realizaram-se três edições do Festival: a terceira, em setembro de 2019; a quarta, em novembro de 2021; e a quinta, em setembro de 2022.

21. Nas três edições realizadas desde 2019, a Embaixada buscou selecionar filmes nacionais recentes e com temáticas variadas, que retratassem a diversidade do país e, ao mesmo tempo, possuíssem caráter interdisciplinar, frequentemente associando aspectos musicais (com os filmes

"Gonzaga", "Elis", "Noel", "Dois Filhos de Francisco") ou de artes plásticas (com o documentário "Lixo Extraordinário") à produção cinematográfica. A resposta do público tanzaniano foi sempre positiva. Em média, aproximadamente 300 pessoas comparecem às quatro sessões anuais do Festival, que já está plenamente incorporado à pequena, porém dinâmica, programação cultural de Dar es Salam.

22. O parceiro tradicional da Embaixada para a realização do Festival é o Instituto Goethe, que o sediou nas edições de 2017 a 2019. Em razão da pandemia, no entanto, a instituição decidiu manter-se fechada entre o segundo trimestre de 2020 e o fim de 2021. A decisão, compreensível sob vários aspectos, levou a Embaixada a ter de decidir ou pelo cancelamento do evento de 2021 tal como feito em 2020, ou pela busca de novo parceiro e local de exibição. Entre as opções consideradas, o Museu Nacional da Tanzânia afigurou-se como a melhor escolha e acolheu o festival no ano de 2021.

23. Em 2022, a Embaixada decidiu retomar a parceria com o Instituto Goethe, desta vez em conjunto com a Aliança Francesa. De forma inovadora para o calendário de eventos em Dar es Salaam, as duas instituições firmaram parceria para a realização conjunta de uma noite semanal de cinema estrangeiro na cidade. A iniciativa, denominada "MuviKali", tem viabilizado exibições cinematográficas estrangeiras todas as segundas-feiras. A Embaixada do Brasil juntou-se ao projeto e, em setembro de 2022, realizou a quinta edição do Festival de Cinema Brasileiro no âmbito do "MuviKali", com duas sessões no Instituto Goethe e outras duas, na Aliança Francesa.

c2) Culinária

24. Com o objetivo de promover a culinária brasileira na Tanzânia e em atenção ao projeto, em gestação, de residências gastronômicas em postos selecionados no exterior, o Posto coordenou-se com a chef brasileira Morena Leite, do Instituto Capim Santo, a qual, no contexto de viagem de férias à África Oriental, dispôs-se a ministrar aula e organizar jantar promocional na Residência da Embaixada. O evento, realizado em julho de 2022, contou com a presença de proprietários de restaurantes e gerentes de hotéis de Dar es Salam interessados em incorporar a culinária brasileira aos seus produtos e serviços e logrou cobertura positiva na imprensa local.

c3) Capoeira

25. No segundo semestre de 2019, o posto patrocinou a realização de aulas de capoeira em escola pública e orfanato de Zanzibar, apoiando o trabalho de instrutor brasileiro lá residente. A atividade infelizmente teve de ser descontinuada no início de 2020, em razão da pandemia de Covid-19, que fez com que o instrutor tivesse de regressar ao Brasil.

c4) Duo Umbé e Makeron

26. Dois outros projetos de promoção cultural foram igualmente dificultados em razão da pandemia de Covid-19: a apresentação do Duo Umbé [dupla musical brasiliense integrada por Rodrigo Bezerra (guitarra) e Larissa Umaytá (pandeiro)] e a realização da mostra fotográfica Mekaron (exposição de Rodrigo Petrella, com registro da vida de comunidades indígenas amazônicas), ambas previstas para o ano de 2020. Embora constantes da Proposta de Ação Cultural do posto para aquele ano, as iniciativas tiveram de ser canceladas em razão da impossibilidade de os artistas e produtores viajarem à Tanzânia.

c5) Celebrações da Data Nacional Brasileira

27. Por fim, julgo pertinente mencionar a realização das celebrações da data nacional brasileira nos anos de 2019, 2021 e 2022 (nestes dois últimos, juntamente com a abertura do Festival de Cinema Brasileiro na Tanzânia). O evento de 2019, em particular, realizado independentemente da abertura do Festival, contou com a presença do então Ministro da Indústria, Comércio e Investimento, Innocent Bashungwa (atual Ministro da Defesa), e cerca de 200 convidados da sociedade local, entre os quais autoridades do governo tanzaniano, comunidade brasileira, empresários, comunidade diplomática, acadêmica e artística, além da imprensa.

d) Serviços consulares

28. A assistência consular aos cidadãos brasileiros residentes ou em trânsito na jurisdição do posto foi prioritária durante a gestão. A comunidade brasileira no país é reduzida, com apenas 34 eleitores inscritos na seção de Dar es Salaam e uma estimativa de aproximadamente 80 nacionais residentes na Tanzânia. O "status" migratório dos brasileiros estabelecidos no país é, grosso modo, regular. Trata-se, em geral, de executivos de empresas multinacionais, engenheiros, religiosos, funcionários de organismos internacionais ou cônjuges de tanzanianos ou outros estrangeiros residentes no país. A relação da Embaixada com a comunidade é fluida e cordial.

29. Os brasileiros em trânsito pela jurisdição do posto, particularmente aqueles em viagens de turismo, frequentemente demandam apoio por parte da Embaixada, por motivos variados. O mais comum são casos de roubo ou furto, que implicam na necessidade de emitir novos documentos de viagem e, às vezes, intermediação com a família ou amigos no Brasil para a obtenção de apoio financeiro. Detenções de cidadãos brasileiros, embora pouco frequentes, exigem atuação dedicada e cautelosa por parte do posto, em razão sobretudo da precariedade e opacidade das instituições policiais e judiciais tanzanianas. Especificidades locais, como a severidade do tratamento dos casos de tráfico de animais (e suas partes), constituem preocupação séria, pois são pouco conhecidas por parte dos viajantes brasileiros. Caso concreto dessa natureza ocorreu em fevereiro de 2020, quando cidadão brasileiro foi detido ao desavisadamente tentar partir do país com presas de hipopótamo. Ademais dessas especificidades locais, acidentes envolvendo turistas não são

incomuns em um país no qual o turismo é essencialmente relacionado à natureza. A morte de um brasileiro que subia o Monte Kilimanjaro, em setembro de 2021, constituiu exemplo concreto disso. Mais recentemente, militar brasileira em atuação na Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul adoeceu gravemente em Zanzibar, com malária e complicações hepáticas e renais, e teve de ser evacuada em aeronave da Força Aérea Brasileira. A Embaixada prestou o apoio em todos esses casos.

30. Todos os brasileiros atualmente presos na jurisdição do posto foram condenados ou estão sendo processados por tráfico internacional de substâncias entorpecentes. Há, no momento, dois brasileiros detidos na Tanzânia - um em Moshi, no norte do país; outro em Zanzibar -, e três em Seicheles. Além de prestar-lhes a assistência material cabível, sobretudo por ocasião das visitas regulares por parte dos funcionários do posto e cônsules honorários, a Embaixada tem buscado assegurar que disponham de assistência médica, quando necessária, e jurídica. Escritório de advocacia em Dar es Salaam foi contratado com o objetivo específico de auxiliar a Embaixada a prestar melhor assistência à comunidade brasileira. Ademais disso, em atenção aos cidadãos atualmente detidos, a Embaixada conseguiu intermediar a contratação de defensor específico, no caso do detento de Zanzibar, e o fornecimento gratuito de defensor dativo, no caso de dois presos em Seicheles.

31. Em coordenação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o pedido de transferência dos presos condenados por sentença definitiva para cumprimento da pena no Brasil, sob a promessa de reciprocidade em casos análogos, tem sido a estratégia adotada em dois casos, um na Tanzânia (em Moshi), outro em Seicheles. Embora julgue valer à pena continuar insistindo nos pleitos, a morosidade, no caso seichelese, e a precariedade das instituições judiciais, no caso tanzaniano, não permitem assegurar êxito. O caso do detento de Moshi, em particular, que tem 64 anos de idade e está condenado a 30 anos de reclusão (previsão de liberação aos 90 anos de idade), mereceria, a meu juízo, doravante, a adoção de estratégia paralela que conferisse caráter mais propriamente humanitário ao pleito de transferência para o Brasil. Desde a sua posse, em março de 2021, a Presidente Samia Suluhu Hassan tem concedido indultos humanitários para detentos com mais de 70 anos de idade, o que permitiria antever certa receptividade a eventual proposta brasileira nesse sentido.

32. A rede de consulados honorários na jurisdição do posto ampliou-se durante a minha gestão. Ademais de Zanzibar (Tanzânia), Victoria (Seicheles) e Moroni (Comores) unidades anteriormente existentes -, o posto passou a contar, também, com um novo Consulado Honorário em Arusha a partir de setembro de 2021, com jurisdição sobre cinco regiões do norte da Tanzânia e chefiado pela cidadã tanzaniana Mozzah Mauly.

33. Por fim, vale mencionar o aspecto consular da pandemia de Covid-19. Além de buscar organizar o retorno ao Brasil dos cidadãos brasileiros afetados pela crise e que desejavam fazê-lo,

a Embaixada priorizou, em todos os momentos, prestar-lhes assistência material e informações que os habilitassem a tomar as melhores decisões possíveis. O apoio do posto estendeu-se, naturalmente, aos nacionais retidos nas cumulatividades, como foi o caso de Seicheles. Na Tanzânia, o fato de o governo haver adotado postura questionável durante a parte mais crítica da pandemia, entre abril de 2020 e março de 2021, omitindo-se de publicar dados sobre o número de casos e mortes e de adotar medidas efetivas de controle sanitário (como a obrigatoriedade do uso de máscaras), tornou esta atividade ainda mais importante. Uma vez revertida a postura do governo local, com a posse da Presidente Samia Suluhu Hassan, em março de 2021, passou a ser importante, também, fornecer informações claras e objetivas sobre as restrições ao trânsito internacional de passageiros, sobretudo com relação à obrigatoriedade da apresentação de exames de detecção do vírus e, posteriormente, de certificados de vacinação para embarques em voos internacionais.

RELAÇÕES BRASIL-COMORES

34. As relações do Brasil com a União das Comores são recentes (2005) e carecem ainda de maior densidade. O país tem população pequena (920 mil), grandes limitações sócio-econômicas e renda per capita baixa (US\$ 2800 em Paridade de Poder de Compra). Não obstante, tem peso específico no contexto árabe-africano, pois é membro ativo da Liga dos Estados Árabes e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

35. Realizei visita a Comores em junho de 2019, quando apresentei minhas credenciais ao Presidente Azali Assoumani, que havia sido reeleito poucos meses antes. Na ocasião, Assoumani pediu a colaboração do Brasil para o desenvolvimento da agricultura e da avicultura, reconhecendo a experiência e a capacidade do Brasil no agronegócio. As exportações de baunilha natural e de ilangue-ilangue são fundamentais para a economia comoriana.

36. Durante minha gestão, Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores foram ratificados por Comores, o que concedeu o embasamento jurídico necessário para estruturar iniciativas conjuntas de cooperação. Na esteira da entrada em vigor do acordo, foi realizada videoconferência, em outubro de 2021, com a participação do diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da diretora-geral da Agência Nacional de Cooperação Comoriana (ANCI). Na ocasião, à luz da demanda comoriana por cooperação em cinco setores, acordou-se que Comores elaboraria notas conceituais sobre os temas, a fim de permitir à ABC a identificação de potenciais instituições cooperantes.

37. Em abril passado, Comores encaminhou ao lado brasileiro duas notas conceituais, uma no campo do desenvolvimento agrícola e rural e outra no da gestão de resíduos. De acordo com a ANCI, outras três notas conceituais estariam em elaboração, nas áreas da produção de alimentos, educação e formação técnica e fortalecimento institucional.

38. Cabe mencionar, ainda, o projeto de cooperação Sul-Sul do Fundo Fiduciário IBAS "Fortalecer as Capacidades Agrícolas na União das Comores". Participei, no final do setembro último, por videoconferência, de reunião do Comitê Diretor no quadro do encerramento das atividades do projeto, que contou com financiamento de USD 1,85 milhão e colaboração do PNUD e da "Agriculture Research Council" da África do Sul.

39. O ministro da Agricultura de Comores participou do evento, no qual agradeceu a África do Sul, o Brasil e a Índia e enfatizou que a cooperação Sul-Sul mostrou sua importância para Comores. Representantes do governo comoriano avaliaram que o projeto alcançou cerca de 280 produtores e trouxe resultados muito positivos na melhoria da infraestrutura local (com o estabelecimento de sistemas de irrigação e a disponibilidade de tratores) e na capacitação dos agricultores no manejo de tratores e da irrigação e em técnicas de agricultura orgânica, como o uso de biopesticidas. Os sistemas de irrigação e o uso de tratores teriam contribuído para iniciar transição de uma agricultura manual para agricultura mais mecanizada. À luz do sucesso do projeto, Comores afirmou que buscará a aprovação de uma segunda fase da iniciativa, a fim de garantir a permanência e sustentabilidade da infraestrutura e das habilidades adquiridas.

40. Nos três primeiros trimestres de 2022, o Brasil exportou cerca de US\$ 7,5 milhões para Comores. Mais de 90% desse valor correspondeu a carne de frango em natura e em conserva. Por sua vez, o Brasil importou cerca de US\$ 100 mil em óleos essenciais de Comores. Recentemente, o posto recebeu pedido do cônsul honorário do Brasil em Moroni, Djamil Mahamoud, para auxiliá-lo a encontrar possíveis empresas brasileiras interessadas em importar óleo de ilangue-ilangue diretamente de Comores. Ao que consta, o Brasil importaria quantidade significativa do referido óleo por intermédio de empresas francesas, que têm grande presença no mercado comoriano.

RELAÇÕES BRASIL-SEICHELES

41. A República de Seicheles é o país com menor população (98 mil pessoas) e com maior renda per capita (US\$ 29 mil em paridade do poder de compra - PPP) da África, com uma economia muito voltada para o turismo. Realizei visita a Seicheles, em fevereiro de 2019, quando apresentei minhas credenciais ao então presidente Danny Faure.

42. Na ocasião, o presidente e outras autoridades manifestaram o interesse em contar com cooperação brasileira na área agrícola, principalmente no que diz respeito à produção em pequenas propriedades. Nesse sentido, solicitaram comentários do Brasil ao projeto de acordo bilateral de cooperação técnica, em análise pelo lado brasileiro desde 2017. No início de 2020, o lado brasileiro sugeriu pequenas alterações ao texto. Desde então, no entanto, não foi possível obter reação da chancelaria seichelense.

43. Em 2020, eleição presidencial levou ao poder, pela primeira vez, candidato de oposição, o pastor anglicano Wavel Ramkalawan, que assumiu o cargo em outubro daquele ano.

44. Na área consular, cabe registrar a existência de três nacionais presos em Seicheles por tráfico internacional de drogas. Um deles foi condenado, em 2019, a seis anos de prisão, enquanto os dois outros foram presos nos últimos meses e aguardam julgamento. O cônsul honorário do Brasil em Victoria, Robert Morgan, tem prestado apoio valioso aos brasileiros.

45. O pedido brasileiro de transferência do nacional já condenado para cumprir pena no Brasil, com base em promessa de reciprocidade, não obteve reação positiva de Seicheles, que contrapropôs a negociação de acordo bilateral sobre transferência de presos. Proposta de texto foi encaminhada pelo Brasil em julho do ano passado, ainda sem resposta da parte seichelense.

46. Na área comercial, nos três primeiros trimestres de 2022, o Brasil exportou cerca de US\$ 6,6 milhões para Seicheles. As vendas brasileiras incluem, sobretudo, alimentos, como carne de frango, bovina e suína. Neste ano, o Brasil importou cerca de US\$ 300 mil de Seicheles em circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos.

47. Estão em curso, ainda, negociações entre a Embraer e o governo seichelense com vistas à compra, pela Air Seychelles, de aeronaves família E2. Estudo de viabilidade foi elaborado pela Embraer e entregue ao lado seichelense em 2021. O Posto participou de videoconferência com as partes envolvidas sobre o assunto.

COMUNIDADE DA ÁFRICA ORIENTAL

48. O posto também é responsável pelas relações do Brasil com a Comunidade da África Oriental (EAC, na sigla em inglês), da qual o país é membro observador e cuja sede se encontra em Arusha no norte da Tanzânia.

49. Em fevereiro de 2019, entreguei ao então Secretário Geral, Embaixador Libérat Mfumukeko, as cartas que me credenciavam como representante do Brasil perante a organização. Na ocasião, manifestei o interesse brasileiro em seguir acompanhando de perto o desenvolvimento das atividades da EAC, de trocar experiências - em referência ao Mercosul - no que tange aos respectivos processos de integração regional, além de contribuir para melhor informar investidores e instituições brasileiras a respeito de oportunidades no contexto dos projetos levados a cabo pela Comunidade.

50. Nos últimos quatro anos, o evento mais importante para a EAC foi a acessão da República Democrática do Congo à Comunidade, após a assinatura do acordo constitutivo em abril passado e o depósito do instrumento de ratificação em julho, em Arusha.

51. Em março de 2021, tomou posse novo secretário-geral, o queniano Peter Mutuku Mathuki. A EAC tem 4 pilares: união aduaneira, mercado comum, união monetária e federação política. Foram registrados avanços, nos últimos anos, apenas nos dois primeiros pilares - e avanços relativos, uma vez que persistem inúmeras barreiras tarifárias e não-tarifárias que ainda dificultam o comércio intrarregional. Em maio passado, o bloco aprovou a adoção de uma quarta alíquota de sua Tarifa Externa Comum. Além das alíquotas anteriormente existentes - de 0, 10 e 25% -, a EAC passou a contar com um nível tarifário de 35%, incidente sobre grupo selecionado de produtos importados, entre os quais produtos cárneos, açúcar, têxteis, flores, roupas, produtos de beleza, móveis, tintas e bebidas alcoólicas. A decisão foi justificada com base no interesse comum de "promover a industrialização" e na necessidade de "proteger o bem-estar dos consumidores" do bloco.

52. A Comunidade tem envidados esforços, ainda, para melhorar a integração da infraestrutura entre seus membros, condição fundamental para continuar a promover os fluxos de comércio na África Oriental. Um dos principais projetos, nessa área, é o "Central Corridor Transport System", infraestrutura integrada de transporte ferroviário e lacustre, que já logrou reduzir consideravelmente o tempo de transporte entre Tanzânia, Uganda e Sudão do Sul.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM DAR ES
SALAM****Candidato: Ministro de Segunda Classe Gustavo Martins Nogueira**

PERFIL DO CANDIDATO**Ministro de Segunda Classe Gustavo Martins Nogueira**

Gustavo Martins Nogueira ingressou no Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil em 1997.

Desde janeiro de 2018, atua como Representante Alterno do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e à Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (PrepCom-CTBTO), em Viena, Áustria.

Foi embaixador do Brasil em Lilongue, capital da República do Malawi (2013-2017), tendo conduzido o processo de abertura da representação diplomática brasileira naquele país. Serviu igualmente na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, EUA (2004-2007); bem como nas embaixadas brasileiras em Nova Delhi, Índia (2007-2010); Harare, Zimbábue (2002-2003); e Maputo, Moçambique (2000).

No Brasil, exerceu na Secretaria de Estado as funções de: assessor do chefe da Divisão de Programas de Divulgação Cultural (1999-2000), assessor do chefe da Divisão de Pessoal (2001-2002), assessor do chefe da Divisão de América Meridional II (2003-2004), assessor do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2011) e coordenador-geral de Planejamento Político e Econômico da Secretaria de Planejamento Diplomático (2012-2013).

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Piauí (1994), possui especialização em comércio internacional pela Tokai University, em Kanagawa-ken, Japão (1996) e mestrado em Direito Internacional pela Georgetown University, em Washington, D.C., EUA (2006).

Pelos serviços prestados em apoio ao programa nuclear brasileiro, foi agraciado com a Medalha Amigo da Marinha (2018) e com a Medalha Mérito Tamandaré (2019).

Casado, tem dois filhos.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE – PEI-MRE¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (Alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como embaixada capaz de promover os interesses do Brasil e dos brasileiros na Tanzânia, em Comores e em Seicheles, gerando maximização de benefícios concretos para o país, por meio de atuação diplomática de alto padrão.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com informações e análises sobre a situação política, social e econômica na Tanzânia, bem como em Comores e Seicheles, para o planejamento e a execução com excelência da Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

- 1) Aprofundar o diálogo político com a Tanzânia, bem como em Comores e Seicheles, e ampliar a participação de produtos e empresas brasileiras no mercado local, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
- 2) Promover a imagem e a cultura do Brasil na Tanzânia, em Comores e Seicheles.
- 3) Por meio do diálogo político e da cooperação bilateral, angariar apoio da Tanzânia, de Comores e Seicheles para o fortalecimento e reforma gradual das instituições multilaterais, de modo a refletir as realidades do mundo contemporâneo e, desse modo, ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
- 4) Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais, em especial com a Comunidade da África Oriental (EAC), com sede em Arusha, na Tanzânia.
- 5) Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
- 6) Prover serviços consulares de qualidade e aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
- 7) Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Incrementar e diversificar o comércio bilateral, com ênfase em produtos de maior valor agregado

- *Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado, em especial para bens de maior valor agregado.*
- *Buscar elaborar ou encomendar estudos exploratórios sobre a complementaridade das economias do Brasil e da Tanzânia, bem como de Comores e Seicheles.*
- *Apoiar a realização de missões empresariais, de lado a lado, de modo a fomentar o fluxo de comércio direto entre o Brasil e a Tanzânia e também dos outros países da jurisdição da Embaixada.*
- *Manter interlocução constante com os principais importadores tanzanianos de produtos do agronegócio brasileiro e outros atores locais relevantes.*
- *Apoiar, inclusive por meio da participação brasileira em eventos, a promoção de produtos da indústria nacional, como aeronaves, máquinas e*

equipamentos do setor agrícola, produtos farmacêuticos, entre outros, em coordenação com associações setoriais e a Apex Brasil.

- *Realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, de modo a contribuir para a promoção dos produtos e serviços brasileiros.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada
- 2) Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio
- 3) Números de eventos (seminários, “webinários”, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócios, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada
- 4) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial, de empresas brasileiras e tanzanianas, bem como comorianas e seichelenses, além de associações setoriais, federações regionais, confederações, da Apex-Brasil e outras entidades do setor privado

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, a situação política, social e de segurança na Tanzânia, bem como em Comores e Seicheles, com vistas a prover os formuladores de política externa com subsídios para tomada de decisões
 - *Produzir informações e análises sobre os principais temas de política interna e externa da Tanzânia, de Comores e Seicheles e suas possíveis implicações para a atuação internacional do Brasil.*
 - *Elaborar materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos.*
- 2) Apoiar a manutenção dos mecanismos diplomáticos de alto nível, como as Consultas Políticas Brasil-Tanzânia, concomitantemente ao adensamento de visitas oficiais de lado a lado
 - *Apoiar a realização da segunda edição do mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Tanzânia, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais e a cooperação entre os dois países, bem como coordenação sobre temas multilaterais.*
 - *Apoiar a realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras à Tanzânia.*
 - *Fomentar a coordenação, o intercâmbio e a cooperação em áreas de interesse comum com os países da jurisdição da Embaixada do Brasil na Tanzânia, como agricultura e promoção do desenvolvimento.*
- 3) Fomentar a cooperação interparlamentar entre os dois países
 - *Apoiar a realização de visitas ou reuniões entre parlamentares brasileiros e tanzanianos.*
 - *Apoiar eventuais iniciativas conjuntas de parlamentares brasileiros e tanzanianos.*
- 4) Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral

- *Realizar gestões junto ao governo tanzaniano, bem como de Comores e Seicheles, para negociação de acordos de interesse brasileiro.*
- *Informar e analisar propostas dos governos tanzaniano, comoriano e seichelense para a abertura de negociação de acordos bilaterais.*
- *Subsidiar o diálogo com diferentes órgãos brasileiros em temas relacionados à Tanzânia aos demais países da jurisdição da Embaixada.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de telegramas produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da Tanzânia, de Comores e Seicheles
- 2) Número de reuniões com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil, com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa de Tanzânia, Comores e Seicheles
- 3) Número de reuniões de mecanismos diplomáticos, em formato presencial ou virtual
- 4) Número de visitas de autoridades de parte a parte
- 5) Número de reuniões com representantes do governo da Tanzânia, Comores e Seicheles, para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reuniões, negociação de acordos ou visitas de alto nível
- 6) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) **Contribuir para a atuação do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em especial durante o mandato em exercício, no biênio 2022-2023**
 - *Manter diálogo com interlocutores relevantes, em especial representantes do governo da Tanzânia, da sociedade civil tanzaniana e de missões internacionais sediadas na Tanzânia.*
 - *Manter diálogo, em particular, com autoridades da Comunidade da África Oriental (EAC), sediada em Arusha, na Tanzânia.*
- 2) **Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras**
 - *Fazer gestões no mais alto nível possível com vistas a obter apoio da Tanzânia, de Comores e Seicheles a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instruções da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões com representantes do governo da Tanzânia, da sociedade civil tanzaniana e da EAC para discutir temas regionais de interesse do Conselho de Segurança das Nações Unidas
- 2) Número de gestões com representantes do governo da Tanzânia, de Comores e Seicheles em favor de candidaturas do Brasil em organismos multilaterais

3) Número de expedientes do Posto sobre a Comunidade da África Oriental (EAC)

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1) **Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras**

- *Propor junto a potenciais parceiros locais e realizar, segundo a disponibilidade orçamentário-financeira do MRE e da obtenção de patrocínios locais, projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras.*
- *Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, para ampliar o conhecimento do público tanzaniano sobre o Brasil.*
- *Promover a variante brasileira da língua portuguesa na Tanzânia.*
- *Atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil na Tanzânia e demais países da jurisdição da Embaixada e a divulgação de projetos e eventos culturais com temática brasileira.*

2) **Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público tanzaniano e, quando cabível, também de Comores e Seicheles**

- *Realizar eventos de promoção da imagem do Brasil, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex Brasil e a área comercial do MRE, para divulgação de produtos brasileiros.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Tanzânia e, quando cabível, em Comores e Seicheles
- 2) Número de eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Tanzânia e, quando cabível, em Comores e Seicheles
- 3) Número de eventos realizados para promover a marca Brasil na Tanzânia e, quando cabível, em Comores e Seicheles

V - COOPERAÇÃO TÉCNICA, EDUCACIONAL E EM SAÚDE

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1) **Estimular o aumento do número de estudantes matriculados em universidades brasileiras oriundos da Tanzânia e de Seicheles, países com os quais o Brasil firmou Acordo de Cooperação Educacional, no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)**

- *Buscar ampliar a divulgação do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) nos países da jurisdição da Embaixada.*

2) **Dar continuidade às negociações em curso com as autoridades tanzanianas, comorianas e seicheleenses relativas a projetos de cooperação técnica em diversas áreas, sobretudo de agricultura e saúde.**

- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de candidatos tanzanianos e seichelenses selecionados no PEC-G
 - 2) Número de reuniões com autoridades locais da áreas de educação para aprimorar a seleção de candidatos ao PEC-G
 - 3) Número de ações de divulgação dos programas de cooperação educacional brasileiros (PEC-G e PEC-PG)
 - 4) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre cooperação técnica durante a gestão
 - 5) Número de contatos com autoridades locais para fins de cooperação técnica durante a gestão

VI - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**
 - 1) Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira
 - 2) Realizar visitas a nacionais presos na jurisdição do Posto, quando houver, a fim de prestar a assistência consular cabível
 - 3) Incrementar o uso das redes sociais do Posto para fins de comunicação e informação da comunidade brasileira
 - 4) Manter interlocução constante com a rede de Consulados Honorários do Brasil nos países da jurisdição da Embaixada, que inclui os Cônsules Honorários em Zanzibar e Arusha (ambos na Tanzânia), em Victoria (Seicheles) e em Moroni (Comores)
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda
 - 2) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda
 - 3) Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares
 - 4) Número de consulados itinerantes realizados, caso necessários
 - 5) Número de comunicações de esclarecimento preparadas para a comunidade brasileira em situações de crise ou catástrofes naturais
 - 6) Número de reuniões, mensagens ou contatos telefônicos com os Cônsules Honorários em Zanzibar e Arusha (ambos na Tanzânia), em Victoria (Seicheles) e em Moroni (Comores)

RELATÓRIO Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 83, de 2022, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República de Seicheles.*

SF/22631.82021-50

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

Trata-se da indicação, pelo Presidente da República, do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República de Seicheles.

De acordo com o art. 52, IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

O diplomata, filho de Ataliba da Fonseca Nogueira Filho e Joana Lúcia Martins Nogueira, nasceu em 21 de março de 1973, em Picos/PI.

Concluiu o Bacharelado em Direito na Universidade Federal do Piauí, em 1995; a Especialização em Relações Econômicas Internacionais, em Tokai University, Kanagawa-ken, Japão, em 1996; o Mestrado em Direito em estudos jurídicos internacionais, pela Universidade de Georgetown, Washington-DC/EUA, em 2006; e concluiu o Curso de Altos Estudos (CAE – Instituto Rio Branco) em 2011, quando defendeu a tese intitulada “A Diplomacia Energética da Índia: Desafios, Condicionantes e Perspectivas”.

Foi nomeado Segundo-Secretário em 2004; a Primeiro-Secretário em 2007; a Conselheiro em 2011; e a Ministro de Segunda Classe em 2017.

No Brasil, entre outras funções, foi assistente da Divisão da América Meridional I (2003-4); assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2011); Coordenador-Geral de Planejamento Político e Econômico da Secretaria de Planejamento Diplomático (2011-13).

No exterior, serviu em Harare, em 2002-3, como Terceiro-Secretário; na missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, em 2004-7, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário; Nova Delhi, em 2007-11, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário; em Lilongue, como embaixador comissionado; e na Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica, Viena, como Ministro-Conselheiro (desde 2018).

Também em atendimento ao art. 383 do RISF, o MRE elaborou relatório sobre a Tanzânia, Comores e Seicheles, do qual destacamos as informações seguintes.

A Tanzânia é um país da África Oriental resultante da união de Tanganica e das duas ilhas do Arquipélago de Zanzibar, em 1964. Possui cerca de 885 mil km² e 59,7 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é de aproximadamente US\$ 1,180.00. Tem gozado de estabilidade política, apesar de conflitos ocorridos em seu entorno, e, desde o início dos anos 2000, de altos índices de crescimento econômico, que a levou da classificação de país de baixa renda para país de renda média-baixa em 2020.

Brasil e Tanzânia estabeleceram relações diplomáticas em 1970. Em 1979, foi criada a embaixada residente brasileira em Dar es Salam, desativada em 1991. Em 2005, a representação brasileira foi reaberta. O

SF/22631.82021-50

governo tanzaniano estabeleceu sua embaixada em Brasília em 2007. Nas últimas décadas, vários projetos de cooperação técnica foram realizados, com destaque para setores como biocombustíveis (2010-2011); cultura da castanha-de-caju (2010-2012); aquicultura (2015-2019); combate ao HIV/AIDS (2010-2014); eliminação do trabalho infantil (2011-2014); e promoção do trabalho decente na cultura do algodão (2015-2021).

Em 2021, nossas exportações para a Tanzânia foram de US\$ 30,54 milhões e nossas importações foram de apenas US\$ 65 mil. os principais produtos exportados pelo Brasil para a Tanzânia são açúcares; carnes; papel e cartão; painéis de fibras de madeira; e pneus. Em 2021, além desses produtos, o Brasil exportou também tratores, o segundo item da pauta de exportações para a Tanzânia no ano passado. Em 2021, o principal produto exportado pela Tanzânia para o Brasil foi “polímeros de acetado” (plástico). O principal produto importado pelo Brasil da Tanzânia são sementes, frutos e esporos.

Comores é um conjunto de três ilhas no litoral sudeste africano, com cerca de 2 mil km² e 906 mil habitantes. Em 2021, nossas exportações para Comores foram de US\$ 5,85 milhões e nossas importações foram de somente US\$ 20 mil. Basicamente, o Brasil exportou carne bovina e de ave.

Seicheles é um país formado por 115 ilhas a norte e nordeste de Madagascar, com 455 km² e cerca de 100 mil habitantes. Em 2021, nossas exportações para Seicheles foram de US\$ 8,37 milhões e nossas importações foram de apenas US\$ 91 mil. Basicamente, o Brasil exportou carnes de aves representando 46% desse total, seguidos de despojos de carnes (11%), couro (11%), carne bovina (11%) e carne suína (10%). No mesmo ano, o Brasil importou US\$ 910 mil desse país, especialmente polímeros de estireno (49%).

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/22631.82021-50